



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAUNB
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPGFAUNB

MURO:
Filosofia, Espaço e Arte Pública

Tiago Mendes Filgueiras
Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo

Brasília
2021

TIAGO MENDES FILGUEIRAS

MURO:

Filosofia, Espaço e Arte Pública

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Teoria, História e Crítica

ORIENTADOR: Dr. Miguel Gally de Andrade

Brasília

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

MURO:
Filosofia, Espaço e Arte Pública

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Resultado da Avaliação: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Gally de Andrade –
PPG-FAU-UnB (orientador e presidente da banca)

Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
FAV-UFG (examinadora externa)

Prof. Dr. Maurício de Camargo Teixeira Panella
Instituto Casa D'água – RN/UFRN (examinador externo)

Profa. Dra. Cláudia da Conceição Garcia
PPG-FAU-UnB (examinadora interna)

Profa. Dra. Karina e Silva Dias
VIS-UnB (examinadora suplente)

Brasília

2021

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não farão jus a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes nesses agradecimentos. Podem ter certeza de que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço, primeiramente, ao Professor Dr. Miguel Gally de Andrade, pela sua dedicação e paciência durante a orientação deste trabalho. Ele se tornou, para mim, um modelo de professor e pesquisador ao aliar seu alto grau de erudição com sua, ainda maior, generosidade e empatia pelas ideias do outro. Durante os oito anos que trabalhamos juntos, pude testemunhar seu respeito pela liberdade intelectual dos alunos e demais pesquisadores, sua preocupação em sempre manter uma cordialidade nas discussões filosóficas e sua autêntica consideração aos pontos de vista alheios. Deixo registrado aqui a minha profunda admiração por sua pessoa.

Por meio dele, agradeço o apoio de toda a comunidade acadêmica do Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU-UnB). A convivência com os colegas pesquisadores e professores do programa serviram de estímulo e inspiração para realização deste trabalho.

Agradeço também à CAPES pela bolsa de estudos a nós concedida.

Agradeço aos pesquisadores e professores da banca examinadora pela atenção e contribuição dedicadas a este estudo. Desde já, quero demonstrar minha gratidão pelas análises que fizerem deste trabalho; com certeza servirão de subsídio para futuras pesquisas.

Por último, mas não menos importante, gostaria de deixar registrado o reconhecimento e grande afeto à minha esposa, Júnia, cujo apoio foi imprescindível para completar esse desafio. Desde a nossa união, em 2018, sua presença ao meu lado foi determinante para me manter firme ao propósito de finalizar a pesquisa. Em meio às dificuldades destes últimos anos, especialmente os anos de 2019 e 2020, em que enfrentamos situações desafiadoras de caráter pessoal e durante o penoso isolamento em decorrência da pandemia causada pela COVID-19, sua fortaleza me inspirou a continuar os estudos e reflexões que culminaram neste trabalho.

P.S.: A defesa desta tese representa o fim de um longo ciclo e o início de outro, ainda mais desafiador, com a expectativa do nascimento de nossas filhas, Laura e Luísa.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar o muro construído no ambiente urbano, em especial o brasileiro, desde meados do Século XX, quando se percebe um aumento significativo de sua presença na paisagem. Partindo do problema da proliferação dos muros (HAESBAERT, 2014), propomos uma análise de cunho filosófico e ético envolvendo a noção de limite em que duas questões são colocadas: O que viria a ser um muro? Construir um muro na atualidade constituiria um problema do ponto de vista ético? As análises que decorrem desses questionamentos gerais são estruturadas, grosso modo, em quatro abordagens. A primeira se desenvolve baseada no ponto de vista da constituição imunológica de um sistema orgânico que serve de base para analisar a relação entre o próprio e o estranho em uma realidade marcada pelo excesso de positividade (HAN, 2015). A segunda abordagem analisa o papel dos limites na constituição de uma democracia em que a pluralidade de discursos é desejada em contraposição a uma democracia liberal, caracterizada por um pensamento hegemônico (MOUFFE, 2005a). A terceira abordagem investiga a conformação dos domínios público e privado, ao longo do tempo, que coexistem na medida em que se tem clareza de seus limites, isto é, que os muros conceituais que os definem se mantenham claros (ARENDT, 2018). E a quarta abordagem analisa o papel da arte pública no processo de tornar visíveis os muros materiais presentes na paisagem urbana para, com isso, instaurar um debate público sobre os limites enquanto conformadores da sociedade (HEIN, 2018). Em suma, tendo o muro como objeto de estudo, este trabalho busca refletir sobre a importância dos limites para o ser humano em seu aspecto relacional. Ao longo do texto, mostraremos que o outro pode vir a ser entendido como o estranho, o diferente, o inimigo e/ou o adversário. Tais reflexões reverberam invariavelmente na experiência coletiva do espaço público que é ameaçada pela proliferação dos muros e que tem a arte como alternativa para combater esse problema.

Palavras-chave: muro; limite; outro; democracia; espaço público; arte pública; arquitetura.

ABSTRACT

This work analyzes the wall as it is built in the urban environment, especially in Brazil, since the middle of the 20th century, when a significant increase in the number of walls is noticed. Base on this problem (HAESBAERT, 2014) we wonder, from the philosophical and ethical point of view: what would be a wall? Would the building of a wall, nowadays, ethically speaking, be a problem? The analyzes that result from these general questions are structured in four approaches. The first one is based on the point of view of the immunological constitution of an organic system which serves as a basis for the analyzes of the relationship between the self and the stranger in a reality marked by excessive positivity (HAN, 2015). The second approach examines the role of limits in the constitution of a democracy in which the plurality of discourses is desired, as opposed to a liberal democracy, characterized by hegemonic thinking (MOUFFE, 2005a). The third approach investigates the conformation of the public and private domains, over time, which coexist as long as their limits are clear, i.e., that the conceptual walls which define them remain clear (ARENDT, 2018). And the fourth approach analyzes the role of public art in the process of making visible the material walls present in the urban landscape and, with this, establishing a public debate about the limits as shapers of society (HEIN, 2018). In short, with the wall as the object of study, this work seeks to reflect on the importance of limits for human beings in their relational aspect. Throughout the text, we will show that the other can come to be understood as the stranger, the different, the enemy and /or the opponent. Such reflections invariably reverberate in the collective experience of public space, which is threatened by the proliferation of walls and which has art as an alternative to combat this problem.

Key words: wall; limit; other; democracy; public place; public art; architecture

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cerca Viva em Superquadra, Asa Norte – Brasília, Brasil	24
Figura 2	Vala e Muro de Ariano – Nortúmbria, Grãbretanha.....	31
Figura 3	Cerca Centro Cultural Banco do Brasil, Setor de Clubes Esportivos Sul, Brasília, Brasil.....	32
Figura 4	Parede e muro do Pavilhão de Barcelona, Barcelona, Espanha.....	32
Figura 5	Muralha de Lugo, Espanha.....	33
Figura 6	Mureta da Urca, Rio de Janeiro, Brasil.....	34
Figura 7	Muro Jadim Vertical, Belo Horizonte, Brasil.....	34
Figura 8	Separação dos manifestantes pró e contra o processo de impedimento da então presidente do Brasil, em 2016.....	44
Figura 9	Detalhe da cerca metálica na Esplanada dos Ministérios, Brasília, instalado em 2016.....	44
Figura 10	Trecho do muro e grade limítrofes do Condomínio Alphaville Flamboyant, Goiânia, Goiás, Brasil.....	83
Figura 11	Muralha da cidade de Ávila, Espanha.....	83
Figura 12	Muro/parede limítrofe de edifício residencial, Goiânia, Goiás, Brasil.....	84
Figura 13	Memorial dos Veteranos do Vietnã – Vista Aérea.....	133
Figura 14	Memorial dos Veteranos do Vietnã – Detalhe da Superfície.....	134
Figura 15	Memorial dos Veteranos do Vietnã – Vista Frontal.....	134
Figura 16	<i>Tilted Arc</i> – Vista Aérea.....	135
Figura 17	<i>Tilted Arc</i> – Vista Diagonal.....	135
Figura 18	<i>Tilted Arc</i> – Vista Frontal.....	136
Figura 19	<i>Sculpture Habitable II</i> – Exterior.....	147
Figura 20	<i>Sculpture Habitable II</i> – Interior.....	147
Figura 21	<i>Colonia Guell Crypt</i> – Fachada.....	148
Figura 22	<i>Colonia Guell Crypt</i> – Detalhe de Arco.....	148
Figura 23	<i>Colonia Guell Crypt</i> – Detalhe de Fachada.....	149
Figura 24	Vista frontal do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.....	171
Figura 25	Detalhe do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.....	171
Figura 26	Conjunto do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Equivalência entre conceitos biológicos e sociológicos, a partir do Modelo de Seleção Clonal e da Sociedade Imunológica.....	49
Tabela 2	Mudança paradigmática, segundo Han.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS

- GSA *General Services Administration*
PPR Receptores de Reconhecimento de Padrões
SB Síndrome de Burnout
TDAH Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE ABREVIATURAS	9
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. A PROBLEMÁTICA DO MURO NA ATUALIDADE	13
1.1.1. A Invisibilidade do Muro na Arquitetura e Urbanismo Modernista.....	13
1.1.2. Para uma Ética dos Muros.....	17
1.2. UMA DEFINIÇÃO DE MURO	25
1.2.1. Limite, Barreira e Fronteira.....	26
1.2.2. O Muro <i>Lato Sensu</i>	29
1.2.3. O Muro <i>Stricto Sensu</i>	29
1.3. HIPÓTESES PARA COMPREENDER OS MUROS DE HOJE.....	35
1.3.1. 1ª Hipótese: o muro estaria presente desde a constituição biológica.....	36
1.3.2. 2ª Hipótese: o muro faria parte do regime democrático agonístico.....	37
1.3.3. 3ª Hipótese: O muro seria uma ação política, com potencial de transformação urbana.....	39
2. MURO E A SOCIEDADE DE DESEMPENHO: a crise da alteridade	42
2.1. UMA SOCIEDADE POSITIVA, MAS CONSTRUTORA DE MUROS?	42
2.1.1. Entendendo a sociedade a partir de modelos imunológicos.....	45
2.1.2. O Modelo de Perigo: reação imunológica baseada na <i>ação</i> do <i>outro</i>	46
2.1.3. A transição de um modelo imunológico negativo para um positivo	47
2.1.4. Problematizando a Sociedade de Desempenho: a negatividade do muro frente uma sociedade positiva	49
2.2. O MODELO DE PERIGO COMO ALTERNATIVA PARA EXPLICAR OS MUROS NA SOCIEDADE POSITIVA.....	51
2.2.1. A intensidade como ponto em comum entre a Sociedade de Desempenho e o Modelo de Perigo	53
2.2.2. Sociedade de Desempenho e Modelo de Perigo são incompatíveis.....	56
2.2.3. A Sociedade de Desempenho como apenas um viés da sociedade atual.....	59

2.3.	UMA COMPREENSÃO DOS MUROS EM UM AMBIENTE POSITIVO	63
2.3.1.	O muro viabiliza a Sociedade de Desempenho como ideal moderno	64
2.3.2.	A liberdade positiva necessitaria de muros invisíveis.....	65
3.	O MURO E A DISPUTA POLÍTICA: o agonismo em questão.....	68
3.1.	APRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA AGONÍSTA: crítica a uma democracia liberal.....	69
3.1.1.	Aprofundando no conceito de agonismo.....	70
3.1.2.	A disputa como essência do político em Mouffe	72
3.1.3.	A Falta Constitutiva é a essência da identidade do eu e do outro	72
3.1.4.	Crítica à democracia agonista: deliberação e a moral na política.....	74
3.2.	REFLEXÕES SOBRE O MURO A PARTIR DA SOCIEDADE DE DESEMPENHO E DA DEMOCRACIA AGONÍSTICA	77
3.2.1.	Tangência em Han e Mouffe: o conceito de inimizade.....	78
3.2.2.	Tipos de Muro: medieval, renascentista e contemporâneo.....	80
3.2.3.	A permanência dos limites na Aldeia Global.....	85
3.3.	O LIMITE COMO CONDIÇÃO HUMANA: conclusão dos Capítulos 2 e 3.....	86
4.	O MURO, O PÚBLICO E O PRIVADO: Elementos que precedem o Espaço Público	91
4.1.	O MURO E A CONDICIONALIDADE HUMANA.....	93
4.1.1.	Trabalho, obra e ação.....	95
4.1.2.	O muro poderia ser entendido como ação?.....	96
4.2.	O MURO NO AMBIENTE URBANO: O MURO GREGO.....	101
4.2.1.	<i>Vita Activa</i> E <i>Vita Contemplativa</i> : gênese do privado e público	101
4.2.2.	Reflexões sobre muro entre os domínios privado e público a partir de Han, Mouffe e Arendt	106
4.3.	A QUESTÃO DA LIBERDADE DENTRO DOS MUROS: o muro medieval	112
4.3.1.	A liberdade dentro de limites: o muro feito para libertar	113
4.3.2.	A privatização do ambiente público pela ausência do Estado.....	119
4.3.3.	O Conceito de Representatividade na Esfera Pública: preparação para a análise da arte pública e o muro	124
5.	O MURO COMO AÇÃO POLÍTICA: arte pública e arquitetura	130
5.1.	UMA COMPREENSÃO DE ARTE PÚBLICA: o muro em questão	131
5.1.1.	O Memorial dos Veteranos do Vietnã e o <i>Tilted Arc</i>	133

5.1.2. A Remoção do <i>Tilted Arc</i> : uma compreensão de público e privado	138
5.2. A ARQUITETURA COMO UMA ARTE PÚBLICA.....	145
5.2.1. A especificidade do local na arquitetura	149
5.2.2. O caráter público da arquitetura.....	150
5.2.3. Reflexões sobre muro e especificidade local	153
5.3. CONCLUSÃO: A Capacidade Do Muro De Mudar A Compreensão De Privacidade	156
5.3.1. O muro como ação política	159
CONCLUSÃO GERAL	165
REFERÊNCIAS	172

1. INTRODUÇÃO

1.1. A PROBLEMÁTICA DO MURO NA ATUALIDADE

1.1.1. A Invisibilidade do Muro na Arquitetura e Urbanismo Modernista

Por que não há discussões sobre os *muros* atualmente dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo? Talvez esta seja a pergunta que melhor resuma o nosso interesse por tal objeto. Desde que começamos a estudar os edifícios e as cidades, ainda em nossa graduação em arquitetura e urbanismo, esse elemento, tão presente no cotidiano dos atuais habitantes das cidades, tem aparecido raramente nos livros ou discussões acadêmicas. Entre todo o material acadêmico a que tivemos acesso, não é difícil encontrar trabalhos que analisem elementos arquitetônicos e urbanos específicos, tais como telhados e coberturas, janelas e portas, ruas e calçadas, etc. Contudo, não há muitos escritos dedicados exclusivamente aos muros. Quando pesquisamos por muro, dentro de tais disciplinas, nos saltam imagens das fortalezas das cidades fortificadas estelares italianas do Século XV ou das cidades medievais amuralhadas, algumas ainda em pé. Existe, sobre tais muros, uma boa bibliografia disponível que os apresenta na condição de artefato histórico ou como uma relíquia arquitetônica. Mas quando pensamos nos muros atuais, construídos diariamente, pouca coisa é encontrada.

Ainda dentro do campo do estudo das cidades, um grande estudo interdisciplinar feito por mais de cinquenta pesquisadores sobre verbetes da língua portuguesa e espanhola relacionados ao fenômeno urbano, *A Aventura das Palavras da Cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades* (TOPALOV, BRESCIANI, *et al.*, 2014), apresenta uma série de verbetes falados pelos habitantes de diversos países, em especial, da Península Ibérica e das Américas, identificados pelos pesquisadores como relativos ao processo de urbanização, em seu idioma nativo e em seu contexto cultural, histórico e linguístico. Nessa vasta pesquisa, que contempla uma enormidade de palavras, tais como rua, calçada, praça etc. não está presente a palavra muro. Diante dessa invisibilidade dos muros, perguntamo-nos: por que não se discute os muros hoje em dia na arquitetura e no urbanismo se sua presença na cidade é tão marcante?

Poderíamos associar o início da invisibilidade dos muros com o desenvolvimento da artilharia à base de pólvora, no Século XIII. Até o final da Idade Média europeia, a tecnologia de defesa era mais eficiente do que a de ataque nos empreendimentos bélicos. Uma cidade bem protegida por muros tinha praticamente garantida a sua sobrevivência aos ataques dos inimigos. Contudo, a data do desenvolvimento da pólvora como componente das armas de explosão, o ataque superou a defesa estática e, a partir daí, as muralhas começaram a ser gradativamente eliminadas no ambiente urbano e tornaram-se obsoletas. Somados ao desenvolvimento do canhão, outros fatores aceleraram a retirada dos muros, tais como a Mercantilização e a Revolução Industrial. Estas causas levaram à explosão demográfica nos centros urbanos e às mudanças estruturais na geopolítica mundial, que forçaram as cidades a se abrirem e abandonarem de vez qualquer barreira para sua expansão territorial. Assim, as grandes cidades colocaram abaixo seus muros limítrofes e aquelas que optaram por construir fortificações logo se expandiram para fora delas (cf. FILGUEIRAS, 2016, p. 11-59).

Essa obsolescência das muralhas poderia explicar a razão pela qual foram deixadas de lado nas discussões sobre arquitetura e urbanismo, mas não explicaria por que os muros de pequena escala não entraram nas pautas de discussões arquitetônicas a partir de então. Eles, que não eram muito comuns dentro das cidades muradas medievais, foram gradativamente surgindo na paisagem urbana das cidades modernas. O planejamento urbano desenvolvido no Brasil ao longo do Século XIX com o intuito de gerar um ambiente citadino mais salubre, instituiu afastamentos obrigatórios das construções vizinhas e da via pública (FILHO, 2011, p. 58). Com isso, os limites dos lotes, antes definidos pelas paredes limítrofes das edificações, passaram a ser definidos por grades e muros. Essa talvez seja uma das explicações para a gênese do muro moderno, assunto que será discutido nesta tese, pensando ainda no caso brasileiro. No entanto, o muro de pequena escala, aquele que serve para cercar habitações, não surgiu apenas no Século XIX, uma vez que existe desde a pré-história. Mas o muro de pequena escala, como fenômeno urbano abrangente, passou a impactar a realidade urbana de maneira mais decisiva a partir do Século XX.

Se o desenvolvimento da artilharia à base de pólvora não explica totalmente a invisibilidade atual de estudos sobre os muros no universo da arquitetura e do urbanismo, talvez a história moderna do planejamento urbano possa complementar e ajudar a entender o problema. Entre as correntes de pensamento urbano que surgiram após o desenvolvimento da cidade industrial, o tipo mais difundido a partir do Século XX foi o progressista (CHOAY, 2005, p. 7). O impacto que teve o pensamento de urbanistas como Tony Garnier (1869-1948),

Walter Gropius (1883-1969) e Le Corbusier (1887-1975), na teoria urbana do Século XX, poderia explicar por que os muros foram deixados de lado nas reflexões urbanas e arquitetônicas atuais.

A ideia desse modo progressista de pensar a cidade é alicerçada em uma “concepção do *indivíduo* humano como *tipo*, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis” (CHOAY, 2005, p. 8, grifos da autora). Em outras palavras, o pensamento que norteia as soluções urbanísticas dos planejadores progressistas é a análise racional, que permite a criação de uma ordem-tipo aplicável a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo e lugar. Como o objeto de análise desses pensadores era a cidade industrial, as soluções foram pensadas para resolver seus problemas mais importantes. Neste caso, talvez o mais urgente de todos, era a falta de higiene. Assim, em primeiro lugar, o espaço pensado pelo modelo progressista era essencialmente aberto para áreas verdes e vazios urbanos sem fechamentos verticais, contrariamente aos adensamentos que favoreciam edificações conjugadas, ausência de grandes pátios internos às quadras/blocos, excesso de pequenos pátios internos às habitações, muitos transformados em cortiços, ruas estreitas, baixa iluminação etc.

Le Corbusier, por exemplo, sequer considera a existência de muros pequenos na cidade por se tratar, talvez, de um fenômeno relativamente recente à época de sua teoria urbana ou por considerá-lo simplesmente ultrapassado historicamente. Pensando na adequação da cidade aos novos desafios de uma sociedade voltada ao uso eficiente da cidade, o urbanista propõe um espaço urbano com novas formas de ordenamento para habitação, lazer e trabalho. No relativo aos muros, sua análise centra-se nas antigas muralhas de grande escala das cidades cercadas. E seu veredito é claro:

A natureza das armas ofensivas determinava a das armas de defesa. Época de muralhas, substituídas, mais tarde, por bastiões, redutos e redentes. A cidade continuava encerrada e como que sufocada. Daí tantos dispositivos contrários ao bem-estar dos homens: ruas estreitas e pátios (CORBUSIER, 2004, p. 61).

Dentro do pensamento de Le Corbusier, o que mais se aproxima dos muros que discutimos é a rua limitada pelas fachadas dos edifícios. E, para o autor, tal rua é o símbolo da desordem circulatória, devendo ser substituída pela via. Rua e via, nesse sentido, tornam-se conceitos diversos pois, enquanto a rua não faz uma distinção entre os fluxos de circulação, as vias são específicas para tipos distintos de circulação (CORBUSIER, 2004, p. 81). Assim, com o intuito de tornar livres as cidades da coação e da tirania da rua, Le Corbusier propõe a eliminação do loteamento urbano tradicional, isto é, parcelas do solo divididas em pequenos

lotes destinados à construção da habitação unifamiliar ou coletiva. Em seu lugar, propõe a criação de loteamentos urbanos voltados para unidades de habitação coletiva na forma de edifícios de múltiplos pavimentos e erguidos por pilares do solo, de forma a deixá-lo livre à circulação do pedestre. Esse princípio teria a capacidade de eliminar a rua e, conseqüentemente, o muro, a parede ou a grade que a confina. Portanto, o assunto relativo aos muros dentro do pensamento urbano progressista poderia ser considerado resolvido: não haveria lugar para eles nas cidades modernas.

Mas o pensamento urbano atual não é composto apenas pela visão progressista. Aliás, o racionalismo das propostas urbanas progressistas, que leva às decisões generalistas, sempre foi combatido no pensamento urbano desde o Século XIX. Concomitantemente ao surgimento da visão progressista de cidade, surgiu o modelo culturalista de planejamento urbano. Por essa visão, o indivíduo era entendido como um elemento insubstituível dentro da comunidade que constitui e não como um ser humano tipo (CHOAY, 2005, p. 11). A referência para as análises desse modo de pensar era a cidade medieval, centradas na originalidade e nas particularidades da Idade Média. Nesse sentido, urbanistas como Camillo Sitte (1843-1903) e Ebenezer Howard (1850-1928) propõem uma cidade circunscrita no interior de limites precisos. (*ibidem*, p. 13)

As ideias de Camillo Sitte sobre a rua partem do princípio de que “a rua ideal deve formar um todo fechado!” (SITTE, 1992, p. 186). Sitte defende a rua e sua complexidade pelo viés da estética urbana. Para Sitte,

não se devem julgar os arruamentos dos nossos antepassados a partir do que restou de alguns pequenos burgos pobres e sem importância, mas sim examinar as cidades que já tiveram grande brilho, e que por sua população numerosa e sua opulência de então têm para nós um interesse verdadeiramente prático. (SITTE, 1992, p. 186)

Sitte entende que a rua seria mais aprazível para o habitante da cidade do que a via expressa, já que um espaço onde o olhar não pode se perder no infinito seria mais confortável ao ser humano. Ele também compreendia a rua sinuosa como uma incessante sobreposição de perspectivas agradáveis e entendia a eliminação dessas barreiras como uma grande perda para a estética urbana. (SITTE, 1992, p. 186) De maneira geral, as ideias de Sitte, em conjunto com os demais urbanistas culturalistas, são o contraponto das propostas urbanas progressistas, que ignoram a realidade anterior à cidade moderna e seus valores estéticos e práticos.

Entretanto, mesmo que o modelo culturalista defenda o recinto fechado, não podemos associar diretamente o fenômeno dos muros atuais a tal corrente de pensamento urbano. Os muros que servem de referência aos urbanistas culturalistas não eram os muros sobre os quais tratamos nesta tese. Eram as mesmas muralhas e fortificações antigas analisadas por Le

Corbusier. E, ainda que sua intenção fosse criar unidades urbanas fechadas, não havia nenhuma referência ao erguimento de muros como nas cidades antigas. A circunscrição tinha mais a ver com a unidade cultural do conjunto urbano do que com um recinto murado. Mesmo que Sitte faça apologia ao recinto fechado, seu zelo pela estética provavelmente não permitiria a adoção de muros como os de hoje, que transformam a rua em um corredor monótono. A estética da rua, para ele, era constituída pela variedade das fachadas que davam dinamismo e unidade ao todo urbano. Portanto, em termos gerais, o muro estaria de fora tanto da visão mais progressista quanto da visão mais nostálgica de cidade para os planejadores urbanos do início do Século XX, período em que os muros modernos começaram a ser construídos.

A partir dessas breves análises podemos tirar algumas conclusões sobre a invisibilidade dos muros atuais para as disciplinas de arquitetura e urbanismo. A primeira é que o fenômeno da proliferação dos muros de pequena escala é relativamente novo para se tornar tema relevante nas reflexões dos estudiosos da era moderna – inicia-se no Século XIX e se prolifera durante todo o Século XX e início do XXI. A segunda é que uma parte do pensamento urbano que fundamenta as teorias arquitetônicas e urbanísticas do Século XX é radicalmente contrária ao recinto fechado murado, símbolo do retrocesso e do passado medieval que deve ser deixado de lado. Isto é, mesmo que já houvesse muitos muros à época de urbanistas como Le Corbusier, sua compreensão de cidade excluiria o muro. E, por último, mesmo por aqueles arquitetos e urbanistas que defendiam os valores estéticos das cidades medievais, como Camillo Sitte, o muro atual não satisfaria, pois a estética da cidade gerada pelos muros atuais pouco ou nada se assemelham com a paisagem urbana medieval.

1.1.2. Para uma Ética dos Muros

Então, por que tais muros surgiram na cidade moderna se, pelo viés defensivo, não são tão determinantes quanto outrora e se não tomaram parte nas discussões arquitetônicas e urbanísticas mais relevantes para o Século XX? Quando analisamos em conjunto os fatores levantados – a obsolescência do muro como elemento de defesa urbana, a explosão demográfica pós-industrial e o desenvolvimento de um planejamento urbano que prevê uma cidade sem muros para o Século XX e XXI – seria razoável esperar a inexistência dos muros. Contudo, o que percebemos, especialmente no caso brasileiro, é o contrário: muros participando cada vez mais da paisagem das cidades, cercando habitações unifamiliares e coletivas, condomínios fechados, instituições governamentais, etc. Há, porém, uma diferença: antes, no período das muralhas, os muros eram protagonistas na estética das cidades e, agora,

são coadjuvantes e tidos quase como que um mal necessário. Então, se existem tantos fatores contrários aos muros, como explicar sua existência?

As respostas que encontramos para essa pergunta envolvem, de maneira geral, um viés sociológico. O conhecido estudo de Tereza Caldeira (2000) sobre a cidade de São Paulo diz que a razão para a existência dos muros atuais é o medo e a segregação no ambiente urbano, que surgiram a partir dos anos 1980. Por outro lado, um artigo mais recente de Rogério Haesbaert (2014) diz que a proliferação dos muros decorre justamente da flexibilização das fronteiras. Sua teoria, embasada em autores como Foucault, Deleuze e outros, entende uma transformação significativa no pós-2ª Guerra Mundial, em que uma sociedade ocidental marcada por limites claros dá lugar a uma com limites fluidos. Para ele, o muro, no novo contexto social, é uma tentativa de regular a desordem de uma sociedade liberal.

Já, por uma perspectiva histórica sociopolítica, os estudos que fizemos sobre a história das cidades em nosso mestrado (FILGUEIRAS, 2016, p. 11-59) indicam que a ausência ou presença de muros nas cidades pode estar vinculada também à concentração do poder político e militar. Observando o panorama histórico ocidental, os muros estão presentes de modo marcante na realidade urbana desde o início das cidades, exceto em dois períodos: na Pax Romana, período que vai de 28 a.C. a 180 d.C., e durante o apogeu do Estado Moderno ocidental, do Século XVII ao XIX. Esses dois períodos têm em comum uma forte centralização do poder político e um grande domínio territorial e militar por uma nação ou pessoa. No primeiro caso, o Império Romano exercia controle do seu vasto território de uma maneira eficiente com um exército forte capaz de subjugar os povos conquistados. O poder desse período estava concentrado nas mãos dos imperadores romanos, especialmente da dinastia Nerva-Antonina. No segundo caso, o controle era exercido pelo Estado Moderno europeu que, apesar de divididos em países, possuíam forte controle territorial na África e na América. A figura que talvez melhor represente esse período é Napoleão Bonaparte, responsável pela expansão do território francês por quase toda Europa, além de suas colônias. Se compararmos os dois períodos mencionados sem muros com as épocas em que havia presença de muros nas cidades, poderíamos inferir algumas condições propícias para o erguimento de muros, tais como a descentralização do poder, a fragilidade nas relações entre os grupos ou disputa por territórios, a instabilidade governamental e pouco alcance na instituição responsável pelo governo.

Há, com certeza, tantas outras condições sociopolíticas que justificam a construção dos muros, mas o foco deste trabalho é buscar uma explicação mais profunda capaz de abarcar

as demais. Assim, para além das explicações sociológicas e antropológicas, o interesse desta tese é encontrar, por meio de uma abordagem filosófica, uma explicação para a existência dos muros. Nesse sentido, partiremos da hipótese que os muros são a manifestação material dos limites inerentes ao ser humano. Essa hipótese irá nos guiar ao longo do trabalho e servirá de referência para as futuras análises. É importante ressaltar que, com tal hipótese, não estamos propondo que a construção de muros seja a resposta para alguma das inúmeras crises que vivenciamos na atualidade. Buscamos, outrossim, estabelecer uma base filosófica para análises posteriores do fenômeno de sua proliferação.

A respeito de uma possível ética dos muros – se é eticamente correto ou não construir um muro atualmente –, Achilles Mbembe (2017) torna-se referência importante, pois propõe uma realidade sem fronteiras. Ou seja, julga, a princípio, que os muros construídos hoje são incorretos do ponto de vista da ética. Mbembe (2017), filósofo conhecido na corrente de pensamento decolonial, propõe um mundo sem fronteiras físicas, isto é, sem muros, que impeçam o fluxo das pessoas. Pensando a questão da colonização como um processo de deslocamento de massas populacionais, o autor analisa o atual processo de migração de povos, especialmente os africanos, à luz do anterior descolamento de povos através do Oceano Atlântico. O processo de colonização do Continente Americano envolveu necessariamente a migração de massas populacionais de acordo com os interesses dos países colonizadores. Assim, populações na África foram escravizadas e levadas para o continente americano com o intuito de trabalhar na exploração do Novo Mundo, gerando riquezas para as potências europeias da época.

Atualmente, com a diminuição da população em determinadas partes do globo – especialmente na Europa – haveria um rearranjo populacional que beneficiaria os povos do sul, segundo Mbembe. Tendo isso em vista, sua proposta filosófica parte de três conceitos basilares: da abertura, da travessia e do deslocamento. Isto é, sua filosofia critica o apego ao lugar de origem – ele defende que o lugar de origem não pode limitar a pessoa – e a possibilidade de se deslocar pelo mundo sem impedimentos (MBEMBE, 2017, p. 22). Dessa forma, o autor entende as barreiras físicas, que impedem o deslocamento livre da pessoa através do globo, como prejudiciais ao ser humano, apesar de criticar qualquer tipo de universalismo (MBEMBE, 2017, p. 21). Nesse sentido, ele desenvolve uma série de reflexões que, em suma, expõe as mazelas de um mundo em guerra dividido e segregado em pequenos grupos, numa espécie de políticas de inimizade.

Mbembe afirma também que as guerras atuais se tornaram um fim em si, isto é, uma necessidade para a forma como a democracia está sendo exercida hoje em dia. A busca pelo poder acima do “exercício da vida e da liberdade com o conhecimento da verdade e [da] solicitude para com o outro” (MBEMBE, 2017, p. 10) é o fator que retrocede as relações humanas ao ponto de *fronteiras* serem transformadas em *limites*. Para ele, as fronteiras deixaram de ser linhas imaginárias através das quais se ultrapassava para se tornarem limites intransponíveis na forma de grades e muros, onde o migrante encontra seu fim. Assim, o muro é, para o autor, um mal do mundo atual, um empecilho para alcançarmos uma realidade mais justa, sem tantas desigualdades sociais, envolvendo em grande parte a questão racial decorrente de um passado colonialista e imperialista.

Outro pensador que traz em sua teoria elementos vinculados aos muros atuais é Zigmund Bauman (1999). Conhecido como o filósofo da pós-modernidade, Bauman afirma que os muros são ruins para a sociedade atual. Para chegar a tal conclusão, o autor empreende uma crítica à globalização através da análise de duas realidades procedentes dela. A primeira realidade encara a globalização como aquilo que irá trazer a felicidade; já a segunda a entende como a causa da infelicidade geral. Para a primeira, a globalização é sinônimo de liberdade e alcance global; para a segunda, é sinônimo de localização e um destino indesejado e cruel. (BAUMAN, 1999, p. 7) Nessa dualidade, o fator que determina a que grupo se fará parte, isto é, o fator que mais estratifica nossa sociedade atual é a mobilidade, ou o acesso a ela. A liberdade de movimentos torna-se hoje em dia, mais do que nunca, uma mercadoria escassa e distribuída de forma desigual. E a mobilidade tem a ver com as fronteiras e limites do mundo.

Bauman e Mbembe analisam, cada qual pelo seu viés, a relação que existe entre aqueles que se beneficiam de uma cultura global e aqueles que estão impedidos de se globalizarem. Isto é, enquanto um grupo seletivo está cada vez mais globalizado, ou seja, tendo (pelo menos até a pandemia da COVID-2019) acesso livre ao redor do mundo, a grande parte das pessoas está se tornando cada vez mais localizada, ou seja, impedidas de se locomover. “E ser local em um mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 7). É como se o processo de globalização dissipasse as fronteiras para uma pequena elite e, por outro lado, erguesse limites intransponíveis para grande parte das pessoas.

Um das maiores preocupações de Bauman é o efeito nocivo da mobilidade atual nas localidades. Utilizando-se do exemplo das grandes empresas globais, o autor esclarece como se dá a atual relação dos sujeitos globalizados com os sujeitos localizados. Nesse exemplo, a empresa desterritorializada se instala em uma localidade propícia para seu desenvolvimento

econômico, servindo-se dos recursos locais. Emprega a mão-de-obra localizada e movimenta a economia local. Entretanto, sua permanência está submetida às decisões de investidores anônimos e, caso lhes pareça conveniente, desmonta-se a empresa para instalá-la em outra localidade, deixando vazio o lugar - não apenas físico, mas social e econômico - que se instalou primeiramente. Esse modo de exploração semelhante ao parasitário é possível graças à facilitada mobilidade gerada pela globalização.

Os muros fazem parte desse processo de erguimento de barreiras, que pode ser comparável de alguma forma com o erguimento dos muros medievais. Trataremos desse assunto com mais profundidade no Capítulo 4, mas já podemos adiantar um aspecto que tem a ver com a discussão que Bauman propõe. A realidade urbana medieval era definida pela separação clara entre o *dentro* e o *fora*. O espaço exterior, ao contrário da subsequente Era Moderna, era sinônimo de medo e violência. O muro nessa realidade era um fator de proteção para a cidade, de maneira que os moradores do campo viviam lançados à própria sorte, desprotegidos de possíveis assaltos. Portanto, as cidades medievais entendiam aquele que vem de fora como uma possível ameaça. Essa concepção teria mudado após o Mercantilismo e a Revolução Industrial, quando a sociedade europeia começou e consolidou sua expansão e ocupações ultramarina na Era Moderna.

Contudo, quando consideramos a volta dos muros nos centros urbanos nos Séculos XX e XXI, seria possível perceber a volta do fenômeno, típico da Idade Média, do medo do que vem de fora, com a diferença de que o que vem de fora está dentro da cidade. É como se o ambiente público da cidade atual estivesse desempenhando o papel do campo medieval no que tange a fonte da ameaça, e as propriedades privadas ou públicas muradas o papel dos feudos medievais fortificados.

A cidade, construída originalmente em nome da segurança, para proteger de invasores mal intencionados os que moram intramuros, tornou-se em nossa época “associada mais com o perigo do que com a segurança”, diz Nan Elin. Nos nossos tempos pós-modernos, “o fator medo certamente aumentou, como indicam o aumento dos carros fechados, das portas de casa e dos sistemas de segurança, a popularidade das comunidades 'fechadas' e 'seguras' em todas as faixas de idade e de renda e a crescente vigilância nos espaços públicos, para não falar nas intermináveis reportagens sobre perigo que aparecem nos veículos de comunicação de massa” (BAUMAN, 1999, p. 55).

Em uma cidade grande como São Paulo, o sentido de comunidade, quando acontece, se dá na escala dos bairros, das quadras ou das residências. Fora desse pequeno grupo de habitações, a cidade torna-se lugar de passagem, de sujeitos em trânsito, sem vínculo local. Se considerarmos o ponto de vista de Bauman, faria sentido nessa realidade, tanto para aqueles globalizados quanto para os localizados, criar formas de proteção para sua existência em meio

a uma infinidade de sujeitos em passagem. Fora de sua localidade no meio urbano, até mesmo os sujeitos localizados se tornam sujeitos de passagem. Sem um vínculo local, o ambiente urbano talvez tenha se tornado um grande lugar de passagem em que os passantes são possíveis ameaças para aqueles que estão em uma localidade específica.

Entretanto, é importante distinguir os sujeitos que constroem muros entre aqueles que são favorecidos pela realidade globalizada, cuja atitude de murar(-se) tem o intuito de buscar manter-se livres das amarras locais, e os desfavorecidos, que buscam, quando constroem um muro, garantir sua existência. Quando pensamos nos desfavorecidos que constroem muros, não nos referimos aos mesmos a que se refere Mbembe. O autor trata daqueles que vivem as consequências em último grau do processo colonizatório europeu. Muitos deles não tem alternativa para permanecer em sua terra natal e tornam-se migrantes. Esses não têm razão para construir muros, pois seu local de origem não fornece condições mínimas para sua sobrevivência. Para os migrantes, os muros atuais são limites que os separam de sua sobrevivência e, logo, não são um meio para garanti-la. Do mesmo modo, também não estamos nos referindo aos habitantes das cidades em situação de rua que vivem uma realidade similar aos migrantes, ou seja, não possuem um local privado para habitar. Tais realidades expõem as mazelas mais profundas da crise da atualidade e são tratadas pelo autor com a devida importância.

Contudo, nossa proposta não é focar na realidade mais radical das pessoas desfavorecidas e em trânsito. Por esse viés, a questão dos muros, aparentemente, já está resolvida: são meios para o agravamento da crise. Contudo, existe ainda uma realidade não muito analisada, mas não menos importante pelo seu alcance, em que a questão do muro está em aberto. Estamos nos referindo àqueles que, mesmo desfavorecidos pela globalização, possuem alguma condição para habitar seu local de origem, o que só é possível, muitas vezes, por meio de um muro. Estamos nos referindo àquela parcela da população que teve acesso, de um modo ou de outro, a uma fração do território da cidade para habitar. Esse extrato social, que não é favorecido pela globalização, mas reúne condições mínimas para manter-se localizado, também constrói muros, aos quais nos referimos quando falamos de uma possibilidade ética para sua existência. É desse muro construído para a garantia dessa sobrevivência a que estamos nos referindo quando pensamos na viabilidade de sua existência no meio urbano.

Contudo, apesar de enxergamos uma possibilidade ética para o erguimento de um muro, entendemos que não estamos contradizendo as teorias de Mbembe e Bauman quando

defendem sua retirada, pelo menos não em seu cerne. Concordamos com a leitura de Mbembe quando este afirma que os muros são limites para os migrantes e entendemos que eles são instrumento para o aprofundamento das desigualdades sociais provocadas pelo acesso restrito à mobilidade. *Contudo, pretendemos, com o nosso estudo, explorar o oposto do pensamento desses autores e demonstrar como a ausência de muros, isto é, de limites e fronteiras também é um instrumento que agrava, não apenas a crise social e humanitária que vivemos atualmente como, também, a crise da relação com o outro, a crise neuronal, a crise da democracia e, também, de certa forma, a crise do espaço público.*

Em consonância à visão de Mbembe e Bauman sobre a iniquidade em se erguer um muro, inúmeras pesquisas sobre os muros também fazem o juízo de que eles são ruins para a sociedade como um todo. Nesse sentido, existem levantamentos precisos (FOLHA DE S. PAULO, 2017) sobre os grandes muros transfronteiriços erguidos atualmente, revelando uma espécie de consenso de que os muros são ruins. Entendemos tais esforços contrários ao muro como legítimos e fundamentais, alinhados ao pensamento daqueles autores. Contudo, não acreditamos que sejam capazes de alcançar seus objetivos por talvez deixarem de lado o fator que buscamos ressaltar com esta tese: de que os limites fazem parte da constituição do ser humano e que os muros talvez sejam uma manifestação disso. Muito mais do que apenas um problema social e urbano a ser corrigido, entendemos que é preciso analisar a questão dos muros por outros vieses a fim de conseguirmos penetrar a constituição da pessoa humana para compreender como se dá a sua relação com tal elemento construído.

Um exemplo da ineficácia das iniciativas que tendem a generalizar e simplificar o problema dos muros é o caso de Brasília. Fruto do pensamento urbanístico progressista, citado anteriormente, tem como princípio o solo livre para a circulação da população (COSTA, 1956). Contudo, desde os primórdios da sua construção, as áreas residenciais, compostas por edifícios erguidos do solo por pilares vem sofrendo pressão para o cercamento. Algumas regiões marginais ao plano de Lucio Costa que seguiam o mesmo princípio do solo livre, como o Setor Cruzeiro, não suportaram a pressão e tiveram boa parte da área pública residencial murada e/ou cercada (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Nas próprias superquadras do Plano Piloto, que resistem ao cercamento graças ao trabalho intenso de fiscalização e conscientização de grande parte dos moradores sobre o valor urbanístico da cidade aberta, é comum ver barreiras ao fluxo livre dos pedestres na forma de cercas vivas, pequenos cercados de metal ou madeira e até mesmo diferenças de nível no piso.

Figura 1 – Cerca Viva em Superquadra, Asa Norte – Brasília, Brasil



Fonte: (MARQUES, 2017)

Para nos aprofundarmos nas razões que levam à construção de espaços cercados, consideramos que é preciso ampliar a abordagem para novas perspectivas, mesmo que sejam dissonantes aos discursos mais difundidos atualmente que defendem ou suscitam a retirada dos muros. Sem entrar no mérito da questão específica da capital nacional, acreditamos que o princípio da resposta que buscamos neste capítulo esteja em iniciativas de cercamento similares às brasilienses, isto é, em ações de cercamento pequenas, cotidianas, que passam quase despercebidas – ou nem tanto – na paisagem da cidade. Nesse sentido, existem movimentos, como o denominado “Muro: território compartilhado”¹(cf. FILGUEIRAS, 2016, cap. 3), que assumem o muro como uma realidade urbana consumada, própria do cotidiano, tanto quanto edifícios, calçadas e ruas, e buscam incorporá-lo a uma proposta de estética urbana. Em geral, são movimentos artísticos que utilizam o próprio muro, elemento construído pelo *outro*, no sentido de concidadão, para segregar e que também funciona como meio de acesso à sua obra. Tais iniciativas estão em consonância com um princípio apresentado por Nicolas Bourriaud para definir o projeto cultural das práticas artísticas contemporâneas: “aprender a habitar melhor o mundo, em vez de tentar construí-lo a partir de uma ideia preconcebida da evolução histórica” (BOURRIAUD, 2009, p. 18). *Tendo isso em vista, a nossa abordagem compreenderá o muro como elemento relacional na paisagem urbana no sentido de mediar a relação entre construtor e observador do muro.*

¹ MUROS: Territórios Compartilhados. c2011. Página inicial. Disponível em: <<https://muros.art.br/>> Acesso em: 26/01/2021

1.2. UMA DEFINIÇÃO DE MURO

Desde que começamos a estudar os muros, percebemos que a temática vem se atualizando e ganhando ainda mais complexidade nos últimos anos. Em vários campos do conhecimento, especialmente aqueles voltados para a vida urbana e para a contemporaneidade, o muro tem sido utilizado para análises sociológicas, políticas e psicológicas, pois reflete, de alguma forma, a segregação que vivenciamos hoje em dia. A invisibilidade dos muros que indicamos anteriormente tem sido atenuada com as mudanças no cenário político mundial ocidental dos últimos anos. Nesse sentido, o debate sobre os muros tem ganhado algum destaque, entretanto, com um viés polarizado. Ele tem servido como um instrumento para a consolidação de discursos políticos tanto daqueles que defendem um mundo mais integrado sem barreiras, que correspondem grosso modo a uma visão mais progressista dentro do mundo político, isto é, que condenam os muros, quanto daqueles que acreditam que são necessários para um controle maior dos fluxos gerados pela globalização, uma visão política que tem sido associado a grupos mais conservadores do ponto de vista ético. Nesse panorama, o meio termo tem sido desconsiderado em prol de um posicionamento político mais radical a favor ou contra uma determinada forma de governo ou pensamento político e econômico, o que termina orientando a maneira como os muros, sobretudo na escala das fronteiras têm sido compreendidos.

Está contida, nessa polarização das relações sociais e políticas, uma noção de limite que se confunde com a própria compreensão do muro. Na atualidade, percebemos que o limite, enquanto conceito, tem sido entendido em um sentido rígido, estanque e sem espessura tanto pelos que querem construir mais muros quanto por aqueles que buscam eliminá-los. Nesse sentido, a rigidez se refere à inflexibilidade atual ao tratar de diferentes aspectos de uma questão política, ou seja, à estanqueidade na ausência de troca entre lados antagônicos e a falta de espessura por não haver espaço para o meio termo. Em contrapartida, podemos pensar em outras noções de limite. Em uma realidade menos polarizada, o limite poderia ser compreendido como flexível, poroso e espesso, por exemplo. Nesse caso, haveria certa transição entre as partes, como um espaço comum, uma intersecção entre dois grupos, em que âmbitos dos dois lados poderiam existir em concomitância.

1.2.1. Limite, Barreira e Fronteira

Explorando um pouco mais a questão dos tipos de limite, podemos comparar três termos cujos significados se confundem: limite, barreira e fronteira. Em geral, em nossa dissertação de mestrado, utilizamos a barreira como aspecto fundamental do muro, baseado na ideia de um barrar por meio da imposição de dificuldade (FILGUEIRAS, 2016, p. 13) e não propriamente da fixação de um limite absoluto. Nesse sentido, o conceito de barreira não implicaria uma vedação completa, mas certa flexibilização do limite. Ao nosso ver, o conceito de barreira deveria garantir alguma possibilidade para a sua própria transposição. Assim, um muro, quando entendido como uma barreira, por sua escala humana, resguardaria alguma transponibilidade.

A *barreira* seria, portanto, uma separação imposta por uma dificuldade, mas não uma dificuldade qualquer. Percebemos que as dificuldades implícitas à dimensão da (in)transponibilidade no conceito de barreira formam como que uma tensão entre a impossibilidade definitiva e a facilidade do trânsito entre as duas instâncias separadas. Por exemplo, uma cerca passaria, em geral, a ideia de certa facilidade em sua transposição, enquanto a muralha passaria a ideia de vedação quase total. Ambos indicariam, portanto, um grau do teor de separação – isto é, a muralha separaria mais do que cerca – que o conceito de barreira nos parece requerer.

Para nos ajudar a explicar a nossa ideia, recorreremos ao conceito de agonismo político desenvolvido por Chantal Mouffe, que trataremos no Capítulo 3 com mais profundidade. O conceito de Democracia Agonista para Mouffe (2005a) significa, grosso modo, deixar claros os limites que existem entre os diversos grupos políticos presentes em uma democracia, garantindo assim a pluralidade nas tomadas de decisão deliberativas. Já a hegemonia, oposta à pluralidade, significaria exatamente o enfraquecimento dos grupos por meio do consenso universal, isto é, o consenso teria a capacidade de unir os grupos em prol de uma ideia comum, que no fundo, privilegiaria apenas um dos lados da disputa. Assim, Mouffe propõe um equilíbrio da democracia por meio da tensão sugerida pelo conceito de disputa agonista, que, por sua vez, pretendemos vincular ao conceito de barreira. Entendemos que o conceito de Mouffe sugere um equilíbrio entre as forças hegemônicas no jogo político similar ao que identificamos na barreira. Na sua filosofia política, o rompimento da tensão agonista levaria o jogo político ao plano do antagonismo, cessando a comunicação entre os lados, transformando-os em inimigos políticos. E, quando se trata de antagonismo político, o limite seria absoluto, pois não haveria condições para o debate, já que a intenção não seria a

tolerância entre grupos envolvidos, mas a destruição do inimigo. Dessa maneira, a partir dos termos dessa compreensão política, entendemos que o agonismo estaria para a barreira tal como o antagonismo estaria para o limite intransponível. Ou seja, que a intransponibilidade associada ao muro termina vinculando-o uma visão de mundo intolerante, que não corresponderia necessariamente à compreensão de muro desde uma perspectiva agonista, que o colocaria mais próximo de um limite desejável na medida em que garantiria uma pluralidade de vozes.

Outra correlação possível entre os três conceitos em questão seria a diferenciação entre fronteira e limite. Uma das possibilidades seria a que Mbembe cita em sua teoria mencionada anteriormente. Neste caso, fronteira é entendida como uma linha imaginária criada para a divisão de territórios, sem uma necessária dificuldade para se atravessar. Trata-se, portanto, de um conceito ainda mais brando que o de barreira no que tange a dificuldade de transposição, pois é algo mais próximo de uma soleira do que de uma barreira. À semelhança da soleira de um portal, a maior parte das fronteiras se atravessa sem se notar. Apesar de definir um limite territorial, a fronteira não implicaria uma dificuldade; seria, à primeira vista, apenas uma linha (não-)consensual do limite entre dois territórios ou povos. Já limite é entendido como em termos de sua intransponibilidade, mais rígida, aquilo que Mbembe vê como um mal do mundo globalizado. Propomos, entretanto, um conceito de limite distinto do de Mbembe ao compará-lo ao horizonte. Logo, horizonte seria semelhante ao limite intransponível. Contudo, não implicaria uma barreira estanque impossível de se transpor por sua fixidez, mas um limite que se renova a cada olhar e por isso intransponível. Nos dois casos, seja no conceito de limite pensado por Mbembe seja enquanto horizonte, não haveria barreira física impedindo o fluxo. Mas seria sempre possível atravessar a fronteira, enquanto não seria plausível transpor o horizonte.

Assim, em suma, e retomando brevemente o percurso que fizemos em nosso mestrado quando analisamos o muro enquanto barreira, lugar e objeto estético (FILGUEIRAS, 2016), poderíamos também entendê-lo como limite, fronteira e horizonte. Apesar de serem conceitos importantes para um estudo que envolve limite, não é intuito desta tese analisar ou mesmo aprofundar a compreensão de muro por tais vieses. Contudo, abrir a compreensão de muro para tais possibilidades nos serve para apresentar uma questão: se o muro poderia ser entendido por vieses tão distintos, não seria o momento de indicarmos uma definição de muro capaz de abranger as demais, pensando em aprofundarmos nossa compreensão? Nesse sentido, existiria uma característica, um conceito ou uma definição comum de muro em todos

os sentidos do muro já citados? Isto é, o muro, apesar de sua diversidade formal, poderia definir um tipo específico de limite?

Posto isso, entendemos que nossa tese se posiciona contra a tendência de polarização pois, apesar de evidenciarmos o muro ao estudar sua viabilidade na realidade construída, não buscamos tomar partido nos discursos contra ou a favor, já que nossa hipótese entende tal elemento como um meio termo, isto é, capaz de mediar tanto quanto dividir. Nossa pretensão não é criar um discurso a favor do muro como o daqueles que defendem o cercamento e o controle dos fluxos. Tampouco implica em construir um argumento que promova a retirada dos muros. Mas, sim, analisar o muro a partir de diferentes perspectivas a fim de aprofundar o debate sobre a compreensão de limite que envolve um debate político sobre as barreiras no ambiente construído e a contemporaneidade como uma época em que se relativizam os limites.

Por meio deste estudo, buscamos reconhecer que os limites são necessários, de alguma forma, e que os muros, como limites, fazem parte da realidade humana. Assim, buscaremos analisar tanto o viés que faz apologia à construção dos muros, quanto aquele que idealiza uma realidade sem muros enxergando, nestas posturas, possíveis contradições e incongruências. De certa maneira, esta tese poderia ser entendida como um estudo sobre o muro visto de cima, ou seja, uma análise das ideias representadas pela expressão “estar em cima do muro”. Contudo, não se trata de uma desculpa para a omissão de uma opinião, mas como o reconhecimento de que, na complexidade do mundo contemporâneo, posicionamentos políticos definitivos ou soluções simplistas de aberturas ou fechamentos de fronteiras, limites ou barreiras não são tão eficazes para a resolução de problemas que surgem em decorrência da relação com o outro.

Conforme Bauman, que pensa uma modernidade líquida, isto é, cujos limites se flexibilizam, se relativizam e se virtualizam, é preciso construir pontes e não muros na contemporaneidade. Sua percepção dos muros está relacionada ao limite rígido, inflexível e sem espessura. Para ele, construir muros é promover o enrijecimento dos limites. De acordo com sua forma de pensar, o muro faria referência apenas a um tipo de limite, contrariando a hipótese inicial desta tese. *Então, como podemos resolver o impasse de concordamos com Bauman ao nos posicionarmos a favor de uma realidade menos polarizada, cujos limites sejam flexíveis – mas não relativizados –, mas discordarmos de que os muros não necessariamente implicam polarização?* Responder a essa questão é o que vamos buscar fazer nesta tese, e o primeiro passo para dar conta disso é construir um argumento que tente mostrar que o muro pode ser desvinculado do conceito de limite rígido, inflexível e sem espessura.

Nesse sentido, este capítulo inicial tem por finalidade apresentar a problemática e definir o nosso objeto de estudo, isto é, indicar para nós o que é muro *stricto sensu*. A forma como o faremos será por meio de uma análise das implicações do uso do termo *muro* na linguagem coloquial para a compreensão de muro enquanto objeto material de uso específico.

1.2.2. O Muro *Lato Sensu*

Antes de avançar para tais análises mais detalhadamente, é importante ressaltar que não deixaremos de lado o sentido *lato* (ou ampliado) do muro, que chamaremos de *muro conceitual*. *O muro conceitual será para nós aquele utilizado pela linguagem como metáfora de limite. Quando nos referirmos ao muro em seu sentido amplo, estaremos nos referindo a uma noção de limite capaz de abranger todos os elementos que exercem o poder de barrar algo.* Utilizaremos tal compreensão ao longo desta tese de maneira livre, quando for conveniente ao argumento, em especial, quando estivermos refletindo como o limite é associado a ideia de muro. De maneira geral, os dois capítulos subsequentes terão como mote esse muro conceitual, enquanto limite entre o próprio e o outro e a relação política que existe entre tais estâncias. Já os dois últimos serão dedicados especialmente ao muro objeto, enquanto elemento conformador e transformador das esferas privada e pública. Assim, essa definição ampla nos serve de base para construirmos uma definição específica de muro, por meio da diferenciação de outros objetos utilizados para barrar ou cercar. Pensaremos agora no muro *stricto sensu*.

1.2.3. O Muro *Stricto Sensu*

Iniciamos com a ideia de Bauman que fala sobre a necessidade de se construir pontes em vez de muros (BAUMAN, 2016). Antes de qualquer coisa, é necessário lembrar que pontes, assim como portas, são elementos de união que implicam limites. Nesse sentido, os limites estão presentes nas relações interpessoais e uma afirmação definitiva sobre a manutenção ou destruição dos muros poderia nos conduzir a um equívoco. Contudo, neste momento, para além do caráter político ou ideológico da discussão, aqui nos interessa analisar o papel da palavra muro na língua portuguesa. A metonímia de substituir limite por muro explora o vínculo entre *muro e limite* e entre *ponte e conexão* para dar ênfase na ideia de limitação, isto é, o muro está sendo utilizado em seu sentido extenso, amplo, no sentido do muro conceitual. Ou seja, aí substitui-se o conceito abstrato de limite pelo objeto muro com o objetivo de expressar com mais ênfase a ideia de separação ou divisão.

É interessante notar que outros objetos utilizados para a separação, tais como a *cerca*, a *mureta*, a *vala* etc., seriam, em princípio, incapazes de manter o significado da expressão, ou seja, não produziram o mesmo efeito retórico. Palavras como *muralha* ou *parede* que, aparentemente, serviriam como substitutas, alterariam o sentido ou, pelo menos, a matiz da expressão. Inversamente, quando substituimos o objeto que separa pelo conceito de limite como, por exemplo, na frase de Mbembe “hoje em dia as fronteiras são transformadas em limites” (MBEMBE, 2017, p. 9), a palavra *limite* está se referindo a uma gama de elementos divisores como *cercas*, *muros*, *muralhas* etc. Isto é, a palavra *limite* abrange uma gama de elementos, mas, entre estes, apenas o muro, enquanto objeto, parece corresponder ao sentido mais estrito do vocábulo *limite*. Assim sendo, questionamo-nos sobre o porquê de os demais elementos costumeiramente utilizados como limites não servirem como substitutos da palavra *muro* no sentido de *limite* mantendo o grau de precisão no sentido. *O que faz do muro um elemento mais próximo do conceito de limite do que os demais elementos divisores?*

Primeiramente, podemos fazer uma correlação de palavras em português usadas para designar elementos construídos com o intuito de barrar e que, a princípio, não seriam muro pensado estritamente. Seriam eles: a *vala*, a *muralha*, a *parede*, a *cerca*, a *grade* e a *mureta*. Apesar de distintos, todos estes elementos têm em comum o fato de serem vistos como *muro* em seu sentido amplo. No uso corrente da língua portuguesa, e até no uso formal, é possível encontrar definições de *cerca*, *muralha*, *mureta* etc., como muro, mas não o seu inverso. Nesse sentido, pensando em *muro* em seu sentido estrito, surge a seguinte questão: os elementos utilizados para barrar seriam, todos eles, algum tipo de muro como indica o uso recorrente dos termos, ou seriam elementos distintos dentro de um conjunto de objetos utilizados para barrar, sendo o mais antigo deles o *muro*? Um indicativo de que seria válida a hipótese de que os elementos que separam seriam tipos diversos de *muro* vem do uso corrente da palavra *wall* na língua inglesa. Sem recorrer à etimologia, o fato de que neste idioma não exista uma separação clara entre *parede*, *muro* e *muralha*, parece-nos um indicativo de que os variados artefatos criados com objetivo de estabelecer um limite poderiam se resumir no *muro*.

Se for verdadeira a hipótese de que todos os elementos construídos para barrar sejam muros, poderíamos pensar em uma compreensão de muro ainda mais abrangente daquela com que temos trabalhado até então. Neste caso, o muro deixaria, de fato, de se referenciar a um objeto específico para identificar um tipo de objeto. Os objetos mencionados seriam, portanto, apenas tipos de muros criados ao longo dos séculos de acordo com a necessidade, cujas características específicas teriam demandado nomes que melhor lhes definisse. Em

decorrência disso, falar de muro significaria falar de um conceito que abarcaria uma enormidade de artefatos humanos que vão desde os megalitos pré-históricos até as barreiras cibernéticas usadas nos sistemas computacionais atuais. Qualquer elemento que barrasse poderia ser considerado muro.

Por outro lado, e essa é a vertente que estamos de acordo, se a hipótese de que os objetos utilizados como barreira constituam uma espécie de “família” for verdadeira, poderíamos pensar em um conceito mais restrito de muro e justificar as generalizações como meras figuras retóricas criadas para evidenciar o caráter de barreira de tais objetos. Assim, teríamos o muro como pertencente à mesma categoria da muralha, da mureta, da cerca, da parede, das pedras limítrofes, das valas e das fortificações, sem, com isso, confundi-los. Nesse sentido, para conseguirmos esclarecer as questões formuladas a partir da análise da barreira usada como muro, precisamos, portanto, estabelecer uma comparação entre o muro e os demais objetos utilizados como barreira. Iniciamos as análises comparando o muro com a vala.

- *Muro vs. Vala*

Figura 2 – Vala e Muro de Ariano – Nortúmbria, Grãbretanha



Fonte: (DIXON, 2021)

Seria possível afirmar que o muro é uma barreira, já que barra a entrada em um recinto ou impede a passagem de corpos entre dois espaços. Contudo, nem tudo aquilo que barra ou impede é um muro: uma vala é um bom exemplo. O que impede a passagem na vala é a ausência de superfície horizontal para que o corpo humano, sob a influência da gravidade, possa atravessar. Isso nos leva à geometria do muro. Se a vala impede a passagem por ausência de matéria sólida, o muro barra pela presença de uma forma vertical. Não é possível caminhar

sobre uma vala sem uma ponte, bem como não é possível atravessar um muro sem um portal. *Podemos afirmar, por conseguinte, que o muro é uma barreira vertical.*

- *Muro vs. Cerca*

Figura 3 – Cerca Centro Cultural Banco do Brasil, Setor de Clubes Esportivos Sul, Brasília, Brasil.



Fonte: autor (2021)

Mas toda barreira vertical é um muro? Uma cerca seria um muro? A cerca barra a passagem por ser vertical, mas remete a uma geometria linear. Isto é, a cerca é uma barreira vertical composta por elementos lineares ou planos como ripas de madeira, arame, hastes de metal, etc. O muro seria, então, uma barreira vertical composta por sólidos, isto é, elementos cujas dimensões implicam um volume, podendo ser maciços ou ocios, tais como tijolos, blocos de concreto, blocos de madeira, pedras, etc. *Podemos afirmar, portanto, que muro é uma barreira vertical, composta por sólidos geométricos.*

- *Muro vs. Parede*

Figura 4 – Parede e muro do Pavilhão de Barcelona, Barcelona, Espanha.



Fonte: (ARCHDAILY, 2014)

Mas toda barreira vertical, composta por sólidos geométricos, é um muro? Uma parede é um muro? Essa diferenciação não é feita, inclusive, em alguns idiomas, como o inglês, que utiliza uma só palavra para definir os dois elementos: *wall*. Uma parede barra por ser vertical e

composta por sólidos geométricos, mas se diferencia do muro por ser parte de uma edificação e possuir o atributo da repartição. Uma parede necessariamente faz parte de uma edificação e organiza os espaços internos por meio de subdivisões. Caso contrário, seria um muro. *Assim, o muro seria uma barreira vertical composta por sólidos geométricos, que não é parte de uma edificação, ou seja, que tal barreira é, ela própria, uma edificação.*

- *Muro vs. Muralha*

Figura 5 – Muralha de Lugo, Espanha.



Fonte: (EL PAÍS, 2019)

Mas toda edificação vertical, feita para barrar, composta por sólidos geométricos e que não é parte de uma edificação seria muro? Uma muralha seria um muro? A diferença entre esses dois elementos talvez seja o abrigo de outras funções em seu interior. A muralha, no sentido militar da palavra, e não enquanto expressão superlativa de muro, abriga outras funções no espaço vazio em seu interior tais como os espaços utilizados para circulação interna, abrigo para artilharia defensiva, etc. O muro, por outro lado, não abrigaria no interior da sua geometria funções diversas. *Assim, o muro seria uma edificação vertical feita para barrar e composta por sólidos geométricos, que não é parte de uma edificação, nem serve de abrigo a outras funções em seu interior.*

- *Muro vs. Mureta*

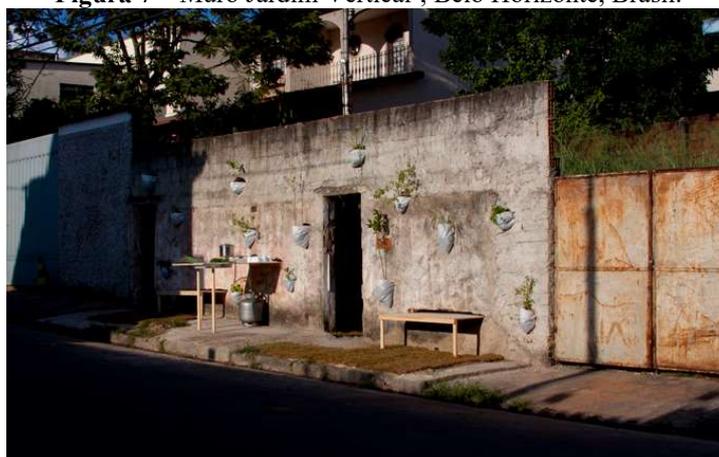
Figura 6 – Mureta da Urca, Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: (RJNOW, 2021)

Por outro lado, existe a mureta. Ela é, em geral, pelo menos na cultura brasileira, uma espécie de elemento construtivo usado para delimitar um espaço sem fechá-lo e, também, usado para assento como complemento do mobiliário da edificação ou no ambiente urbano. Não é um diminutivo de muro – e o próprio gênero da palavra indica que se trata de outro elemento: o muro, a mureta –, mas um objeto autônomo, talvez da mesma família do muro. Mas se a mureta não é um muro, o que seria um muro, qual diferença fundamental seria marcante quando se pensa no muro e como o muro, por sua vez, se deixa definir na sua relação com a mureta? *O muro, então, seria uma edificação vertical feita para barrar e composta por sólidos geométricos, que não é parte de uma edificação, nem serve de abrigo a outras funções em seu interior e tem altura suficiente para impedir a passagem de uma pessoa.* Essa seria a definição de muro *stricto sensu* composta a partir do conceito de limite e das relações que estabelece com os demais elementos construídos para barrar.

Figura 7 – Muro Jardim Vertical², Belo Horizonte, Brasil.



Fonte: (GANZ e LINKE, 2011)

² Esta imagem foi escolhida por representar, além do conceito de muro *stricto sensu*, o muro comum da grande cidade brasileira, compondo boa parte de sua paisagem urbana. Este muro especificamente foi utilizado como suporte para uma intervenção artística denominada “Muro Jardim” (2011), pelas artistas Louise Ganz e Ines Linke e divulgado na iniciativa Muros: Territórios Compartilhados. Para mais detalhes conferir http://muros.art.br/?page_id=156.

A partir do recorte e definição do nosso objeto, desenvolveremos o presente trabalho, ora utilizando a definição *Lato Sensu*, ora a *Stricto Sensu* sem, contudo, a preocupação de separar as definições com rigor. Isto é, não iremos elaborar uma abordagem compartimentada em que, ao utilizar uma definição, outra não pudesse estar presente. Mas sim, procuraremos analisar os temas recorrendo à essas definições conforme a necessidade do assunto. Entretanto, vamos escalonar nossa abordagem em capítulos de acordo com alguns critérios que apresentamos a seguir.

1.3. HIPÓTESES PARA COMPREENDER OS MUROS DE HOJE

Elaboramos algumas hipóteses a serem averiguadas ao longo da tese para respondermos à nossa questão fundamental – por que construímos muros hoje em dia se vários fatores indicariam o contrário, tais como o planejamento urbano do período moderno, que previa uma cidade aberta, a obsolescência do muro enquanto fator determinante para a proteção, a globalização, etc.? *A primeira hipótese é a de que o muro faria parte da nossa constituição enquanto organismo biológico e enquanto organismo social. A segunda é que a democracia, regime político utilizado na maior parte dos países ocidentais, se pensada para garantir a pluralidade e liberdade individual, implicaria segregação e formação de grupos políticos. E a terceira é a de que o muro estaria presente desde a origem do espaço público no ocidente europeu, remontando à época grega, separando o ambiente privado do público.* Essa última hipótese se desdobrará em uma análise sobre a capacidade do muro de ressignificar o espaço público.

Dessa forma, estruturamos nossa abordagem em quatro capítulos subsequentes em que abordaremos as três hipóteses acima. As duas primeiras terão, cada qual, um capítulo: o Capítulo 2 tratará do muro como parte do organismo biológico e social e o Capítulo 3 tratará do muro no regime democrático. Essas hipóteses estarão voltadas à percepção da realidade do indivíduo que constrói o muro. A terceira hipótese será analisada no Capítulo 4 e será guiada pela perspectiva da sociedade que convive com os muros construídos. O Capítulo 5 será um desdobramento do anterior e analisará como o muro pode ser utilizado para transformar a percepção do espaço público a partir da análise de dois estudos de caso. Assim sendo, esta tese analisará como se dá a relação do habitante da cidade moderna com o muro e buscará compreender uma possível necessidade intrínseca por limites. Seguimos com uma breve apresentação, um pouco mais detalhada, de cada hipótese.

1.3.1. 1ª Hipótese: o muro estaria presente desde a constituição biológica

A primeira hipótese trata da análise do limite na constituição do *eu* a partir da sua separação do *outro*, pensada por meio de uma perspectiva biológica e sociológica, enxergando nessa relação uma possível raiz para a existência dos muros em geral. A análise será instigada pelos escritos de Byung-Chul Han (2015, 2019), em especial, sobre o que ele afirma quando associa biologia à sociologia como método para compreender o ser humano atual. Para o autor, é possível compreender as crises sociais a partir das doenças mais comuns que afligem uma época específica e que as crises atuais têm um caráter positivo, distinguindo-se, por isso, de épocas anteriores.

Nesse sentido, a problemática central dessa parte do trabalho será compreender se o muro é intrínseco ao ser humano e, por isso, os construa. Para podermos averiguar tal hipótese, propomos a seguinte questão: como compreender que uma sociedade positiva, no sentido que Han coloca, construa tantos muros, que simbolizam as negatividades? Acreditamos que responder a esta questão nos daria condições de afirmar que os muros fazem parte de nossa constituição enquanto organismo biológico e social. Isto é, a compreensão de como os muros continuam presentes em nossa realidade seria um forte indício de que eles fariam parte, de fato, da constituição do ser humano, mesmo em uma época tipicamente positiva, cuja probabilidade de construí-los seria, a princípio, menor. E que, por isso, pensar a vida humana sem qualquer tipo de muro seria inviável.

O método que propomos para desenvolver nossa hipótese consistirá na problematização da teoria de Han ao confrontá-la com uma imunologista que ele próprio cita em seus escritos, a saber: Polly Matzinger (1999). A teoria imunológica desenvolvida por Matzinger, na década de 1990, propõe uma nova forma de explicar como se dá a resposta imunológica de um organismo que acontece, conforme a imunologista, por meio da análise da *ação* do microrganismo alheio ao sistema e não da sua *origem*. Han entende que a proposta de Matzinger representa uma mudança de paradigma dentro dos estudos imunológicos, uma vez que a autora apresenta influências advindas de outra transformação das normas no campo social, caracterizada pela substituição de aspectos negativos pelos positivos. Contudo, Han utiliza-a apenas como exemplo para confirmar sua teoria, não explorando as consequências sociais dessa forma de pensar a imunologia. Desta forma, vamos nos ater um pouco mais à teoria de Matzinger, uma vez que enxergamos nela uma alternativa para responder à questão que colocamos acima, já que a teoria de Han não se preocupa em explicar como é possível a

proliferação de negatividades – *muros* – em um meio onde deveriam se proliferar apenas positivities.

Em suma, essa hipótese a ser investigada do Capítulo 2 consiste na comparação da forma como um sistema biológico estrutura sua resposta imunológica com a maneira como o ser humano se relaciona com o *outro*. O muro, no caso do organismo, seria representado pelo filtro microbiológico que separa os antígenos pacíficos dos perigosos enquanto, no caso do ambiente social, o muro seria entendido como uma garantia da integridade física e psíquica da habitação. Mais do que um simples sistema protetivo para o ser humano, o muro serviria como parte dos artefatos utilizados no processo de negação ou aceitação do *outro*.

1.3.2. 2ª Hipótese: o muro faria parte do regime democrático agonístico

A ideia fundamental da segunda hipótese deste trabalho é que os limites estariam presentes na nossa constituição social por meio da consolidação de uma identidade política. A confirmação dessa hipótese complementaria o argumento da resposta à questão fundamental desta tese no que tange a necessidade de muros para a viabilização da democracia, pensada como regime que salvaguarda a pluralidade e liberdade social. Para tal, vamos estruturar nossas análises em três etapas. A primeira será uma apresentação das ideias de Chantal Mouffe (2000, 2005a, 2005b), que vislumbra uma teoria política supostamente capaz de garantir os valores democráticos acima citados. A segunda etapa será uma análise crítica da teoria de Mouffe, associada às ideias tratadas no capítulo anterior, isto é, às ideias de Han, com o intuito de aprofundar nossa compreensão do muro. E a terceira etapa será uma conclusão das ideias tratadas no Capítulo 2 e 3. De maneira geral, no Capítulo 3, analisaremos a importância da garantia dos limites na constituição dos grupos políticos na democracia através da compreensão da arbitrariedade de uma escolha partidária como um limite. Isto é, a ideia desta parte consistirá na compreensão de como os limites são importantes para a garantia de uma democracia e de como os muros epistemológicos, metafóricos ou físicos, deveriam ser erguidos para se evitar o nascimento de um grupo ou pensamento hegemônico.

Na primeira etapa, as análises da teoria de Mouffe girarão em torno das seguintes ideias: 1) o agonismo proposto por Mouffe implica disputa sem violência física; 2) a política seria essencialmente disputa; 3) a falta constitutiva seria a essência da identidade enquanto formadora dos grupos políticos; 4) apesar de a autora negar, uma democracia, mesmo a agonista, não seria viável sem uma moral ou sem deliberação racional. Na segunda etapa, as reflexões serão sobre: 1) como a tecnologia pode ser instrumentalizada para viabilizar a

invisibilidade dos muros; 2) a ideia de que os muros atuais possuem uma característica distinta dos anteriores; 3) como os limites se mantem na globalização. E, por fim, na etapa conclusiva do capítulo, buscaremos compreender como o limite seria parte intrínseca da vida humana.

Para desenvolvermos todo arcabouço das questões levantadas, relacionaremos, na medida do possível, Byung-chul Han e Chantal Mouffe, que, apesar de terem posições diversas, tratam do tema da alteridade na contemporaneidade, uma vez que ambos são filósofos que apresentam reflexões acerca da política e cultura atuais. Apesar do campo de estudos dos pesquisadores não ser propriamente a antropologia, a compreensão de como se constitui a alteridade é similar para ambos. Tradicionalmente, o tema da alteridade surge na Antropologia, mas suas posições desenvolvem a questão do *outro*, aproximando-se mais da realidade urbana atual. Para Han, a alteridade é estabelecida pela dualidade *negatividade-positividade* nos estudos no campo da imunologia e sua crítica centra-se no excesso de positividade presente na cultura atual. Já, para Mouffe, a alteridade se estabelece pela dualidade *antagonismo-agonismo* no campo político e sua crítica está baseada na garantia de pluralidade nas tomadas de decisão pública. Apesar da compreensão distinta da realidade atual, tais autores poderiam chegar, na nossa visão, a um denominador comum quando tratam do *outro*.

A associação dos dois autores será posta à prova durante o desenvolvimento do Capítulo 3 e o fruto desse confronto de ideias nos dará argumentos para desenvolver a ideia fundamental da conclusão que coaduna os Capítulos 2 e 3: a de que poderíamos vincular, por meio da causalidade, a construção de muros com a forma de nos relacionarmos com o *outro*, isto é, propomos que a maneira como entendemos o *outro* seria a causa da forma como o muro se apresenta no meio urbano. Voltando aos exemplos apontados anteriormente: uma mureta seria resultado de uma relação mais amistosa com o *outro*; já um muro opaco, alto e maciço, seria resultado de uma relação mais conflituosa com o *outro*. Em suma, a proposta do conjunto dos Capítulos 2 e 3 é a de apresentar um vínculo entre o conceito de *muro* e o conceito de *outro*. Pensamos, desta forma, esclarecer ou estabelecer uma possível relação de causalidade, o que levará em conta a complexidade inerente a tal relação para que possamos traçar um paralelo entre a diversidade formal do muro e a diversidade de relações entre o *eu* e o *outro*.

1.3.3. 3ª Hipótese: O muro seria uma ação política, com potencial de transformação urbana

A terceira hipótese será construída levando em conta a teoria de Hannah Arendt (1997, 2018). A partir dos seus conceitos de *trabalho*, *obra* e *ação*, proporemos analisar o muro enquanto uma ação, mais do que como uma obra do ser humano. O intuito desse questionamento é ir além do nosso problema inicial – porque ainda construímos muros – e propor uma alternativa para lidarmos com os muros que construímos por meio da arte. Portanto, essa última hipótese perpassará o foco da nossa tese, mas também terá um caráter, de certa maneira, propositivo, pensando no futuro das cidades. Com base nos nossos estudos, e nas incertezas que o futuro carrega, propomos a estética, enquanto fruto de manifestações artísticas, como uma das formas de lidar com os muros, pensando que estes, bem ou mal, fazem parte da nossa realidade. Para tal, dividiremos nossas análises em dois momentos: o Capítulo 4 e o 5. No Capítulo 4, formaremos o embasamento teórico para o Capítulo 5. Iniciaremos com a problematização da nossa hipótese, apresentando, grosso modo, as ideias de Arendt e argumentando como o *muro poderia ser entendido como uma ação política*. Na sequência, buscaremos identificar tipos de muro a partir da compreensão da cidade grega e medieval, que se dará por meio do prisma filosófico em detrimento do viés morfológico. Com base na genealogia dos domínios privado e público de Arendt, analisaremos como os muros eram entendidos em cada época. Além disso, faremos uma comparação do seu papel nas épocas anteriores e faremos uma comparação com a realidade percebida hoje em dia. Fecharemos o Capítulo 4 com uma breve introdução ao conceito de esfera pública, conforme Jürgen Habermas (1984), que complementarará o arcabouço teórico do capítulo seguinte.

No Capítulo 5, trataremos do muro na realidade urbana contemporânea com base na ideia de *arte pública* desenvolvida por Hilde Hein (2018). Iniciaremos apresentando as ideias de Hein e duas obras de arte, a saber: o “*Tilted Arc*”, 1981 a 1989, de Richard Serra e o “*Memorial dos Ex-combatentes do Vietnã*”, 1982, de Maya Lin, que analisaremos com o objetivo de atestar a nossa terceira hipótese. Faremos uma incursão no conceito de arquitetura e escultura, de acordo com as ideias de Roger Scruton (1979), que servirá tanto como contraponto aos argumentos de Hein quanto como embasamento para a nossa análise das obras de arte através dos conceitos de *publicidade* e *especificidade local*. Pretendemos, com tal enfrentamento, refletir sobre a forma como a compreensão de espaço público pode ser influenciada pela maneira como o muro é concebido, que pode ser tanto visto como uma escultura quanto uma arquitetura.

Antes de avançarmos para o próximo capítulo, parece-nos válido fazermos ressalvas sobre alguns assuntos relativos ao tema dos muros que não entraram no escopo desta tese. Por exemplo, a tradição dos muralistas: mesmo que este trabalho envolva obra de arte, optamos por deixar de fora esse aspecto. Entendemos que o mural é uma tradição de suma importância para a história da arte como um todo. A princípio, afrescos e murais poderiam ser relacionados com o grafite e até mesmo com as pichações, o que tornaria o tema muito importante para um estudo dos muros atuais que envolva arte. Contudo, as obras de arte muralistas utilizam o muro, em última instância, como um suporte e nossa pesquisa pretende pensar o muro justamente para além dessa condição. Assim, demos preferência, nesta tese, em especial no Capítulo 5, a obras que vão além da atuação do artista sobre um muro pré-existente e que, de uma maneira ou de outra, envolvem o processo de construção de um muro. Isso não significa que consideramos a tradição muralista inferior a outras manifestações artísticas nos muros, mas que, para este estudo, as reflexões geradas por obras que entendem o muro como arte em si são mais úteis, pois implicam invariavelmente a discussão do papel do muro no ambiente urbano. Quando se observa um mural é possível, de alguma forma, perder-se a noção de que ali subjaz um muro. Por isso, buscamos obras em que o muro está explícito materialmente, simbolicamente e esteticamente, e que o ato de constituição da obra implicou o erguimento de um novo muro. O fato de uma obra de arte erguer um muro torna-se essencial para a discussão que tivemos sobre uma possível ética dos muros.

Outro ponto importante é sobre o fato de que os estudos de caso que escolhemos no Capítulo 5 são obras localizadas fora do Brasil e feitas por artistas de outra nacionalidade. A princípio, essa escolha contrariaria nosso enfoque no Brasil e de alguma maneira poderia ser entendida como um desprestígio aos artistas nacionais que atuam ou possuem obras nos muros. Nesse sentido, salientamos que, em nossa dissertação de mestrado, dedicamos uma boa parte de seu Capítulo 3 para analisarmos artistas brasileiros (FILGUEIRAS, 2016, p. 88-116). Lá, detivemo-nos ao caso da obra do artista brasileiro Marepe, *Comercial São Luis: tudo no mesmo lugar pelo menor preço*, 2002, e de algumas obras que participaram da iniciativa *Muro: território compartilhado*: a obra denominada *Muro Jardim*, 2011, de Ines e Inke e *Utopismo Espaço-temporal*, 2011, do Coletivo Rachadura. Acreditamos ser necessário um prolongamento nas análises de tais artistas e de outros mais que atuam nos muros, contudo esse não é o intuito desta tese. Nesse sentido, tomamos a liberdade de escolher o Tilted Arc e o Memorial dos ex-combatentes do Vietnã como objetos de estudo, mesmo não sendo obras

brasileiras. A escolha não se deu pelo acaso, elas são obras emblemáticas para o campo da arte pública e tem se tornado referência para artistas ao redor do mundo, inclusive para vários brasileiros.

Uma última ressalva que nos parece válida é sobre a perspectiva morfológica. A nossa pesquisa, apesar de ter um viés essencialmente arquitetônico e urbanístico, não irá se prolongar na morfologia dos muros. Não se trata aqui da confecção de um tratado sobre os muros, mas de uma reflexão de caráter filosófico. Os aspectos morfológicos utilizados nesta tese se limitam àqueles que definem conceitualmente o muro, diferenciando-o dos demais elementos utilizados para barrar. Não serão encontradas nesta tese, portanto, análises específicas sobre a diversidade formal do muro, com classificações e tipologias. Assim, de maneira geral, os aspectos mais importantes desta tese estão resumidos em seu título: Muro: Filosofia, Espaço e Arte pública. É uma tese filosófica na medida em que está em questão a pergunta sobre o que são os muros, visto de uma perspectiva mais restrita ou ampla, e quais são suas dimensões políticas, éticas na medida em que estão intrinsecamente ligados à liberdade. Isso faz com que uma parte deste trabalho seja uma filosofia do muro, que por sua vez pode ser situada na sub-área Filosofia da Arquitetura, que figura ao lado da Teoria da Arquitetura, mas com preocupações mais especulativas. É uma tese sobre espaço na medida em que os muros podem se tornar mais visíveis se forem entendidos como arquitetura, e não como um mero elemento da construção. E é uma tese sobre arte pública na medida em que os muros podem ser tomados como um objeto com forte engajamento político no espaço público, inclusive podendo ser vistos como ação.

2. MURO E A SOCIEDADE DE DESEMPENHO: a crise da alteridade

2.1. UMA SOCIEDADE POSITIVA, MAS CONSTRUTORA DE MUROS?

Este segundo capítulo da tese tem como foco analisar se/como o muro, enquanto limite conceitual, faz parte da constituição do *eu* por meio do *outro* e as possíveis implicações desta hipótese na construção dos muros materiais. Isto é, a tese desta parte do trabalho consiste na afirmação de que o limite e, conseqüentemente, o muro, faça parte da nossa constituição a partir do momento em que se instaura uma separação entre o *eu* e o *outro*. Para tal, tomaremos como base as reflexões do filósofo Byung-Chul Han em seu livro intitulado “Sociedade do Cansaço” (2015). Dentre tantas abordagens possíveis para tratarmos do assunto, tais como as análises antropológicas, sociológicas, geográficas ou históricas, escolhemos a abordagem desse filósofo contemporâneo que lança novas luzes sobre a questão ao apresentar um diagnóstico intrigante sobre as mazelas da sociedade atual. Em seus escritos, o autor descreve uma mudança paradigmática que marca nossa época ao correlacionar modelos imunológicos típicos de organismos vivos com a sociedade como um todo, por meio de uma associação entre os sistemas de proteção do primeiro e os da segunda. Grosso modo, o autor afirma que cada época possui enfermidades fundamentais que orientam estratégias de sobrevivência do ser humano e que a época atual seria caracterizada pelas patologias neuronais, ao contrário das anteriores, cujas patologias advinham de vírus e bactérias.

Han vai de encontro à teoria de Roberto Esposito (2005) que propõe a *imunização* como a categoria analítica fundamental para a contemporaneidade, pois Han afirma que o paradigma atual se caracteriza justamente pela ausência de reações imunológicas. Ou seja, ao contrário das patologias bacterianas e virais de épocas anteriores, marcadas pela *negatividade* e pela capacidade de reagir a tais ameaças, o que caracteriza a sociedade atualmente é patologia neuronal, cuja lógica é o excesso da *positividade*. A compreensão tradicional das estratégias de proteção imunológica estabelece uma divisão nítida entre o *fora* e o *dentro*, isto é, o organismo nega e combate tudo aquilo que lhe é *estranho*, mesmo aquilo que não tenha intenção hostil. Portanto, o *estranho* é eliminado apenas por ser o *outro*. Atualmente, entretanto, pela análise de Han, esse modelo teórico de proteção imunológica está sendo substituído aos poucos por um modelo em que o *outro se transforma em diferente*, deixando de implicar estranheza e rejeição do organismo.

No panorama apresentado por Han, os muros poderiam ser entendidos como uma estratégia de defesa fundamentada em uma possível dialética da negação, isto é, faria parte do processo da *definição de si através daquilo que não é*. Nas palavras de Han, “o próprio afirma-se no outro, negando a negatividade do outro” (HAN, 2015, p. 14). Historicamente, a definição do *outro* fica mais clara por meio da identificação do *inimigo* que ameaça a subsistência do *próprio*. A genealogia da inimizade escrita por Baudrillard, citado por Han, esclarece o papel do muro nas etapas que compõem o processo de identificação do *inimigo*, isto é, do *outro*:

[...] o inimigo aparece em primeiro estágio como lobo. Ele é um ‘inimigo exterior que ataca e, contra qual, nos defendemos, construindo fortificações e muros.’ No próximo estágio, o inimigo toma a forma de um rato. É um inimigo que atua nos subterrâneos, que se combate através da higiene. Num estágio seguinte, o estágio do besouro, finalmente o inimigo toma a forma viral. [...] A violência viral parte daquelas singularidades que se instalam no sistema como células potenciais terroristas, e buscam minar o sistema a partir do interior” (BAUDRILLARD, 2002, *apud* HAN, 2015, p.18).

Pelo entendimento tradicional desse *outro* imunológico que se relaciona primordialmente defendendo-se e destruindo o que lhe é *estranho*, o muro seria visto como uma etapa na estratégia de combate contra o *inimigo*. Aqui, *estranho* e *inimigo* seriam sinônimos. Se o muro é basicamente negativo e a negatividade é estabelecida pela identificação do que não pertence ao organismo, uma sociedade construtora de muros, portanto, seria aquela que construiria a sua identidade por meio daquilo que não é, ou seja, se opondo a grupos sociais distintos.

O imunologicamente outro é o negativo, que penetra no próprio e procura negá-lo. Nessa negatividade do outro o próprio sucumbe, quando não consegue, de seu lado, negar àquele. A autoafirmação imunológica do próprio, portanto, se realiza como negação da negação (HAN, 2015. pp.13,14).

Tal caracterização aos brasileiros é familiar, já que podemos perceber inúmeras manifestações dessa negatividade em nosso território. Em quase todas as cidades brasileiras, observamos barreiras, passagens, soleiras, cercas, trincheiras e muros. Com base na existência e construção de novas barreiras, poderíamos concluir, de acordo com a leitura imunológica tradicional, que o país perceberia o *outro* como um *estranho*. Um exemplo paradigmático dessa segregação foi a cerca metálica erguida em plena Esplanada dos Ministérios, em 2016, em frente ao Congresso Nacional, durante a votação de conclusão do processo que levou ao impeachment da então presidente, Dilma Rousseff. A barreira metálica dividiu as pessoas que acompanhavam o processo entre aquelas que se posicionavam a favor da saída da presidente e aquelas que se posicionavam contra o processo.

Figura 8 – Separação dos manifestantes pró e contra o processo de impedimento da então presidente do Brasil, em 2016.



Fonte: (AO VIVO DE BRASÍLIA, 2016)

Figura 9 – Detalhe da cerca metálica na Esplanada dos Ministérios, Brasília, instalado em 2016.



Fonte: (LIMA, 2016)

Para além de um posicionamento político, o que nos interessa é o caráter relacional que o episódio representa. Aquela barreira, conforme a nossa perspectiva, seria a representação da polarização política que se sucedeu a partir daí. Seria, também, uma confirmação de que a realidade brasileira seria constituída por meio da negatividade. Nesse caso específico, as autoridades enxergaram os dois grupos como inimigos e instalaram uma barreira metálica opaca e sólida, isolando dos lados fisicamente e visualmente, para garantir a integridade física das pessoas envolvidas. De fato, a identidade dos grupos estava definida pela negação do *outro*, expressa também nas cores vermelho, identificando aqueles que se posicionaram contra o impeachment, e verde-amarelo para aqueles que se identificaram a favor do processo. Os vermelhos se afirmavam enquanto grupo *estranho* aos verde-amarelos e vice-versa. Essa, talvez, tenha sido a expressão mais representativa de toda negatividade do

Brasil nas últimas décadas, embora aparenta apenas estar reproduzindo uma herança colonialista que consiste na cisão da sociedade em raças, classes sociais, etc.

Em contrapartida, não é difícil observar nessa mesma sociedade brasileira o aumento gradativo das patologias apontadas por Han como frutos do excesso de *positividade*, gerada pela exposição ao excesso de responsabilidades, tarefas, compromissos e trabalho: depressão, a hiperatividade (TDAH), Síndrome de Burnout (SB), problemas cardiovasculares, etc. Tais síndromes seriam resultantes de uma sobrecarga, no *próprio* organismo, pelo excesso do *mesmo*. As enfermidades teriam como lógica a violência do *igual* ou a violência da *positividade* em contraste com a violência do *outro*. Não haveria, também, a possibilidade de uma defesa, como, por exemplo, a criação de uma barreira que protegesse a integridade do organismo frente ao inimigo, já que o perigo seria interno: “Num sistema onde domina o igual só se pode falar de força de defesa em sentido figurado” (HAN, 2015, p.16).

Teríamos, então e em linhas gerais, o cenário atual da sociedade contemporânea, especialmente a brasileira, composta tanto por tendências *negativas* – divisões, recortes, interrupções e polarizações –, quanto por tendências *positivas* por meio do predomínio de síndromes que surgem no interior do sistema em consonância à proposta de Han.

Então, como podemos compreender o paradoxo que se apresenta? Isto é, se é notável a proliferação de muros nos dias de hoje, qual seria a atualidade do muro dentro de uma sociedade baseada em patologias neuronais em que o *outro* não estaria presente? Como se explicaria a proliferação dos muros em meio a uma tendência clara de aumento da “obesidade de todos os sistemas” (BAUDRILLARD, 1992, *apud* HAN, 2015, p.15), em que estratégias de defesa não fariam mais sentido? Seria este o momento das cidades brasileiras, um momento de transição entre duas lógicas de violência baseadas em paradigmas opostos? O muro teria perdido sua primazia negativa diante de uma hipertrofia do *mesmo* dentro da sociedade? Ou poderíamos pensar em um muro *positivo* e que não negue o *outro*? Em observação a tais questões, aprofundemos no pensamento de Han.

2.1.1. Entendendo a sociedade a partir de modelos imunológicos

Byung-Chul Han parte de filósofos como Heidegger, Foucault e Baudrillard para fundamentar sua análise social de cunho patológico. Ele desenvolve sua teoria partindo da ideia de que existe uma mútua interferência entre os discursos sociais e biológicos, isto é, para ele, o que se produz cientificamente é influenciado por “dispositivos que não são de origem científica”. (HAN, 2015, p. 9) Ou seja, as teorias científicas partem de pressupostos de campos

do conhecimento cujo método não implica uma regra rígida com confirmação empírica ou matemática. Um exemplo claro disto acontece quando as teorias biológicas, que seguem estritamente um método científico específico, se alinham a estudos sociológicos ou filosóficos, cujo método de desenvolvimento é mais livre. É o caso da teoria imunológica atual, mais especificamente a de Polly Matzinger (1999), que Han utiliza em seu texto para apresentar às transformações sociais atuais. Na opinião do autor, as transformações sociais – especialmente a passagem de uma sociedade baseada em um paradigma negativo para um positivo, no final do Século XX – influenciaram os estudos da imunologia com a substituição de um modelo imunológico baseado no conceito de *estranho* por outro modelo imunológico baseado no conceito de *perigoso*.

2.1.2. O Modelo de Perigo: reação imunológica baseada na *ação do outro*

A teoria de Matzinger sobre o sistema imunológico – chamado de “Modelo de Perigo” (*Danger Model*) – apresentada em 1994 é uma alternativa às teorias sobre imunologia desenvolvidas ao longo do Século XX, em especial ao “Modelo da Seleção Clonal” (*Clonal Selection Model*), proposta por Frank Macfarlane Burnet em 1954. O Modelo de Seleção Clonal apresenta a resposta imunológica como resultado do processo de reconhecimento das *células próprias do organismo (self cells)* e das *células adquiridas pelo organismo (non-self cells)*. (MATZINGER, 1999, p. 2) Tal processo de reconhecimento é denominado Sinal Um (*signal One*) e dá-se por meio de receptores pré-existentes nas chamadas Células B que as capacita para o reconhecimento dos antígenos. Contudo, Matzinger afirma que, tanto o Modelo de Seleção Clonal quanto os modelos desenvolvidos na sequência, que trazem a novidade dos Receptores de Reconhecimento de Padrões (*PPRs*), capazes de reconhecer os produtos das células adquiridas pelo organismo, não conseguem explicar as respostas imunológicas em transplantes ou tumores nem as disfunções que levam a doenças autoimunes.

Diferentemente dos modelos imunológicos anteriores, Matzinger propõe que a resposta imunológica somente tem início a partir de *sinais de alarme* enviados por células estressadas, danificadas, destruídas ou mortas de maneira incomum no organismo. No panorama dos estudos imunológicos, Matzinger afirma que o Modelo de Perigo

“toma emprestado a maior parte do que aprendemos na última metade do século [XX], adicionando um pequeno, mas crítico, passo, que modifica completamente o

ponto de vista com o qual explicamos a maior parte dos fenômenos imunológicos”³ (MATZINGER, 1999, p. 1, tradução nossa).

O passo a mais que Matzinger propõe – a grande novidade que Han cita – é a mudança na maneira como entendemos a relação entre organismos e pela observação da *ação* das células e não da sua *origem*. Baseado nas ideias da autora, Han conclui que um organismo biológico pode servir inclusive de modelo ao organismo social no que tange a relação com o *outro*. Segundo ele,

[...] o objeto da defesa imunológica já não é mais a estranheza ou a alteridade como tal. Só repele apenas aquela intromissão estranha que se porta destrutivamente no interior do próprio. Nessa perspectiva, enquanto o estranho não chama a atenção, não é tocado pela defesa imunológica. De acordo com a ideia de Matzinger, o sistema imunológico biológico é mais hospitaleiro do que se admitiu até o presente. Não conhece nenhuma xenofobia. É mais inteligente, portanto, que a sociedade humana com xenofobia. Essa é uma reação imunológica patologicamente potenciada, prejudicial inclusive ao desenvolvimento do próprio. (HAN, 2015, p. 10)

Se pensarmos a xenofobia como o equivalente sociológico do Modelo Seleção Clonal, isto é, a negação a partir da identidade do indivíduo, poderíamos concluir, com base na citação acima que, na interpretação de Han, seria melhor, ou pelo menos mais inteligente, entender o *outro* como *diferente* e não como *estranho*. Ou seja, o melhor critério para uma reação de defesa não seria sua identidade, mas sim a avaliação dos danos causados por ações específicas. Dessa maneira, Han admite que lidar com o *outro* de acordo com o Modelo de Perigo – como *diferente* – é melhor do que com o Modelo de Seleção Clonal – como *estranho*.

2.1.3. A transição de um modelo imunológico negativo para um positivo

Para podermos avaliar como o Modelo de Perigo pode nos ajudar a entender os muros atuais, é preciso compreender melhor a estrutura metodológica que Han utiliza para associar teoria imunológica e social. Partindo da perspectiva das enfermidades consideradas por ele como fundamentais, isto é, aquelas que caracterizam uma época, Han conclui que, na contemporaneidade, aquelas que são estruturalmente negativas, ou seja, baseadas no combate e na destruição do *outro* por ser o *outro*, estão gradualmente dando espaço às de lógica positiva, que não rechaçam o que é *diferente*:

Cada época possui suas enfermidades fundamentais. Desse modo, temos uma época bacteriológica, que chegou ao fim com a descoberta dos antibióticos. Apesar do medo imenso que temos hoje de uma pandemia gripal, não vivemos numa época viral. Graças à técnica imunológica, já deixamos para trás essa época. Visto a partir

³ Do original: *It borrows most of what we have learned in the last half century, adding a small but critical step that completely changes the viewpoint with which we explain most immunological phenomena.* (MATZINGER, 1999, p. 1)

da perspectiva patológica, o começo do século XXI não é definido como bacteriológico nem viral, mas neuronal (HAN, 2015, p. 7).

Para ele, o conceito de *outro*, até o fim do Século XX, estava ligado ao *estranho* e era combatido independentemente de sua atuação dentro do sistema. A negatividade desse modo de pensar está baseada na divisão clara do que pertence ao organismo e do que não pertence, do que lhe é *próprio* e do que lhe é *estranho*. Há, assim, uma negação ao que não é *próprio* ao organismo, mesmo que não haja intenção hostil à integridade total do sistema (HAN, 2015, p.9).

Ao afirmar que “toda e qualquer reação imunológica é uma reação à alteridade” (HAN, 2015, p. 10), Han cria uma ponte entre a biologia e a sociologia. E, a partir dessa ponte, afirma que a alteridade está perdendo força na contemporaneidade, já que a lógica negativa está dando lugar à positiva. Um dos fatos que ele usa para comprovar tal hipótese é ideia de que as figuras-chave e os conceitos relacionados à negatividade vêm sendo substituídos pelos seus equivalentes positivos. O autor afirma que

hoje em dia, em lugar da alteridade entra em cena a diferença, que não provoca nenhuma reação imunológica. A diferença pós-imunológica, sim, a diferença pós-moderna já não faz adoecer. Em nível imunológico, ela é o mesmo. Falta à diferença, de certo modo, o aguilhão da estranheza, que provocaria uma violenta reação imunológica. Também a estranheza se neutraliza numa fórmula de consumo. O estranho cede lugar ao exótico. O *tourist* viaja para visitá-lo. O turista ou o consumidor já não é mais um sujeito imunológico (HAN, 2015, pp. 10,11).

Dentro de tal mudança paradigmática, está contida uma série de associações entre conceitos biológicos e sociais a que precisamos nos deter para compreendermos melhor a linha de raciocínio utilizada. Propomos, de início, uma associação da xenofobia com o Modelo de Seleção Clonal enquanto sua versão social. Ao observarmos a estrutura de uma reação social xenofóbica, seria possível perceber uma equivalência à forma como se dá uma resposta imunológica de acordo com o Modelo de Seleção Clonal, isto é, desencadeado pelo Sinal Um que, por sua vez, seria equivalente ao *aguilhão da estranheza*, conforme citado por Han. Em tal cenário, uma ação xenofóbica seria desencadeada pela estranheza e pela maneira como uma resposta imunológica é desencadeada pelo Sinal Um do modelo em questão. Sintetizando em forma de quadro a equivalência entre os conceitos utilizados para a construção do Modelo Seleção Clonal e aqueles utilizados por Han para a compreender a sociedade imunológica, teríamos:

Tabela 1 – Equivalência entre conceitos biológicos e sociológicos, a partir do Modelo de Seleção Clonal e da Sociedade Imunológica.

Organismo Biológico	<i>equivalente a</i>	Organismo Social
Imunologia	≡	Alteridade
Reação Imunológica	≡	Reação Xenofóbica
Células Próprias (<i>Self cells</i>)	≡	(Indivíduo) Próprio
Células Adquiridas (<i>Non-self Cells</i>)	≡	(Indivíduo) Estranho
“Sinal Um”	≡	Estranheza

Analisando o quadro acima, percebemos que *identidade* é um conceito chave para sua compreensão. Tanto a reação imunológica desencadeada pela identificação das células próprias e adquiridas pelo organismo quanto a reação xenofóbica estão enraizadas a um conceito de identidade. *Isto é, a identidade no sentido imunológico tradicional estaria baseada na origem e na constituição do outro enquanto estranho a mim e ameaça ao que é próprio.* Já, em contrapartida, o Modelo de Perigo, apesar de vincular identidade ao processo de reconhecimento das células próprias e adquiridas, não estabelece tal critério como fator determinante para a resposta imunológica. *Para tal modelo, o princípio desencadeador é o dano efetivo, que implica o gatilho de uma ação danosa para que haja qualquer reação defensiva, independentemente da identidade do antígeno.*

2.1.4. Problematizando a Sociedade de Desempenho: a negatividade do muro frente uma sociedade positiva

Após termos apresentado e analisado alguns aspectos da teoria imunológica utilizada por Han como ponto de partida para compreender melhor a sociedade atual, vamos apresentar e problematizar agora o ponto de sua teoria que consideramos mais inovador. Apesar de Han tomar como base a teoria imunológica e até mesmo identificar os efeitos de uma mudança paradigmática dentro desse campo, sua proposta para uma sociedade positiva transcende tais estudos e renuncia a qualquer tipo de reação imunológica para explicá-la. Para ele, “hoje a sociedade está entrando cada vez mais numa constelação que se afasta totalmente do esquema de organização e de defesa imunológica” (HAN, 2015, p. 10). Dito diferentemente, é como se qualquer teoria imunológica, mesmo a teoria de Matzinger, que propõe um novo esquema imunológico baseado na positividade, fosse incapaz de explicar a sociedade atual, pois guardaria em seu cerne um nível mínimo de negatividade.

Contudo, considerando o exemplo dos muros, é perceptível que a negatividade está presente na sociedade atual. Mais do que um efeito momentâneo, percebemos, ao menos na realidade brasileira, um aumento duradouro na quantidade de muros. Então, como podemos compreender uma sociedade que aparentemente não possui qualquer tipo de imunologia, isto é, qualquer (re)ação, mas que constrói muros, isto é, negatividades? Como uma sociedade positiva, marcada por problemas vinculados ao excesso, tais como as patologias neuronais já citadas e a especial dificuldade das pessoas em demorar-se em uma única tarefa ou em uma atividade contemplativa, pode construir muros?

Lembramos que, para Han, o “mundo organizado imunologicamente possui uma topologia específica. É marcado por barreiras, passagens e soleiras, por cercas, trincheiras e muros. Essas impedem o processo de troca e intercâmbio” (HAN, 2015, p.13). Portanto, a globalização, por tal viés, deveria estar levando o muro ao desaparecimento, pois condiz com uma sociedade agrupada, dividida e fechada em si. Isto é, seguindo a lógica da topologia de Han, a sociedade atual, que tem cada vez menos reações imunológicas, deveria estar abrindo suas fronteiras e destruindo seus muros. Contudo, não é isso que percebemos. Então, como explicar o aumento na quantidade de muros em uma realidade cada vez mais positiva? Estaria Han equivocado em sua proposta de mudança paradigmática?

Tendo esse questionamento em vista, enxergamos uma saída a partir do modelo imunológico de Matzinger, que, apesar de analisado por Han, poderia ser mais explorado e gerar mais pontos de análise. Acreditamos que exista no Modelo de Perigo uma alternativa para o problema proposto, pois o entendemos como meio termo entre uma realidade completamente negativa e uma completamente positiva. Conforme Han indica, o Modelo de Perigo é influenciado por uma realidade mais positivada que, contudo, mantém essencialmente a negatividade. Propomos, então, uma análise um pouco mais detalhada dos estudos imunológicos, em especial, o Modelo de Perigo, associando os conceitos utilizados por Matzinger aos conceitos utilizados por Han para identificar a relação entre o *eu* e o *outro*.

Nesse sentido, a fim de analisar a teoria de Han propomos associar o Modelo de Seleção Clonal à sociedade negativa de épocas anteriores e o Modelo de Perigo à sociedade atual. Contudo, ao fazermos isso, algumas questões se colocam, tais como: estaríamos invalidando a teoria de Han ou seria possível relacionarmos as ideias de Matzinger com a compreensão do autor, mesmo quando esse abandona a possibilidade de qualquer reação imunológica na atualidade? Se for possível conciliar o Modelo de Perigo com a teoria da Sociedade de Desempenho, colocaremos em xeque a ideia de que as lógicas positiva e

negativa são distintas em sua raiz filosófica, já que poderiam coexistir? E, caso não sejam compatíveis, deveríamos abandonar a teoria de Han, pois não daria conta de explicar a proliferação dos muros? Ou, talvez, a análise de Han corresponda a uma parcela da sociedade atual e não à sua totalidade? Tais questionamentos nos guiarão na próxima etapa deste capítulo.

2.2. O MODELO DE PERIGO COMO ALTERNATIVA PARA EXPLICAR OS MUROS NA SOCIEDADE POSITIVA

Para avançarmos na hipótese de que o Modelo de Perigo seria uma saída para o problema de haver negatividade na sociedade positiva de Han, começamos analisando a comparação que o autor faz valendo-se das ideias de Heidegger acerca dos conceitos de *igual* e *mesmo*. Segundo Heidegger, o *mesmo* possui uma interioridade na qual repousa toda e qualquer reação imunológica. Dessa forma, para Han, o *mesmo* é regido por uma lógica negativa. O *igual*, por outro lado, faz referência ao *diferente*, sendo alheio a qualquer alteridade e regido por uma lógica positiva. Apesar de usadas como sinônimos, as palavras *igual* e *mesmo* implicam, na visão de Heidegger, maneiras distintas de conceber a realidade.⁴

Fundamentadas na possível mudança estrutural-filosófica sugerida pela alteração da linguagem, em Han, existiriam duas formas de se relacionar com aquilo que não é o sujeito que podemos dividir entre moderna e pós-moderna a que chamaremos, respectivamente, de *tradicional* e *atual* a fim de adequá-las ao vocabulário que Matzinger utiliza. O modelo tradicional, estruturalmente negativo, reage a toda e qualquer estranheza e é caracterizado por conceitos como *mesmo* versus *outro*, *próprio* versus *estranho*, *estrangeiro* e *alteridade*. Já o modelo atual, estruturalmente positivo, não reage e é caracterizado por conceitos como *igual* versus *diferente*, *amistoso* versus *perigoso*, *turista* e *diferença*. A mudança paradigmática consiste justamente na substituição de todo arcabouço conceitual tradicional pelo atual. Sintetizando em um quadro, temos:

⁴ Heidegger torna-se fundamental a Han, pois ambos partem da linguagem para compreender a realidade. Tanto um como o outro extrai uma filosofia dos significados aplicados aos conceitos de uma língua. Para os dois autores, se a linguagem de uma sociedade mudou, é porque a sua estrutura filosófica mudou.

Tabela 2 – Mudança paradigmática, segundo Han.

Paradigma Tradicional	<i>Substituído por</i>	Paradigma Atual
Período Moderno	<i>Substituído por</i>	Período Pós-moderno
Lógica Negativa	<i>Substituído por</i>	Lógica Positiva
Alteridade	<i>Substituído por</i>	Diferença
(Indivíduo) Próprio	<i>Substituído por</i>	(Indivíduo) Amistoso
(Indivíduo) Estanho	<i>Substituído por</i>	(Indivíduo) Perigoso
Mesmo	<i>Substituído por</i>	Igual
Outro	<i>Substituído por</i>	Diferente
Estrangeiro	<i>Substituído por</i>	Turista

A partir de tal esquema, podemos nos aprofundar em nosso problema chave: a vinculação da positividade, em Han, ao Modelo de Perigo. Ao nosso ver, a teoria de Matzinger é forjada como uma maneira aparentemente mais precisa de explicar a reação de defesa do organismo e tem a pretensão de abarcar todos os modelos anteriores. A autora visa explicar o processo de reação imunológica por meio da identificação de quando há ou não reação de defesa do organismo, isto é, sem recorrer a uma mudança no tipo de reação, - porque ainda se trata de uma reação imunológica -, mas sim a uma mudança de perspectiva. Em suma, mesmo sob um novo critério para se identificar quando acontece uma reação imunológica, ainda se prevê uma reação de rejeição do organismo contra os antígenos.

Por outro lado, a proposta de Han para explicar a sociedade implica em uma mudança de tipologia das reações sociais. Por exemplo, no ambiente contemporâneo excessivamente positivo, não haveria espaço para reações relacionadas à alteridade como a xenofobia ou qualquer reação de recusa do *outro*, uma vez que tais reações são intrinsecamente negativas, o que impediria, aparentemente, qualquer associação entre Matzinger e Han.

Contudo – e essa será nossa primeira hipótese de leitura – talvez haja uma brecha para relacionar as teorias de Han e Matzinger por meio da utilização da mesma metodologia para aproximar o Modelo de Seleção Clonal da Sociedade Imunológica. Nesse sentido, prevemos um confronto com Han nos seguintes pontos: se o Modelo de Perigo é um modelo intrinsecamente imunológico e, segundo Han, toda reação imunológica é uma reação à alteridade, como poderíamos entendê-lo sociologicamente? Desvincular a reação imunológica da identidade significaria pensar a imunologia em sentido positivo? Isto é, faria sentido pensar uma imunologia com aspectos positivos, e, ainda mais, apontá-la como alternativa aos âmbitos

da sociedade atual que escapam à proposta de Han, tais como a proliferação dos muros atualmente?

2.2.1. A intensidade como ponto em comum entre a Sociedade de Desempenho e o Modelo de Perigo

Para averiguarmos se a hipótese de uma possível *imunologia positiva* ou *positivada* é válida, precisamos primeiramente destrinchar a estrutura dos argumentos de Han quanto à existência de uma realidade inteiramente positiva sem traço algum de negatividade. Nesse sentido, vamos iniciar nossas análises utilizando metodologicamente dois tipos de comparação: *por oposição* e *por contrariedade* aplicados aos conceitos tratados pelo autor de *mesmo* e *outro*, *próprio* e *estranho*, *nativo* e *estrangeiro*.

Pela proposta de análise binária de Han, *diferente* é *oposto* a *igual*, enquanto *outro* é *contrário* de *mesmo*. Oposição, nesse caso, não carrega a negatividade que a contrariedade carrega, isto é, quando se é contrário a algo, nega-se aquilo que se se contraria. Entretanto, quando há uma oposição a algo, não há negação necessária. Por exemplo, duas pessoas diferentes apenas divergem entre si; afastam-se mutuamente em uma direção diversa. Nesse sentido, duas pessoas iguais são equivalentes entre si, ou seja, têm características semelhantes, estão na mesma direção. Já o *outro*, então, é aquele que é contrário ao *mesmo*, sendo seu inverso. E o vocábulo *mesmo* implica sobreposição ontológica, por exemplo: “ele continua sendo a *mesma* pessoa apesar dos anos”. Existe uma barreira entre o *mesmo* e o *outro* que não existe entre o *igual* e o *diferente*.

Assim sendo, a lógica, que estrutura a relação entre o *diferente* e o *igual* seria, no nosso ponto de vista, da *intensidade* – do *quantum* (HAN, 2015, p. 16) –, já que haveria uma continuidade entre os termos. Ou seja, existiria uma ruptura entre o *positivo* (mesmo) e o *negativo* (outro) – paradigma tradicional – que não existiria entre a *falta* (diferente) e o *excesso* (igual) – paradigma atual. Portanto, enquanto a *lógica negativa* se caracterizaria pela contraposição *positivo e negativo*, a *lógica positiva* seria caracterizada em termos de oposição entre *falta* e *excesso*.

- *A Sociedade Disciplinar contraria/oposta à Sociedade do Cansaço*

Tendo em mente a lógica da intensidade como forma de estruturar a teoria de Han, vamos nos deter brevemente ao panorama histórico por ele utilizado para propor suas ideias. Nesse sentido, a teoria da Sociedade Disciplinar, conforme proposta por Michael Foucault, é o ponto de partida para Han. Segundo Han, uma sociedade cuja filosofia é marcada pela

negatividade, isto é, pela contraposição conceitual, como no caso da Sociedade Disciplinar, os limites são claros e rígidos ou, pelo menos, pretendem-se assim. Nesse contexto, o verbo *dever* é expressão do tipo de relação interpessoal decorrente da negatividade, já que carrega em si uma autoridade externa, que vigia e pune a desobediência. Essa é a sociedade que Foucault chama de disciplinar, pois é composta por ideias de normalidade, anormalidade e restrição intramuros (FOUCAULT, 2009, p. 161).

A ideia da Sociedade Disciplinar desenvolve-se, em Foucault, a partir de sua leitura crítica do processo de formação da sociedade do Século XX. O filósofo enxergava nela uma espécie de projeto de domínio social por meio de dispositivos disciplinares com foco no indivíduo. Diferentemente da época feudal, marcada pela individualização que se dava por meio da exaltação pessoal como uma forma de poder, a Sociedade Disciplinar é fundamentada na marcação do indivíduo que destoa da norma social estabelecida. Isto é, na Idade Média, quanto “mais o homem é detentor de poder ou privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas” (FOUCAULT, 2009, p. 161). Por outro lado, nos séculos que compreendem a modernidade, em especial, nos Século XIX e XX,

a individualização, ao contrário, é “descendente” à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; e por fiscalizações mais que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a “norma” como referência, e não por genealogias que dão os ancestrais como pontos de referência; por “desvios” mais que por proezas (FOUCAULT, 2009, p. 161).

Na compreensão negativa de Foucault, o indivíduo moderno é submetido a um poder anônimo e intangível que aplica sobre ele todo o peso do *dever*. Aqueles que não se submetem ao sistema de poder estabelecido são identificados e coagidos às instituições que ele chama de *disciplinas-bloco*, isto é, à “instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer o mal, romper as comunicações, suspender o tempo” (2009, p. 173). Essas instituições são os asilos psiquiátricos, as penitenciárias, as casas de correção, os estabelecimentos de educação vigiada, entre outras, que funcionam no esquema da disciplina de exceção.

Para o indivíduo submetido ao poder normativo social, existe o que Foucault chama de *disciplina-mecanismo*, isto é, “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (2009, p. 173). Seriam dispositivos voltados para o controle e a vigilância generalizada, cuja imagem é o panóptico de Bentham. Diferente da masmorra, o

panóptico utiliza a visibilidade para controlar o indivíduo. Não existe, nesta estrutura, a aglomeração que cria o anonimato. Aliás, os muros, estrategicamente posicionados, são essenciais para a individualização dentro do panóptico, uma vez que impedem que o vigiado veja seu vizinho, mas permitem ao vigia, numa torre de vidro central, observar todos os encarcerados. Traduzindo a imagem do panóptico para a sociedade, o conjunto que o constitui, isto é, os muros, as aberturas estrategicamente posicionadas, a torre central, os vidros, etc., seriam os instrumentos sociais e jurídicos utilizados para criar uma ideia de normalidade. São mecanismos de poder dispostos em torno do anormal, para marcá-lo e modificá-lo (FOUCAULT, 2009, p. 165).

Tendo isso em vista, Han afirma que a sociedade pós-moderna, em contraste com a moderna, rompe os limites inerentes ao modelo negativo da Sociedade Disciplinar e devolve, aparentemente, o poder ao indivíduo por meio de uma lógica que exclui qualquer barreira. Assim, o autor afirma que, na contemporaneidade, o verbo *dever* dá lugar ao verbo *poder* cuja autoridade advém de uma interioridade, ou seja, o verbo *dever* é negativo, pois implica uma autoridade exterior que obriga a execução de determinada ação. O verbo *poder*, por outro lado, é positivo, pois sua autoridade é interna: trata-se da capacidade do indivíduo que o autoriza a determinada ação. Há, portanto, uma eliminação da autoridade externa ao sujeito que se traduz numa sensação de *poderes ilimitados* ou de *liberdade plena* acerca de sua condição humana e social. Han percebe, então, a aurora de uma nova sociedade global regida pela busca incessante de ultrapassar qualquer limite. Essa seria a Sociedade de Desempenho:

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. Nesse sentido, aqueles muros das instituições disciplinares, que delimitam os espaços entre o normal e o anormal, se tornam arcaicos (HAN, 2015, pp. 23, 24).

Dessa maneira, Han vai aos poucos levantando questões que esclarecem a ruptura entre os dois períodos, o que leva a crer que são, de fato, estruturalmente contrários. Na sua visão, seja por conceitos ou por enfermidades, as duas sociedades – a disciplinar e a de desempenho – tem estruturas sociais distintas em suas raízes. Enquanto a Sociedade Disciplinar está enraizada em leis e mandamentos repletos de negação e imposição de limites – gerando loucos e delinquentes – a Sociedade de Desempenho é nutrida pela iniciativa própria e pela motivação do poder individual sem as amarras da negatividade externa, gerando depressivos e fracassados (HAN, 2015, pp. 24 e 25) como resultado de uma autocobrança, que explicarei melhor posteriormente.

Em suma, os argumentos favoráveis à ideia de que a sociedade pré-Guerra Fria tem um paradigma diferente da sociedade pós-Guerra Fria são as mudanças na linguagem, cuja estrutura passa a operar pela lógica da intensidade e não mais da contraposição, e as características das doenças mais comuns que acometem a população de cada período, que passam das patologias causadas por vírus e bactérias para as neuronais.

Com isso, podemos acrescentar mais alguns questionamentos à análise da hipótese que entende o Modelo de Perigo como complementar à teoria da Sociedade de Desempenho, já que, de acordo com o apresentado, restariam alguns pontos em aberto na questão sobre a coexistência de duas lógicas de violência baseadas em paradigmas opostos. Isto é, se os muros das instituições disciplinares se tornaram arcaicos, como é possível a proliferação de tantos muros na vida cotidiana? Os muros, em geral, não deveriam ter se tornados arcaicos também? Assim sendo, iniciamos a seguir a segunda hipótese de leitura cuja proposta é desassociar a Sociedade de Desempenho do Modelo de Perigo a fim de demonstrar que, talvez, a teoria de Han não possa ser aplicada integralmente à sociedade atual.

2.2.2. Sociedade de Desempenho e Modelo de Perigo são incompatíveis

Para termos mais embasamento e, assim, avançarmos na crítica a Han, propomos ampliar um pouco mais a perspectiva histórica por meio da análise que Marshall Berman (1986) fez do período moderno. Berman busca na arte uma maneira de compreender as tendências que constituíram o ideário do Século XX dividido por ele em três vieses: positivo, negativo e ausente. Vamos nos deter brevemente em cada tendência buscando compreender como Berman enxerga elementos positivos e negativos na arte e, com isso, poderemos comparar com as ideias de Han. Entendemos ser possível utilizar Berman no contexto aqui tratado porque ele classifica os tipos de modernismo característicos dos anos 1960 baseando-se em divisões negativas e positivas, o que se aproxima muito dos conceitos da Sociedade Disciplinar e da Sociedade do Desempenho. Contudo, para Berman, essas estruturas não são diferentes em sua raiz, mas são partes do mesmo processo de modernização. Para ele, o Século XX marca a terceira e última fase do processo de modernização e é caracterizada pela expansão global, pela fragmentação, pela perda “de sua nitidez, ressonância e profundidade e [...] capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas” (BERMAN, 1986, p. 17).

Em linhas gerais, quando Berman trata da tendência ausente, refere-se à atitude de alguns artistas de se ausentarem dos propósitos sociais para se concentrarem nas coisas em si. Essa procura pela pureza da arte foi marcada pela “procura de uma arte-objeto pura, auto-

referida” (BERMAN, 1986, p. 29). Essa tendência, denominada ausente, não nos interessa para este trabalho. Portanto, não nos deteremos nela. Vamos, então, nos aprofundar um pouco mais nas tendências negativa e positiva.

Quanto à tendência negativa, Berman a vincula ao caráter revolucionário do modernismo dos anos 1960. O objetivo do viés modernista negativo era “a violenta destruição de todos os nossos valores” sem se preocupar “em reconstruir os mundos que põe abaixo” (BERMAN, 1986, p. 29). Como uma permanente revolução contra a totalidade da existência moderna, o modernismo negativo dessa época criou uma “tradição de destruir tradições” (ROSENBERG, *apud* BERMAN, 1986, p.29), que reverberaria na arte até os dias de hoje, em artistas como Rirkrit Tiravanija, Philippe Parreno⁵, entre outros. Poderíamos articular tal tendência negativa com a Sociedade Disciplinar por meio do *embate* dos “artistas negativos” com a autoridade externa, questionando os limites impostos.

Quanto à tendência positiva, Berman a associa ao discurso pós-moderno de abertura de fronteiras, da multidisciplinaridade e o vínculo da arte com as demais atividades humanas, como o entretenimento comercializado, a tecnologia industrial, a moda, o *design* e a política (BERMAN, 1986). Tal tendência seria vinculada à Sociedade de Desempenho quando “escolhe” não lutar contra a autoridade externa, isto é, quando assume uma postura propositiva focada na superação das fronteiras da própria arte. Assim, a ideia de uma modernidade positiva e globalizante, destituída de limites, semelhante ao que Han descreve em sua Sociedade de Desempenho, já aparecia recortada na crítica de Berman anteriormente à Guerra-fria.

Se seguirmos pelo caminho de Berman, poderíamos entender a Sociedade de Desempenho como parte do pensamento moderno quando sua positividade é associada a um viés do modernismo. Assim, o argumento da *intensidade*, que utilizamos para entender sua estrutura, não é o bastante para sustentar a ideia de que constitui uma época paradigmaticamente distinta da anterior, pois existiria uma realidade negativa paralela à positiva que é igualmente decisiva para a constituição da atualidade. Pela perspectiva histórica proposta por Berman, poderíamos encaixar a sociedade atual como uma etapa subsequente dentro de um processo mais amplo de modernidade.

Assim, propomos uma segunda hipótese de leitura da relação entre a Sociedade de Desempenho e o Modelo de Perigo, partindo da ideia de que o período atual seria a

⁵ Nicolas Bourriaud (2009) enxerga nesses mesmos artistas a criação de microutopias capazes de mudar as formas de sociabilidade dentro de uma sociedade, reforçando a nossa análise, apesar de, na visão de Bourriaud, terem superado esse afã revolucionário indicado por Berman.

continuação do período anterior e suas especificidades representariam um aprofundamento dos ideais modernos de produtividade e progresso. Nesse sentido, a correlação entre muros e a Sociedade de Desempenho se daria por meio de uma espécie de *imunologia positiva* ou positivada, de acordo com as ideias do Modelo de Perigo, enquanto meio termo entre a teoria de Han. Em torno da visão que insere a sociedade contemporânea dentro da era moderna, vamos analisar a vinculação entre positividade e imunologia. Por esse viés, buscaremos, a seguir, identificar primeiramente o limite entre as teorias de Matzinger e Han para, em um segundo momento, avançar possíveis pontos de sobreposição ou tangência. Tal postura diverge, portanto, de Han, uma vez que este enxerga a sociedade atual como sendo formada por aspectos positivos e negativos.

- *Os limites entre a Sociedade de Desempenho e o Modelo de Perigo*

Uma primeira incompatibilidade, de caráter geral, já está previamente apresentada na questão relativa à postura que cada autor assume frente ao arcabouço teórico de suas respectivas áreas de estudo. Ao contrário da teoria de Han, que busca romper com as anteriores, o modelo imunológico de Matzinger aponta para a continuidade dos pressupostos precedentes. Mesmo que Matzinger tenha criado uma forma de entender a imunologia por um viés distinto das teorias anteriores, não haveria, a princípio, uma busca por romper os paradigmas anteriores apenas por vivermos em uma época com características sociais diferentes. A preocupação da autora está mais centrada na busca por um princípio amplo o suficiente para explicar tanto as reações imunológicas convencionais – explicáveis pelas teorias imunológicas anteriores – quanto os casos que fogem à regra, como a rejeição de órgãos transplantados ou a existência de uma quantidade razoável de bactérias e vírus alheios ao organismo que subsistem pacificamente no interior do sistema. Han, por outro lado, busca romper com as teorias anteriores, propondo uma quebra paradigmática para explicar a sociedade atual. Tal postura dá a entender que as teorias sociais anteriores, tais como a da Sociedade Disciplinar de Foucault, eram suficientes para explicar apenas a sociedade pré-Guerra-fria, não podendo mais, contudo, ser utilizada no período atual. Nesse sentido, o autor busca uma nova teoria que não abarca a anterior, mas que inauguraria uma nova abordagem.

Uma segunda incompatibilidade entre a teoria da Sociedade de Desempenho e o Modelo de Perigo, agora mais específica, é encontrada na seguinte passagem:

Em lugar da alteridade entra em cena a diferença, que não provoca nenhuma reação imunológica. A diferença pós-imunológica, sim, a diferença pós-moderna já não faz adoecer (HAN, 2015, p. 10).

Para Han, a *diferença pós-moderna* – sociológica –, substituta da *alteridade*, não é a mesma *diferença pós-imunológica* – biológica. Na *diferença social*, não há qualquer traço de *negatividade*, conforme as ideias de Han. Já, na *diferença biológica*, a *negatividade* permanece, pois tanto a *estranheza* – que implica *alteridade* – quanto o *perigo* – que não implica *alteridade* – são indissociáveis de um organismo biológico, o que implica a ambos uma reação imunológica, isto é, uma negação. *Dentro desse contexto, a negatividade é estruturalmente presente em um organismo a partir do momento em que este se separa do meio estabelecendo um limite entre o interior e o exterior, seja qual for a maneira utilizada para se isolar ou se defender.* Dessa maneira, Han precisa afastar-se de Matzinger, já que o Modelo de Perigo não exclui a *negatividade* do sistema orgânico. Portanto, o Modelo de Perigo, ao desvincular *alteridade* de *reação imunológica*, cria uma conjuntura em que ausência de *alteridade* não implica positividade. E isso não é admitido por Han no contexto da Sociedade de Desempenho. O termo *pós-imunológico* é aplicado, portanto, para separar as teorias dos dois autores. Para Han, tal termo carrega em si uma *negatividade* e é típico de um organismo biológico, apesar de não implicar *alteridade*. O termo *pós-moderno*, por outro lado, carrega apenas positividade e faz referência ao organismo social.

Com esses dois relevantes pontos de afastamento das teorias de Matzinger e Han – a postura frente ao arcabouço teórico que os antecede e o entendimento de que toda negação implica *alteridade* – poderíamos concluir que as teorias dos autores são, de fato, paralelas, e não poderiam ser lidas como complementares. Na primeira hipótese de leitura, buscamos enxergar as duas teorias como complementares por meio do conceito da *intensidade*, o que fez sentido em princípio. Contudo, apenas esse conceito não foi o suficiente para sustentar tal hipótese, uma vez que a teoria de Han não pode explicar o fato de o Modelo de Perigo implicar a negação.

2.2.3. A Sociedade de Desempenho como apenas um viés da sociedade atual

Partindo da incompatibilidade das teorias de Matzinger e Han, somos impelidos a adotar uma das duas como preponderante para compreendermos melhor os muros atuais. Nesse sentido, adotamos a teoria de Matzinger, em detrimento à teoria de Han, pois a primeira preserva a *negatividade* em sua estrutura conceitual enquanto a última não. Dessa maneira, a teoria de Matzinger, quando aplicada à sociedade, seria capaz de explicar como os muros são construídos em meio a uma realidade cada vez mais positiva. Já a teoria de Han, por não prever aspectos negativos, não seria capaz de explicar os muros atuais.

Contudo, não propomos deixar de lado completamente as ideias de Han, mas compreendê-las por meio da perspectiva de Matzinger e reestruturando-as em uma conjuntura mais ampla. Assim, propomos restringir a aplicação da teoria da Sociedade de Desempenho a apenas uma parte da sociedade atual e não à sociedade como um todo. Dessa maneira, partindo do pressuposto de que uma realidade sem defesa imunológica, limites ou separações seria inviável, iniciamos a análise de se/como algo do *Sujeito de Desempenho*, isto é, o sujeito a que Han se refere como aquele que vive pelo paradigma positivo, possa persistir de alguma forma em um possível *Sujeito Imunológico*, ou seja, aquele que vive pelo paradigma imunológico, caracterizado aqui como negativo.

Nessa investida, a primeira ideia em mente é a de que um organismo só conseguiria sobreviver sem defesa imunológica se houvesse uma defesa exterior ainda mais eficaz do que a do seu próprio sistema impedindo, assim, a aproximação de qualquer antígeno (algo como o processo utilizado pela microbiologia para produzir uma cultura microbiológica, isolando-a num ambiente controlado). Paralelamente, uma sociedade que se configure por meio de identidades e que tenham valores como pluralidade, diversidade, tolerância etc., necessitaria de ações de controle e coerção, ainda que o gatilho não fosse a *estranheza* ou a *alteridade*. Para que uma sociedade ou comunidade pudesse conviver exclusivamente por meio da *positividade* – sem imposições de limites internos ou ações imunológicas – seria preciso uma barreira externa abrangente para isolá-la de qualquer sujeito contrário ou de qualquer heterogeneidade (algo como um condomínio fechado e cercado por muros).

Então, apresentamos uma análise alternativa a Han através da compreensão da mudança paradigmática que ele propõe como a identificação de características positivas geradas pelas pressões que o indivíduo atual sofre e que seriam advindas, em especial, das mídias sociais. Assim, a exclusão dos termos que implicam negatividade, que Han utiliza para estruturar sua teoria, indicaria uma espécie de máscara lexical utilizada para a criação de um discurso social e político alinhado à ideia de mundo globalizado sem limites de tempo e espaço. Ou seja, a sociedade de desempenho não representaria uma mudança paradigmática de fato; seria apenas a imagem do processo de especialização decorrente do ideal de produtividade moderno, viabilizado pela tecnologia da informação.

Tal análise tem o intuito de explicar, de maneira satisfatória, tanto o predomínio dos conceitos positivos – *diferente, igual, turista, consumidor* – quanto a proliferação dos muros, quando entendidos como negatividade. A invisibilidade dos muros, apontada por nós nesta pesquisa, seria o fato que comprovaria a *aparência* de mudança do discurso social em

detrimento de uma mudança aparente, tendo em vista que a negatividade seria inerente ao ser humano. *Em suma, defendemos nesta tese uma compreensão da sociedade atual composta tanto de discursos/comportamentos de positividade quanto de negatividade, reconhecendo, entretanto, uma espécie de ofuscamento das negatividades pelo predomínio dos aspectos positivos, em decorrência do avanço da tecnologia computacional.*

- *O Sujeito Pós-imunológico abarcaria o Sujeito de Desempenho*

Para esclarecer tal proposta, sugerimos um novo personagem (conceito) que possa tanto fugir da definição tradicional do *Sujeito Imunológico* quanto englobar a ideia de *Sujeito de Desempenho* mantendo, contudo, certa negatividade: seria o *Sujeito Pós-imunológico*, capaz de reestruturar a Sociedade de Desempenho dentro do panorama do Modelo de Perigo. Tal sujeito seria semelhante ao *Sujeito de Desempenho* com seu discurso tipicamente positivo. Contudo, carregaria internamente a negatividade oriunda de suas raízes modernas. A negatividade do *Sujeito Pós-imunológico* seria adequada ao Modelo de Perigo, pois esta não estaria fundamentada na alteridade e sua positividade se enquadraria nos parâmetros de compreensão do *Sujeito de Desempenho* na utilização de termos como *igual, diferente, turista, consumidor*, etc. que o caracterizam. *Haveria, assim, uma distinção basilar entre o Sujeito de Desempenho e o Sujeito Pós-imunológico, apesar da semelhança: enquanto o primeiro é inteiramente positivo, o segundo seria apenas aparentemente positivo.*

Se nossa leitura do ser humano atual estiver correta, isto é, se o Sujeito Pós-imunológico puder realmente abarcar o conceito de Sujeito de Desempenho, o Modelo de Perigo poderia ser, então, utilizado para explicar como aconteceriam as reações negativas da sociedade atual sem inviabilizar a teoria de Han. Assim, compreenderíamos a atualidade como sendo uma continuação do período anterior, estando regida ainda pela lógica moderna e composta por parâmetros positivos e negativos, de acordo com as ideias de Berman e de outros autores que apostam em uma continuidade entre o período moderno e o pós-moderno. Assim, o conceito de *diferença pós-moderna* passaria a ter o mesmo sentido de *diferença pós-imunológica*. Ambas, equivalentes a perigo ou dano, palavras utilizadas por Matzinger para designar o fator que desencadeia toda reação negativa do organismo biológico, sem implicar alteridade.

- *Positividade e negatividade em coexistência: reação antagônica não implicaria alteridade*

Explorando um pouco mais o conceito de *reação antagônica*, fundamental para compreendermos a proposta de Matzinger, retomamos as ideias de Heidegger acerca da *alteridade que implica negatividade*, ao carregar em si uma condição antagônica. Esse é o princípio que Han utiliza para construir sua teoria quando afirma que o “paradigma imunológico não se coaduna com o processo de globalização. A alteridade, que provocaria uma imunorreação, atuaria contrapondo-se ao processo de suspensão de barreiras” (HAN, 2015, p. 13). Contudo, e essa seria a novidade em Matzinger que trazemos para uma perspectiva social, *alteridade não implicaria reação imunológica ou antagônica. Portanto, a contribuição aos estudos sociais da tese deste capítulo seria justamente desvincular negatividade de reação antagônica, ponto, a princípio, não tão bem esclarecido na proposta de Han para uma sociedade positiva*. Tal desvinculação nos permitiria vislumbrar a coexistência de uma lógica positiva nos parâmetros apontados por Han, isto é, a ausência de reações antagônicas e uma negatividade intrínseca ao ser humano espacialmente manifestada na forma de muros.

Em suma, a nova concepção de imunologia proposta por Matzinger nos permite analisar as ideias de Han, reconhecendo seus avanços, contudo, percebendo também suas possíveis falhas ao abdicar da negatividade. O avanço principal, do nosso ponto de vista estaria no diagnóstico de problemas adquiridos pela sociedade ao se afastar da negatividade por, essencialmente, incorporar a realidade virtual (de modo especial as mídias sociais) no seu cotidiano. Por outro lado, a possível falha da teoria de Han seria a compreensão da sociedade como puramente positiva e, portanto, alheia a qualquer negatividade, já que uma reação imunológica necessita invariavelmente de alteridade.

Apesar de Han ter acesso ao Modelo de Perigo, o autor não desenvolve o impacto dessa nova maneira de pensar a Imunologia para refletir a sociedade. No texto de Han, tal pensamento aparece apenas na forma de uma citação que não está incorporada à sua maneira de pensar. Com isso, Han deixa passar uma excelente oportunidade de aprofundar ainda mais sua teoria, pois os estudos de Matzinger problematizam sobremaneira a imunologia atual. Desvincular *alteridade de reação imunológica* no campo da biologia abre um campo vasto no estudo social. Com isso, novas alternativas de leitura surgem e nos permitem compreender melhor, inclusive, o muro, se pensado como negatividade.

A seguir, como encerramento da discussão deste capítulo, exploraremos a ideia que insere o pós-moderno como uma etapa mais profunda da era moderna. Tal viés recebe novas luzes das análises que empreendemos sobre a influência do modelo imunológico de Matzinger à estrutura argumentativa de Han. Exploraremos também como os frutos dessa discussão reverberam no nosso estudo dos muros, especialmente na compreensão da realidade dos condomínios fechados atuais. A partir de agora, tomando como base toda discussão no campo da alteridade e da compreensão do sujeito que habita as cidades atuais, temos condições para interpretar os ambientes murados com maior propriedade.

2.3. UMA COMPREENSÃO DOS MUROS EM UM AMBIENTE POSITIVO

Como encerramento deste capítulo, e para compreendermos o porquê de tantos muros em uma realidade majoritariamente positiva, partimos de uma posição contrária a Han quando este compreende a atualidade como sendo exclusivamente positiva. Dessa maneira, entendemos que a Sociedade de Desempenho seria um fragmento de um universo mais amplo que compõe a atualidade e não um paradigma aplicável à sociedade de maneira geral. Encontramos, inclusive, alguns argumentos no próprio texto do autor que dão brecha para tal leitura quando trata do tema da produção. Para ele,

[a] mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho aponta para a continuidade de um nível. Já habita, naturalmente, o inconsciente social, o desejo de maximizar a produção (HAN, 2015, p. 25).

Poderíamos interpretar a “continuidade de um nível” como um indício, já dentro da teoria de Han, de que a Sociedade de Desempenho poderia ser um estágio mais profundo do modelo moderno de progresso e transformação. Explorando mais essa ideia, percebemos que a humanidade, no Século XXI, teria conseguido atingir um nível de tecnologia tal que permitiria abolir um limite produtivo associado ao tempo e ao espaço. A Sociedade Disciplinar pensada por Foucault – repleta de negatividade – seria tanto o germe quanto o obstáculo da Sociedade de Desempenho. A partir de determinado ponto da produtividade, a técnica disciplinar, isto é, a negatividade que dá início a todo o processo, se torna um limite para o crescimento produtivo (HAN, 2015, p. 25). O *Sujeito da Obediência*, que precede o *Sujeito de Desempenho*, se move pelo imperativo do dever e produz baseado e limitado pelo apito da fábrica. A autoridade externa ao *Sujeito da Obediência*, que tem o dever de também cuidar do seu bem-estar, estabelece um ritmo de trabalho e descanso impróprio à produtividade máxima.

Já o Sujeito de Desempenho não separa o trabalho do lazer, adequando-se muito mais a esse ideal moderno.

2.3.1. O muro viabiliza a Sociedade de Desempenho como ideal moderno

Para nos aprofundarmos em tal análise retomamos de maneira crítica os escritos de Berman (1986), que assume a pós-modernidade como continuidade da modernidade. Para defender seu posicionamento, Berman analisa o clássico de Goethe, *Fausto*, como objeto de estudo, dividindo-o em três etapas: o sonhador, o amador e o fomentador, cada qual representando uma fase da vida do personagem principal. A primeira transformação de Fausto, de sonhador para amador, representa a saída de uma condição introspectiva e especulativa alheia às condições de mundo para uma vida exterior ligada à memória e emoção. Essa transformação de Fausto poderia ser interpretada como uma descoberta da alteridade por meio da passagem de uma condição autocentrada e presa ao claustro medieval intelectual para a vivência do mundo.

A subsequente metamorfose de Fausto, de amador para fomentador, ainda segundo Berman, corresponderia ao processo de modernização produtiva. Nessa transformação, Fausto ultrapassa os limites do poder exterior a si para ter, dentro de si, o poder de mudar o mundo. Haveria, para nós, uma forte similaridade entre o Fausto fomentador e o Sujeito do Desempenho de Han, se preservamos um elemento divergente: o Sujeito de Desempenho utiliza a tecnologia para romper as barreiras humanas, enquanto que Fausto atinge a plenitude moderna pela organização do trabalho:

É de observar, também, que o Fausto de Goethe, ao contrário de muitos de seus sucessores, especialmente no século XX, não realiza nenhuma fascinante descoberta científica ou tecnológica: seus homens parecem usar as mesmas pás e enxadas que vinham sendo usadas há séculos. A chave do seu êxito é uma organização do trabalho visionária, intensa e sistemática (BERMAN, 1986, p. 64).

O ser humano contemporâneo seria, para Han, dependente da tecnologia das mídias sociais para a transformação ininterrupta. Apenas com o auxílio da tecnologia a mente humana passaria a ser “uma força direta na produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (CASTELLS, 1999, p. 51). Com a tecnologia em rede, o sujeito de desempenho atingiria a síntese de pensamento e ação e usaria a sua mente para transformar o mundo, embora tivesse perdido a capacidade de se distanciar de si, de se transformar a si em primeiro lugar.

Assim, os avanços tecnológicos em automação e em mídias sociais permitiriam que a produção acontecesse ao som do clique. Não haveria mais razão para parar a produção. A

marcação do tempo, que teria passado do badalar dos sinos de uma paróquia, dividindo o tempo de oração e o tempo do trabalho, para o apito da fábrica, dividindo descanso e trabalho passaria, agora, para o instantâneo que nada divide. Períodos de trabalho e descanso não seriam mais distintos. Não haveria por que separar lazer e trabalho no panorama social atual. A construção de empreendimentos enclausurados em grande escala que contemplam todas as facilidades para que o Sujeito de Desempenho atinja a sua plenitude seria o exemplo paradigmático do ambiente típico da Sociedade de Desempenho. Os limites nesse sistema existiriam apenas para impedir que forças alheias ao modelo positivo pudessem intervir. Dentro dos limites dos condomínios fechados habitacionais ou de múltiplo uso em que se poderia viver sem limites ou pausas, a humanidade positiva encontraria seu lugar.

Também percebemos a presença do paradoxo da ausência de limites na essência do ego atual. Isto é, o ego do sujeito do Século XXI seria positivo e ilimitado e, com isso, grande o suficiente para abarcar a autoridade antes externa. Não haveria, em uma sociedade marcada pelo excesso de positividade, a hierarquia. “O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência” (HAN, 2015, p. 29). Dessa maneira, o ser humano positivo de Han seria semelhante ao ser humano negativo de Foucault em essência pois, apesar de divergirem quanto à maneira de atingir o seu objetivo – através da positividade ou negatividade, respectivamente – buscariam ambos o mesmo ideal de avanço produtivo.

2.3.2. A liberdade positiva necessitaria de muros invisíveis

Contudo, o Sujeito do Desempenho, munido de um ego grande o suficiente para fazê-lo acreditar que é capaz de assumir o controle pleno de sua vida, isto é, livre de uma autoridade superior, passaria a lidar com novos desafios como a liberdade. Ter a autoridade dentro de si não implica em liberdade, se entendida como ausência de limites.

A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo explorado (HAN, 2015, p. 30).

O conceito de liberdade, em Han, típica da pós-modernidade, ao nosso ver, seria um paradoxo, o que nos serve como auxílio para compreender melhor o nosso ponto de vista. O autor chama de liberdade paradoxal a liberdade que advém do excesso de positividade, pois

“está ligada à negatividade” (HAN, 2015, p. 30). Poderíamos classificar tal liberdade como *liberdade positiva* e seu paradoxo residiria na pretensão de excluir a ideia de coação. Nesse ponto, concordamos com o autor quando este assegura que não há liberdade sem que haja o *outro imunológico* que age reprimindo e aprisionando (HAN, 2015, p. 30). Tal liberdade não seria experimentada pela Sociedade de Desempenho, uma vez que a coação não adviria do *outro* mas do excesso do igual. Aqui, a interpretação de Han não entra em conflito com a nossa interpretação baseada em Matzinger. Tanto a sociedade estruturalmente positiva de Han quanto a sociedade aparentemente positiva, que propomos, estariam sujeitas à coação do excesso do igual ou do mesmo.

A sociedade do Século XXI seria, portanto, aquela que, ao alegar atingir a plenitude da liberdade seria, pelo contrário, a mais distante da liberdade real. O Sujeito do Desempenho ou o Sujeito Pós-imunológico estariam tão presos ou ainda mais presos que o Sujeito Imunológico, posto que seriam convencidos de que estariam/seriam livres. *O excesso de positividade teria, portanto, a capacidade de tornar invisíveis os muros que nos prenderiam, isto é, o sujeito de desempenho estaria preso, embora sem um agente externo claro que o bloqueasse.*

Com base nisso e nas demais discussões que tivemos até agora, acreditamos ter condições de concluir que *o ser humano atual teria a pretensão e a ilusão de viver sem limites, dentro de uma realidade marcada por separações, recortes e nichos sociais que ele mesmo constrói por meio dos muros.* E tais muros, portanto, seriam invisibilizados de maneiras diferentes, dentre as quais poderíamos citar: uma realidade que explora a conectividade sem limites e a carência de estudos que os visibilizem de maneira autêntica reconhecendo que sempre existiram e que, talvez, vão continuar existindo enquanto houver humanidade.

Essa conclusão tem o intuito de resumir os nossos argumentos construídos por meio da problematização da teoria social de Han. A percepção de uma proliferação de muros questiona a teoria social de Han uma vez que, apesar de apresentar um diagnóstico assertivo sobre as enfermidades típicas da atualidade, não seria capaz de explicar o porquê de tantos muros ou mesmo de ver tantos muros. Assim, encontramos nas referências do próprio autor uma saída para o problema que se apresentava ao explorar a concepção de uma imunologia alheia à alteridade. Consideramos, portanto, que alcançamos um meio termo entre dois extremos: por um lado, uma sociedade negativa em que os limites eram impostos ao ser humano na forma de deveres. Por outro lado, uma sociedade inteiramente positiva que retira qualquer limite da vida do indivíduo.

Finalizamos este capítulo tendo apresentado algumas reflexões e explicações de como o muro se faz presente em uma realidade em que noções como *outro*, *estranho*, *próprio e mesmo*, etc., estão se confundido. No próximo capítulo, trataremos da ideia de *outro* em Chantal Mouffe. Vamos nos debruçar em seus estudos no campo da política para analisar como a alteridade torna-se fundamental também para o debate político e como o muro, entendido como limite, está presente na constituição de uma democracia baseada no embate. Aprofundaremos também nos aspectos materiais do muro como consequências das disputas políticas que surgem da crise da alteridade que acabamos de tratar.

3. O MURO E A DISPUTA POLÍTICA: o agonismo em questão

Antes de entrar nas discussões específicas propostas para o Capítulo 3, é necessário esclarecer uma divergência entre Chantal Mouffe e Byung-chul Han. Ambos, apesar de compartilharem uma visão pessimista do mundo, divergem na forma de abordar o período atual desse mundo. Enquanto Han procura compreender a sociedade como um organismo complexo e sujeito a patologias que não são, à primeira vista, intencionais, Mouffe busca descobrir agentes responsáveis pelas crises das sociedades democráticas que presenciamos. Ou seja, se Han não busca encontrar culpados específicos pela lógica que produz as enfermidades sociais, sejam elas negativas ou positivas, Mouffe aponta os possíveis autores de um sistema de domínio – que ela chama de hegemônico – responsável pelas “doenças” da democracia atual.

Tendo essa distinção esclarecida, reforçamos que o objetivo deste capítulo é averiguar se a hipótese apresentada no capítulo introdutório está correta, isto é, se o muro é parte constituinte da democracia, em especial, quando pensada como espaço para o embate político agonista. E, com isto, tentamos compor o argumento para respondermos à questão central desta tese, retomando: que é compreender por que se constroem tantos muros hoje em dia, uma vez que vários fatores indicariam o contrário. Para tal, faremos, na primeira metade do capítulo, uma exposição e análise de algumas ideias de Mouffe, para, na sequência, aplicá-las no contexto dos muros no ambiente urbano conceitualmente e materialmente.

Assim, nossa abordagem tem o intuito de desvendar, no pensamento da autora, a compreensão do *outro* para compará-la à de Han a fim de consolidar o nosso posicionamento. Com isso, como a proposta deste capítulo é continuar a reflexão do muro a partir da relação do *eu* com o *outro*, seria lógico afirmar que cada autor pensaria o muro diferentemente, ao passo que cada um pensa tal relação à sua maneira. Já identificamos como Han pensaria o muro, isto é, como partes das negatividades que marcam um mundo moderno hoje superado; agora é o momento de tentarmos vislumbrar o que Mouffe poderia oferecer para o nosso debate. Como ela pensaria o muro da Esplanada dos Ministérios que citamos no capítulo anterior? Seria o muro a representação palpável da divisão entre os dois polos que comporiam um justo embate político? Ou seria a representação da falência da democracia no país? Como a autora entenderia o muro cotidiano, ou seja, aquele que aparece quase espontaneamente na

realidade urbana? Para ela, a divisão entre as esferas pública e privada por meio de muros seria legítima? Ou seria uma forma de hegemonia do privado sobre o público? Adentremos em seu pensamento para solucionarmos tais questionamentos.

3.1. APRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA AGONÍSTA: crítica a uma democracia liberal

Alinhada a Han no que tange os problemas que assolam a sociedade atual, Mouffe denuncia que a diversidade de estilos de vida, decorrente da (hiper) individualidade, mascara a realidade hostil inerente ao ser humano. Sua visão pessimista pode ser comparável à do primeiro autor quanto a questão da negatividade inerente à sociedade, mas se distancia à medida que busca uma solução. Para ela, a democracia liberal baseada no consenso por meio da razão seria falha, pois deixaria de lado o caráter arbitrário da constituição das identidades políticas. E tal falha, alheia à subjetividade, teria contribuído para aumentar o potencial antagônico da sociedade.

O erro do racionalismo liberal é ignorar a dimensão afetiva mobilizada pelas identidades coletivas e imaginar que aquelas “paixões” supostamente arcaicas estão destinadas a desaparecer com o avanço do individualismo e do progresso da racionalidade (MOUFFE, 2005a, p. 13, tradução nossa).⁶

Frente a tal realidade, Mouffe propõe a criação de uma condição que permita o confronto de diferentes visões políticas sem a pretensão do consenso universal. Dessa maneira, ela busca incorporar ao debate público os movimentos políticos com viés populista e nacionalista. Para a autora, a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deveria ser, antes de tudo, a promoção de uma esfera pública propícia à *luta agonística*, de modo que os participantes da discussão democrática tivessem alternativas evidentemente distintas e que não fossem versões de uma mesma como aconteceria em um debate exclusivamente liberalista (MOUFFE, 2005b, p. 6).

Em última instância, Mouffe critica o consenso global que, em sua perspectiva, esconde um único poder hegemônico mundial. Para ela, a dissipação das fronteiras entre direita e esquerda, diferentemente do que esperam os teóricos “pós-políticos”, resulta em uma homogeneidade política e não em uma pluralidade de poderes hegemônicos. O consenso universal não significa, assim, alcançar a plenitude de um projeto cosmopolita como se

⁶ *The mistake of liberal rationalism is to ignore the affective dimension mobilized by collective identifications and to imagine that those supposedly archaic ‘passions’ are bound to disappear with the advance of individualism and the progress of rationality* (MOUFFE, 2005b, p. 13).

poderia alegar, mas, ao contrário, dá fim ao debate público democrático. Pensar uma política para além da hegemonia põe em risco a própria democracia, palco do confronto de poderes distintos e hegemônicos (MOUFFE, 2005b, p. 9). Hegemonia aqui é entendida como o “ponto de convergência – ou arruinamento mútuo – entre a objetividade e o poder” (MOUFFE, 2005a, p. 19), isto é, como aquela “relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico-discursivo, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (MENDONÇA, 2010, p. 495).

A tese de Mouffe critica a definição de embate democrático por meio da moral. Segundo ela, ao se definir a diferença entre *nós* e *eles* por critérios de bem e mal, cria-se uma relação de inimizade. Por outro lado, ao se definir a relação nós/eles criando uma relação entre adversário, por exemplo, entre esquerda e direita, *cria-se uma relação entre integrantes da sociedade que disputam um espaço hegemônico sem pretender destruir o oponente, mantendo-o como grupos igualmente fundamentais*. Em uma democracia regida pela moral, a disputa é entendida, assim, como uma relação amigo/inimigo ou antagonista, enquanto, em uma democracia regida por critérios políticos, a disputa se dá entre aliado/adversário ou agonista.

3.1.1. Aprofundando no conceito de agonismo

Agonismo é o termo que a autora utiliza para classificar a atmosfera de um debate público. A princípio, Mouffe não entra em questões etimológicas ou conceituais para a escolha do termo em si. Por isso sentimos a necessidade de agregar outras definições de agonismo, inclusive aquelas advindas de outros campos da ciência para compreendermos melhor do que se trata.

Entre vários vieses, o utilizado pela genética comportamental chama atenção pela facilidade em aplicá-lo ao modelo político de Mouffe, entendendo política como disputa. Jonh Paul Scott⁷, geneticista estadunidense, define o *comportamento agonístico* “como o comportamento adaptativo às situações de conflito envolvendo membros da mesma espécie, obviamente relacionado ao comportamento defensivo” (SCOTT, 1989, p. 105, tradução nossa).⁸ O *agonismo*, por esse viés, é um padrão de comportamento classificado de acordo

⁷ Jonh Paul Scott (1909-2000) foi um geneticista americano, especialista em comportamento de mamíferos, que buscava relacionar genética e psicologia. Seu trabalho foi influenciado pela teoria evolucionista de Sewall Wright, seu tutor na Universidade de Chicago.

⁸ Do original: *Agonistic behavior, defined as behavior that is adaptive in situations of conflict involving members of the same species, is obviously related to defensive behavior* (SCOTT, 1989, p. 105).

com a sua função e com o comportamento separado por espécies. É, portanto, aquela disputa entre animais da mesma espécie em que os adversários lançariam mão de táticas de combate que não envolveriam, por exemplo, o aniquilamento, a intimidação, as respostas defensivas, a submissão, as exibições, etc.

Trazendo a discussão para o campo comportamental, Ian Hardy⁹ e Mark Briffa¹⁰, estudiosos do comportamento animal, afirmam que uma “disputa é definida como uma interação comportamental direta e discreta que determina o domínio de um recurso indivisível (HARDY e BRIFFA, 2013, p. 2, tradução nossa).¹¹ Os recursos disputados por meio de ataque e defesa de uma posição de domínio são, de maneira geral, territórios, abrigos, alimento ou parceiros sexuais. Essa definição deixa de lado as interações indiretas, como demarcação de território, e as interações entre predadores e presas. Se associarmos as definições de comportamento agonista, conforme Scott, com a de disputa animal, de acordo com Hardy e Briffa, poderíamos concluir que *uma disputa agonística no mundo animal seria o comportamento interativo entre sujeitos da mesma espécie capazes de se adaptarem à situação de conflito*, o que torna possível objetivação de um recurso indivisível.

Ao vincular a compreensão de *agonismo* de Scott e de *disputa* de Hardy e Briffa à proposta política de Mouffe, poderíamos entender a teoria política agonista como uma teoria adaptativa aplicada à política. Isto é, ao contrário do modelo liberal que define a razão como a única forma para se alcançar o consenso, um modelo político baseado no conceito de agonismo seria adaptativo às questões postas no debate. Seria uma forma de pensar a política semelhante à forma como a ciência mecanicista pensa a natureza: substituindo, no caso da política, as causas finais e o consenso por causas eficientes imediatas, ou seja, o debate em si. Nas palavras da autora:

Levar em conta ‘o político’ como a possibilidade sempre presente do antagonismo requer aceitar a ausência de um fundamento último e reconhecer a dimensão indecível que domina cada ordem (MOUFFE, 2005a, p. 17, tradução nossa).¹²

⁹ Ian Hardy é Professor Associado e Pesquisador da biologia do comportamento animal na Universidade de Nottingham, Reino Unido.

¹⁰ Mark Briffa é Professor de Comportamento Animal na Universidade de Plymouth, Estados Unidos.

¹¹ Do original: *We define contest as an direct and discrete behavior al interaction that determines the ownership of an indivisible resource unit* (HARDY e BRIFFA, 2013, p. 2).

¹² Do original: *To take account of ‘the political’ as the ever present possibility of antagonism requires coming to terms with the lack of a final ground and acknowledging the dimension of undecidability which pervades every order* (MOUFFE, 2005b, p. 17).

3.1.2. A disputa como essência do político em Mouffe

Para compreender melhor a leitura de Mouffe, que abdicaria de um propósito final em prol de uma relação dinâmica e imediata, apresentamos os dois níveis da política que a autora explora, a saber: *a política* e *o político*. *A política* diz respeito à ciência política que aborda o campo empírico ou a condição ôntica das disputas políticas. *O político*, por sua vez, refere-se ao caráter ontológico da política, que trata da essência das relações humanas da política. Nas palavras de Mouffe:

[...] por “o político” eu entendo a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto que entendo “a política” como o conjunto de práticas e instituições por meio das quais se cria uma determinada ordem, organizando a coexistência humana no contexto do conflito derivado do político (MOUFFE, 2005a, p. 16, tradução nossa).¹³

Nesse ponto, Mouffe faz oposição às ideias de Hannah Arendt ao propor que *o político* é essencialmente uma disputa em vez de ser um espaço para a liberdade. Para Mouffe, a disputa como essência *do político* implica ausência de consenso que pode resultar, na prática, em um espaço público propício para o debate. O espaço público não é, nesse sentido, um espaço para liberdade, mas um espaço de disputa que não implica consenso que, todavia, daria voz a todos aqueles que participam do jogo de poder. Para Mouffe, dar primazia à liberdade dentro do conceito de político implicaria aceitar a necessidade do consenso resultando, assim, em uma moral política, o que ela é contra. Na política baseada na moral, pelo viés de Mouffe, aquilo que foge do consenso racional não é mais política, o que retiraria da disputa as posições consideradas más. É importante ressaltar que toda discussão de Mouffe limita-se às regras dentro do Estado Democrático de Direito, isto é, práticas consideradas criminosas dentro de uma democracia, tais como ameaça, chantagem, troca de favores etc. não fariam parte da disputa política agonista. Dessa maneira, Mouffe prevê um nível mínimo de consenso, algo como um “consenso conflituoso”, necessário para o conflito político agonístico existir.

3.1.3. A Falta Constitutiva é a essência da identidade do eu e do outro

A teoria do discurso que Mouffe defende, desenvolvida juntamente com Ernesto Laclau, está baseada no caráter precário de uma identidade. Subjacente à compreensão *do político* como um fim em si, temos a concepção de *falta constitutiva* de uma identidade, isto

¹³ Do original: [...]by ‘the political’ I mean the dimension of antagonism which I take to be constitutive of human societies, while by ‘politics’ I mean the set of practices and institutions through which an order is created, organizing human coexistence in the context of conflictuality provided by the political (MOUFFE, 2005b, p. 9).

é, a construção de uma identidade exigiria a ausência de plenitude. Lemos tal posicionamento por um viés existencialista, que é uma corrente filosófica que afirma que o ser humano não teria acesso a uma condição plena de existência, pois buscaria a sua completude na criação de sua identidade. Os autores argumentam que uma hegemonia condicionada ao tempo e ao espaço e uma representatividade específica é o resultado da tentativa de se preencher o vazio inerente à identidade. Laclau entende “por ‘hegemonia’ uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2000, p. 122).

Com base em Mouffe e Laclau, compreendemos que a incompletude na constituição da identidade do *eu* nos obrigaria a reconhecer e buscar o *outro*. A criação de uma identidade particular ou coletiva implicaria na definição dos limites do *eu* ou do *nós*. O *eu* ou o *próprio* se constituiria apenas por meio da percepção do *outro*, assim como só se entenderia a liberdade por meio da coação, o cosmo por meio do caos, a forma da matéria, o branco do preto, o homem da mulher, etc.:

Uma vez que entendemos que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma condição prévia da existência de tal identidade, isto é, a percepção de um "outro" que constitui sua "exterioridade", acho que estamos em uma posição mais adequada para entender o argumento de Schmitt sobre a possibilidade de antagonismo sempre presente e para entender como uma relação social pode se tornar um terreno fértil para o antagonismo (MOUFFE, 2005a, p. 15, tradução nossa).¹⁴

A compreensão do *próprio* por meio do *outro* nos leva a pensar que o ataque de Mouffe à hegemonia da razão se baseia na alegação de que esta fomentaria relações antagônicas entre os grupos envolvidos. Na relação de inimizade, o inimigo seria visto como ameaça à existência daquilo que constitui o *eu*. E o perigo da aniquilação do *próprio* geraria uma reação tão intensa quanto a ação, o que levaria à busca pela eliminação mútua. Eis, então, o possível paradoxo do *consenso universal*, alvo da crítica de Mouffe: *como pode haver harmonia através do consenso pleno, por meio da razão se o próprio consenso racional é uma ameaça à manutenção das identidades em disputa?* Nesse sentido, em um sistema liberal que visa a hegemonia da razão, não haveria espaço para a noção de identidade política e, conseqüentemente, não haveria espaço para a alteridade.

¹⁴ *Once we have understood that Every identity is relational and that the affirmation of a difference is a precondition for the existence of any identity, i.e. the perception of something 'other' which constitutes its 'exterior', we are, I think, in a better position to understand Schmitt's point about the ever presente possibility of antagonism and to see how a social relation can become the breeding ground for antagonism* (MOUFFE, 2005b, p. 15).

Portanto, para Mouffe, *toda democracia liberal implicaria antagonismo, isto é, a aniquilação do outro enquanto identidade política*. Isto é, o verdadeiro objetivo da política liberal seria a eliminação de, pelo menos, uma das partes em disputa por meio da hegemonia de um pensamento único que, através do consenso, forçaria identidades antagônicas a pertencerem a um só grupo. Assim, em última instância, o que estaria em jogo na democracia liberal seria a existência da alteridade na política uma vez que, a cada decisão deliberativa e consensual tomada, um grande grupo hegemônico seria formado, eliminando, de certa forma, as fronteiras identitárias de cada grupo político.

Em resumo, a intenção de Mouffe com sua teoria é influenciar o jogo político para que os atores envolvidos aceitem a ideia de que a razão em si não seria capaz de explicar o porquê das identidades políticas. Assim, não seria justo exigir uma justificativa para o posicionamento político de indivíduos e grupos que compõem a sociedade, assim como também seria injusto excluí-los do debate público, posto que a racionalidade não seria determinante na sua constituição. Em última instância, as práticas políticas não poderiam excluir o social que “é a esfera das práticas sedimentadas, isto é, práticas que escondem os atos originais da sua instituição política contingente [...]” (MOUFFE, 2005a, p. 17, tradução nossa).¹⁵ Sua proposta, então, seria reconhecer, na política, a mesma condição contingente que existe na sedimentação das práticas sociais e, com isso, criar condições para um verdadeiro debate democrático em que a racionalidade seja um dos instrumentos do debate em vez de ser um fim em si mesma.

3.1.4. Crítica à democracia agonista: deliberação e a moral na política

De maneira geral, mesmo que não concordemos com todos os aspectos da teoria de Mouffe, a sua leitura nos auxilia tanto na compreensão da realidade política atual quanto da construção de um embasamento para a nossa análise dos muros. Divergimos da autora em, pelo menos, dois pontos. Primeiramente, divergimos quando pensamos *a política* no nível ôntico, ou seja, as práticas do dia a dia. Se a nossa interpretação de sua teoria estiver correta, não estaríamos de acordo com a ideia de que o debate público deliberativo mediado pela razão em si leve à hegemonia política ou à exclusão do *outro*. Acreditamos que as identidades antagônicas poderiam coexistir desde que houvesse certa flexibilidade e resiliência em suas fronteiras no processo de decisão.

¹⁵ [...]is the realm of sedimented practices, that is, practices that conceal the originary acts of their contingent political institution [...] (MOUFFE, 2005b, p. 24).

Contudo, seria possível aproveitarmos as ideias de Mouffe se restringirmos o campo de análise a apenas um tipo de espaço público, a saber: o *Espaço de Liberdade Positiva*, que é baseado no conceito de positividade. Para deixar mais claro, poderíamos comparar tal espaço, metaforicamente, ao condomínio fechado privado. Da mesma maneira como os muros limítrofes de tais condomínios existiriam para impedir que o *outro* se aproximasse, o consenso pela razão utilizado estrategicamente para a manutenção de uma hegemonia política existiria para impedir que as identidades políticas divergentes influenciassem as decisões públicas. Os condomínios fechados de múltiplo uso seriam tanto lugares para o Sujeito de Desempenho de Han quanto símbolo do espaço da liberdade positiva – anteriormente citado – que vincula a liberdade à ausência de limites.

É importante frisar o aspecto simbólico que utilizamos ao aproximar o condomínio fechado do espaço de debate liberal. Não estamos propondo que o espaço de debate liberal seja o condomínio fechado, posto que não há, no último, qualquer abertura ao debate público. Contudo, percebemos certa similaridade na lógica que opera no estabelecimento dos limites de tais espaços. Ambos possuiriam o mesmo paradoxo de ignorar seus próprios limites e fariam alusão a uma ideia de liberdade plena. Dessa forma, apesar de Han divergir de Mouffe, identificamos este possível ponto de tangência em seus pensamentos: poderiam concordar que, ao contrário do que alegariam os defensores do neoliberalismo, as fronteiras, tanto no *Espaço de Liberdade Positiva* quanto no condomínio fechado, não seriam superadas e, sim, deslocadas para a borda. Deter-nos-emos a tal hipótese mais adiante neste capítulo.

Sobre a ideia de consenso que a autora aborda, entendemos que seria um pré-requisito e não uma ameaça para o reconhecimento do *outro*. Mouffe, inclusive, estabelece o conceito de *consenso conflituoso* quando fala da constituição das instituições políticas ao afirmar que um consenso mínimo deveria existir para os critérios básicos de uma democracia:

O consenso é necessário nas instituições constitutivas da democracia e nos valores “ético-políticos”, que inspiram a associação política – liberdade e igualdade para todos –, porém sempre existirá desacordo no que se refere a seu sentido e ao modo que deveriam ser implementados. Em uma democracia pluralista, tais desacordos não só são legítimos, mas necessários. Proporcionam a matéria da política democrática (MOUFFE, 2005a, p. 31, tradução nossa).¹⁶

Com tal argumento, Mouffe aparentemente recua na crítica ao consenso universal ao restringir o seu ataque àquele utilizado para justificar uma decisão deliberativa. O recuo se

¹⁶ Do original: *Consensus is needed on the institutions constitutive of democracy and on the ‘ethico-political’ values informing the political association – liberty and equality for all – but there will always be disagreement concerning their meaning and the way they should be implemented. In a pluralist democracy such disagreements are not only legitimate but also necessary. They provide the stuff of democratic politics.* (MOUFFE, 2005b, p. 31)

baseia, possivelmente, na ideia de que o conceito de consenso implicaria precariedade tanto quanto o conceito de identidade ao pressupor a renúncia de possibilidades. Mais ainda, o consenso e a precariedade seriam necessários, desde o princípio, na consolidação de uma linguagem, elemento basilar na constituição de uma identidade, em que apenas determinados padrões, dentre uma infinidade, seriam escolhidos. Assim, a precariedade e o acordo estariam na essência da formulação de um conceito dentro de uma linguagem, que, para avançar, precisaria restringir-se a um significado consensual. Uma vez que o consenso é um dos princípios da linguagem enquanto constitutiva de uma identidade e esta é um dos princípios para a constituição do *outro*, como temos argumentado ao longo do nosso texto, logo o consenso seria um dos princípios para se reconhecer/identificar o *outro*.

Assim, buscamos refutar Mouffe com seu próprio argumento: se, por um lado, o consenso seria necessário para a construção de uma condição abstrata básica, por outro, não seria necessário na sua interpretação e na sua aplicação objetiva. A liberdade e a igualdade por ela citadas seriam condições básicas de uma democracia – isso seria consensual para que se pudesse divergir saudavelmente –, mas o sentido prático de tais conceitos estaria sujeito a interpretações, o que não seria consensual. Isto é, concluir que um conceito é precário não implicaria em sua refutação, implicaria apenas no reconhecimento de sua contingência e de seus limites. No entanto, ao se definir parâmetros para a constituição do sistema político que regerá a vida pública, ter-se-ia o consenso de quais parâmetros seriam escolhidos para o seu funcionamento naquela condição precária e contingente onde residiria a condição moral da política. Haveria, em última instância, uma valoração moral dos ideais democratas – a liberdade e a igualdade – no cerne da democracia que vai de encontro à sua proposta de uma política alheia a moral.

Logo, temos em Mouffe pontos de convergência e divergência. Os pontos de convergência seriam aqueles ligados à crítica a um liberalismo radical em que *a razão seria instrumentalizada para a manutenção de uma hegemonia política*. Concordamos também com a sua visão de que o *outro*, na política, deveria ser reconhecido enquanto adversário e não inimigo, como poderia acontecer em um sistema regido por uma razão como fim em si mesmo. Os pontos de que divergimos seriam aqueles relacionados a uma eliminação da razão e da moral na prática política, pois entendemos que esses conceitos estariam no cerne de qualquer sistema político. E, de maneira geral, tomamos como relevantes para a nossa teoria dos muros diversos conceitos que a autora usa, tais como o de *a política* e *o político*, referindo-se ao plano ôntico e ontológico, respectivamente, e de identidade, baseada na noção de

precariedade. Tais conceitos nos serão úteis agora quando sintetizaremos todas as ideias trabalhadas até o momento para aplicá-las na análise do muro imerso na realidade urbana.

3.2. REFLEXÕES SOBRE O MURO A PARTIR DA SOCIEDADE DE DESEMPENHO E DA DEMOCRACIA AGONÍSTICA

Para esta última parte do Capítulo 3, propomos reunir os elementos teóricos trabalhados ao longo deste capítulo e do Capítulo 2 a fim de construirmos uma compreensão de muro no espaço urbano, seja este público ou privado. Para tal, vamos rever alguns conceitos e hipóteses levantadas que nos sejam relevantes para tentarmos reconhecer os tipos de muro a partir dos diferentes entendimentos do *outro*. Iremos ressaltar os pontos mais relevantes apresentados refletindo sobre as diferentes manifestações de muro que podemos perceber no ambiente urbano. Não temos a intenção de realizar um levantamento sistemático dos muros das cidades – tal tarefa nos parece pouco útil ao objetivo deste trabalho –, mas pretendemos pontuar tipos paradigmáticos de muro construídos atualmente que possam revelar as diferentes formas de relações entre o *eu* e o *outro*.

Iniciemos nossa reflexão a partir da hipótese suscitada anteriormente que vislumbra um ponto em comum entre Mouffe e Han. Propusemos que o espaço que marca a contemporaneidade positiva de Han se manifestaria nos megaempreendimentos cercados que, por sua vez, poderiam ser vinculados metaforicamente à ideia do espaço público pela perspectiva liberal. Baseados em tal premissa, elaboramos as seguintes hipóteses para este ponto do trabalho. As formuladas por meio da teoria de Han seriam: observando as críticas apresentadas ao pensamento contemporâneo, em especial, ao seu caráter excessivamente positivo, como o espaço seria concebido em tal realidade? O muro seria banido desse espaço, posto que é um limite? As hipóteses baseadas em Mouffe seriam: se o espaço contemporâneo, enquanto espaço da democracia liberal, seria aquele constituído de fragmentos e recortes, contudo, paradoxalmente, remetendo a uma condição contínua, globalizante e hegemônica, como seria o espaço de disputa agonística? O muro seria um auxílio para demarcação dos espaços das identidades políticas ou um *efeito colateral do reconhecimento do outro enquanto inimigo*? Para responder a tais questões, vamos nos aprofundar na reflexão espacial possível em cada teoria apresentada.

3.2.1. Tangência em Han e Mouffe: o conceito de inimizado

Como ponto de partida, retomamos o conceito de inimizado citado no início do capítulo e que fundamenta nossa proposta de aproximação de tais autores. O espaço público democrático definido por Carl Schmitt, crítico da democracia liberal e que influencia o trabalho de Mouffe, não incluía a figura de uma pluralidade. A proposta de Schmitt rechaça veementemente tanto o individualismo quanto o pluralismo hegemônico. A autora encontra nesse ponto um conflito e parte daí para construir a sua teoria. Contudo, como seguir com o seu modelo agonista que traz à tona a figura do *outro* na política se o seu próprio autor-chave prevê uma impossibilidade nesse sentido? Mouffe vislumbra na relação *amigo/inimigo*, conforme defendido por Schmitt, um ponto a ser superado.

Para Mouffe, a relação de inimizado se forma por uma diversidade de caminhos na construção social e envolve a constituição de uma identidade. Contudo, a autora associa a relação de inimizado como uma das muitas possibilidades de relação *antagonista* presente no político e não como parte essencial do processo de criação de uma identidade coletiva. Esta é a proposta de Mouffe para romper o limite imposto por Schmitt: toda identidade é relacional e, como tal, nasce da definição do que não é, ou seja, “no campo das identidades coletivas, se trata sempre da criação de um ‘nós’ que só pode existir pela demarcação de um ‘eles’” (MOUFFE, 2005a, p. 15, tradução nossa).¹⁷ Isto é, para a autora, a inimizado, além de não ser determinante para a constituição de uma identidade, seria contrária a uma relação política democrática que visa a manutenção de um conjunto de identidades diversas, uma vez que a constituição de tais grupos seria interdependente. Conforme Mouffe, portanto, em uma realidade que oferece condições políticas apenas ao *nós*, não haveria democracia, isto é, não haveria identidade sem o outro.

Byung Chu-Han, por outro lado, trata da inimizado por meio da genealogia de Baudrillard como exemplo da relação com o *outro*:

De acordo com a genealogia da inimizado de Baudrillard, o inimigo aparece num primeiro estágio como lobo. Ele é um “inimigo exterior que ataca e, contra o qual, nos defendemos, construindo fortificações e muros”. No próximo estágio, o inimigo toma a forma de um rato. É um inimigo que atua nos subterrâneos, que se combate através da higiene. Num estágio seguinte, o estágio do besouro, finalmente o inimigo toma a forma viral: “O quarto estágio toma a forma dos vírus, esses se movem praticamente na quarta dimensão. É mais difícil defender-se do vírus, pois estão localizados no coração do sistema” (HAN, 2015, pp. 18,19).

¹⁷ Do original: *In the field of collective identities, we are always dealing with the creation of a ‘we’ which can exist Only by the demarcation of a ‘they’* (MOUFFE, 2005b, p. 15).

Analisando os estágios da inimizade, podemos observar que o primeiro estágio, o do lobo, dá-se fora da cidade, ou seja, acontece na mata/floresta; o segundo estágio, o do rato, dá-se dentro da cidade. Portanto, na convivência urbana; o terceiro estágio, o do besouro, dá-se dentro dos espaços privados/próximos a si; e o quarto estágio, o do vírus, dá-se por toda parte, dentro e fora da cidade, próximo ou distante de si. Han apresenta tal argumento como recurso retórico afim de definir a violência da Sociedade de Desempenho pelo seu oposto. Tais práticas de inimizade, no fundo, seriam reações ao *outro* imunológico que ameaçaria a subsistência do próprio. Na proposta de Han, não seria o *outro* que ameaçaria a existência do *próprio*, mas, sim, o *próprio*. *Seria, logo, a violência do próprio*.

Em nossa perspectiva, a Sociedade de Desempenho seria alheia à questão do *outro* como obstáculo à semelhança da democracia liberal quando instrumentaliza a razão para a hegemonia de um grupo. Percebemos que tanto os discursos do desempenho positivo, em Han, quanto o da democracia liberal, em Mouffe, seriam constituídos por limites que, além de intransponíveis, seriam invisíveis. Ambos, ao afirmar a superação das barreiras estariam, em última instância, tornando-as irreconhecíveis enquanto limites por meio do seu deslocamento para as fronteiras de seu domínio.

E esse processo de tornar os muros invisíveis esconde formas de violência distintas, que acreditamos caracterizar a contemporaneidade: (1) a *violência do próprio*, interna à lógica positiva; (2) a do *sujeito de desempenho* dentro dos muros do espaço democrático liberal para com o *outro* externo; (3) a do *outro imunológico* que visa minar as estruturas que regem o poder hegemônico. Acreditamos que os autores trazidos aqui, apesar de assumirem posições distintas, tratam direta ou indiretamente dessas três formas de violência. Han evidencia a *violência do próprio* por meio das ameaças que nascem dentro do sistema. E Mouffe denuncia a violência que existe na tentativa de se alcançar uma hegemonia global por meio do consenso racional.

A leitura que fazemos da realidade atual está alinhada à Baudrillard, quando é citado em Han para expor as fases da violência que vem do *outro*:

Surge um “inimigo fantasma, que se estende sobre todo o planeta, como um vírus, que em geral se infiltra e penetra em todas as fendas do poder”. A violência viral parte daquelas singularidades que se instalam no sistema como células potenciais terroristas, e buscam minar o sistema a partir do interior. Baudrillard apresenta o terrorismo como a principal figura da violência viral, em consequência de uma revolta do singular frente ao global (HAN, 2015, p. 18,19).

Se o complexo privado amuralhado é a expressão do espaço contemporâneo liberal, o terrorismo seria a derradeira expressão da terceira forma de violência, aquela em que *alteridades* buscariam a aniquilação do *outro*. Nesse sentido, a violência viria tanto de dentro

do sistema, por meio de uma hegemonia liberal globalizante, que tentar invisibilizar limites, quanto de fora, por meio de um radicalismo de pequenos grupos violentos unidos por uma ideia religiosa, política, nacionalista ou étnica, que agem fora dos limites democráticos. Ambos seriam atores de um panorama global agindo para a eliminação do seu antagonista, cada qual com táticas de violência específica. E, nesse antagonismo, que está além dos conceitos constitutivos de uma democracia agonista, a disputa não seria pelo poder, mas pela aniquilação do inimigo ou pelo poder através da eliminação do inimigo, o que daria no mesmo.

3.2.2. Tipos de Muro: medieval, renascentista e contemporâneo

Vamos inserir, agora, a questão dos muros para articular uma conclusão preliminar. Se fosse possível aproximar a genealogia da inimizade com a genealogia do muro, seria possível vislumbrar uma conexão entre os tipos de muros usados ao longo da história das cidades e os estágios de inimizade. Em tal panorama, os muros medievais poderiam, por exemplo, ser usados para uma análise da alteridade medieval, hipótese presente em nossa dissertação de mestrado (FILGUEIRAS, 2016), na qual dividimos os muros em duas categorias – contínuos e descontínuos – e os correlacionamos com três períodos históricos: medieval, barroco e contemporâneo.

[...] O muro da cidade medieval seria contínuo, por cercar toda a cidade, por ter poucos pontos de acesso e por ser construído com material resistente à artilharia inimiga. O muro da cidade barroca¹⁸ seria descontínuo, por ser reorganizado em meio ao espaço contíguo à cidade, por ter vários pontos de acesso e por ser construído junto ao solo, resistente a uma artilharia ainda mais poderosa. E o muro da cidade contemporânea seria descontínuo, por cercar porções fragmentadas da cidade, por apresentar-se diversamente – com altura, material e quantidade de aberturas distintas – e por ser menor do que as muralhas medievais ou do que as fortificações barrocas, o que diluiria o seu impacto visual na cidade vista como um todo (FILGUEIRAS, 2016, p. 96).

A conclusão que tivemos naquele momento foi a de que a forma dos muros, em cada uma das épocas mencionadas, seria resultado da relação que o construtor tinha com o seu *outro constitutivo*. Por exemplo, os vínculos das cidades medievais com o mundo externo aconteciam pontualmente por meio dos portões abertos estrategicamente para controlar o acesso ao interior (FILGUEIRAS, 2016, p. 94). A negação quase absoluta do exterior, nesses núcleos urbanos medievais, nos levou a concluir que não era apenas o inimigo humano o seu *outro constitutivo*, mas sim todo o espaço externo. A sociedade europeia medieval foi formada sem um poder unificador estatal como o Império Romano, que a antecedeu. A vulnerabilidade

¹⁸ Aqui se refere às fortificações das cidades estelares do período barroco. Conferir Figura 14, Capítulo 1. (FILGUEIRAS, 2016, p. 42).

de uma sociedade baseada no poder bélico de senhores feudais, somada à compreensão do indivíduo por meio de Deus, levaria o espaço exterior às muralhas a ser percebido como o *caos* profano. Era o “inimigo exterior que ataca e, contra o qual, defendemo-nos, construindo fortificações e muros” (HAN, 2015, p. 18) . Assim, a religiosidade, a criação de grupos isolados na forma de feudos, a autossuficiência e a hostilidade com os de fora dariam forma ao ambiente da cultura medieval e, consecutivamente, no tipo de muro usado.

Em contrapartida, os muros das cidades militares renascentistas já não expressavam mais temor ao espaço externo em si como na época anterior. A lógica em operação ainda seria a do inimigo exterior que ataca, mas não o mesmo inimigo medieval. Com a consolidação das nações mercantilistas nos Séculos XV e XVI, com a nova estrutura política centralizada em torno de déspotas e o surgimento de um Estado Nacional, o interior teria se ampliado para fora do ambiente urbano. Se, na época medieval, a alteridade se estabelecia entre as comunidades feudais fechadas e o espaço externo ameaçador, na época renascentista, estabelecia-se entre nações colonizadoras e territórios colonizados. A natureza deixaria de ser fonte de medo e passaria a ser fonte de riqueza. Nessa realidade, os muros já não são muralhas, mas fortificações.

O desenvolvimento da artilharia baseada na bala de canhão deu nova vantagem ao ataque, que até o século XV estava em completa desvantagem em relação à defesa. Para minimizar o impacto desse novo tipo de ataque, os muros foram forçados a se adaptar. Os arquitetos e engenheiros militares passaram a desenhá-los, juntamente com suas torres, mais baixos que o de costume e novos espaços abertos, sem qualquer construção, foram planejados entre as linhas muradas (FILGUEIRAS, 2016, p. 40).

As fortificações renascentistas, apesar de mais resistentes à artilharia do que as muralhas medievais, têm mais pontos de acesso e mais contato visual com o seu exterior. Por serem relativamente mais baixas, não isolam o espaço interior do espaço exterior tanto quanto as muralhas medievais. Em termos especulativos: já que o caos não ameaçaria mais a existência do cosmos, não haveria mais motivo para se temer o ambiente exterior em si e o isolamento não faria mais sentido. A relação de inimizade, portanto, seria entre Estados, enquanto que o *outro* agora estaria mais distante em um continente longínquo a ser colonizado.

- *Correlação entre o muro medieval e o atual: lugar e não-lugar*

Trazendo nossa breve análise histórica ao momento atual, acreditamos chegar a um indicativo para a respostas às questões iniciais. Para tal, propomos uma comparação historicamente transversal seguindo o mesmo processo de comparação que Han utiliza para determinar a mudança paradigmática contemporânea. Diferentemente do que guia o referido

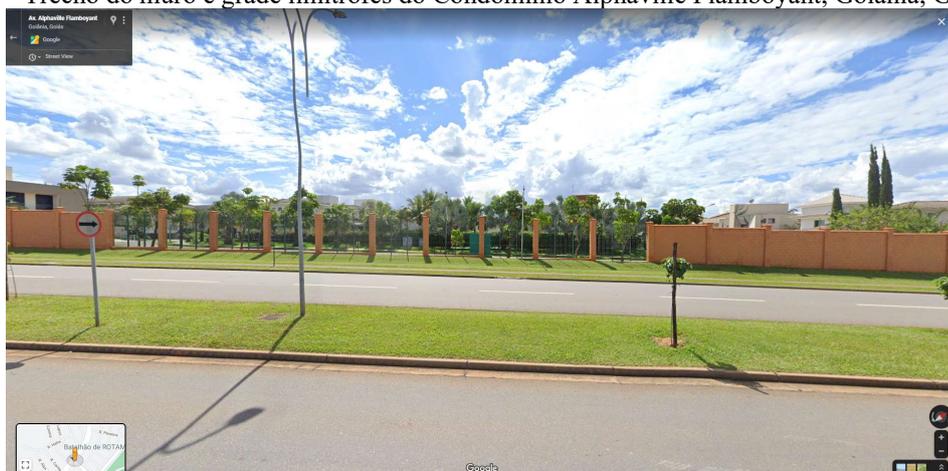
autor, as épocas em comparação aqui não serão subsequentes: medieval e atual. Não seguimos a mesma linha cronológica de Han porque não buscamos provar uma possível mudança de paradigma nos muros, mas, sim, ressaltar possíveis semelhanças e diferenças entre duas percepções distintas do *outro*, percebidas em seus muros e em seus limites. Para nós, as duas épocas seriam opostas quanto à compreensão de alteridade posto que, enquanto a marca da contemporaneidade seria uma crise das ideias de identidade, limite e liberdade, a época medieval talvez tenha sido aquela em que tais conceitos estivessem mais claros. Propomos, então, criar um paralelo entre uma cidade murada medieval e um condomínio fechado de múltiplo uso liberal, analisando o que seus muros expressariam arquitetonicamente.

Apesar de serem fechados, o espaço da cidade medieval e o espaço do megaempreendimento fechado aludiriam à liberdade. Conforme Mumford (1991), o espaço de liberdade medieval era o *intramuro*, ou seja, era o espaço para o comércio funcionar livremente:

O recinto murado não só oferecia proteção a essa população, como também tinha uma nova função política: a garantia da liberdade no interior fechado. Esses espaços protegidos ganharam ares de lugares sagrados em meio à desordem e a insegurança estabelecida – ainda mais que a Igreja Católica romana tinha passado a conduzir as forças políticas da época. O espaço fechado garantiu o sucesso da população burguesa, de tal maneira que ao longo do tempo esse novo sistema político-financeiro levou ao fim o padrão feudal. Aliás, a demanda por um espaço, mesmo que aos arredores da muralha, aumentava gradativamente. O núcleo urbano fortificado tornou-se um ímã, pois a liberdade comercial, possível por meio da reclusão, permitiu que as trocas continuassem na forma de feiras semanais na área aberta do mercado, no interior da muralha (FILGUEIRAS, 2016, p. 36).

Contudo, o espaço medieval murado, como espaço de liberdade, seria divergente do espaço liberal murado. Os muros medievais eram visíveis e expressavam bem a sua liberdade condicionada e não havia neles nenhuma intenção de invisibilidade. Os muros do espaço liberal, por outro lado, são feitos para passarem despercebidos por, pelo menos, aqueles que estão do lado de dentro. Nesses últimos, a estética do conjunto arquitetônico está, em geral, conformada para que o muro minimize a ideia de que ali se vive uma liberdade condicionada. A imagem a seguir, um trecho do muro do Condomínio Alphaville Flamboyant, em Goiânia, Goiás, representa bem a tentativa de minimizar o impacto visual do muro com a adoção de módulos em grade. A grade foi estrategicamente posicionada de maneira a não colocar em risco a perda da privacidade das residências internas ao condomínio e, ao mesmo tempo, atenuar a segregação visual entre espaço privado e público.

Figura 10 – Trecho do muro e grade limítrofes do Condomínio Alphaville Flamboyant, Goiânia, Goiás, Brasil.



Fonte: (GOOGLE, 2021)

A cidade medieval seria a plenitude de um *lugar*, no sentido antropológico, e buscaria a sua afirmação enquanto tal por meio do reconhecimento de sua precariedade frente ao exterior antagônico e hostil. Tal cidade refletiria características identitárias específicas, relacionar-se-ia com os demais lugares e possuiria a sua história arraigada na vida das pessoas. A imagem a seguir apresenta a muralha da cidade de Ávila, na Espanha, que conserva intacta a barreira medieval. É possível perceber que, no caso de Ávila, o destaque é o próprio muro, que recebe iluminação pública para reforçar seu impacto na paisagem urbana.

Figura 11 – Muralha da cidade de Ávila, Espanha.



Fonte: (ISTOOK e MMEEE, 2017)

O espaço liberal, por sua vez, por entrar, aparentemente, no parâmetro de um *não lugar*, isto é, “espaços que não são em si lugares antropológicos” (AUGÉ, 2012, p. 73), não estabelecerá uma conexão clara com seus limites. Ele, assim como o discurso que o embasa, pretenderá abolir qualquer referência aos limites e, consecutivamente, deslocar-se-ia do entorno imediato aproximando-se dos seus pares globais. Não é difícil reconhecer, no seu desenho, uma pretensão ao alto, seja em um condomínio de múltiplo uso, seja em uma casa de condomínio fechado, um caráter monumental, contudo, não expressando uma transcendência, mas a uma negação do que o cerca.

Figura 12 – Muro/parede limítrofe de edifício residencial, Goiânia, Goiás, Brasil.



Fonte: (ANITELLI, 2013)

Se as asserções sobre espacialidade contemporânea como expressão de um pensamento liberal estiverem corretas, poderíamos afirmar que tanto Han quanto Mouffe estariam versando em paralelo contra o *não-lugar*. Para averiguar tal hipótese, precisamos voltar aos escritos de Marc Augé, o autor que tornou popular tal expressão. O antropólogo, em seu livro *Por uma Antropologia da Mobilidade* (AUGÉ, 2010), percebe a incongruência entre a realidade e o discurso científico. Ao discutir a noção de fronteira, ele inicia seus apontamentos afirmando que a ciência, aparentemente, estaria superando o pensamento binário, fruto da noção de fronteira:

Hoje é incontestável que estamos a viver um período histórico onde parece menos evidente a necessidade de dividir o espaço, o mundo ou o que se vive, para compreendê-los. O pensamento científico não repousa mais sobre as oposições binárias e se esforça para pôr em dia a continuidade sob a aparência das descontinuidades, por exemplo, esforçando-se em compreender e, talvez, em recriar a passagem da matéria à vida (AUGÉ, 2010, p. 20).

Augé recorre à própria construção do conhecimento para defender a incongruência das fronteiras em plena pós-modernidade. A precariedade das convenções identitárias criadas por meio da ideia de indivíduo, em sua visão, estaria sendo questionada, tanto pelo pensamento democrático, quanto pelas tecnologias da comunicação e do mercado liberal mundial. Seria, em suma, um compêndio das ideias que Han e Mouffe pretendem combater.

Entretanto, mesmo que Augé defenda uma realidade sem muros, ele percebe que a realidade das fronteiras seria paradoxal ao discurso do *sobremoderno*. Como entender o fato de que países liberais construam muros contra os imigrantes clandestinos? Como entender a coexistência de realidades tão distintas como a formação de comunidades enclausuradas

nacionais ou étnicas e de movimentos separatistas, por um lado, e os sonhadores que vislumbram uma sociedade sem fronteiras unida por um mesmo ideal, do outro lado?

3.2.3. A permanência dos limites na Aldeia Global

Para tentar compreender aquelas questões, Augé cria duas imagens: a imagem do *mundo-cidade* e da *cidade-mundo*, vinculadas à concepção de McLuhan acerca da *Aldeia Global*. O *mundo-cidade* seria a ideia abstrata de um mundo urbanizado, fruto da globalização. Sua escala é a planetária e se refere à “tríplice aceleração dos conhecimentos, das tecnologias e do mercado” (AUGÉ, 2010, p. 22). Seria a “representação de uma globalidade sem fronteiras que permitiria aos bens, aos homens, às imagens e às mensagens circular sem limitação” (ibidem, p.22). A *cidade-mundo*, por sua vez, seria a figura da cidade infinita na qual os *mundos* são formados. A escala é regional e nela encontramos uma realidade fragmentada, desigual e diversificada. Nessa escala, paradoxalmente, não é possível ter um controle centralizado: é formada por “bairros privados, superprotegidos, e bairros que escapam ao controle da polícia” (ibidem, p.9).

No confronto entre as duas imagens de Augé, aquela que alude à globalidade sem fronteiras, o *mundo-cidade*, seria invadida pela realidade fragmentada da *cidade-mundo*.

A urbanização do mundo é, ao mesmo tempo, a extensão do tecido urbano ao longo das costas litorâneas e dos rios e o crescimento sem fim das megalópoles, ainda mais observável no terceiro mundo. Esse fenômeno é a verdade sociológica e geográfica do que chamamos mundialização ou globalização, e é uma verdade infinitamente mais complexa do que a imagem da globalidade sem fronteiras que serve de álibi a uns, e de ilusão a outro (AUGÉ, 2010, p. 23).

Ou seja, a *cidade-mundo* geraria o *mundo-cidade*. A imagem de uma realidade sem fronteiras seria, em seu discurso, falsa. Nas palavras do próprio Augé: “as fronteiras não se desfazem jamais, elas se redesenham” (AUGÉ, 2010, p. 25). *Dessa maneira, mesmo partindo de um viés distinto tanto de Han quanto de Mouffe, Augé chega à mesma conclusão: os limites, as barreiras, as fronteiras seriam intrínsecas à atividade humana*. As fronteiras existiriam desde o saber científico, que avança de limite a limite, até a vivência de uma democracia ou de uma liberdade, “sempre inacabadas, sempre a conquistar. A grandeza da política democrática, como a da política científica, reside na recusa das totalidades acabadas e no fato de se assinalar fronteiras para explorá-las ou ultrapassá-las” (ibidem, p. 26).

A lógica do *mundo-cidade* seria a mesma da democracia liberal que, por sua vez, seria a mesma da sociedade positiva de Han. E o elo mais profundo que uniria as três formas de pensar, no nosso entendimento, seria a tentativa de eliminar os limites inerentes ao ser

humano. A fonte das mazelas que tratamos ao longo desse capítulo seria, em última instância, o não reconhecimento da precariedade das nossas capacidades. Tal ponto de vista coincide com as seguintes palavras de Augé:

Não vivemos num mundo acabado, onde só nos restaria celebrar a perfeição. Também não vivemos num mundo inexoravelmente abandonado à lei dos mais fortes ou dos mais loucos. De início, vivemos em um mundo no qual a fronteira entre democracia e totalitarismo ainda existe. A própria ideia de democracia é sempre inacabada, sempre a conquistar. A grandeza da política democrática, como a da política científica, reside na recusa das totalidades acabadas e no fato de se assinalar fronteiras para explorá-las ou ultrapassá-las (AUGÉ, 2010, p. 26).

Em suma, trouxemos Augé para fechar o percurso deste capítulo pois acreditamos que, por meio da sua reflexão sobre a cidade, resumimos o nosso ponto de vista, isto é, que as discussões que perpassam tanto a democracia, baseada no consenso ou no embate agonístico, quanto a sociedade – castradora ou permissiva – tem como plano de fundo a discussão dos limites. A sua apologia da democracia como uma saída para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária aproxima-se da nossa visão do próprio ser humano enquanto precário e limitado.

Fechando o Capítulo 3, faremos na sequência, um apanhado dos principais pontos discutidos ao longo deste capítulo a fim de compreendermos como nos auxiliam na problemática do muro.

3.3. O LIMITE COMO CONDIÇÃO HUMANA: conclusão dos Capítulos 2 e 3

Iniciamos as considerações finais deste capítulo retomando a tese central deste trabalho: *não acreditamos que sejamos capazes de viver sem limites, posto que estes fazem parte da nossa própria condição humana*. Aliás, acreditamos que viver ignorando nossas limitações seja a causa dos problemas com os quais lidamos enquanto sociedade e indivíduos, conforme apontados anteriormente. Consideramos que os argumentos que vieram à tona nos permitiriam afirmar que a crise do *outro* na contemporaneidade seja um dos aspectos de uma crise mais ampla dos limites do *eu* que se manifesta, paradoxalmente, na multiplicação de muros pelo mundo. Quando não se tem clareza acerca dos limites do *próprio*, o *outro* se tornaria, por conseguinte, indeterminado, ou seja, de difícil compreensão. Não é de se espantar que pessoas, sentindo-se ameaçadas por aquilo ou aquele que não se conhece, buscassem proteção atrás de muros e grades. Por isso, acreditamos ser melhor reconhecer os limites, em especial os do *próprio*, pois, quando claros, teriam a capacidade de diminuir as tensões com o *outro* levando, até mesmo, a soluções espaciais que não envolvam o erguimento de muros.

De maneira geral, as reflexões ao longo dos Capítulos 2 e 3 nos permitiriam afirmar que a *crise da alteridade*, apontada por Han, na verdade, seria uma *crise do limite*. Tal apontamento solucionaria uma das vertentes da questão central da tese: por que, em uma sociedade globalizada, os muros proliferam-se? Grosso modo, a proliferação dos muros se daria tanto pelo medo da violência física do *outro* quanto pelo surgimento de uma cultura que fomenta a eliminação de todo e qualquer limite. Isto é, a insegurança que estaria levando à proliferação de muros hoje em dia se daria, em primeira instância, pela preocupação objetiva da violência física advinda do *outro*, e, em segunda instância, por não se ter clareza de como se dão os limites entre o *próprio* e o *outro*, tudo isso em meio a uma realidade em que limites são entendidos como prejudiciais ou indesejáveis.

Tal entendimento se alinharia àquela conclusão a que chegamos em nossa dissertação de mestrado: desde os primórdios da história das cidades, os muros vêm sendo justificados por dois níveis de violência: material e espiritual/simbólica. Retomando aquele argumento, a premissa se baseia na forma do muro, mais especificamente, na desproporção entre o tamanho grandioso dos muros das cidadelas e o pequeno poder ofensivo das artilharias inimigas antigas que eram compostas por paus, pedras e flechas. Mumford (1991), historiador que propõe essa interpretação, entende que a desproporção indicaria a dupla justificativa, alegando que o muro, para os habitantes daquelas cidades, serviria tanto para a proteção física quanto para a proteção espiritual.

Trazendo à realidade atual, a violência psíquica gerada pelo excesso do *mesmo*, que está, segundo Han, associada a uma ausência de limites, poderia ser aproximada daquela violência espiritual que afligia os habitantes das cidades antigas. O temor ao misterioso mundo espiritual teria se transformado no medo do universo que constitui o *outro*. É como se o *outro* tivesse tomado o lugar daquele espírito desconhecido que ameaçava os habitantes das cidades antigas. A ausência dos limites do *próprio* faria com que houvesse a pretensão de eliminar o *outro* da realidade da mesma maneira como acontecia com o antigo *espírito mal*. Contudo, como tal eliminação é impossível – entendendo que uma autoeliminação seja indesejável – a ausência de limites levaria apenas a um afastamento ou a um *ofuscamento do outro*, pois o *próprio* só existe se o *outro* existe. Na prática, geraria o desconhecimento do *outro*, que, por sua vez, transformar-se-ia em medo e, na sequência, em mais muros. Portanto, *quanto à conclusão das ideias até o momento apresentadas de que poderíamos entender o muro a partir da nossa relação com o outro, concluímos que, de fato, seria possível fazer tal*

correlação, em especial, por meio da história quando correlacionamos diferentes formas de muros com diferentes compreensões do próprio e do outro.

Aplicando essa conclusão à nossa realidade, poderíamos afirmar que os muros atuais, pelo menos grande parte daqueles presentes nas cidades, são relativamente baixos em comparação com os medievais; são, também, esparsos, isto é, aparecem pulverizados na malha urbana e formam fachadas das residências para o espaço público apesar de, geralmente, não terem uma preocupação estética. Relacionando tal forma de muro à compreensão que se tem do *outro* hoje em dia, temos evidências de vivermos uma crise de reconhecimento deste. O muro atual não pretenderia comunicar sua existência enquanto símbolo de um limite do *próprio*, mas apenas negar o *outro*. A despreocupação estética, ou seja, o descuido com a aparência em sua construção seria o argumento mais importante, pois demonstraria como seria a nossa relação com o *outro* hoje em dia: um mero processo de “*invisibilização*”, de ofuscamento, de afastamento. Em suma, olhar os *muros* de hoje em dia seria olhar para uma concepção de *outro* e do *próprio*.

Concluindo as ideias deste capítulo e do anterior, retomamos o debate que apresentamos no capítulo introdutório, sobre a forma *como agir em relação aos muros levando em consideração três posturas distintas: os que defendem a construção dos muros, os que defendem a sua retirada e os que se apropriam dos muros como maneira de expressar-se esteticamente*. As posturas, mais uma vez, fornecem argumento a favor *da existência da crise dos limites* que defendemos aqui, pois seus discursos, em si, informam-nos que se trata de um assunto em aberto. Mesmo que atualmente se defenda uma realidade fluida, líquida, levando-nos a pensar os limites como superados, percebemos o contrário, ou seja, o aumento gradativo da manifestação física dos limites e das discussões que envolvem o tema. O muro, nesse contexto torna-se central nas discussões políticas e sociais, pois seu impacto na realidade expõe um problema complexo da atualidade.

Apesar de defendermos que, na nossa época, experimentamos a radicalização dos ideais modernos mais profundos em detrimento do surgimento de uma nova estrutura, não negamos o fato de que, no que tange o muro enquanto elemento material, estejamos realmente vivendo momentos únicos na história das cidades. Percebemos, nas primeiras décadas do século atual, a proliferação mais intensa de muros do que, por exemplo, no período da Guerra Fria, que teve como imagem paradigmática a construção e derrubada de um muro, marcando o início e o fim dessa época. O Muro de Berlim que, dividindo fisicamente a cidade, dividiu simbolicamente o mundo entre dois blocos econômicos, representou, quando foi derrubado,

uma aparente superação de um período polarizado (Guerra Fria). Entretanto, com base no que apresentamos até aqui, o que podemos concluir é que a sua derrubada não teria sido causada pela solução definitiva das tensões políticas e sociais daquele período, mas, sim pela mudança de escala e na maneira dos conflitos. Os muros continuaram a ser erguidos, embora com uma diferença: agora são “silenciosos”, ao contrário do Muro de Berlim que “gritava” ao mundo sua divisão. O muro alemão incomodava pela clareza que expressava o limite e, portanto, foi derrubado. Já os muros erguidos atualmente nas grandes cidades incomodam à semelhança de um ruído contínuo e monótono que, ao invés de aguçar a percepção estética, dessensibiliza. E a presença constante dos muros nas cidades, somada à sua banalização, isto é, à sua inexpressão estética enquanto fachada, teria os tornado imperceptíveis ao habitante da cidade para, talvez, suportar a vida pública cercada por planos verticais monótonos e cansativos.

O diagnóstico de Han e a filosofia política de Mouffe nos levam a supor a presença daquelas crises e tensões políticas e sociais no nosso dia a dia, mas, agora, em uma escala menor, mais capilarizadas e permeadas nos bairros e ruas das nossas cidades. Apesar das maciças migrações continentais, em que populações inteiras deixam sua terra natal para refugiar-se em países em que a destruição, a fome e a guerra não afligem a população, acreditamos que a grande crise mundial transcorra também na vida do indivíduo habitual, ou seja, daquele que vive nas grandes cidades. Os surtos de ansiedade, a violência frequente, a ameaça terrorista, as crises democráticas, o surgimento de regimes totalitários e a proliferação dos muros ambientados nas cidades globais estariam todos interligados pela percepção, ou melhor, pela falta de percepção dos limites do *eu*. Por conseguinte, defendemos uma postura que valorize o tratamento dado aos limites. Não defendemos, entretanto, que a construção de muros seja a resposta para alcançarmos tal postura, mas também, não acreditamos que o inverso seja uma solução melhor. Propomos, sim, que os muros sejam enxergados pelo prisma do indivíduo e que não sejam relacionados exclusivamente a uma forma de pensamento neoliberal e/ou totalitarista. *Os atuais muros, aparentemente, são o reflexo de uma sociedade que sente desejo de definir limites justamente por não ter clareza deles.* Aproximamos, assim, daquela terceira via do debate que visa explorar o muro no que ele tem a oferecer, isto é, sua materialidade, para levar as pessoas à reflexão acerca dos limites.

Podemos afirmar, portanto, que não defendemos a construção de muros, mas que eles passem a ser percebidos e sua importância reconhecida, em especial, no que tange a materialização do *ego* do indivíduo atual, mesmo para serem explorados ou ultrapassados. Percebemos que práticas políticas que alegam ser a resposta definitiva dos problemas

políticos, tais como o liberalismo quando coloca a razão como fim democrático, ou como o agonismo quando resume a política à disputa, seriam vinculadas às posturas que tornam os limites invisíveis. Isto é, em tais práticas, não haveria o reconhecimento de limites, uma vez que uma solução definitiva implica em deixar de assumir a sua própria precariedade. Os dois extremos, ao nosso ver, representariam o desconhecimento da sua própria incapacidade de dar uma solução mais eficaz e mais definitiva a um problema complexo. Em última instância, até mesmo uma ideia, quando ganha forma no pensamento humano, precisa, obrigatoriamente, passar por um processo de *lapidação* para que seja entendida com mais clareza, o que implica na sua delimitação através das ideias que lhe são contrárias.

A solução que propomos, em certa medida, poderia se encaixar no plano das utopias. Contudo, não nos restringiremos a ela. Mesmo que não seja possível medirmos ou apontarmos com precisão o grau de maturidade com que se lida com os *próprios* limites e a consequente diminuição e aumento da quantidade de muros pelo mundo, podemos indicar um caminho objetivo para lidar com os existentes. Indicamos a utilização do muro – carregado de significados e plural em sua forma – para comunicar algo além da barreira. Será nesse sentido que vamos encaminhar nossas reflexões a partir do Capítulo 5, onde trataremos da relação entre a arte pública e os muros. Antes, porém, iremos refletir melhor sobre a compreensão de espaço público e a importância dos limites entre as esferas privada e pública para sua manutenção, no próximo capítulo.

4. O MURO, O PÚBLICO E O PRIVADO: Elementos que precedem o Espaço Público

Iniciamos agora a última parte deste trabalho, composta pelos Capítulos 4 e 5, cujo objetivo é incorporar o conceito de *espaço público* à discussão sobre o muro. Na primeira parte, composta pelos Capítulos 2 e 3, abordamos o muro pelo viés da *alteridade* e da *política*. Pudemos entender como o *limite* é importante para a compreensão do *outro* e do *próprio*, bem como para a vivência da *política* na democracia atual. Analisamos como a crise da proliferação dos muros no espaço urbano está associada a uma crise de percepção do *outro* e de si próprio e como isso reverbera na compreensão política atual. Dessa forma, é possível perceber que as análises da primeira parte são baseadas na experiência do indivíduo. Quando pensamos na percepção do *outro* ou na disputa política, pensamos pela perspectiva individual e psicológica. Nesta parte final, contudo, avançaremos para o campo da sociologia. As análises que iremos empreender terão como foco o ambiente urbano e as relações sociais que nele se desenvolvem. Nesse sentido, trataremos, em especial, das ideias de Hannah Arendt ([1958] 2018) e Jürgen Habermas ([1962] 1984) para embasar nossa discussão, pois seus escritos pretendem esclarecer tanto a gênese do atual espaço público quanto representam uma importante crítica para o pensamento sociológico e filosófico do Século XX e XXI.

Iniciaremos nosso percurso com Arendt estruturando, desta forma, a ponte entre a primeira e a última parte do trabalho, cujas ideias dos principais autores já analisados – Han e Mouffe – perpassam, de uma forma ou de outra, as ideias de Arendt. Com as ideias da autora, analisaremos como se deu a formação do ambiente público atual e investigaremos os conceitos clássicos de *público* e *privado*. Entenderemos como a compreensão desses dois conceitos mudaram ao longo da história, detendo-nos nas estruturas filosóficas medievais e modernas. Fecharemos o Capítulo 4 com Habermas, cujas reflexões estão centradas especialmente em um tipo específico de ambiente público: *a esfera pública burguesa*. Para o autor, o espaço público atual é estruturado sobre uma compreensão burguesa de público, cujo conceito de *representatividade* é fundamental. Ele analisa qual é o papel da representatividade para a constituição dos agentes públicos e como a crise atual do espaço público está vinculada a uma crise de representação. Durante todo o capítulo analisaremos como o muro conceitual, entendido como limite, está incutido no cerne do espaço público.

Finalizaremos este trabalho com o Capítulo 5 tratando da *arte pública* em que, finalmente, o muro enquanto objeto volta a aparecer. As ideias de Habermas serão utilizadas

para entendermos o conceito de *arte pública* conforme tratada por Hilde Hein. Em seu importante artigo intitulado *O Que É Arte Pública* (HEIN, [1996] 2018), a autora busca compreender, por meio da análise de duas obras públicas paradigmáticas, quais são as características que definiriam uma obra de arte como arte pública. Nesse contexto, entenderemos o muro como elemento fundamental para a arte pública tanto como suporte quanto como matéria prima. Concluiremos tal capítulo refletindo sobre formas de se lidar com a crise da proliferação dos muros atual distintas das vertentes atuais, isto é, nem destruindo ou erguendo, mas transformando os muros através da arte.

Iniciando propriamente o Capítulo 4, apresentaremos um recorte das principais contribuições que Hannah Arendt deu para o campo da filosofia política. Para este estudo, utilizaremos a sua reflexão sobre os domínios público e privado na constituição da vida urbana. Sua revisão crítica do pensamento grego, medieval e moderno sobre os âmbitos públicos e privados nos fornece subsídios para abordarmos os muros pelo viés do ambiente público da cidade, que é entendido como um espaço político. Arendt aborda tais épocas a partir de autores consagrados como Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino no intuito de construir um arcabouço teórico para refletir sobre a política contextualizada na segunda metade do Século XX. Dessa maneira, ela defende a ideia, por exemplo, de que a compreensão de privacidade e intimidade mudou ao longo do tempo: na época de Arendt, a privacidade não seria mais tão relevante quanto na Grécia antiga. Isto é, uma das bases para a construção do ambiente político grego que, segundo a autora, é exemplar no exercício da democracia, é justamente a valorização da privacidade. Na contemporaneidade, a vida pública leva em conta mais a intimidade do indivíduo do que a privacidade do núcleo familiar. Nesse sentido, ela critica a individualidade atual a partir de uma reflexão crítica da origem do pensamento democrático grego, a influência do pensamento medieval e sugere alternativas para um exercício da política no espaço público, ressaltando valores oriundos da tradição judaico-cristã.

Propomos neste capítulo, com base no pensamento de Arendt, analisar o papel dos muros na constituição do espaço urbano com foco na relação público e privado, desenvolvendo nossas reflexões acerca da história dos muros (Cf. Filgueiras, 2016, pp. 17-59). Naquele momento, de maneira geral, dividimos a história dos muros em três grandes períodos, a saber: o muro antigo, referente às épocas da Grécia antiga e do Império Romano Pagão, o muro medieval, que termina com a demolição das muralhas para o crescimento das cidades modernas e o muro atual, que observamos no dia a dia das cidades sobretudo em

países mais pobres ou em desenvolvimento. Nossa intenção, com essa retomada, é nos aprofundarmos nas diversas características do muro percebidas ao longo do tempo a fim de compreendermos como a percepção dos âmbitos que sustentam a vida urbana – público, social e privado – influenciam sua construção. As reflexões de Arendt nos serão úteis para introduzirmos o conceito de *espaço público* e explorarmos com mais propriedade os sentidos do *muro*. Isto é, pretendemos neste capítulo coadunar as ideias desenvolvidas nos Capítulos 2 e 3 – reflexões no campo da alteridade (Han) e da política (Mouffe) – com a ideia de espaço público. É importante deixarmos claro que os autores utilizados nesta tese são, em princípio, divergentes entre si. Por exemplo, Mouffe quer se distanciar de Arendt no que tange o entendimento de espaço público. A primeira o entende como sendo *espaço de disputa*, enquanto que a segunda o entende como sendo *espaço de liberdade*. Tendo isso em vista, vamos refletir neste capítulo sobre as estruturas históricas da vida urbana, de acordo com Arendt, e associá-las aos muros que caracterizaram o ambiente urbano de cada período abordado. Retornaremos aos autores já trabalhados quando a discussão se mostrar conveniente e incorporaremos novos pesquisadores quando o assunto tratado exigir mais profundidade e/ou um diferente viés.

O esforço de recorrermos mais uma vez à história do ocidente para tratarmos do muro, aparentemente, diverge da proposta desta tese, que foca no estudo da contemporaneidade. Contudo, tal esforço nos ajudará a compreender questões típicas da atualidade como, por exemplo, uma possível crise na relação entre o espaço público e o privado. Com o recuo histórico empreendido neste capítulo, pretendemos enxergar o muro por um viés mais profundo em vez de percebê-lo como sendo um efeito colateral da insegurança das cidades (CALDEIRA, 2000) ou do isolamento do indivíduo contemporâneo (AUGÉ, 2010). Acreditamos que, através da teoria política de Arendt, poderemos refletir melhor sobre o papel que o muro possui na constituição do espaço público, posto que se trata de uma das diversas materializações do limite entre público e privado. Assim sendo, iniciamos as análises partindo da modernidade.

4.1. O MURO E A CONDICIONALIDADE HUMANA

Segundo Arendt, há, no Século XX, uma espécie de negação do homem e da sua realidade terrena que é a quintessência da condição humana, em sua opinião. Por tal perspectiva, apesar de a terra ser o habitat natural do homem, a partir do Século XX, existem

muitas tentativas de tornar a vida humana artificial como, por exemplo, a manipulação genética. Assim, a natureza parece tornar-se, na atualidade, uma prisão para o ser humano, da qual se faz urgente se libertar (ARENDR, 2018, p. 2). A cada avanço tecnológico, parece que provamos que somos capazes de realizar a façanha de viver independente da natureza que nos conformou. Mas será que realmente queremos isso? Essa é a questão proposta por Arendt para introduzir suas reflexões sobre a condição e a natureza do ser humano. Para a autora, a distância entre a nossa capacidade técnica e a nossa capacidade de reflexão parece estar cada vez maior. Isto é, provamos a cada dia nossa capacidade de criar artificios que reconfiguram a vida humana. Contudo, aparentemente não temos a mesma capacidade de refletir sobre tais criações, ao ponto de nos tornarmos escravos das máquinas que produzimos (ARENDR, 2018, p. 4).

A tradução que Arendt faz dessa constatação para o campo político é que o *discurso* perdeu o poder que possuía na época grega, substituída na modernidade pela *linguagem* dos símbolos matemáticos utilizados para estruturar o desenvolvimento tecnológico. Discurso, no sentido que Arendt propõe, é aquilo que dá significado ao que as pessoas fazem, sabem ou experimentam. Em última instância, o homem moderno, que se volta para o avanço da tecnologia em detrimento de um exame de consciência, abandona até mesmo a política, já que deixa de lado o discurso, fator que caracteriza o ser humano como um ser político (ARENDR, 2018, p. 5). Como resultado desse desenvolvimento tecnológico e da perda da capacidade de agir politicamente, estaríamos experimentando, segundo ela, a seguinte ambiguidade: ao passo que a automação tem liberado o homem da exigência do trabalho, o discurso fundamental da modernidade entende o ser humano a partir de uma visão econômica, criando uma cultura em que o trabalho é glorificado em si mesmo em vez de ser visto como mais uma atividade humana. Isto é, a modernidade, em especial, a partir de Marx, reduz a compreensão de ser humano ao seu papel social, afastando-se da reflexão sobre uma natureza humana ampla. Nesse sentido, na realidade moderna, enquanto o trabalho é cada vez menos necessário para a manutenção da vida humana, o ser humano só compreende o sentido de sua vida a partir do seu desempenho no mercado de trabalho enquanto produtor de riqueza (ARENDR, 2018, p. 6).

Já podemos relacionar essa ideia de Arendt com o que escrevemos no capítulo anterior sobre o excesso de trabalho do indivíduo atual. A crítica de Arendt poderia ser lida em consonância à crítica de Han – o que mostra sua atualidade – no que diz respeito às causas das síndromes neuronais que afligem o ser humano contemporâneo. Enquanto Han se detém à

ausência de limites na contemporaneidade para explicar as doenças neuronais que assolam o ser humano atualmente, Arendt enxerga a falta de um discurso coerente às condições da vida atual para denunciar uma falta de sentido da vida. Entendemos que tais pontos de vista explicam a mesma situação: o esvaziamento de sentido que o ser humano atual experimenta reverbera na incapacidade de refletir sobre o que se faz e também no aumento vertiginoso das doenças relacionadas ao *ego*.

4.1.1. Trabalho, obra e ação

Para compreendermos melhor o que significa propriamente a crítica de Arendt ao trabalho humano, apresentamos a sua conceituação de *trabalho*, *obra* e *ação* – atividades humanas por excelência. O *trabalho* é o processo ligado ao corpo humano que gera energia para exercer seus processos vitais. Nesse caso, o *trabalho* teria por finalidade última obter alimento e abrigo ao corpo. A *obra* é a atividade que gera o mundo artificial das coisas, transcendendo a vida meramente orgânica. Os resultados das obras seriam todos os artefatos humanos: ferramentas, edifícios, cidades, etc. E *ação* é a atividade essencialmente humana, pois trata-se da relação entre homens e é a condição pela qual existe a vida política. A *ação* é, por definição, algo que implica pluralidade, posto que ela demanda diferença entre os seres humanos que são, em princípio, iguais. Ademais,

O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história (ARENDR, 2018, p. 11).

A *ação* recebe, em detrimento das duas outras atividades possíveis, uma ênfase especial de Arendt, pois trata-se daquilo que diferencia um ser humano dos demais seres. A *ação* é tipicamente humana. Nenhum outro ser vivo pode, segundo Arendt, ser considerado humano, se trabalha sozinho (desta forma, podemos pensar que um ser humano se desumanizaria se trabalhasse sozinho). Um ser que trabalha, que realiza sua obra e constrói apenas para si, não poderia ser considerado um ser humano, pois todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos. Entre as três atividades humanas – trabalho, obra e ação – a ação é a única que não pode ser aplicada a outros seres. Isso se deve ao fato de que a ação requer a constante presença do ser humano, já que é definida pela relação direta, sem mediações, entre seres humanos (ARENDR, 2018, p. 27).

A ação também possui uma relação mais direta com a vida humana do que o trabalho ou a obra, pois já na natalidade o recém-nascido possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir para com outros seres humanos. Com isso, a autora conclui que o ser humano é um ser político em essência, por ser a *política* um tipo de ação. Nesse ponto, a autora faz uma releitura crítica da compreensão grega de vida pública, que valoriza mais a política do que a filosofia. Por tal viés, a política, quando vista pelo prisma da ação, torna-se o contraponto da metafísica, pois refere-se ao nascimento e não à morte. *Isto é, a ação tem como mote a criação do novo e a manutenção da liberdade, referindo-se assim ao cotidiano da vida humana por excelência*, enquanto a filosofia busca a verdade das coisas, para além do humano.

4.1.2. O muro poderia ser entendido como ação?

Essa breve introdução aos principais conceitos tratados pela autora para abordar a vida urbana nos serve para apresentarmos o conceito de *vita activa*, chave para a teoria de Arendt. Segundo Arendt, *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas, isto é, pelo conjunto *trabalho, obra e ação*. No sentido da *vita activa*, o ser humano é um ser condicionado em essência, pois tudo o que acessa pelos sentidos e pela razão torna-se imediatamente uma condição de sua existência. Existe também, no conceito da *vita activa*, o caminho inverso onde as coisas, que devem sua existência ao ser humano, têm o poder de condicionar a vida humana a despeito de sua origem (ARENDR, 2018, p. 11). Assim funciona um ciclo de transformação constante: o homem, transformado pela natureza, transforma-a ao criar artefatos e esses artefatos, por sua vez, transformam seu criador humano. É o caso do muro, acreditamos. Seguindo a premissa de Arendt, podemos afirmar que, apesar da origem humana e da pluralidade de sua forma, o muro possui o mesmo poder condicionante das coisas naturais.

Isso quer dizer que o muro, enquanto objeto, torna-se parte da condição humana por condicionar a vida do ser humano. A relação entre o muro e o ser humano é, portanto, complementar, posto que os muros, assim como os demais artefatos, devem a sua existência ao ser humano. Não há, de fato, nenhuma novidade nessa conclusão para o nosso trabalho. Contudo, o pensamento de Arendt nos permite aprofundar a análise. Nesse sentido, poderíamos buscar compreender o muro a partir de cada uma das três atividades que compõe a *vita activa* – *trabalho, obra e ação*. O trabalho humano, se for compreendido como a mera realização do processo biológico, não teria a capacidade de conceituar o muro. O primeiro muro que se tem notícia é um fragmento encontrado na *garganta de Olduvai* construído, a

princípio, para a proteção contra o vento (BENEVOLO; ALBRECHT, 2002). Apesar de ser um abrigo mínimo, a construção de um muro implica a transformação do lugar com uma intenção de permanência apesar das circunstâncias naturais, o que exclui a possibilidade de ser enquadrado como um trabalho humano e o coloca na qualidade de um artefato que é capaz de condicionar a vida humana.

Pensando o muro apenas como um *artefato*, isto é, como um produto da obra humana, poderíamos apontar para uma especificidade que tornaria o muro um artefato único diante dos demais: sua relação com a Terra. O ser humano, apesar da tecnologia, está ainda condicionado por um corpo adaptado à vida sobre a terra e abaixo do céu segundo uma lei gravitacional específica. O muro enquanto objeto seria, talvez, entre os elementos produzidos pelo ser humano, aquele que mais faça referência a esse fato, posto que a sua existência é justificada por essa condição. Se pensarmos nos termos de Arendt quando esta afirma que a mudança mais radical que poderia imaginar seria a emigração dos seres humanos para fora da Terra, poderíamos chegar à conclusão de que o muro, caso a gravidade não prenda o homem ao chão, não teria qualquer utilidade. Isto é, o muro não seria capaz de condicionar o corpo do homem em uma realidade com baixa gravidade da mesma maneira como o faz na Terra. Com isso, poderíamos concluir que o objeto muro seria um artefato que, pelas suas características básicas (Cf. Capítulo 1), faz referência acima de tudo à vida do homem na Terra. Assim, se o conceito de parede implicaria a existência de um teto, o conceito de muro implicaria a existência de um solo (Cf. Capítulo 1), isto é, um plano solto no espaço não poderia ser considerado um muro, partindo de tal prerrogativa. Poderíamos, portanto, afirmar que o muro enquanto objeto faz parte da *condição humana* nas mesmas circunstâncias apontadas por Arendt para afirmar que a Terra é a quintessência da condição humana.

Entender o muro enquanto um produto da obra humana não é uma novidade. Contudo, questionamos – e isso, sim, parece ser uma novidade – se o muro poderia ser entendido a partir do conceito de *ação* para Arendt. *Apesar de a ação não necessitar de qualquer mediação de coisas ou de matéria para acontecer, perguntamo-nos se o muro, ao transformar-se em um objeto político, poderia justamente mediar a relação entre os seres humanos.* Acreditamos que essa seja a pergunta-chave para o conjunto dos Capítulos 4 e 5, pois nos guiará nas análises sobre o *muro* e o *espaço público* e, mais adiante, sobre a *arte pública*. Pensar o *muro* enquanto *ação* significa dar um passo além na sua compreensão pois, assim, vincularíamos o conceito de *limite* à *política*. Isto é, se conseguirmos relacionar o *muro* à *ação*, talvez possamos ser capazes de compreender melhor os limites com que a política precisa lidar para que possa ser

exercida no espaço público. Esperamos, no final desta tese, ter condições de apontar com clareza de que modo o muro poderia ou não se tornar parte do mundo das ações humanas e, conseqüentemente, como o limite é tratado no conceito de política.

- *O muro como condicionalidade*

Nossa primeira hipótese para entender o muro como ação, que vamos desenvolver ao longo do texto, é a seguinte: ao conformar o espaço público, esse elemento torna-se um objeto carregado de sentido político tornando-se, assim, parte de um *discurso político*. Exemplos dessa condição política dos muros seriam tanto o *Muro de Berlim*, com sua participação histórica no conflito político que marcou a *Guerra Fria*, quanto os muros residenciais atuais usados como uma forma de relação entre os interesses privados e públicos. Mesmo em diferentes escalas e momentos históricos, partimos do princípio de que, nos muros, existiria, um discurso político implícito. Para tratar essa hipótese, optamos por analisar primeiramente o *muro conceitual* e, apenas em um segundo momento, o *muro enquanto objeto*, posto que parece ser mais fácil vincularmos, ao conceito de ação, uma ideia em vez de um objeto. O conceito de *muro* é mais amplo e maleável e nos permite estender com mais facilidade a sua compreensão para o nível do conceito de limite.

Dessa maneira, parece-nos razoável avaliar o conceito de muro indo além do âmbito da condicionalidade humana, uma vez que *condicionalidade* é equivalente a *limite*. Assim, avançamos para o plano da *natureza humana* no sentido utilizado por Arendt, posto que tal ideia é mais ampla do que o conceito de *condição humana* conforme teorizado pela autora (ARENDR, 2018, p. 12). Nesse sentido, perguntamo-nos se o conceito de *limite* poderia ser aplicável também à natureza humana pois, segundo a autora, esta não é definida pela somatória de todos os condicionantes que constituem a sua vida mas, sim, pela própria *condicionalidade*.

No entanto, até esses hipotéticos viajadores da Terra ainda seriam humanos, mas a única afirmativa que poderíamos fazer quanto à sua ‘natureza’ é que são ainda seres condicionados, embora sua condição seja agora, em grande parte, produzida por eles mesmos (ARENDR, 2018, p. 13).

Isto é, embora *condição humana* não seja a mesma coisa que *natureza humana*, o conceito da primeira é fundamental para a compreensão da segunda. Assim, reformulando um pouco melhor a hipótese, nossa pergunta poderia ser apresentada da seguinte maneira: o muro conceitual poderia ser traduzido como a condicionalidade em si – natureza humana – e não apenas como um condicionante – condição humana? Isto é, poderíamos pensar que o conceito

de muro, que se traduz por limite e barreira, poderia ser ampliado e traduzido por condicionalidade, nos termos de Arendt?

Em Arendt, à primeira vista, essa questão poderia ser respondida positivamente apenas por meio de uma reflexão teológica. Nesse caso, o muro conceitual poderia ser entendido como parte da natureza humana enquanto condicionalidade se elevarmos as análises ao plano metafísico. Arendt afirma que as

[...] condições da existência humana – a vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e a Terra – jamais podem “explicar” o que somos ou responder à pergunta sobre quem somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto (ARENDR, 2018, p. 14).

Com isso, entendemos que a autora estabelece dois tipos de limite: um seria *ôntico* e outro, *ontológico*. Quando a autora se refere aos limites *ônticos* – *vida, natalidade, mortalidade* – entendemos que se refere à materialidade. Essas seriam as *condições da vida humana* que não seriam capazes de explicar quem somos. Quanto ao plano ontológico, entendemos que a autora se refere ao *condicionamento absoluto*, ou seja, a uma *natureza humana*. Essa, sim, seria capaz de responder à pergunta sobre a nossa existência. Contudo, e esse é o ponto a que chamamos à atenção, tanto no plano ôntico quanto no ontológico o limite está presente. Arendt parte da prerrogativa de que o ser humano é um ser condicionado, ou seja, limitado desde o plano material até o plano espiritual na sua integralidade. Portanto, poderíamos afirmar que o muro conceitual faria parte da natureza humana, conforme o pensamento *arendtiano*, na medida em que é pensado como limite.

Por outro lado, apontar uma natureza humana seria impossível pela perspectiva filosófica imanentista moderna, algo que a própria autora deixa claro ao afirmar que, para que pudéssemos ter consciência da natureza humana, deveríamos ser capazes de sair da nossa realidade e observámo-nos de fora.¹⁹ Assim, Arendt afirma que a questão da natureza do homem é uma questão teológica tanto quanto a questão da natureza de Deus; ambas só podem ser resolvidas dentro da estrutura de uma resposta divinamente revelada:

Em outras palavras, se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus poderia conhecê-la e defini-la, e a primeira condição é que ele pudesse falar de um “quem” como se fosse um “quê” (ARENDR, 2018, p. 13).

Portanto, é elucidativo, para o nosso estudo sobre os muros, afirmar que a questão da natureza humana não pode ser aplicada à filosofia moderna por esta ser imanentista. Uma das principais questões que buscamos compreender desde o início de nossas análises é porque os

¹⁹ Perspectivismo, doutrina segundo o qual Deus estaria morto, ou seja, a ausência da visão exterior. Contribuição nietzschiana que quebra com qualquer exclusividade de *uma* perspectiva sobre qualquer outra, contra a tradição moderna que vai de Descartes, passando por Voltaire, Hegel e Marx.

muros não são compreendidos na contemporaneidade como o foram em épocas anteriores, como a Idade Média ou a Antiguidade. E, por meio da teoria de Arendt, temos uma resposta alternativa.

- *A inconveniência do muro*

Ao longo do nosso trabalho, deparamo-nos com vários autores, tais como Mumford e Eliade que, por meio de estudos da História e da História das Religiões, nos deram condições para apontar uma proximidade entre muro e religiosidade, seja associado à proteção contra espíritos maus ou como um conformador do *cosmo* (FILGUEIRAS, 2016, p. 22). Quando comparamos essa antiga compreensão do muro com a atual, temos condições de concluir que, com base nas ideias de Arendt, este teria deixado de ser vinculado a um caráter sagrado justamente na transição da Idade Média para a Moderna. A expressão cartesiana *penso, logo existo* resume o caráter imanentista da modernidade, que marca a mudança do pensamento filosófico retirando, das discussões, a ideia de verdade revelada.

Assim, o significado do muro teria sido reduzido, em princípio, ao seu caráter meramente utilitário e, ao longo do tempo, ganhado a conotação negativa que percebemos atualmente. Essa hipótese é coerente com a conclusão a que chegamos – em nossa dissertação de mestrado – de que as cidades abertas, sem muros, surgidas justamente no período da modernidade, foram o resultado de uma mudança de perspectiva humana em relação à natureza terrena, isto é, ao ambiente natural (FILGUEIRAS, 2016, p. 95). A natureza passa a ser uma fonte de recursos para o progresso e não mais uma ameaça à sobrevivência humana na Idade Moderna. Podemos ainda, associando as duas conclusões, deduzir a razão da negatividade simbólica que o muro passa a carregar desde então. Ele, na contemporaneidade, não é mais um elemento associado ao divino e tampouco auxilia na exploração dos recursos naturais ou no avanço do comércio mercantilista. Sequer representa segurança em épocas de guerra após o surgimento do canhão à pólvora, restando apenas ser designado como um elemento inconveniente e antiquado.

Voltamos, assim, ao nosso questionamento inicial. Por que, então, ainda se constroem tantos muros? Quais são as demais razões para que sejam construídos na contemporaneidade? De fato, após um período relativamente longo sem a construção de muitos muros urbanos, desde a abertura das cidades barrocas, percebemos, em especial a partir do fim do Século XX, que, apesar da sua aparente inconveniência, eles voltam a ser erguidos em grande escala. Sobretudo em países em desenvolvimento. Seria possível pensarmos em uma mudança paradigmática na filosofia que influencia na percepção dos muros como aquela apontada por

Han em que a negatividade tem dado lugar à positividade (conf. Capítulo 2)? Os muros estariam sendo ressignificados atualmente? Ou existem outras razões, além da crescente violência urbana, que ainda não especificamos e que justificariam a presença dos muros nas cidades?

Dessa maneira, continuamos nossa investigação retomando o conceito de *vita activa* para entendermos como a compreensão desse termo pode nos ajudar a refletir um pouco mais sobre o muro e a cidade.

4.2. O MURO NO AMBIENTE URBANO: O MURO GREGO

Nesta etapa, vamos discutir como se dá foi a gênese dos espaços públicos e privados na teoria de Arendt e como a violência era entendida no período grego. Com tais reflexões, temos o intuito de compreender o lugar do muro – ou se existe lugar para ele – no ambiente urbano ocidental. Isto é, buscamos compreender nesta etapa se há alguma incoerência estrutural entre a construção de muros e o desenvolvimento do ambiente urbano, em especial, o público. Para tal, analisaremos como se constitui o ambiente público por meio do privado e como se caracterizam as duas realidades. Analisaremos também como a violência era entendida/aceita na cidade, posto que uma das justificativas para a presença do muro no ambiente urbano é a proteção contra a ameaça física.

4.2.1. *Vita Activa* E *Vita Contemplativa*: gênese do privado e público

O problema que Arendt traz ao abordar o tema da *vita activa* é a compreensão da ideia complementar de *vita contemplativa*. Grosso modo, a partir de Karl Marx e Friedrich Nietzsche, a autora afirma que a *vita contemplativa*, isto é, a vida voltada à contemplação das coisas eternas, passa definitivamente a ser entendida como secundária, enquanto que a *vita activa*, isto é, a vida voltada ao trabalho, à fabricação e ao mercado, passa a ter primazia nas atividades humanas. Esse processo de inversão é atribuído, por Arendt, à própria modernidade, enquanto pensamento filosófico cujo propósito é romper com a tradição de pensar a verdade como revelação. Assim, a modernidade, partindo do princípio de que o homem só conhece aquilo que produz, inverte a máxima medieval que afirma ser a contemplação o modo de vida verdadeiramente livre e, por conseguinte, próprio do ser humano (ARENDDT, 2018, p. 21).

Retomando o significado original do termo do qual *vita activa* é traduzido: *bios politikos*, isto é, *vida política*, Arendt propõe um caminho intermediário que equilibra a atividade e a contemplação como sendo igualmente importantes. Nesse sentido, a autora ressalta a necessidade de se compreender as condições específicas em que o termo era utilizado na filosofia grega para poder avaliar, verdadeiramente, as alterações que o termo *vita activa* sofreu ao longo do tempo. De maneira geral, a principal diferença entre a compreensão grega de *bios politikos* e sua tradução medieval como *vita activa* é a maneira de pensar politicamente. Enquanto a política, na Grécia Clássica, era entendida como uma atividade livre, na compreensão cristã medieval, passa a ser entendida como um engajamento ativo nas coisas do mundo (ARENDR, 2018, p. 17). A mudança na compreensão de *bios politikos* para *vita activa* a que Arendt se refere está fundamentada na ideia de que a experiência medieval cristã transforma a *ação* em uma atividade necessária. Isto é, a ação política deixa de ser uma expressão da liberdade para passar a ser uma obrigação. A partir daí, apenas a compreensão de *vita contemplativa* – *bios theoretikos* – passa a referir-se a um modo de vida realmente livre.

Partindo dessa constatação, Arendt apresenta seu ponto de vista, afastando-se do pensamento medieval e aproximando-se do grego, justamente para tentar resgatar o caráter de liberdade presentes nas atividades públicas. Quanto ao pensamento moderno, a autora afasta-se ainda mais, pois enxerga nele um fracasso. A modernidade, para a autora, ao buscar romper com a estrutura do pensamento medieval, conseguiu apenas inverter a ordem entre a *vita activa* e a *contemplativa*. Assim, tanto o pensamento medieval teria errado ao retirar o caráter de liberdade da ação política quanto a modernidade erra em inverter a hierarquia entre atividade e contemplação sem reestruturar a compreensão dos termos. Como alternativa, a autora propõe uma revisão do termo *vita activa* a fim de que volte a significar *vida livre*. Especificamente, trata-se de uma revisão nos conceitos de *política* e *ação*. Segundo ela, a política deveria voltar a ser entendida a partir do conceito aristotélico de *bios politikos*, isto é, como modo de vida que busca o belo na ação política. A *ação*, por sua vez, deve ser entendida como a atividade voltada à relação entre as pessoas, tendo como característica essencial o sentido da liberdade e pluralidade inerentes aos seres humanos. O caráter de liberdade é garantido pela pluralidade, pois, caso contrário, a

[...] ação seria um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência nas leis gerais do comportamento, se os homens fossem repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo, cuja natureza ou essência fosse a mesma para todos e tão previsível quanto a natureza ou essência de qualquer outra coisa (ARENDR, 2018, p. 10).

Em síntese, entender *ação política* nos termos de Arendt significa reposicionar a *vita activa* enquanto um modo de vida livre e, também, igualá-la em importância à vida contemplativa. É interessante notar que a autora não confunde atividade com contemplação ao nivelar as duas formas de vida. Ambas possuem sua devida importância ao ocuparem posições distintas e, de certo modo, complementares, posto que correspondem, respectivamente, à experiência da liberdade e da verdade.

- *A imortalidade é parte da experiência do espaço público*

Na antiguidade, a separação entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*, para Arendt, tem início ainda na época socrática quando se percebe que a atividade política não é capaz de abarcar todas as atividades superiores do homem (ARENDR, 2018, p. 22). Dessa crise, adveio a busca por um princípio mais amplo que pudesse reger a *pólis* para além da prática política. A busca por um princípio regulador definitivo, segundo a autora, é vista nas experiências do *eterno* e do *imortal*. O *imortal* é entendido aqui como aquilo que tem um princípio, mesmo que não identificável, mas não tem um fim aparente (algo como um movimento circular infundável). Neste sentido, Arendt compreende a *mortalidade* como uma linha reta que principia e finda ao cruzar o movimento espiral da imortalidade. O *eterno*, por sua vez, não possui movimento, pois está além da dimensão espaço-temporal. Ao longo dos séculos a busca pelo princípio mais abrangente se desenvolveu na busca pela experiência do *eterno* em detrimento da experiência do *imortal*.

Dentro da proposta de Arendt, para se reconfigurar a relação entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*, está o resgate da experiência da imortalidade terrena para, de algum modo, que seja revisto o princípio original da *vita activa* (ARENDR, 2018, p. 26). Sendo o ser humano o único ser vivo mortal,²⁰ ele busca maneiras de escapar à sua condição finita por meio das obras e ações que geram frutos duradouros. Essa busca pela imortalidade seria, a princípio, a fonte original da *vita activa* que Arendt busca retomar. Sua argumentação, nesse sentido, vai contra a experiência cristã medieval que, somada à queda do Império Romano, dava indícios de que nenhuma obra de mãos mortais poderia vir a ser imortal – o maior império humano ocidental teve seu fim – e propunha a experiência da eternidade como alternativa à mortalidade e imortalidade. Dessa maneira, a autora conclui que a *vita activa* e o *bios politikos* tornaram-se servos da contemplação durante o período medieval. Na sequência de sua crítica,

²⁰ Arendt parte do entendimento de que as demais formas de vida tangíveis à realidade humana material não são consideradas mortais, pois não há individualidade: cada espécie é pensada como um todo e sua imortalidade se dá pela reprodução.

a autora defende que, apesar de ter havido na modernidade uma inversão entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*, o conceito de eternidade permaneceu como referência primordial para as teorias filosóficas.

- *O ser humano social vive no espaço privado*

A mudança que houve na Idade Média sobre o conceito de vida pública também teve como resultado a ascensão do *social* em detrimento do *político*. Isto é, o aspecto relacional do ser humano, neste período, passa a ser compreendido diferentemente do que era na Antiguidade. Se o cidadão, na Grécia antiga, era concebido como um ser político, torna-se um ser social na Europa medieval. Isso significa uma inversão entre o âmbito público e social, sendo que o último está agora associado à política. Arendt cita a concepção de Tomás de Aquino sobre o homem para demonstrar a nova forma de pensar: “o homem é, por natureza, político, isto é, social”²¹ (AQUINO, 1273, *apud* ARENDT, 2018, p. 28). Lembramos que Arendt não concorda com a compreensão medieval pois, para ela, o social é uma forma pré-política, ou seja, própria de sociedades que ainda não desenvolveram um ambiente público apropriado para o pleno exercício da política.

O que une a definição do homem como um *ser social*, em Aristóteles e em Tomás de Aquino, é a relação entre a ação e o fato de *estar junto* ser aplicável a todo ser humano. Contudo, na cultura grega, o ser humano era considerado um ser político, posto que a compreensão de *estar juntos* não era exclusivamente humana. A necessidade de estar em companhia de outros seres humanos era entendida, nas palavras de Arendt, como “uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica, que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal” (ARENDT, 2018, p. 29). Assim, o âmbito social era tido como inferior ao público que, por sua vez, era associado à política. Isto é, um homem político era, na Antiguidade, um homem público.

Tal crítica nos auxilia a compreender o pensamento de Arendt a respeito do *público* e *privado*. Para a autora, o termo *social* diz mais respeito ao *aspecto privado* da vida humana, enquanto que o termo *político* versa sobre o seu *aspecto público*. Existe certa tendência inata no ser humano em agrupar-se em pequenos centros, configurados por lares e famílias. O mero agrupamento de pessoas, como em uma aldeia, por maior que seja, não possui em si uma esfera pública. Esta surgiria através da *obra* humana, isto é, algo que demanda um esforço maior e que extrapola o instintivo. Nesse sentido, para Arendt, a Cidade-estado (Polis) grega

²¹ Do original: *Homo est naturaliter politicus, id est, socialis*. (AQUINO, 1273, *apud* ARENDT, 2018, p.28)

é o exemplo paradigmático de uma cidade que tem o espaço público como elemento primordial.

Assim, o político configura-se como uma característica tipicamente urbana, isto é, pública. Ou seja, a *esfera privada* surge por meio do impulso inato humano de se socializar, de compor um grupo, de procriar, o que não depende das *obras*, do *trabalho* ou dos *artefatos humanos*. A *esfera pública*, por sua vez, surge em um momento mais elevado da vida social quando o ser humano se encontra em um estado mais complexo de arranjos sociais e passa a depender das *obras*, do *trabalho* e dos *artefatos*. O cenário da vida política é a cidade – a *polis* grega, em especial – e, nesse ambiente, o social já não basta para dar conta das ações humanas. Nasce, assim, o *político* como um segundo nível no universo das ações, ressignificando aquelas tidas como naturais ao diferenciar aquilo que é *próprio (idion)* daquilo que é *comum (koinon)* (ARENDDT, 2018, p. 29).

Portanto, as esferas públicas e privadas, na Antiguidade Grega, se configuram como entidades distintas e interdependentes que operam por lógicas distintas: a lógica familiar privada e a lógica política pública. A esfera privada, como Arendt aponta acerca da organização da sociedade grega, não era o lugar da igualdade entre as partes, mas da desigualdade. Diferentemente da vida pública, em que as decisões eram tomadas entre iguais, as decisões na vida privada tinham como figura de fundo o *chefe do lar (dominus/paterfamilias)* (ARENDDT, 2018, p. 34). A soberania do lar pelo *paterfamilias* era garantida na Grécia pela compreensão de que o homem é um *animal social* antes de ser um *animal político* (ibidem, p.38,39). A violência do chefe da família sobre os familiares e os escravos era entendida como a única forma de se libertar das necessidades e se tornar um homem livre e ocupar o lugar nas Assembleias Deliberativas, responsáveis por tomar as decisões que orientavam a vida na *polis*.

Em contraste com o poder doméstico, o ambiente público grego não admitia violência nem desigualdade entre os homens livres. Essa liberdade grega significava, acima de tudo, não sujeitar ninguém e nem ser sujeito por ninguém. “Nem governar, nem ser governado” (ARENDDT, 2018, p. 39). Para a deliberação, apenas a *retórica* era aceita. Ser cidadão das *polis*, isto é, ser *político*

significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis*, característicos do lar e da vida em família (*Idbem*, p. 32).

Em contraste, a relação entre o chefe do lar e o rei na época romana – e essa compreensão passou a dominar a partir daí – era mais próxima. Enquanto que na sociedade

grega o poder do *dominus* era considerado maior e mais “perfeito” que o rei, as duas figuras, na sociedade romana, se confundiram. Na sociedade romana, como consequência da perda do sentido político no ambiente público, a coação – própria do chefe da casa – foi ascendida ao nível do chefe do império. “A antiga liberdade do cidadão romano desapareceu quando os imperadores romanos adotaram o título de *dominus*” (ARENDRT, 2018, p. 34). Tal compreensão se manteve durante o período medieval, influenciando a noção do poder real como um chefe da família.

Podemos concluir, portanto, que o muro conceitual, em última análise, estaria no cerne da constituição do espaço privado, posto que serviria para estabelecer os limites do mundo privado. Sem tal separação, por mais inaceitável que pareça ser pelos padrões atuais da sociedade, não haveria a constituição da ideia de um ambiente urbano pensado para a liberdade. Isto é, a origem do espaço urbano público ocidental, cuja característica fundamental é a liberdade – valor que preservamos até os dias de hoje – está alicerçada na constituição do espaço privado cuja finalidade, em sua origem, é a segregação, ou seja, o domínio e o poder despóticos. Nesse contexto, o muro seria um elemento que garantiria a separação entre tais domínios e, por consequência, sua existência. Assim, o muro – tanto conceitual quanto material – torna-se parte fundamental da constituição do ambiente público que Arendt utiliza como modelo para analisar a realidade atual.

4.2.2. Reflexões sobre muro entre os domínios privado e público a partir de Han, Mouffe e Arendt

Tendo compreendido como se estrutura o conceito de *privado* e *público* em Arendt e que o muro está profundamente inserido nessa conjuntura, detalharemos alguns aspectos dessa inserção. Existe um fator que une a compreensão de *poder* para Han, o *agonismo político* de Mouffe e a *ação política* para Arendt: a ideia de que a *violência* implica um tipo de limite. Partindo desse ponto de vista, nesta etapa, buscaremos compreender como a violência em si poderia ser utilizada na definição de muro, a depender de como se compreende seu papel no ambiente urbano. Apesar de partirem de compreensões diferentes e analisarem a violência por vieses distintos, o entendimento de que ela enseja um limite é comum aos três autores, isto é, a violência constitui um limite para o poder absoluto, para a democrática agonista e para a prática da retórica no espaço público.

Assim, o *poder absoluto*, conforme Han, implicaria formas de violências imperceptíveis, já que o verdadeiro poder só é verdadeiramente exercido quando não se

percebe a violência. Han entende o verdadeiro poder como a capacidade do sujeito de expandir a sua interioridade – o seu *ego* – a outrem por meio de uma relação ativa entre as duas instâncias. Isto é, para que o *ego* exerça autenticamente poder sobre o *alter*, é necessário que o *alter* tenha uma reação ativa de submissão, isto é, o *alter* deve reagir ao *ego*, assumindo suas ideias como se fossem próprias do *alter*. Dessa forma, o *ego* seria capaz de impor seu poder ao *alter*, sem que o *alter* se apercebesse submetido ao *ego*, acreditando que aquilo imposto é sua crença. Essa forma de imposição de poder, baseada em táticas de violência implícita, cria uma via de comunicação unilateral em que o *ego* está sempre a se expandir em direção ao *alter*, e nunca o contrário. E qualquer atitude de violência explícita do *ego* para com o *alter* significaria um rompimento nessa comunicação e conseqüentemente a perda do domínio do *ego*, pois tornaria *alter* um ser passivo perante a violência explícita. E “perante uma coisa passiva, nenhum poder é possível de maneira autêntica” (HAN, 2019, p. 18).

Da mesma forma, Mouffe, percebe e até mesmo defende, de certa maneira, a violência implícita, posto que onde há poder, para a autora, há violência, especialmente na forma de violência simbólica ou argumentativa (MOUFFE, 2005a, p. 178). Neste sentido, a violência torna-se necessária para a sua noção de disputa política. O *agonismo político* fundamenta-se em práticas de defesa de uma ideia ou posicionamento político que envolvem alguns tipos de violência. Isto é, seria permitido, de acordo com o nosso entendimento de Mouffe, práticas violentas na defesa de um argumento, mesmo que isso implique em uma negação da razão, desde que essa violência não chegue ao nível da violência física. Caso a violência passasse a ser física, a disputa não seria mais agonista, mas antagonista. Dessa maneira, mesmo Mouffe defendendo a violência simbólica, a violência física poderia ser considerada um limite para sua proposta de disputa agonista. Aplicando tal entendimento ao universo dos muros, a violência seria, conforme a autora, como um limite (intransponível) entre duas ideias (modos de organização da sociedade). Assim, como já concluímos anteriormente, o muro faz parte da realidade e a instauração da própria disputa política.

A violência aparece em Arendt, por sua vez, a partir da concepção grega de *ação* (*práxis*) e *discurso* (*lexis*) como as duas atividades humanas que compreendem o domínio dos assuntos humanos no âmbito público. Por tal convicção, viver em uma *polis* significava decidir tudo aquilo relacionado ao domínio público mediante palavras e persuasão, isto é, sem coação ou violência. A violência, pela concepção grega é própria ao universo do privado, do lar e da vida em família, ou seja, um modo de se relacionar pré-político, no qual a autoridade patriarcal prevalece (ARENDR, 2018, p. 32).

Correlacionando tais compreensões de poder e violência em relação, especialmente, ao espaço público, poderíamos perceber que Han e Arendt se aproximam de certo modo, enquanto que Mouffe se afasta dos dois. Ao passo que Han supõe a ausência total de violência para a existência do poder verdadeiro, Mouffe reconhece que a violência, na sua forma simbólica, permeia toda e qualquer relação de poder, posto que a violência pode ser instrumentalizada para a disputa política. Para a autora, a

[...] democracia pluralista e moderna – mesmo a bem ordenada – não reside na ausência de dominação e violência, mas no estabelecimento de um conjunto de instituições pelas quais elas podem ser limitadas e contestadas. Negar o caráter não radical do antagonismo e almejar um consenso racional universal – essa é a ameaça real à democracia. De fato, isso pode levar a que a violência não seja reconhecida e se oculte por trás dos apelos de “racionalidade”, como costuma acontecer no pensamento liberal, que disfarça a sua necessidade de fronteiras e suas formas de exclusão por trás de uma pretensa “neutralidade” (MOUFFE, 2000, p. 22, tradução nossa).²²

Por outro lado, a aproximação de Han e Arendt parte da compreensão política de Arendt, que exclui qualquer ato de violência, e da compreensão de poder para Han, que também implica em não-violência. Dessa maneira, podemos estabelecer algumas conexões entre os dois autores. Uma delas é a forma como se dá a expansão da interioridade do *ego* para o *alter*. De acordo com a compreensão grega de política, da qual parte Arendt, o *pensamento* é menos importante para a vida pública que o *discurso* e a *ação*. Isso significa que utilizar as palavras certas no momento certo era considerado o saber mais preponderante para a vida na *polis*. Se compararmos essa maneira de se compreender política com a ideia de poder para Han, poderíamos concluir que as palavras, isto é, a capacidade de influenciar por meio de palavras – a *retórica* – seria o fator determinante para a forma como manifestam o poder para Han. Dito de outra forma, a retórica, tão cara aos gregos, seria uma das formas mais eficientes pela qual o poder é exercido, já que o *ego*,

em vez de proceder contra uma determinada ação do *alter*, [...] influencia, adapta ou persuade as condições prévias da ação do *alter* de tal modo que sua decisão corresponde à vontade do *ego* de *livre-vontade*, sem qualquer objeção (HAN, 2019, p. 13).

Em resumo, seria possível aproximarmos Han e Arendt associando o conceito de *poder* do primeiro com a *retórica* para a segunda. Se nossa interpretação do conceito de *poder* para

²² *Such a project recognizes that the specificity of modern pluralist democracy - even a well-ordered one – does not reside in the absence of domination and of violence but in the establishment of a set of institutions through which they can be limited and contested. To negate the ineradicable character of antagonism and to aim at a universal rational consensus – this is the real threat to democracy. Indeed, this can lead to violence being unrecognized and hidden behind appeals to ‘rationality’, as is often the case in liberal thinking which disguises the necessary frontiers and forms of exclusion behind pretences of ‘neutrality’.* (MOUFFE, 2000, p. 22)

Han estiver correta, poderíamos afirmar que a retórica seria mais importante que a dialética para a manifestação do *poder*. Essa interpretação aproximaria Han de Arendt, pois a retórica também era mais determinante do que a dialética para a política grega (ARENDDT, 2018, p. 32). Mouffe, nesse sentido, posiciona-se de forma radicalmente contrária a Han e Arendt, posto que, para ela, o consenso racional universal, isto é, o convencimento, é justamente a verdadeira ameaça à democracia.

- *Três compreensões de muro no espaço urbano*

Tendo compreendido um pouco mais como a *violência* e o *poder* são abordados pelos três principais autores que tratamos até o momento, podemos reforçar o vínculo entre as três hipóteses trabalhadas nesta tese incorporando, a tais reflexões, as compreensões relativas ao ambiente urbano. Ao aproximarmos Han à Arendt, poderíamos afirmar que o *poder*, para Han, seria estruturado a partir da concepção do espaço público grego, isto é, o espaço próprio para o convencimento, para a persuasão, mas de maneira furtiva, não explícita, ou seja, uma espécie de espaço da retórica mais sutil. Por outro lado, para Mouffe, a vida pública enquanto disputa poderia ser entendida a partir da retórica apenas quando aponta para um modo de agir politicamente para além da razão, isto é, quando há interferência das emoções ou paixões na construção da identidade dos grupos parte do antagonismo democrático. Existiria, entretanto, um caminho para aproximar Mouffe e Arendt compreendendo os atos políticos agonistas como formas da retórica, isto é, se protestos, pressões públicas e outras maneiras agonísticas de influenciar o jogo político na construção e ampliação da adesão aos grupos políticos envolvidos pudessem ser entendidos como formas de convencimento.

Já Han entenderia a relação entre poder e violência tal qual a compreensão grega da relação entre político e violência, isto é, excluindo qualquer ato de violência explícita. Contudo, ao contrário dos gregos, Han abole a violência inclusive no âmbito privado. Os gregos, dessa maneira, previam a coação, isto é, a violência, como um tipo de relação humana na vida social. Apesar de banir a violência do mundo público da *polis*, a violência era prevista e aceitável no âmbito doméstico contra mulheres, escravos e crianças. Trata-se, portanto, de uma realidade pré-política característica de sociedades que estavam em um estágio menos desenvolvido no âmbito da vida pública. Assim, os gregos entendiam os regimes despóticos como pertencentes ao âmbito doméstico, em que o chefe da casa ou o rei imperava com poderes incontestes (ARENDDT, 2018, p. 32).

A ideia de *poder* para Han, em especial o seu aspecto político, está enraizado na relação entre *ego* e *alter*. Isso fica claro quando Han cita Arendt ressaltando a importância dessa

relação: “O caso extremo do poder está dado em uma constelação: todos contra um, o caso extremo da violência na constelação: um contra todos” (ARENDR, 1970, p.43 *apud* HAN, 2019, p. 150). A violência é mais uma vez posta como contraponto ao poder. Han detém-se no aspecto da necessidade do *um – alter* – para a manifestação do poder. Ele esclarece que não existiria poder caso todos se unissem em único grupo. Com isso, ele se utiliza das ideias de Arendt para reforçar a sua concepção ontológica de poder que consiste no prolongamento do *ego* sobre o *alter*: um ser em si no outro, mas sem coação.

A justificativa para a violência ser aceita como parte da vida privada para os gregos reside no fato de que esta seria a única maneira de se escapar do aprisionamento das necessidades elementares da vida para se alcançar a riqueza e a saúde. Nesse sentido, com o intuito de alcançar a liberdade no mundo, a violência contra o outro se torna um direito no âmbito privado. Desta forma, vemos como era justificada, por exemplo, a escravidão na época grega. Por meio da violência contra o *outro*, escravizando-o para que cumpra as atividades necessárias para a manutenção de sua vida, o *próprio* teria condições de viver a liberdade no ambiente público, isto é, a vida na *polis* e, assim, alcançar a felicidade (*Eudaimonia*) (ARENDR, 2018, p. 38).

É importante salientar que a percepção grega de felicidade é distinta do *bem-estar*. Muitos escravos, de acordo com Arendt, viviam um bem-estar, isto é, tinham conforto e tranquilidade na casa de seus senhores. Contudo, não eram considerados felizes, pois estavam presos às necessidades da vida. Eram, ainda mais, submetidos às necessidades da vida do *outro* e sujeito à sua violência. De tal maneira, a felicidade plena dependia da riqueza e da saúde. Assim, mesmo aqueles que possuíam apenas um desses fatores, como a saúde, no caso do homem livre e pobre, preferiam a penúria do trabalho árduo diário no mercado do que viver o bem-estar na condição de servidão (*douleia*) (ARENDR, 2018, p. 38). De maneira inversa, o senhor do escravo não era considerado livre, pois se prendia à necessidade de comandar o lar, restrito ao mundo privado. Portanto, a liberdade no sentido da palavra *eudaimonia* era experimentada, de fato, por poucas pessoas dentro da *polis*, apenas os homens libertos do âmbito privado – com espíritos livres – podiam falar, discutir e deliberar sobre os assuntos coletivos relevantes para o destino da cidade, por exemplo: construções, participação em guerras, etc.

Se comparamos tal visão de liberdade à compreensão de poder de Han, podemos entender que o autor, ao vislumbrar um conceito mais abrangente de poder, acaba por excluir a violência, diferentemente dos gregos, da vida social. Isto é, enquanto que os gregos

compreendiam que a violência poderia fazer parte da vida social mesmo em uma condição pré-política, Han compreende que a violência não faz parte de nenhum âmbito da vida humana quando se busca o verdadeiro poder:

Em vez de proceder contra uma determinada ação do *alter*, ele [o ego] influencia, adapta ou persuade as condições prévias de ação do *alter* de tal modo que sua decisão corresponde à vontade de *ego* de *livre-vontade*, sem qualquer objeção. Sem exercer o poder, o poderoso toma seu lugar na *alma* do outro (HAN, 2019, p. 13).

Insistimos na aproximação *poder* e *política*, conforme o que foi antes apresentado sobre tais termos, pois acreditamos que estão correlacionados. Quando Han afirma que o *poder* é um movimento de extensão do *ego* em direção ao *alter*, relacionamos isso diretamente ao conceito de política para os gregos, isto é, a arte do convencimento do outro em sua liberdade, o que aconteceria sem que o *alter* se desse conta. Nesse sentido, poderíamos unir poder e política como sendo uma relação de imposição da vontade em caráter de igualdade entre as partes.

Entretanto, não se pode confundir a maneira como os antigos pensavam a política com a forma como ela é considerada contemporaneamente. Atualmente, a política não é vista como uma atividade de expressão da beleza, carregada de liberdade e restrita a alguns cidadãos livres, mas uma obrigação do Estado Democrático e um dever de todos que apoiam tal concepção de Estado. A forma atual de se governar, além disso, parece aproximar-se muito mais das preocupações com a economia do lar – considerada pelos gregos como pré-política – do que com a persuasão e discussão política do domínio público grego. Arendt esclarece como aconteceu tal transformação na forma de governo e deixa claro que o fator primordial para tal foi a ausente separação entre o âmbito privado e público (ARENDDT, 2018, p. 41).

Em suma, temos três compreensões de violência no espaço urbano. Em Han, não há espaço para violência tanto no domínio privado quanto no público, posto que a manifestação do poder real prescinde da violência física. Em Mouffe, não há espaço para violência no domínio privado, mas ela prevê certo nível de violência no espaço público, desde que esta não seja física, uma vez que o *agonismo* seria uma forma de disputa por poder que envolve um nível mínimo de violência. E, em Arendt, a violência deve ser reservada ao domínio privado com base na compreensão de espaço urbano grego.

Logo, se a violência é uma das justificativas para se construir um muro – seja para se proteger da violência exterior, seja para isolar a violência em um interior – como poderíamos compreender tal elemento em cada autor? Em Arendt, já temos a resposta: o muro seria responsável por controlar o domínio privado ao proteger o domínio público da violência presente na vida privada de cada morador da cidade. Isto é, o muro seria erigido com o objetivo

de conter/restringir a violência do ambiente privado. Se percebemos, conforme Mouffe, como a violência estaria presente no ambiente público, o muro serviria, portanto, para garantir que as agressões não chegassem ao nível físico. Nesse sentido, o muro da Esplanada dos Ministérios em Brasília – que citamos anteriormente (conf. p. 43) – seria um exemplo. Isto é, o muro teria como objetivo a *divisão/separação/repartição* do domínio público em grupos, posto que a fonte de ameaça advém do público e tem como alvo o próprio público. E se, para Han, o poder prescindiria da violência, o muro teria como objetivo o *isolamento/controle* a vida do Sujeito de Desempenho das ameaças à sua forma de vida sem negatividades. Ou seja, diferentemente das duas autoras, não haveria, para Han, uma separação muito clara entre os domínios privados e públicos, posto que a separação mais importante seria aquela entre o *eu* e o *outro* – independentemente da esfera onde ele esteja.

4.3. A QUESTÃO DA LIBERDADE DENTRO DOS MUROS: o muro medieval

Até agora, avançamos alguns temas importantes para a estrutura do pensamento de Arendt e para o nosso estudo acerca dos muros. Vimos quais são os três tipos de atividade humana – *trabalho, obra e ação* – e refletimos um pouco sobre a forma de vida gerada ao exercê-la, a saber: a *vita activa*. Analisamos, também, a política como um viés da ação e sua importância para a garantia da liberdade. Nesse percurso, propusemos algumas questões sobre o muro pensadas a partir do arcabouço teórico de Arendt. A principal delas seria a percepção do muro como uma *forma de ação*, ou seja, especialmente como uma *ação política*. Dessa pergunta, adveio outro questionamento acerca do papel dos limites para a compreensão da natureza humana e, conseqüentemente, o conceito de limite para a compreensão do muro enquanto conceito. Também, concluímos que existiriam três maneiras para se compreender o muro de acordo com a manifestação da violência no espaço urbano: o muro para restringir, o muro para dividir e o muro para controlar.

Dando continuidade, propomos, a partir de agora, uma reflexão sobre o muro por meio do caráter de *liberdade* dentro do conceito de *ação* trabalhado por nós anteriormente. Isto é, refletiremos a viabilidade de um *muro para libertar*. Se estivermos corretos ao afirmar que o muro poderia ser entendido como uma ação política e se a política é uma forma de exercício da liberdade, tal elemento também poderia fazer referência à liberdade? Posto de outro modo, o muro seria sempre o contrário de liberdade? Se o muro enquanto limite tornar-se um objeto

político, seria possível pensá-lo como um elemento que significasse liberdade? Em quais condições isso seria possível?

4.3.1. A liberdade dentro de limites: o muro feito para libertar

Para tentarmos responder tais provocações precisamos retomar as discussões sobre o conceito de liberdade que desenvolvemos na primeira parte. Até agora, tratamos de alguns conceitos de liberdade tais como a *positiva* ou *plena* quando criticamos o *sujeito de desempenho* de Han. Por tal viés, analisamos a liberdade como uma incompletude ou uma incessante busca por se libertar da coação. Apresentamos, neste capítulo, com base em Arendt, a liberdade como uma forma de vida no espaço público que é típica dos cidadãos das *polis* gregas. Começaremos, portanto, a refletir sobre o conceito de liberdade quando esta é pensada dentro de limites – a partir da visão medieval – e que já fora discutida em nossa dissertação de mestrado onde vinculamos o muro à liberdade, em especial à liberdade comercial para os habitantes dos burgos medievais.

Na vida intramuros das cidades medievais na Alta Idade Média entre os Séculos XII e XIII, os habitantes dos burgos europeus precisavam proteger-se para garantir as mínimas condições para as suas atividades econômicas. Tais habitantes, denominados burgueses, eram basicamente artesãos que praticavam o comércio, o que tornava a pequena cidade medieval europeia um centro comercial, ou seja, uma espécie de feira permanente em que tanto os produtos agrícolas quanto os manufaturados eram comercializados. O entendimento de muro e cidade eram indissociáveis para essa população, pois dependiam dessa barreira para poder negociar com liberdade sem o risco de saques, dívidas não pagas (calotes), estelionatos e outros crimes. É importante salientar que a ideia de um Estado capaz de proteger seu povo vai surgir apenas alguns séculos mais tarde. Durante o período medieval, apesar do poder político europeu estar concentrado nas mãos da Igreja Católica Apostólica Romana, a defesa da população acontecia por meio de ações isoladas e limitadas à escala da cidade e o muro era o principal elemento na estratégia de proteção. Levando tais circunstâncias em conta, Lewis Mumford afirma que o núcleo urbano fortificado se tornou um imã, pois a liberdade comercial, possível por meio da reclusão, permitiu que as trocas continuassem na forma de feiras semanais na área aberta do mercado, no interior da muralha:

O recinto murado não só dava proteção contra as invasões exteriores: tinha uma nova função política, pois revelou-se um instrumento de dois gumes. Invertendo o antigo precedente da cidade, a muralha podia ser usada para manter a liberdade interior. Por meio da muralha, uma pequena cidade, outrora inerme ante mesmo uma pequena força armada, tornava-se uma fortaleza. As pessoas afluíam a tais

abençoadas ilhas de paz, assim como originariamente tinham-se submetido, em desespero, aos bandidos feudais, tornando-se seus vassallos e servos, em troca de um pouco de terra e segurança [...]. O comércio que entrava numa cidade, vindo de certa distância, era irregular e não merecia confiança. Mas, tão logo uma cidade era cercada por uma muralha, apareciam outros atributos normais da vida urbana: o recipiente restabelecido tornava-se um imã. O prolongamento da muralha, do castelo ou abadia à aldeia vizinha, muitas vezes, marcava o começo físico de uma cidade, embora os plenos privilégios legais de uma ativa corporação municipal só pudessem ser obtidos à custa de difíceis transações com o bispo ou o proprietário feudal que possuía a terra (MUMFORD, 1991, p. 275)

Podemos extrair dessa experiência urbana uma relação com o muro típica de pessoas que vivem em um ambiente sob constante ameaça. Nessas condições, o muro não seria entendido pelo prisma da segregação e, sim, da proteção. Assim, se ouvíssemos um habitante de um burgo medieval falar do muro de sua cidade, seria provável que tecesse elogios à sua forma robusta e capacidade protetiva. A segurança que o muro oferecia era de valor inestimável para os burgueses medievais e sua forma reforça essa característica. Em contraste, qualquer discurso atual sobre o muro tende a minimizar os efeitos limitantes dos muros, mesmo por aqueles que propõe o muro como resposta a algum problema. Isto é, hoje em dia, moradores das grandes e violentas cidades buscam a mesma garantia de proteção das cidades medievais, mas sem lançar mão dos muros por, possivelmente, tratar-se de um limite.

Em tempos de globalização, de estruturas em rede e meios de transporte e informação cada vez mais eficientes, falar de muro ou limite torna-se uma espécie de tabu. Essa crítica é uma das questões centrais que motivaram a nossa pesquisa sobre os muros. O nosso retorno à história, buscando compreender como o muro era entendido, advém da incongruência observada atualmente de se querer uma proteção que não funcione como uma barreira. Após analisarmos a contemporaneidade, podemos, agora, com a ajuda de Arendt, delinear algumas comparações entre os períodos em que o muro era tido como um bem e na contemporaneidade, quando ele é entendido como um mal.

Nesse sentido, precisamos compreender como a liberdade era entendida na época medieval – quando o muro era aceito pela população e pelo pensamento filosófico – e compararmos com a compreensão atual de liberdade sem limites, quando o muro parece não ser mais aceitável. Acreditamos que tais compreensões de liberdade configurem posições antagônicas o que, para o estudo dos muros, é esclarecedor, posto que nos ajudam a compreender dois momentos de forte presença do muro no ambiente urbano: a época medieval, quando o muro estava presente nas cidades e era aceito pela cultura, e a época atual, em que o muro está presente nas cidades, mas que não é aceito pela opinião pública. Assim, uma das chaves de compreensão para a situação complexa do muro atualmente apresenta-se por meio do conceito de liberdade, que é capaz de vincular todos os demais conceitos

abordados até o momento nesta tese: *alteridade*, *política* e *muro*. A liberdade fará também a conexão desses conceitos com o espaço público e arte que trataremos adiante no Capítulo 5.

- *A liberdade em Tomás de Aquino*

Neste momento, vamos analisar a compreensão de liberdade para a filosofia medieval, baseando-nos em Tomás de Aquino (2005). Pela vastidão dos escritos desse autor e pela grandiosidade do próprio tema, restringir-nos-emos a alguns aspectos importantes para o viés da liberdade que tratamos, conforme Arendt (2018), sem a pretensão de expor por completo a complexidade que a discussão exige, visto que o tema da liberdade, apesar de essencial para nosso estudo, compreende apenas uma parte da discussão e não o todo.

Em Aquino, três pontos nos chamam a atenção quando este trata da liberdade. O primeiro é o conceito de *livre arbítrio*, o segundo é a diferenciação entre *servidão* e *domínio* e o terceiro é o dever de *dirigir* e *governar*. Começando pelo último aspecto, o dever de governar, encontramos o ponto em que Arendt se apoia para apontar a mudança entre a compreensão grega e medieval acerca da política. Grosso modo, a compreensão política grega não entende a ação política como um *dever*, já a medieval entende como um *dever*. Para Aquino,

[...] se um homem só tivesse sobre o outro a sobreeminência da ciência e da justiça seria isso inconveniente a não ser que fosse exercida na utilidade dos outros. De acordo com o que se diz em na primeira Carta de Pedro: "Cada um recebeu a graça administrando-a para o bem de um e de outro". Por isso, diz Agostinho que "os justos não comandam pela ambição do mando, mas pelo ofício de consultar: isso é o que prescreve a ordem natural, assim Deus criou o homem" (AQUINO, S. Th. I, Q. 96, do art 4).

Esse pensamento esclarece como, de fato, não há uma escolha para a ação política na filosofia medieval, mas, sim, um *dever*. Se há uma pessoa preparada para o governo, essa tem por dever governar. Seria, pois, em última instância, um ato de egoísmo não servir aos outros com os dons recebidos, seja de ciência ou de justiça. É sobre esse tipo de pensamento que Arendt desenvolve sua crítica sobre as mudanças que a compreensão de política sofreu ao longo dos séculos de transição entre o período antigo e medieval. A tradição cristã aplicou, à política grega, a moral desenvolvida a partir das Sagradas Escrituras. Assim, as ações políticas passam a ser entendidas como um ato de justiça e não mais como um ato de liberdade no sentido grego, ou seja, de uma ação livre, conforme afirma Arendt.

Contudo, apesar de substituir, na política ou no governo, o caráter de liberdade de ação pelo dever de dirigir, o conceito de liberdade medieval ainda está fundamentado no pensamento aristotélico. E isso pode ser entendido por meio da separação que Aquino faz

entre servidão e domínio, baseado nas ideias do Estagirita. A servidão seria a relação entre um homem livre e seu servo:

O motivo disso é que o livre difere do servo porque o livre é causa de si, como se diz no início da Metafísica; o servo, porém, é ordenado para outro. Então alguém domina outrem, como servo, quando refere aquele que é dominado à própria utilidade, a saber, do que domina. E, porque o próprio bem é apetecível a cada um, conseqüentemente é constrictador a alguém ceder a outrem o bem que deveria pertencer-lhe; assim, tal domínio não pode existir sem pena dos súditos. Por isso no estado de inocência não haveria domínio de um homem sobre o outro (AQUINO, S. Th. I, Q. 96, do art 4).

Desta forma, o servo, para Aquino, tal qual para Aristóteles, não vive com vistas ao seu próprio bem, mas para o bem do seu senhor. É importante salientar que, de acordo com Aquino, a liberdade plena só existia no estado de inocência, isto é, antes do pecado original, conforme doutrina desenvolvida por Agostinho. A partir daí, a natureza se corrompe e as relações entre o senhor e o servo passam a existir. Antes do pecado original, a relação de senhor e escravo não existiria, pois apenas haveria relações entre seres livres, sem coação ou servidão, apenas domínio. O domínio, nesse sentido, é a relação entre dois seres livres em que um guia o outro para o bem próprio deste ou para o bem comum.

Com isso, temos que, para o pensamento medieval, o ato de dominar, gerir ou governar – como se poderia concluir em princípio – não seria uma maneira de exercer o egoísmo e, sim, a caridade. Sendo o egoísmo um mal e, por isso mesmo, proibido, não seria lícito ao homem capacitado deixar de praticar o bom governo. Por outro lado, existe sempre a liberdade de escolha, mesmo que seja a escolha em seguir o que é ilícito. Uma vez que o homem é um ser livre, este pode escolher exercer ou não seu papel político que consiste na condução da sociedade para o bem comum. Contudo, a liberdade fundamental, no contexto medieval conforme desenvolvida por Aquino, representa a faculdade do ser humano de escolher o bem. Pois o mal, entendido como aquilo que aprisiona e restringe o homem, torna-o escravo, enquanto que o bem liberta ou devolve o homem à liberdade. Não há, nesse contexto, a liberdade fundamental, isto é, aquela vinculada ao ato de ser da pessoa humana, quando se escolhe o mal ou mesmo quando se escolhe não praticar o bem.

Na visão de Aquino, as iniquidades e desgovernos, as submissões e coações, surgem, dessa maneira, após o pecado original quando o homem passa a ser servo do seu egoísmo. Nesse sentido, para Aquino, a partir do pecado original, não haveria mais a possibilidade de uma relação puramente livre entre dois seres humanos. Sendo o homem impuro e inclinado ao egoísmo, as relações tendem ao bem de quem governa e não ao bem do governado ou de todos (bem comum). Como alternativa, apenas uma vida voltada à contemplação seria capaz

de reconduzir o homem ao estado original de pureza, que será alcançada em sua plenitude apenas após a morte.

- *O livre arbítrio e a liberdade moral*

É importante salientar que tratamos de dois tipos de liberdade, conforme Aquino, quando falamos de livre arbítrio. Para haver o livre arbítrio, é necessário um nível de liberdade básico que podemos caracterizar como negativo, uma vez que se trata da ausência de coação externa, de violência, ameaças, etc. Se há algum tipo de coação, o livre arbítrio não existe. Para além da liberdade negativa, existe também a positiva que é caracterizada pelo fato de ser direcionada *para* um determinado fim. Nesse sentido, sendo o homem capaz de distinguir meio e fim, ele se torna capaz, através da razão e da vontade, de experimentar a liberdade de escolha. A liberdade, assim, torna-se mais perfeita ao passo que o meio está direcionado a um fim:

Deve-se dizer que o livre-arbítrio está para a escolha das coisas que são para o fim, como o intelecto para as conclusões. É evidente que pertence à faculdade intelectual poder proceder a diversas conclusões, segundo os princípios estabelecidos. Mas, se procede a alguma conclusão preterindo a ordenação dos princípios, isso acontece por defeito da faculdade intelectual. Por isso, que o livre-arbítrio possa escolher coisas diversas, guardada a ordenação para o fim, isso pertence à perfeição de sua liberdade. Porém, que escolha algo afastando-se da ordenação para o fim, o que é pecar, isso pertence ao defeito da liberdade. É maior, portanto, a liberdade de arbítrio nos anjos, que não podem pecar, do que em nós, que podemos (AQUINO, S. Th. I, Q. 62, do art 8).

Complementando a ideia do livre-arbítrio nos homens e nos anjos, Aquino responde ao questionamento de que os anjos, por não poderem pecar, não teriam livre arbítrio. Como resposta, o autor afirma que a *bem-aventurança*, isto é, o estado de perfeição mais elevado do intelecto, consiste em duas etapas: *conhecer* e *amar* a Deus. O conhecimento dos anjos difere dos homens, pois recebem o conhecimento pleno em sua natureza e não de maneira mediata como nos homens, que aprendem pela experiência ou por um processo discursivo. Assim, os anjos conheceram a Deus imediatamente após sua criação enquanto que os homens necessitam da experiência contemplativa e da revelação divina. O amor a Deus, isto é, a adesão pessoal à Sua vontade, é o objetivo final tanto da natureza angélica quanto humana. Ou seja, tanto no homem quanto no anjo, o amor a Deus não é dado por natureza, mas alcançado por meio da vontade e da virtude:

[...] para buscar a causa de tal obstinação, deve-se considerar que as potências apetitivas estão em relação às cognoscitivas que as movem, como o que é movido ao motor. O apetite sensitivo tem por objeto bens particulares, e a vontade, bens universais, como acima foi dito, como também os sentidos conhecem coisas singulares, e o intelecto, as universais. - Todavia, nisto diferencia-se o conhecimento dos anjos e o dos homens, em que os anjos conhecem pelo intelecto de uma maneira

imutável, como também nós conhecemos de maneira imutável os primeiros princípios, que são objeto próprio do intelecto. O homem, porém, conhece pela razão de maneira mutável, discorrendo de um para o outro, com a possibilidade de chegar a uma ou outra das conclusões opostas. Por isso, também a vontade humana adere a seu objeto de uma maneira mutável, podendo mesmo afastar-se de um objeto para aderir ao contrário. A vontade do anjo, porém, adere a seu objeto fixa e imovelmente. Por isso, considerando-se o anjo antes da adesão, poderá livremente aderir a um objeto e a seu oposto (mas nas coisas que, por natureza, não quer). Contudo, depois de ter aderido, permanecerá imóvel. Por isso, costumou-se dizer que o livre-arbítrio do homem é flexível diante de coisas opostas, antes ou depois da escolha; mas que o livre-arbítrio do anjo é flexível diante de coisas opostas, antes da escolha, não depois. - Eis por que os anjos bons que sempre aderiram à justiça estão nela confirmados; os anjos maus, após o pecado, estão obstinados no pecado (AQUINO, S. Th. I, Q. 64, do art 2, ad 1).

Portanto, tanto nos homens quanto nos anjos, há o livre-arbítrio, posto que ambos devem aderir ou não a Deus. A diferença reside no momento em que a decisão é tomada: enquanto que nos homens a decisão deve ser tomada no decurso de sua vida terrestre – pois não conhecem plenamente a Deus – a decisão, nos anjos, precisou ser tomada em definitivo no momento de sua criação (AQUINO, S. Th I, Q.61, do art. 1, ad 2), uma vez que conheceram a Deus plenamente e, por justiça, o destino de suas existências – a bem-aventurança ou a danação eterna – foi traçada (*ibidem*, Q.62, do art. 1).

Em suma, o aspecto da liberdade em Aquino, que utilizamos para analisar a crítica de Arendt à filosofia medieval, baseia-se em dois aspectos: o livre arbítrio, isto é, a liberdade de escolha, e a liberdade moral, isto é, a liberdade em consonância ao divino. Comparando os dois tipos de liberdade, temos que a liberdade moral pode ser diminuída ao passo que se afasta do bem. A liberdade de escolha, por outro lado, não mudaria:

[Deve-se] dizer que o livre-arbítrio está de modo mais excelente nos anjos superiores que nos inferiores, assim como o juízo do intelecto. Todavia, é verdade que à liberdade, segundo nela se considera o afastamento de coação, não cabe mais e menos, porque a privação e a negação não diminuem nem aumentam por si mesmas, mas somente por sua causa, ou por alguma afirmação adjunta (AQUINO, S. Th, Q. 59, do Art. 3, ad3).

Partindo da reflexão sobre a liberdade no plano transcendental, entendido aqui como uma vinculação a transcendência divina, Aquino chega à conclusão de que a liberdade humana é análoga à liberdade divina e que o homem possui, por natureza, uma inclinação ao bem. Com o pecado, como já foi dito antes, acrescentou-se uma tendência ao mal, mas não apagou a busca pela felicidade e pelos bens que decorrem dela, que aqui é entendida como a experiência transcendental do sumo bem (ALVES, 2011, p. 12).

4.3.2. A privatização do ambiente público pela ausência do Estado

Tendo apresentado o conceito de liberdade em Tomas de Aquino, temos condições de retomar a nossa hipótese de compreender o muro como elemento que também é capaz de libertar. Essa compreensão de muro vai de encontro a ideia de que a liberdade só poderia ser experimentada sem coação. De fato, a liberdade de escolha, conforme analisamos em Aquino, exige ausência de coação e violência. *Então, retomando a questão inicial, em quais condições a liberdade poderia continuar sendo viável mesmo mediante coação e restrição, no caso do confinamento intramuros?*

- *Os que se cercam e os cercados com muros*

Propomos dois caminhos antagônicos para tentar responder a essa questão refletindo sobre: a) aqueles que se cercam de muros e b) aqueles que são cercados por muros. Há, nos dois casos um controle de entrada e saída e um conjunto de regras e leis a serem seguidas dentro do espaço cercado. Os muros servem, nesses casos, para criar um limite para a jurisdição de determinadas normas a fim de gerar um cosmo ordenado e controlado e impedir que o caos ou outra norma de conduta externa interfira na ordem interna.

Contudo, no caso dos que se cercam, o controle é mais rigoroso para aqueles que entram e, no caso dos cercados, o controle é para aqueles que saem. No primeiro caso, busca-se um refúgio contra uma violência externa e uma norma que dirija a vida cotidiana a fim de gerar uma situação em que uma comunidade possa se desenvolver observando determinadas regras. Já, no segundo caso, o muro pretende encarcerar e prender aqueles que divergem, de alguma maneira, da ordem externa.

Cabe, aqui, uma explicação sobre a diferenciação que buscamos entre aqueles que se cercam e aqueles que são cercados. Não entramos neste momento no mérito da questão da (in)justiça social ou das atrocidades daqueles que restringiram e ainda restringem baseados em ideologias totalitárias, nem mesmo estamos tentando dialogar com o que Foucault discorreu sobre as prisões e os hospícios. Buscamos, nesta etapa do trabalho, identificar uma lógica de cercamento dos muros para tentarmos compreender como o muro poderia ser entendido tanto como um símbolo negativo de coação quanto como um símbolo de algo que liberta, como no caso das muralhas medievais.

Continuando com os paralelos entre as duas situações postas de cercamento, temos, então, conflitos distintos. No caso dos que se cercam, parte-se do princípio de que o ambiente aberto não possui normas ou qualquer lei para guiar a vida em sociedade. Nesse caso, a vida

no campo aberto opera muito mais no âmbito da vida privada do que da pública, conforme a teoria de Arendt, isto é, apesar da aparente liberdade gerada pela inexistência de um dispositivo de controle, a vida no campo está sempre sob constante coação do outro, que é visto como uma ameaça à sobrevivência. Lembramos que a vida livre, tanto pelo viés do pensamento antigo quanto pelo do medieval, é aquela vivida no ambiente público, pois o espaço privado não seria considerado um lugar para a vida livre. Assim, um campo aberto não é sinônimo de vida livre, posto que tal exigiria a vida em sociedade. Desse modo, um campo aberto sem uma norma que guie a vida das pessoas em sociedade poderia ser entendido apenas enquanto um espaço privado, pois estaria submetido às regras que regem o ambiente privado.

Pensemos no exemplo do encontro entre um viajante que bate à porta de uma família que vive isolada no campo. Tal encontro não possui uma normativa social que estabelecesse uma comunicação minimamente segura, visto que ambos são desconhecidos entre si. Cada sujeito dessa ação possui suas próprias normas de conduta e valores que regem suas ações no âmbito privado. Isto é, o encontro poderia ser um contato amistoso ou hostil, poderia se tornar uma ameaça para a vida mútua ou uma ajuda essencial para manutenção de suas vidas. Nesse caso, por mais que o espaço seja aberto e sem limites artificiais como muros ou cercas, não haveria liberdade, pois há uma incerteza completa dos tipos de ações que podem acontecer enquanto se está fora, ou seja, no aberto imprevisível dos desejos.

Poderíamos aplicar, sobre o caso dos que se cercam com muros, os conceitos de liberdade que apresentamos anteriormente, ou seja, tanto do pensamento antigo quanto do medieval. Para os dois pensamentos, de maneira geral, a liberdade advém do cumprimento de leis e não da ausência delas. As leis, nesse caso, não têm o propósito de serem apenas coercitivas, no sentido único de impedir ações e oprimir o cidadão, mas de criar um parâmetro para as ações no ambiente público, tornando-o propício para uma vida livre. Nesse sentido, aqueles que não seguissem as normas aplicadas ao ambiente fechado seriam penalizados com a expulsão para fora dos muros de volta à insegurança e incertezas do ambiente externo, tornando-se apátridas, uma das mais duras penas no mundo antigo. Portanto, vemos que, no caso dos que se cercam, a ordem está estabelecida internamente e a desordem advém do exterior.

Por outro lado, no caso daqueles que são cercados, partimos do princípio de que há, no ambiente externo, uma ordem pré-estabelecida que rege o convívio por determinadas leis e princípios morais ou éticos. Nesse caso, o espaço externo é o espaço de liberdade – isto é, o espaço público – em que há uma ordem e harmonia na vivência cotidiana. O espaço cercado,

em meio ao ambiente público, tem o intuito de segregar os indivíduos que interfiram na ordem do espaço público. Desta forma, há uma forma de privatização do espaço público. Quando nos referimos ao espaço público privatizado, pensamos naqueles que agem no espaço público como se este fosse privado aplicando as normas e valores próprios em um local que deveria ser compreendido como um espaço de todos. No campo da ação humana, poderíamos pensar em casos mais extremos como qualquer tipo de violência como o vandalismo, o roubo, os assassinatos, etc., mas, também, em atitudes menos perceptíveis como a apropriação do espaço público uso privado por um tempo indeterminado, como a privatização de vagas de estacionamento ou o cercamento de uma área verde pública.

Não entramos, neste momento, no mérito da questão das manifestações públicas violentas ou experimentações artísticas que questionam a ordem pública de alguma forma. Entendemos que tais questões devam ser analisadas pontualmente. Exploraremos um pouco mais o caso da arte no próximo capítulo. Mas, de antemão, poderíamos acrescentar que as manifestações públicas que questionam a ordem pública vigente são legítimas enquanto representações da vontade de uma parcela da sociedade uma vez que aconteçam dentro das regras aceitas por essa sociedade ou Estado. Caso se trate de um Estado democrático de direito, então não pode haver manifestações que contrariem a liberdade de expressão, que persigam minorias ou que queiram quebrar o equilíbrio dos Poderes que dão sustentação àquele Estado. O ambiente público, enquanto espaço de liberdade, deve ser dinâmico quanto às regras sociais que variam de cultura para cultura. Entendemos como legítimas as manifestações que buscam questionar certas normas aplicadas ao ambiente público que, de alguma maneira, excluem ou não visibilizam um nicho da sociedade. Contudo, não é o nosso propósito avançar por esse viés da crítica social das manifestações públicas. Temos, somente, a intenção de analisar a relação da população com os muros enquanto elementos-limite entre o público e o privado.

Nesse sentido, concluímos, portanto, que um dos indicativos de qualificação do espaço externo, seja público ou privado, seria a maneira como os cidadãos agem em relação aos muros. Isso explicaria a crise que vivemos nas cidades atuais. Em princípio, as cidades atuais não possuem muros em suas fronteiras, o que indicaria a existência de espaços públicos nas áreas comuns a todos os habitantes. Na lógica dos muros protetores ou encarceradores, não haveria a necessidade das pessoas se cercarem de muros, mas apenas muros para cercar aqueles que não viveriam sob a mesma regra social. Mais uma vez, não pretendemos aqui discutir o mérito da questão da existência de cadeias ou qualquer outro tipo de espaço feito para prender pessoas. O que nos chama atenção é o fato de haver pessoas que se cercam no

espaço urbano atual. O fato de se cercarem indicaria o oposto: que o ambiente aberto, talvez, não seja um espaço de liberdade nos parâmetros apontados por Arendt mas, entretanto, um espaço de insegurança e incerteza. Os encontros fortuitos no ambiente urbano inseguro e violento seguiriam as regras do ambiente privado em que cada pessoa impõe sua vontade de uma maneira despótica, ou cede a uma vontade de outra pessoa.

- *Os grandes empreendimentos murados privados*

Entendemos como exemplos desse tipo de ambiente público privatizado as áreas não controladas pelo Estado como as regiões remotas ou o interior das zonas urbanas em que atua um poder paralelo, tais como as milícias ou as facções criminosas, madeireiros, grileiros, etc. Tais grupos impõem sua vontade através da violência e privatizam o ambiente público. Também nos referimos às partes públicas da cidade que são abandonadas por qualquer tipo de poder, seja o do Estado, seja de grupos criminosos ou pela comunidade de moradores. Nesses casos, poderíamos considerar uma espécie de *privatização pela ausência do Estado*. Esse tipo de privatização assemelhar-se-ia ao ambiente exterior da muralha medieval em que as interações nesse espaço abandonado se aproximariam do exemplo do viajante que bate à porta de uma casa isolada ou mesmo de dois viajantes que se cruzam por ambientes não habitados. Não haveria nenhuma garantia de que estariam partilhando de uma mesma compreensão de ambiente livre. *Entendemos a perda de liberdade no ambiente público como uma privatização, isto é, quando as ações passam a operar seguindo a lógica da esfera privada.*

O surgimento dos condomínios fechados seria um efeito colateral dessa privatização do espaço público. Se pensarmos de uma maneira um pouco mais abrangente, poderíamos compreender o fenômeno da proliferação dos ambientes murados, no caso específico dos condomínios fechados, como uma adaptação do mercado imobiliário à crise do espaço público. Não atribuímos a tais condomínios fechados a culpa pelo estado atual dessa crise, mas atribuímos a eles a culpa por contribuírem no aprofundamento da crise. Tais condomínios representam uma espécie de renúncia à cidade como um espaço de liberdade pois, ao se adaptarem à dura realidade urbana, não buscam maneiras de superar a crise pelo caminho do reavivamento do ambiente público mas, contudo, pela tentativa de tornar “mais” público um ambiente privado, ou seja, de modo a explorar espaços privados de maneira a criar um aparente espaço comum, quando no fundo é apenas um espaço interno e privado a alguns poucos; no fundo, tal empreendimento parte da carência de espaços públicos, mas sem conseguir realiza-los plenamente.

O surgimento de shoppings, áreas de lazer tão grandes como clubes, centros comerciais integrados à moradia criam a ilusão de que se poderia privatizar o espaço público dentro dos limites dos condomínios. O espaço público só é legítimo, conforme apresentamos em Arendt, quando há uma separação clara entre esse e o espaço privado. As ações no espaço privado com ares de espaço público estão sob a lógica da esfera privada. Por mais aberto ou livre que esse espaço possa parecer, as regras nele seguidas são submetidas à empresa que o gere. Não são legítimas, nesse espaço, manifestações públicas que visam questionar tais regras impostas. São áreas autorreguladas com base na jurisdição aplicável ao espaço privado. O setor público não pode interferir internamente.

O sucesso de tais iniciativas é reforçado, com base no que analisamos nesta tese, por duas características típicas da sociedade contemporânea: a falta de segurança pública, com o abandono do poder público de certas regiões das cidades – em especial no caso das cidades brasileiras – e a crescente virtualização das relações sociais com o predomínio de uma mentalidade fortemente individualista, assunto que foi tratado no Capítulo 2. A mentalidade individualista levada ao último grau no mundo virtual, por sua vez, nos interessa como explicação da proliferação dos muros. Atitudes de cercamento no meio urbano, para além do medo e da violência urbana, são reflexos das transformações que as relações humanas vêm sofrendo com uma virtualização cada vez mais intensa. Aparentemente, quanto mais eficiente as redes sociais virtuais se tornam, menos se percebe a importância da experiência do espaço público. No próximo capítulo, vamos explorar como a arte nos muros ou o muro como arte pode interferir positivamente no processo de reavivamento do ambiente público como resposta à sua crise.

Podemos concluir, quanto à relação entre o muro e o espaço de liberdade que, apesar do ambiente urbano comum ser considerado um espaço público pela legislação, o que podemos perceber é que, em várias áreas da cidade, tal consideração não seria verdadeira. E a presença de muros poderia tornar-se um critério para essa avaliação. Os muros indicariam quando um espaço da cidade não está sendo experimentado livremente no cotidiano. Um ambiente considerado público só se tornaria público se houvesse a experiência da liberdade que, por sua vez, depende da sensação de segurança. Os muros altos, opacos e maciços, corresponderiam à total desistência da população aos espaços livres. Uma rua completamente murada torna-se uma via exclusivamente para passagem, em vez de ser um espaço de convivência.

4.3.3. O Conceito de Representatividade na Esfera Pública: preparação para a análise da arte pública e o muro

Até o momento, analisamos o espaço público pelo viés da liberdade no pensamento antigo e medieval com base em Arendt (2018). Partimos, agora, para a época moderna e contemporânea. Vamos trazer à discussão o conceito de *esfera pública* conforme Habermas (1984) a fim de complementar o embasamento teórico para a questão da arte pública, tema do próximo e último capítulo, que perpassa representação. Nas páginas subsequentes, não teremos como foco o muro em si, mas uma compreensão de esfera pública que Hilde Hein (2018) utiliza para pensar o espaço público. Apresentaremos, em linhas gerais, o pensamento de Habermas que complementa as análises que fizemos de Arendt pois acrescentam às ações políticas a ideia de *representatividade pública*, conceito fundamental para a analisarmos o muro como algo capaz de transformar o ambiente público. A análise de Habermas das transformações sociais específicas que decorreram do modo de vida burguesa do Século XVIII. Tais mudanças reconfiguraram a compreensão de cidade, que apresentaremos a seguir, e servirão de referência para as análises das obras de arte que faremos no próximo capítulo no que tange a sua capacidade de transformação do meio urbano.

A representatividade pública tem como fundamento a formação de uma opinião pública. Para chegar ao conceito de *opinião pública*, o mote das discussões levantadas no livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984, p. 14), Habermas elenca alguns conceitos de *público* utilizados comumente pela burocracia e pela mídia. Entre os usos mais comuns, estão *eventos públicos* e *locais públicos* – aqueles acessíveis a qualquer pessoa –, *prédios públicos* – aqueles que abrigam uma instituição do Estado –, e o próprio Estado – o *poder público*. Em todos os empregos, o autor entende que sua *natureza pública* perpassa o *reconhecimento público*. Nesse sentido, a palavra *público* se vincula a um sujeito público com uma opinião pública.

E quem é esse sujeito público e como a opinião pública é formada? Para responder a tal questão, Habermas recorre à historiografia europeia para verificar que a origem de *público*, da maneira como entendemos na contemporaneidade, advém do uso do termo *esfera pública*, relacionada, por sua vez, ao estabelecimento da sociedade burguesa como setor de troca de mercadorias com leis próprias (HABERMAS, 1984, p. 15). Tal como Arendt, Habermas parte da compreensão clássica grega de espaço público para analisar a esfera pública atual. Pela compreensão oferecida no mundo antigo, tal qual visto em Arendt, público é o oposto de privado, sendo que o primeiro é um espaço de liberdade, visibilidade e continuidade, enquanto

que o último é um espaço de subsistência, pudor e transitoriedade. Passando pela época medieval, Habermas acrescenta a noção de *res pública* como a categorização pelo Direito Romano dos princípios gregos. O autor dá mais ênfase, ao contrário de Arendt, a uma continuidade entre esses dois períodos em vez de pensar em um provável rompimento.

Contudo, seu foco é a época moderna e nela percebe o esfacelamento do conceito de *público* apesar da sua ampliação. Isto é, o termo *esfera pública* vem sendo aplicado, aparentemente, a espaços e situações que antes não eram entendidos como tal (HABERMAS, 1984, p. 17). Podemos presumir que o autor fala a respeito de espaços que não eram nem privados nem públicos no entendimento antigo e medieval, ou de espaços privados que assumem, gradativamente, conotações públicas. Segundo essa interpretação de Habermas, podemos considerar que o termo *esfera pública* extrapola a noção de *público* enquanto oposição a *privado*, apesar de ter perdido força nas funções urbanas.

Ele chama atenção, também, para as dificuldades que podem surgir quando as palavras *doméstico*, *particular* e *privado* são confundidas (HABERMAS, 1984, p. 18). Segundo o autor, houve, durante a consolidação da burguesia, uma complexificação das relações sociais. E a diferença entre tais termos passou a ter mais relevância para a compreensão das esferas públicas e privadas. *Doméstico* e *particular* não são oposições a *público*. Contudo, os três termos são aplicáveis a uma pessoa ou instituição. A diferença está na pessoa a que se aplica. Por exemplo, uma pessoa pública, isto é, um representante público, possui uma *particularidade* que a dignifica para a representação. O Estado, por sua vez, enquanto poder público, exerce um poder doméstico em seu território. Apesar de serem parte da esfera pública, tanto o representante público quanto o Estado possuem interesses particulares que não são acessíveis a todos.

A oposição entre *público* e *privado*, no caso tratado por Habermas, pode ser exemplificada na diferença entre o que é comunitário, isto é, o acessível a todos, e o privativo, isto é, excluído da esfera pública, restrito do público em geral. O autor recorre à figura do *homem comum* ou *homem privado*, “sem graduação, sem particularidade (*das Besondere*) do poder de comando” (HABERMAS, 1984, p. 19), para esclarecer o que seria a *esfera privada* por excelência. Em oposição, tem-se o entendimento de que o “domínio comum (*Allmende*) é coisa pública, *publica*; o poço, a praça do mercado, são para uso comum, publicamente acessíveis, *loci communes, loci public*” (*ibidem*, p. 18).

Portanto, temos duas figuras que representam as esferas pública e privada. Do lado da esfera pública, está o sujeito público portador da opinião pública. Do lado da esfera privada,

está o sujeito comum ou o sujeito privado sem qualquer graduação, particularidade ou voz de comando no âmbito público. É dessa maneira que a representatividade muda o entendimento de *público* utilizado na antiguidade. Ela retira o conceito antigo de *homem livre* e introduz a ideia de *sujeito público*. A publicidade, como um aspecto da representatividade, ganha espaço na discussão sobre o espaço público. A rigor, não há mais a necessidade do sujeito público ser o déspota privado de outrora, livre para viver o ambiente público por ter suas demandas básicas de subsistência supridas por outras pessoas. A exigência, agora, é a posse de um *status* que marca sua posição na sociedade. Tal *status* é a corporificação de um poder superior à sua condição privada (HABERMAS, 1984, p. 20).

Vale ressaltar que a ideia de representatividade, da qual trata Habermas, se desenvolveu após o surgimento do cristianismo. Segundo H. G. Gadamer (*apud* HABERMAS, 1984, p. 291), a concepção cristã de *encarnação* e de *corpo místico* deu novo sentido à palavra *representação*. Após a ideia cristã de que a Igreja é o corpo místico de Cristo e de que este, por sua vez, é a encarnação do Verbo Divino, *representação* deixa de significar apenas uma cópia ou uma figuração daquilo que se representa. A partir desse momento, a palavra *repraesentare* passa a significar *presentificação*, isto é, tornar presente aquilo que está escondido. Nesse sentido, aquele que representa, corporifica o representado. No Direito Canônico, o representante, portanto, estabelece um vínculo de dependência com os poderes e direitos do representado.

Contudo, para poder exercer a representação, são necessários atributos e particularidades que capacitam o sujeito público. É como se houvesse uma áurea em sua autoridade (HABERMAS, 1984, p. 20). O auge da representatividade pública é a figura do monarca da renascença. Nele, está centrada toda a insígnia e soberania do representante do poder. Não é, entretanto, um representante do povo nos termos modernos, mas um representante perante o povo, de um poder superior. Luís XIV, o Rei Sol da França, talvez seja o personagem em que a representatividade está mais clara. Em Versalhes, todo o palácio é voltado para a representação, para a festividade. Até mesmo o

quarto de dormir do rei transforma-se num segundo centro de interesses nas instalações palacianas. Agora passa a encontrar aí a cama exposta como um palco, separada por uma barreira do espaço dos espectadores: este quarto é, de fato, o palco diário das cerimônias de *lever* [acordar] e do *coucher* [dormir], que promovem o mais íntimo à exposição pública (J. M. CLARK, p. 192, *apud* HABERMAS, 1984, p.23).

Assim, no Século XVII, o *público* e o *privado* estavam submetidos a uma complexa relação de representatividade pública em que a aristocracia representava o domínio territorial do monarca.

Contudo, a partir do Século XVIII, a aurora burguesa marca a derrocada da representatividade como aspecto fundamental da esfera pública. As festas nas mansões burguesas não possuíam a mesma força representativa das festividades no palácio real. A partir daí, há um afastamento da sociedade e do Estado com o conseqüente afloramento das esferas públicas e privadas. Lembramos que, até então, *público* e *privado* estavam submetidas às figuras representativas públicas. A separação entre as duas esferas volta a ficar em evidência e a representatividade entra em crise. *Público* passa, então, a significar Estado configurado, a partir do Absolutismo, na pessoa do soberano ou líder do Estado. E *privado* passa a significar aquilo que é excluído desse Estado. De qualquer maneira, a polarização *público* e *privado* volta a ser determinante para a sociedade burguesa (HABERMAS, 1984, p. 24).

A esfera pública burguesa surge na seqüência, em especial, devido à expansão do mercado. Com a consolidação das empresas exploratórias internacionais e da troca de mercadorias a grandes distâncias, surgem demandas por informações de eventos acontecidos em regiões distantes. Cria-se, então, os correios como ferramenta informacional imprescindível para as novas demandas comerciais. Garantida a transmissão de informações com regularidade surge a imprensa, o elemento decisivo para a constituição da esfera pública burguesa. Nascida da necessidade de trocas de informações comerciais, a imprensa passa a deter a publicidade, imprescindível para a representatividade pública.

Economicamente, a sociedade capitalista constitui-se a partir das grandes navegações, da separação entre os bens da realeza e do Estado e da constituição de um mercado internacional que rege as relações entre países. O Estado reduz-se a um administrador financeiro com sua receita composta basicamente de impostos. O capital passa a reger as relações sociais e o comércio não mais conta como fonte de riqueza em si, mas enquanto gerador de empregos. Há um afastamento entre a fonte de renda e a manufatura de produtos ou de obtenção de matéria-prima. Enquanto a geração de riqueza medieval era baseada na produção privada e familiar e do escambo, a economia da esfera pública moderna é baseada em um sistema monetário complexo, cuja figura do rentista passa a vigorar (HABERMAS, 1984, p. 32).

O *social*, mencionado por Arendt, surge, então, do interesse público pela troca de mercadorias, que era antes restrito à esfera privada. O escambo era próprio do universo privado, pois era entendido como parte das necessidades básicas da vida do ser humano. Com a ascensão do capitalismo e o desenvolvimento de um sistema monetário complexo, a casa, o *oikos*, deixa de ser o ambiente da troca e reduz-se à economia doméstica: “A economia moderna não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colou-se o mercado: transforma-se em ‘economia comercial’” (HABERMAS, 1984, p. 34).

Nesse contexto, a imprensa apresenta-se primeiramente como um sistema de informações particular, isto é, em meados do Século XVII, os beneficiários das informações contidas nas correspondências não tinham o menor interesse em que as informações fossem abertas ao público. Havia um filtro extraoficial das informações dos grandes comerciantes e das notícias da corte. Contudo, a possibilidade de lucro com a comercialização dos boletins e folhetins logo transformaram a imprensa em algo público, mesmo que sua comercialização fosse, em princípio, anônima (HABERMAS, 1984, p. 35). O poder público também se beneficiou da popularização da imprensa passando a utilizá-la como um meio de comunicação com a população. Dessa forma, a imprensa passa definitivamente constituir um dos âmbitos mais importantes da esfera pública:

De muitos modos, as agências noticiosas são assumidas pelo governo e os jornais informativos são transformados em boletins oficiais. Com esse dispositivo, segundo uma ordem do gabinete prussiano de 1727, dever-se-ia “servir ao público” e “facilitar o comércio” (HABERMAS, 1984, p. 36).

Mas o fator mais importante no processo da consolidação da esfera pública burguesa e para a criação do que se entende atualmente como opinião pública é o surgimento de uma camada social denominada de burgueses – diferentes da burguesia medieval. Esse estrato social ocupa uma posição intermediária entre a corte e o homem comum. A nova burguesia é constituída por funcionários da administração, médicos, pastores, oficiais, professores, etc. Em suma, pessoas consideradas cultas, isto é, um público leitor. E é a essa população que os jornais passam a se dirigir. Assim, essa camada burguesa passa a sustentar a esfera pública e compor uma opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 37).

O teor crítico da opinião pública demora a aparecer nesse processo. Antes, porém, foi necessária uma independência da imprensa em relação aos órgãos de governo. Apenas na primeira metade do Século XVIII é que a burguesia passou a formular ideias próprias em desacordo com o senhorio da época. Com a independência da opinião pública, apesar das inúmeras tentativas governamentais de frear sua ascensão, a esfera pública, por meio da imprensa, constitui-se como um fórum público que passa a exigir legitimidade das instituições

e pessoas públicas. Dessa maneira, a imprensa se constitui como uma ferramenta da opinião pública com caráter crítico e detentor de um poderoso instrumento social, a saber: a opinião pública, isto é, um público que julga. Habermas nos ajuda a compreender como a esfera pública atual é conformada. Por meio das suas ideias, temos condições de empreendermos uma análise mais aprofundada das ações do espaço público e sua representatividade para a população.

Em suma, neste capítulo, apresentamos em linhas gerais a teoria de Arendt e Habermas, pois, além de fornecerem uma perspectiva histórica para analisarmos a relação do muro e o espaço público, serão base para a discussão do próximo capítulo. Sem a noção do processo de formação do espaço público e privado, em Arendt, e sem a compreensão de representatividade pública, em Habermas, não teríamos condições de analisar com a devida profundidade a teoria de Hilde Hein (2018) sobre arte pública, e, conseqüentemente, de analisar como o muro poderia ser transformado e transformar o espaço público por meio da arte. Grosso modo, Hein embasa sua tese fundamental – de que toda obra de arte é pública – nas ideias de Arendt e Habermas. Hein parte de Arendt para afirmar que a experiência artística coincide com a experiência pública, isto é, a experiência de um mundo comum da realidade, em que seres humanos coexistem em liberdade, um mundo da política, da história e da continuidade (HEIN, 2018, p. 1). E parte de Habermas para afirmar que o domínio privado é submetido à regulação do público por ser concebido particularmente, sem a perspectiva e o conhecimento necessários para tomar parte nas tomadas de decisão. Assim, Hein entende a experiência artística como sendo própria da esfera pública porque promove um debate de interesse coletivo, mesmo uma obra de arte feita para uma pessoa privada, com recursos privados e exposta em um ambiente privado (HEIN, 2018, p. 1).

Com tais ideias, fechamos este capítulo e iniciamos o próximo onde a arte será o tema em questão. Nesse sentido, vamos analisar como o muro pode tornar-se – para além de um elemento inadequado – ferramenta para um reavivamento do ambiente urbano público. Com base no conceito de Habermas de *representatividade, esfera pública e burguesia*, vamos analisar o muro dentro da arte pública atual, por meio de um muro feito por um escultor e um muro feito por uma arquiteta. No final do próximo capítulo, buscaremos responder ao questionamento que fizemos no início deste sobre como o muro pode ser entendido como uma ação política, nos termos de Arendt, e como a arte pode influenciar nessa concepção.

5. O MURO COMO AÇÃO POLÍTICA: arte pública e arquitetura

No capítulo anterior, de maneira geral, analisamos a gênese dos conceitos de *público* e *privado* através das ideias da Hannah Arendt. Perpassamos, também, pelo conceito de *Esfera Pública*, de acordo com Jürgen Habermas, com ênfase na ideia de *representatividade*. Estruturamos tal arcabouço teórico com a finalidade de responder à pergunta chave desta Parte 2: o muro pode ser entendido como uma ação política, conforme o pensamento de Arendt? Ou seja, neste capítulo, partimos da ideia de que o muro, quando vinculado à arte, poderia ser considerado uma ação política com os mesmos atributos conceituais que a autora define em sua teoria. Responder a essa pergunta significa elevar o muro a uma posição de destaque no espaço público e, com isso, embasar teoricamente planos de ações urbanas de projetistas, coletivos, comunidades, instituições, etc., que pretendem reanimar o espaço público.

Ao final deste capítulo, pretendemos responder a essa e a outras questões fundamentais para nosso trabalho entre elas, se, de fato, o muro é capaz de reanimar a realidade urbana. Isto é, poderíamos imaginar uma alternativa para a crise dos muros utilizando os próprios muros como ferramenta para a transformação, posto que, aparentemente, não conseguimos viver sem algum tipo de limite conforme apresentado no Capítulo 1?

Podemos afirmar, com base nas diversas análises que realizamos nos campos da filosofia, psicologia, sociologia, etc., que o tema da proliferação dos muros está, de alguma maneira, vinculado a uma crise do ambiente urbano que, por sua vez, relaciona-se a uma crise mais ampla da modernidade. E o esforço teórico que empreendemos até o momento teve o intuito de descobrir como tais relações acontecem.

Grosso modo, na primeira parte do trabalho, a questão foi a identidade. No Capítulo 1, vimos que muro implica alteridade, pois pode ser considerado o limite entre aquilo que é *próprio* e aquilo que é *estranho*. E vinculando o muro à alteridade, tivemos condições de associar o muro à crise da modernidade, pois envolve invariavelmente um tipo de percepção de *si* e do *outro*. No Capítulo 2, analisamos como o muro se associa a uma noção de ambiente urbano entendido como disputa entre um *nós* e um *eles*. Nesses dois capítulos, a associação do muro com a crise da modernidade aconteceu pelo viés do indivíduo por meio da comparação de duas maneiras de se pensar o sujeito: uma positiva e outra negativa. Enquanto que no Capítulo 1 o problema do *excesso de positividade* na atualidade foi apresentado como uma das faces da crise da modernidade, no Capítulo 2 o *agonismo político* de Mouffe foi apresentado como uma alternativa para reforçar a identidade dos sujeitos dessa crise, isto é, a

identidade como necessária e como solução para a constituição de uma democracia. No Capítulo 3, relacionamos o muro à crise do espaço público por meio dos conceitos de *privado* e *público*, entendendo-o como o elemento entre os dois âmbitos. E dessa maneira tem-se estruturado a relação entre o muro, o espaço público e a modernidade.

Neste último capítulo, continuamos explorando essa zona entre o privado e o público, mas não nos deteremos às teorias que apontam o surgimento de uma nova etapa distinta da modernidade – uma pós-modernidade – ou a sua continuidade. O que nos interessa agora é refletir uma forma de lidar com o muro na atualidade. Assumindo sua conotação negativa ou inapropriada, temos o intuito de pensar um modo de transformar a percepção que temos do muro em elemento que, mesmo sendo limite, seja capaz de dar vida ao ambiente público. E, como já antecipamos, nossa proposta será por meio da arte. Assim, as perguntas que serão colocadas envolvem o vínculo entre o muro, o espaço público e a arte. Como acontece a transformação do muro pela arte? Os muros apropriados pela arte perdem sua condição de limite, visto que se tornariam uma obra de arte? O vínculo entre a arte e o muro é decisivo para a compreensão de arte pública, visto que o muro é um elemento tipicamente urbano? São essas as questões que irão nos guiar ao longo das discussões que empreenderemos a partir de agora onde serão analisadas tanto a *capacidade transformadora da arte quanto a do muro*.

5.1. UMA COMPREENSÃO DE ARTE PÚBLICA: o muro em questão

Iniciamos nossas análises apresentando as ideias de Hilde Hein, autora do artigo intitulado *O Que é Arte Pública: tempo, lugar e significado* publicado em 1996. Nele, Hein analisa duas obras de arte, a saber: o *Tilted Arc*, 1981 a 1989, de Richard Serra, e *Memorial dos Ex-combatentes do Vietnã*, 1982, de Maya Lin, para discutir o que vem a ser a *Arte Pública*. Escolhemos este artigo pois, nele, a autora utiliza-se tanto das ideias de Arendt quando das de Habermas para definir seu conceito de *domínio público*. Partindo desses autores, Hein critica a maneira como a arte é concebida pelos padrões da arte modernista que evidencia a experiência subjetiva e a apresenta como um “produto de um ato de expressão individual e autônomo” (HEIN, 2018, p. 4). Em contraposição, a autora ressalta o caráter público das obras de arte das eras grega e romana bem como das obras de arte cristãs da Idade Média e Renascença.

Nesses períodos, como podemos observar nos escritos de Arendt e Habermas, a esfera privada, apesar de fundamental para a manutenção da esfera pública, é incapaz de determinar

a direção que a coletividade deve tomar. O indivíduo, o ser humano comum ou privado, cujos interesses se limitam ao seu âmbito particular, não possui as características necessárias para a decisão pública, pois falta-lhe a condição política, isto é, pública. A esfera privada, como já analisamos anteriormente, mesmo em uma noção mais abrangente como a de Habermas, não conduz, mas é conduzida. Nesse sentido, a questão que Hein apresenta é a seguinte: por que o indivíduo e seu domínio privado passa a ser o foco da Arte Modernista?

A razão é, segundo a autora, a busca pela emancipação do indivíduo do domínio público:

A estética do Modernismo tem unido a arte com a consciência subjetiva e a expressão, e com uma nova construção de liberdade baseada na posse dos direitos libertários. Em sua defesa, partidários de Kant até hoje têm dotado a arte com uma função libertária, construída conceitualmente a partir de uma fusão de independência artística (a genialidade livre de regras) com uma autonomia política (a ausência de coerção heterônoma) (HEIN, 2018, p. 4).

Filosoficamente, essa concepção está em acordo com a mudança paradigmática da era moderna – a que nos referimos no capítulo anterior – representada pela expressão de René Descartes *penso, logo existo*. O antropocentrismo moderno inverte a lógica entre social e privado, tal como aponta Arendt, colocando a experiência individual – da consciência e não do corpo – como a mais importante de todas as experiências humanas, já que seríamos capazes de conhecer apenas partir dela. Podemos compreender, por meio da crítica social conforme Habermas, a emancipação do indivíduo como procedente da mercantilização da publicidade. Com o domínio privado das técnicas de publicidade, isto é, com a privatização da imprensa, a opinião pública, apesar de se ater a uma camada social – a burguesa –, centra-se também na opinião individual ou nos interesses privados.

Segundo Hein, a Arte Modernista teria então ressaltado a figura do gênio artístico alheio a qualquer interesse político e coletivo, pensando sobretudo nas heranças românticas e não no modernismo que prepara as vanguardas históricas²³. É importante não confundir o artista moderno com o artista público; enquanto que o primeiro exerce sua genialidade através da expressão da subjetividade do seu *ego*, o artista público reúne em sua arte as características de uma cultura ou de uma comunidade. Com isso, a experiência pública da arte passa a não ter mais tanta relevância no mundo da arte como outrora refletindo, assim, a forma de pensar da Era Moderna. Contudo, a autora assegura, categoricamente que, a “rigor, nenhuma arte é ‘privada’” (HEIN, 2018, p. 4). Isso porque, para além da finalidade de publicação, a obra de

²³ Peter Burguer, em *Teoria da Vanguarda* (1974), apresenta uma leitura que se tornou clássica, quando enquadrou a força poética das vanguardas (na medida em que tentam aproximar a arte da vida) enquanto ligadas à tarefa de inventar novas formas de vida.

arte envolve aspectos sociais e políticos que criam laços conceituais com outras formas de expressão artísticas e culturais. A obra de arte produzida hoje – mesmo um ensaio rejeitado pelo próprio artista – está em contato, de alguma forma, com a arte produzida em épocas anteriores, mesmo que as condições da cultura tenham alterado a concepção de arte e de público.

Nesse sentido, Hein analisa as transformações sociais e filosóficas que alteram a compreensão contemporânea do que vem a ser a *arte pública* por meio da análise de duas obras de arte. Através do impacto que tais obras causaram na opinião pública, que envolveram processos judiciais e manifestações públicas, a autora analisa quais são as condições que definem uma obra de arte pública atualmente. Essa análise parte de uma crítica da autora à problematização do que se entende por *público* e à grande quantidade de requisitos necessários para que uma obra seja enquadrada como arte pública. Passemos a uma análise mais detalhada dessas obras a seguir.

5.1.1. O Memorial dos Veteranos do Vietnã e o *Tilted Arc*

Figura 13 – Memorial dos Veteranos do Vietnã – Vista Aérea.



Fonte: (LIN, 1982)

O *Memorial dos Veteranos do Vietnã* (1982, concreto e mármore, aprox.160x3m) é, grosso modo, um muro de arrimo com aproximadamente cento e sessenta metros de comprimento e três metros de altura. A estrutura do muro é utilizada para dividir uma área gramada em dois níveis: um que acompanha o solo original e outro três metros abaixo, que se adequa às adjacências com uma suave inclinação. Esquemáticamente, o memorial é como um corte vertical descendente na linha natural do terreno, criando dois níveis horizontalmente. A

superfície vertical do muro é revestida de um mármore preto polido, no qual estão incrustados os nomes de todos os ex-combatentes da Guerra do Vietnã, americanos ou não.

Figura 14 – Memorial dos Veteranos do Vietnã – Detalhe da Superfície.



Fonte: (LIN, 1982)

Figura 15 – Memorial dos Veteranos do Vietnã – Vista Frontal.



Fonte: (LIN, 1982)

A estrutura evoca uma lápide semienterrada e cria uma ambiência introspectiva para o observador, que pode visualizar, ao mesmo tempo, os nomes dos ex-combatentes e o seu próprio reflexo através do grande plano vertical preto polido. Sendo assim, o visitante caminha ao longo dos cento e sessenta metros da instalação em um passeio pavimentado, ladeado pelo muro de aproximadamente três metros de largura.

Figura 16 – *Tilted Arc* – Vista Aérea.



Fonte: (MUNDY, 2020)

O *Tilted Arc*, (1981-1989, aço oxidado, 36x3,6m) por sua vez, era composto de um muro de aço de trinta e seis metros de comprimento e três metros e sessenta centímetros de altura com uma suave curvatura e inclinação e cortando, na diagonal, uma praça de esquina. A superfície era opaca, rígida e tinha a cor natural do aço oxidado, ou seja, um tom avermelhado e escuro. Esquemáticamente, era um plano vertical que dividia a praça em duas partes. Apesar da orientação da obra não afetar drasticamente a circulação a pé, a sua estrutura bloqueava a visão do transeunte, ou seja, o muro foi instalado ao longo do caminho que naturalmente o pedestre faria para atravessar a praça se escolhesse seguir a diagonal.

Figura 17 – *Tilted Arc* – Vista Diagonal



Fonte: (MUNDY, 2020)

Contudo, diante dos demais elementos que compunham a praça à época – a paginação do piso, o espelho d’água em formato circular e os próprios edifícios e vegetação adjacentes –, o muro rompia com as linhas compositivas. Era, de fato, um elemento propositalmente dissonante de qualquer outro da paisagem urbana do local.

Figura 18 – *Tilted Arc* – Vista Frontal



Fonte: (MUNDY, 2020)

Ambas foram produzidas por artistas reconhecidos no mundo da arte e que tiveram suas ideias analisadas e qualificadas por comitês de jurados também integrantes do mundo da arte. Isto é, conforme a Teoria Institucional de Arte (DICKIE, 1969)²⁴, por exemplo e sobretudo, não há dúvidas de que se tratam de obras de arte. Partindo dessa prerrogativa, Hein analisa outros fatores que interferiram nas discussões que envolveram as obras para compreendê-las como arte pública. A autora analisa a origem dos recursos, privados ou públicos, o local da instalação e a aceitação ou rejeição do público.

O primeiro princípio abordado pela autora é a origem do financiamento. A de Lin foi financiada por doações privadas, enquanto que a de Serra foi financiada pelo Estado. Por meio deste princípio, a primeira obra poderia se encaixar no âmbito privado enquanto que a segunda, no público. E, de fato, a diferença da origem dos recursos interferiu nas discussões que se sucederam. A influência do Estado nas decisões judiciais que selaram o destino das obras foi menor naquela de Lin. De certa maneira, o *Memorial*, por ser entendido como fruto de uma iniciativa privada, protegeu a obra de possíveis intervenções. Além da artista, um grupo

²⁴ George Dickie (1969) talvez tenha sido, com base em autores como Arthur Danto, aquele que estabeleceu com maior clareza uma Teoria Institucional da Arte, que a define por meio da existência de um “mundo da arte”, composto por artistas, teóricos e apreciadores, responsáveis por determinar o que é ou não arte. Segundo o autor “uma obra de arte, em sentido descritivo, é (1) um artefato (2) cuja sociedade ou um subgrupo da sociedade confere o status de candidato à apreciação.” (1969, p. 254, tradução nossa) Por meio dessa definição, ele pretende explicar como artefatos do cotidiano, como urinóis, pás de neve e cabides de chapéus, passam a se transformar em arte a partir de meados do Século XX, por meio do trabalho de artistas como Duchamp.

privado defendeu a obra perante a pressão dos opositores. Já a obra de Serra, por ser de propriedade exclusiva do Estado, só teve como defensor oficial o próprio artista, apesar da audiência pública, cujo apelo não foi capaz de impedir sua remoção.

Quanto à localização, ambas foram instaladas em locais públicos. O *Memorial* foi instalado no *Nacional Mall*, que é um parque bastante representativo para a cultura americana, em Washington, D.C. e que abriga, entre outros importantes monumentos públicos, o *Capitólio dos Estados Unidos* e o *Memorial de Lincoln*. Um fator determinante para a concessão desse local público, deveras representativo, foi o objetivo da obra que consistiu em ser uma espécie de homenagem pública. A ideia partiu da vontade privada. Contudo, foi acolhida pelo Congresso Americano por se tratar de um evento que marcou a história do país, isto é, do domínio público. Assim, temos que o memorial de Lin, no quesito da origem dos recursos, poderia ser encaixado como uma obra de arte privada. Contudo, pela localização que, além de pública, é bastante representativa para a ideia de nação americana, pôde ser entendida como uma obra de arte pública.

O *Tilted Arc*, por sua vez, foi instalado em uma praça pública em Nova Iorque, para a qual estão voltados os edifícios da *Suprema Corte do Condado de Nova Iorque* e do *Tribunal Federal dos Estados Unidos*, entre outras repartições públicas. Nesse caso, tanto a origem dos recursos financeiros quanto a localização da obra eram públicas, o que não deu margem para qualquer outro entendimento para além de uma arte pública, a não ser a ideia privada do artista para propor a obra.

Quanto a aceitação pelo público, as discussões que decorreram da instalação das obras envolveram decisões judiciais no sentido de proteção ou remoção. Enquanto a obra de Lin foi protegida por uma decisão judicial, a obra de Serra foi retirada por uma decisão judicial. Contra a obra de Lin, foi dirigida a ação de um grupo contrário àquele que fomentou a obra. De maneira geral, a alegação era a de que a obra não dava a devida honra à memória dos soldados americanos, já que estavam inscritos tanto nomes de combatentes americanos quanto de vietnamitas. E não havia na obra nenhum elemento que ressaltasse os méritos e o caráter heroico dos combatentes americanos. Aliás, os detratores a consideraram desrespeitosa ao sobrepor o reflexo do observador aos nomes dos combatentes.

Contudo, apesar das tentativas de intervir sobre a obra de Lin, o grupo opositor apenas conseguiu o direito de instalar outra obra, nas adjacências, seguindo os padrões que eles consideravam mais adequados à honra dos ex-combatentes americanos. Trata-se da obra

intitulada *Os Três Soldados* de Frederick Hart (1984) que é composta de uma estátua realista de três soldados – um branco, um negro e um latino – no campo de batalha.

Recaiu, sobre a obra de Serra, o desagrado do público em geral. A escultura, pensada propositalmente para bloquear a visão e interromper as linhas compositivas do local, incomodou tanto as pessoas de dentro do mundo da arte quanto aquelas que estão do lado de fora do mesmo ao ponto de ter sua remoção deferida judicialmente pelo juiz Milton Pollack. Embora o artista tenha recorrido à Primeira e Quinta Emendas da constituição americana, que visam garantir a liberdade de expressão, religião e imprensa no país, o juiz entendeu que a obra de arte caracterizava uma privatização do espaço público.²⁵ Para ele, o muro de Serra caracterizava uma apropriação indébita por meio do “fechamento por uma pessoa privada de uma parte daquilo que pertence ao grande público e que deveria ser livre e aberto à [sua] fruição” (POLLACK, 1987, *apud* HEIN, 2018, p. 12).

Vamos no deter um pouco mais às discussões sobre uma das obras, o *Tilted Arc*, relacionando-o ao nosso trabalho sobre os muros, pois representa uma quebra paradigmática da relação entre obra de arte, espaço público e muro. Com isso, temos a intenção de construir um arcabouço teórico que nos permita responder à seguinte questão: como os muros podem ser utilizados para alterar a compreensão de espaço público e privado?

5.1.2. A Remoção do *Tilted Arc*: uma compreensão de público e privado

Ao nosso estudo dos muros, a decisão judicial de Pollack torna-se um importante ponto de referência para a discussão sobre espaço público e privado, pois está implícita, na decisão, uma compreensão específica do caráter público de um espaço. De maneira geral, foi entendido que uma escultura, mesmo construída pelo Estado, considerada uma obra de arte pública e acessível à população, é capaz de tornar privada uma área pública. Para analisarmos o porquê, vamos abordar alguns pontos relevantes, tais como o histórico da demanda pela obra, a intenção do artista, a constituição da obra de arte e, em especial, a especificidade do local.

- *A seleção do Tilted Arc*

O histórico da instalação do *Tilted Arc* teve início quando o presidente americano da época, Jimmy Carter, escolheu Jay Solomon como presidente da *Administração de Serviços Gerais*²⁶ (SENIE, 2002, p. 149). Nessa agência, existia um programa – o *Programa de Arte*

²⁵ Arthur Danto, que analisou as intercorrências dos eventos acerca do *Tilted Arc*, concordou com o argumento do juiz Pollack, que a obra de Serra privatizava o espaço da praça.

²⁶ General Services Administration – GSA.

na *Arquitetura da GSA*²⁷ – para o embelezamento dos edifícios públicos por meio de obras de arte. Por meio desse programa, abriu-se uma chamada para a instalação de uma escultura em uma praça pública na frente da *Foley Square*, em Nova Iorque, com base na indicação dos arquitetos responsáveis pelo projeto. Estavam envolvidos no projeto as firmas de arquitetura *Khan and Jacobs*, *Alfred Easton Poor* e *Eggers and Higgins*. O projeto da praça envolvia a construção de dois edifícios públicos, a saber: o *US Court of International Trade (Custom Court)* e o *Jakob K. Javitz Federal Office Building*, ambos concluídos em 1968. Para cada edifício, uma escultura foi designada:

Uma águia no *lobby* e uma parede de mosaico na ala sul foram encomendadas para o edifício da Court of International Trade. Uma escultura de Robert Crombach para a fonte de praça e um emblema dos Estados Unidos por Sally Ann Carr foram cogitados para o *lobby* do Federal Office Building, mas não foram encomendadas (SENIE, 2002, p. 150).

Em 1973, o arquiteto Alfred Easton Poor recomendou uma “escultura abstrata” para combinar com a cor do metal utilizado na entrada do *Federal Building*. A respeito do estilo arquitetônico dos edifícios em questão, poderíamos afirmar que se encaixam, em linhas gerais, ao desenvolvido nos Estados Unidos para a expansão vertical das grandes cidades a partir do Século XX. As maiores influências desse tipo de arquitetura corporativa de grande escala advinham da chamada *Escola de Chicago*, cujas ideias marcaram a arquitetura dos Estados Unidos a partir do final do Século XIX. É possível perceber também a influência das ideias de simplificação decorativa de Adolf Loos, bem como dos edifícios em altura de Mies Van de Rohe, tais como o Edifício Seagram, 1958, em Nova York (FRAMPTON, 2008, p. 288). Portanto, grosso modo, poderíamos sintetizar o estilo arquitetônico dos edifícios adjacentes àquela esquina pública pela utilização de estruturas metálicas, pela verticalidade e pela repetição dos elementos da fachada a fim de criar um bloco maciço. A fachada tende a não ter elementos decorativos e, quando aparecem, seguem a máxima de um dos mais famosos representantes da Escola de Chicago, o arquiteto Adler Sullivan: “a forma segue a função” (FRAMPTON, 2008, p. 58).

Assim sendo, Poor estabeleceu critérios bastante específicos para a escultura, como o material utilizado que seria aço ou bronze; as dimensões, entre nove e onze metros de altura, e entre dois e três metros de largura; e, além disso, o seu *estilo abstrato*, para combinar com o edifício adjacente (SENIE, 2002, p. 150). Poor, inclusive, sugeriu um artista para a execução da peça, Alexander Calder, famoso pelos mobiles e pelas esculturas de grande porte, contudo, falecido em 1976. A partir daí, uma nova política da GSA, a de incluir uma comissão com

²⁷ GSA Art in Architecture Program.

pelo menos um especialista em arte para a escolha da obra, passou a vigorar. Anteriormente, o papel do arquiteto projetista da edificação era preponderante para a escolha do artista. Com a nova comissão, diversos nomes de artistas passaram a ser cogitados, variando entre escultores mais proeminentes, cujos trabalhos já eram reconhecidos e artistas mais novos, mas não menos importantes, com uma linha de pensamento mais progressista. Entre os nomes dos artistas mais progressistas estava Richard Serra que foi ganhando destaque entre os demais ao longo das discussões internas até que, em 1979, teve o nome aprovado pela administração da GSA (SENIE, 2002, p. 151).

A intenção de Richard Serra ao criar o *Tilted Arc* era chamar atenção para a própria escultura e sua relação com o local em que foi instalada. A obra foi criada após um intenso trabalho de análise do local com a elaboração de maquetes e inúmeros protótipos. Quando a proposta foi levada à comissão de projetos da GSA, houve, de imediato, uma rejeição dos membros votantes, em especial o comissário de serviços públicos, Mike Marshal:

As anotações de um dos membros da comissão do programa Arte na Arquitetura indicavam que o ‘Senhor Marshal não gosta do projeto!’. Yasko observou que ‘John Q. Public²⁸ vai achar que é um muro.’ E Dibner assim o classificou: ‘simbolismo como barreira’ (SENIE, 2002, p. 151).

Após forte embate interno e sérios problemas políticos para gerir – a agência era alvo de acusações de corrupção – a GSA manteve o projeto original de Serra. Quando a discussão pública tomou conta da mídia, o administrador da GSA, Freeman, que antes tinha agido para manutenção da proposta de Serra, voltou atrás valendo-se da justificativa do jogo político, que o teria impelido a aceitar a proposta.

- *O processo criativo para o Tilted Arc*

Para a criação da escultura, Richard Serra buscou encontrar uma forma de alterar a função decorativa original da praça que, em sua opinião, não era mais do que um “pedestal espacial” em frente a um edifício público. O artista pretendia aprofundar a relação das pessoas com o local por meio de sua obra, criando um contexto ativo da escultura. Com a forma suavemente curva do arco, Serra pretendia envolver os transeuntes que caminhassem pelo espaço da praça. Em princípio, sua intenção não era bloquear a visão do entorno mas, antes, “trazer o espectador para dentro da escultura” (SENIE, 2002, p. 152). Nas palavras do artista:

A intenção é trazer o espectador para dentro da escultura. O posicionamento da obra transformará o espaço da praça. Depois que a peça for instalada, o espaço será compreendido fundamentalmente como uma função da escultura (SERRA, 1980, *apud* SENIE, 2002, p. 152).

²⁸ Expressão americana designando “o homem comum”. (SENIE, 2002, p. 162)

Quanto ao viés político, dois fatores foram determinantes para a criação do *Tilted Arc*: 1) a maneira como Serra compreendia a simbologia da *Federal Plaza* e 2) como compreendia o papel político de suas esculturas. O artista entendia a praça como um símbolo de um sistema judiciário burocrata, controlador e corrupto, e suas esculturas como politicamente ativas, críticas e reflexivas.

Serra via a Federal Plaza como uma representação do sistema judiciário americano, e não queria que sua peça se tornasse um símbolo daquele sistema. Ele estava convencido de que, para manter sua integridade, a arte tinha que ser de oposição. (SENIE, 2002, p. 152)

Nesse sentido, a criação de uma escultura naquele espaço deveria ter um viés de crítica e não de adequação ao contexto, como previa a demanda inicial da GSA. A divergência do *Tilted Arc* em relação à demanda da GSA baseia-se na ideia de que a arte tem o dever de extrapolar a estrutura de poder que lhe pede uma obra e não de se adequar aos parâmetros estéticos ou compreensões de arte impostas pelo contratante (SENIE, 2002, p. 152).

Esteticamente, a constituição da peça fez parte de um processo mais longo de desenvolvimento da sua carreira como um todo, em que Serra vinha buscando experimentar as formas curvas e as possibilidades do material. Assim, a curva do *Tilted Arc* foi pensada meticulosamente para dar o efeito que o artista queria de coroamento da forma, além de ser capaz de se manter na vertical. Se a forma da peça não fosse curva, dificilmente conseguiria sustentar-se, já que tinha apenas trinta centímetros de espessura e aproximadamente quarenta metros de comprimento e quatro de altura. Tanto o próprio peso quanto o esforço horizontal do vento seriam suficientes para levar a peça ao chão. Assim, Serra precisou de múltiplos testes em modelos reduzidos para alcançar a forma ideal. Tal forma, aliás, tinha agradado Freeman quando foi apresentada ainda como projeto pelo artista à GSA. Freeman “teria ficado bem impressionado, tanto pelas referências da peça ao desenho de embarcações quanto pela qualidade técnica do projeto” (SENIE, 2002, p. 151).

- *A especificidade do local (Site Specific)*

O artista declarou, à época das disputas sobre a destruição da obra, que o *Tilted Arc* foi financiado e projetado para um lugar específico. E sobre a alternativa levantada pelos detratores de reinstalar a escultura em outro local, Serra afirmava veementemente que era um trabalho para um lugar específico e, como tal, não deveria ser relocado. Remover a peça de metal não significava apenas mudar de local uma obra como se faz com um quadro em exposição itinerante mas, sim, destruir a escultura que só fazia sentido por estar instalado daquela exata maneira naquele local específico (SENIE, 2002, p. 152).

Especificidade local, sítio específico ou *arte in situ* são algumas das expressões utilizadas para definir uma característica da arte – em especial da contemporânea – em que obras são pensadas para um contexto espacial específico que dão significado, potência e justificativa para a obra. Isto é, uma obra pensada para um local específico só existe enquanto arte naquele contexto espacial: “É uma tendência da produção contemporânea de se voltar para o espaço – incorporando-o à obra e/ou transformando-o –, seja ele o espaço da galeria, o ambiente natural ou áreas urbanas” (CULTURAL, 2020).

Apesar da explicação do artista, a aceitação do público, incitada por alguns juízes, foi bastante negativa, com protestos desde o período da construção. Houve, no início, o apoio do governo ao trabalho de Serra por meio de uma congratulação presidencial em plena Casa Branca. Contudo, as reclamações públicas, encabeçadas pelos juízes que trabalhavam nos edifícios próximos, não pararam. Petições foram encaminhadas à administração pública para que a escultura fosse retirada de lá pois “bloqueava as entradas principais, tornando o acesso ‘incômodo e confuso’, e [...] destruía brutalmente as vistas e amenidades da praça” (SENIE, 2002, p. 154).

A escultura de Serra levou a um debate público de repercussões mundiais. Uma audiência pública foi marcada e levou pessoas das mais diversas áreas ao debate sobre a arte e o espaço público. Inúmeros artigos foram publicados sobre a discussão em diversos jornais de grande circulação, incluindo o *New York Times* e o *Village Voice*. As duas correntes incitavam as pessoas ao debate e, em momento algum, foi-se questionada a qualidade artística de Serra. A discussão estava centrada majoritariamente nas especificidades do local e na (in)adequação da escultura. De maneira geral, a parte contrária não concordava com o fato de que a praça, em princípio aberta às adjacências, tivesse se tornado parte de uma escultura muraria.

Contudo, o mais importante ponto a ser debatido, isto é, a crítica de Serra ao sistema judiciário, em princípio, não encabeçou as discussões. A superficialidade do debate público, nesse caso, torna-se sensível para a análise que estamos desenvolvendo, pois indica um limite no papel transformador da arte e do muro: a falha no debate público em aprofundar as questões que a obra de arte suscita, em especial, quando implica uma transformação da espacialidade urbana. Assim, não se pode garantir que a arte tenha o efeito transformador na realidade urbana se o debate não consegue atingir os pontos fundamentais da experiência artística. No caso do *Tilted Arc*, o debate público não se desenvolveu a partir do ponto mais decisivo: o lugar específico que transformava um muro de aço em uma obra de arte.

- *Análise*

Analisando todo o histórico da polêmica, o processo criativo de Serra e a especificidade do local, podemos separar alguns pontos de análise para avançarmos. Um primeiro refere-se às diferentes compreensões de espaço público e arte. Um segundo ponto referente ao teor crítico da obra que se vincula, de certa maneira, à compreensão de obra de arte. E um terceiro a respeito da forma da escultura que envolve, de fato, a relação entre arte e muro.

Duas compreensões de arte e espaço público estavam em jogo. A percepção de Serra, que compreendia aquele espaço urbano como parte de uma grande escultura, isto é, uma obra de arte pública de grande escala que se relacionava com o ambiente urbano por sua monumentalidade, e o entendimento dos contrários à obra que compreendiam a praça como uma parte aberta da cidade a ser adornada com obras de arte. O *Tilted Arc* de Serra, coerente com seus demais trabalhos, propunha uma nova relação da arte com o espaço urbano que não seria mais visto como um mero ornamento do projeto arquitetônico mas como algo capaz de alterar a relação das pessoas com aquele ambiente e fomentar reflexões sobre sua relação com a dimensão pública e coletiva do Estado. Nesse sentido, a expectativa dos administradores e, talvez, do público com a proposta do Programa de Arte em Arquitetura da GSA não coincidia com a expectativa do artista para a praça.

O caráter político da obra de Serra não foi tão crucial para o debate público pelo conteúdo do debate oficial em si mas, sim, pelo engajamento das pessoas na discussão. Embora a discussão tivesse um teor técnico, a crítica do *Tilted Arc* ao poder público influenciou o debate e, talvez, tenha sido determinante para a decisão final. Isto é, apesar do debate público ter-se centrado na análise estética e relacional da obra com o local – pensando nas relações conflituosas e desarmônicas com o entorno –, o fato de a obra representar uma crítica ao poder público americano, indicado no proposital desajuste da peça de metal às expectativas iniciais dos administradores da GSA, coincide com o argumento utilizado pelo juiz Pollack para determinar a retirada e, por consequência, a destruição do *Tilted Arc*. Ao afirmar que a obra era uma privatização do espaço público por uma pessoa privada, o juiz se refere à maneira de pensar do artista expressa na forma da escultura.

A forma do arco expressa, com perfeição, o pensamento de Serra tanto a respeito do papel político da arte, que tem de ser crítica, quanto sua análise do potencial artístico daquela localidade. Isto é, o artista, coerente com outros trabalhos que vinha desenvolvendo – tanto a escala das obras quanto a estética são semelhantes –, propôs um objeto que reconfigurasse

todo o ambiente ao transformá-lo em uma obra de arte pública. Tal objeto, para nosso estudo, pode ser entendido como um muro, sem deixar, em momento algum, de cumprir com seus requisitos de obra de arte. Assim, a forma do muro de Serra, pela maneira como se adequou ao local, teve a capacidade de reunir, em si, aspectos tanto da teoria sobre espaço público quanto das definições de arte e de muro.

Assim sendo, poderíamos afirmar que o *Tilted Arc* talvez tenha sido uma das principais obras de Serra, em se tratando do impacto na *esfera pública* e no alcance público que atingiu. Se compararmos o *Tilted Arc* com outros trabalhos que ele desenvolvia na época, tais como o arco *Clara-Clara*, de 1985, em Paris, ou *St. John' Rotary Arc*, de 1981, em um local relativamente próximo ao *Tilted Arc*, que, aliás, também foi destruído, podemos perceber a relevância do primeiro para a noção de espaço público e arte pública. Pela localização, em um cruzamento representativo para a cidade, a *Folley Square*, o *Tilted Arc* envolveu, conforme analisamos no capítulo anterior, vários aspectos que compõe a esfera pública tais como a relação entre espaço público e privado, a própria opinião pública, o conceito de representatividade e a ideia do espaço público como espaço de liberdade e, também, de disputa.

Tendo analisado a obra de Serra, algumas questões surgem a respeito da relação do muro com a arte e o espaço urbano. Como acontece a transformação do muro pela arte? Os muros apropriados pela arte perdem sua condição de limite, visto que se tornariam uma obra de arte? O vínculo entre a arte e muro é decisivo para a compreensão de arte pública, posto que o muro é um elemento tipicamente urbano? Para responder a tais questões, propomos analisar agora uma compreensão de arte pública distinta da compreensão de Hein²⁹, construída por meio da análise da arquitetura. O muro é um elemento arquitetônico e nossa análise sobre sua atribuição artística não estaria completa se não abordássemos o tema pelo viés da arquitetura como arte.

²⁹ Outras visões sobre o *Tilted Arc* foram apresentadas por teóricos da arte, tais como Nicolas Bourriaud, Claire Bishop e Arthur Danto, que se aproximam ou se afastam da visão de Hein. Para Bourriaud a obra de Serra representou uma *sociabilidade consciente com*. Para Bishop, a obra apontava para a contradição entre um Estado que defende a liberdade e censura uma obra de arte. Já para Arthur Danto, o *Tilted Arc* foi um escarnio de um sorriso irônico de quem privatizou o público.

Nenhuma dessas visões serão desenvolvidas nesta análise, pois, apesar de fornecerem mais dados à discussão, abririam outras vertentes, próprias de suas linhas de pensamento, que não nos interessa nesse momento.

5.2. A ARQUITETURA COMO UMA ARTE PÚBLICA

Diferentemente da nossa investigação do mestrado, nesta tese partimos da prerrogativa de que existe uma natureza das coisas. Nesse sentido, buscamos apontar, ao longo de nosso texto, algumas propriedades relacionais – que surgem no encontro entre o muro, o ser humano e outros artefatos – que nos permitiriam investigar um conceito geral de muro. Em Arendt, especialmente, avançamos as análises buscando associar o muro à natureza humana. Dando continuidade a tais análises e mantendo o propósito de trazer à discussão autores divergentes entre si, seja em seu posicionamento político ou pressuposto filosófico, vamos analisar, agora, as ideias de Roger Scruton para compreendermos a relação entre escultura e arquitetura. Scruton diverge de Hein em seu posicionamento político, sendo que o primeiro tem um postura conservadora enquanto que a última é progressista. Entretanto, para além das suas posições políticas, o que nos interessa é responder à questão de como o muro pode se tornar uma escultura ou arquitetura passando, assim, a ser reconhecido como uma obra de arte.

Scruton, apesar de se basear nos conceitos de Kant para desenvolver sua teoria estética, diverge do autor alemão ao vincular o fenômeno ao objeto em si, posto que a experiência estética é desvinculada do objeto em si na teoria kantiana. Para Kant, “sejam quais forem o modo e os meios pelos quais um conhecimento se possa referir a objetos, é pela ‘intuição’ que se relaciona imediatamente com estes e ela é o fim para o qual tende, como meio, todo o pensamento” (KANT, 1790, §1). Isto é, a centralidade da experiência estética para Kant não está no objeto em si, mas na sensibilidade do observador, em um *sentimento estético* gerado pela experiência estética (GALLY, 2014). Para Scruton, entretanto, “é impossível descrever ou compreender um estado mental, isolando-o do seu objeto: pode dizer-se que o objeto ou, pelo menos, uma certa concepção do objeto, tem a essência de um estado mental” (SCRUTON, 1979, p. 12).

Partindo desse pressuposto, Scruton tem como objetivo compreender a natureza e o significado da arquitetura comparando-a às demais artes, em especial, à escultura. A metodologia interdisciplinar do autor é especialmente relevante neste capítulo, pois analisamos duas obras de arte que utilizam o muro em um contexto em que a escultura, a arquitetura e o urbanismo são abordados de forma interdisciplinar. Anteriormente, partimos da compreensão do muro como escultura ao interpretá-lo como uma obra de arte pública baseados nas ideias de Hein (2018) e Serra (SENIE, 2002). Agora, vamos averiguar se tais obras, tanto a de Serra quanto a de Lin, poderiam se encaixar também em uma concepção

arquitetônica, pela sua *especificidade local (site specific)*. Esperamos, com isso, desenvolver um argumento que explique como o muro pode ser utilizado pela escultura e pela arquitetura para transformar a realidade urbana.

A arquitetura, no sentido de Scruton, compreende um campo particular de estudos filosóficos e estéticos e que difere das demais artes por causa de suas qualidades impessoais e funcionais. Para ele, quando analisada pelo mesmo prisma que as demais artes, ou seja, em teorias generalizadas, a arquitetura, de maneira geral, é mal interpretada por meio de ferramentas conceituais imprecisas. A arquitetura, para o autor, deve ser analisada isoladamente pois é essencialmente abstrata; está à parte da representatividade e expressividade encontrada na pintura, no teatro, na poesia, na escultura e, até mesmo, na música, que divide com a arquitetura o posto de arte não representativa (SCRUTON, 1979, p. 16).

Partindo da análise da estética kantiana, se a arquitetura deve responder a uma função prática, como enquadrá-la como arte? Com base em uma teoria estética, seria possível pensar a arquitetura como arte, posto que um dos principais atributos do pensamento estético sobre as artes é, justamente, o de não ter utilidade? Essas questões guiam Scruton ao longo de seu texto onde ele enxerga uma tentativa de enquadrar a arquitetura dentro dos parâmetros artísticos atribuídos às demais artes no âmbito da estética por parte de arquitetos e pensadores tais como Gaudí e R. G. Collingwood, que desenvolvem ou pensam a expressão da arte. No entendimento de Scruton, é um erro pensar que a essência da arquitetura, enquanto obra de arte, está apenas ou principalmente em sua forma escultórica. Nesse sentido, Gaudí não se aproximou da essência da arquitetura ao desenvolver formas arquitetônicas expressivas desde sua estrutura básica. Pelo contrário, o arquiteto contribuiu para que a arquitetura continuasse sendo, ainda mais, apreciada enquanto uma escultura (SCRUTON, 1979, p. 18).

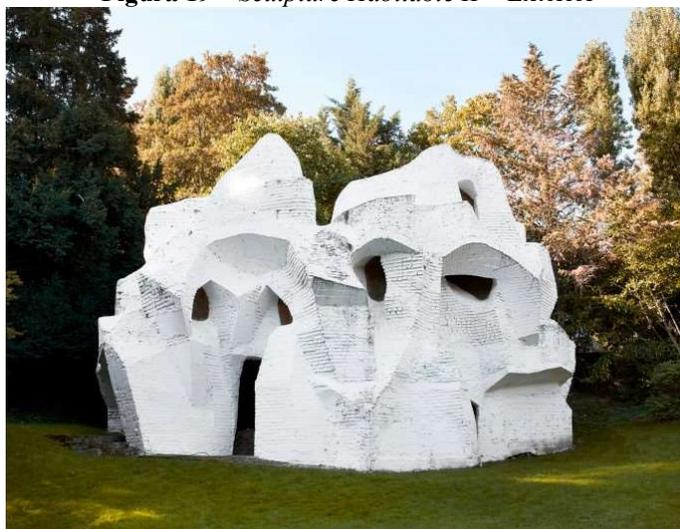
Esse entendimento representa uma crítica à estética tradicional que separa o significado do objeto da experiência estética. Para Scruton, experiência estética implica um grau de expectativa do sentido da obra, isto é, para julgar a beleza de uma coisa, seria preciso saber que *espécie* de coisa tal objeto é. Mesmo a análise de uma poesia – talvez a mais abstrata das obras representativas porque é a que menos depende de uma materialidade para existir – parte do pressuposto de que se trata de uma poesia. Essa é a principal divergência de Scruton com a compreensão de uma estética da experiência, ou seja, de que bastaria experimentar tal objeto sem saber do que se trata, efetivamente:

Em geral podemos dizer – em oposição parcial a uma certa tradição na estética (a tradição que encontra expressão no empirismo do Século XVIII, e, mais

enfaticamente, em Kant), - que o nosso sentido de beleza de um objeto depende sempre de uma concepção desse objeto, tal como o nosso sentido da beleza de uma figura humana depende de uma concepção dessa figura. (SCRUTON, 1979, p. 19)

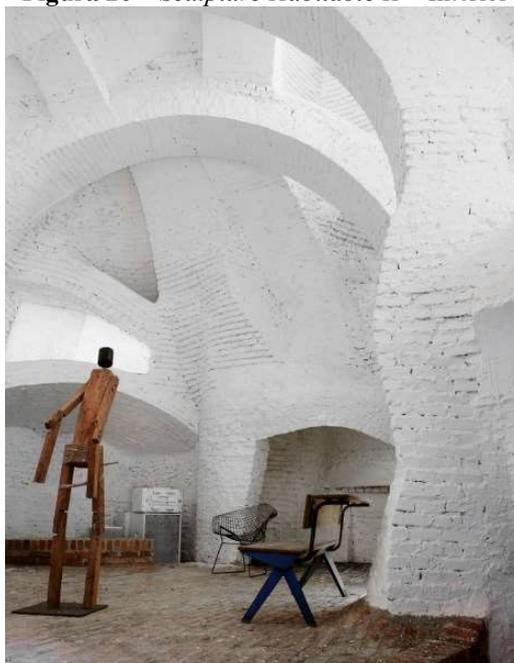
Nesse sentido, uma obra de arquitetura só pode ser julgada esteticamente se sabermos que se trata de um edifício que tem peculiaridades funcionais construídas de acordo com uma tecnologia. A escultura, por outro lado, é esteticamente julgada independentemente das funções que porventura desempenha. As esculturas habitáveis de André Bloc, por exemplo, não são analisadas de acordo com sua capacidade de corresponder às necessidades de um habitáculo mas, antes, por seus atributos formais. A função da habitação é secundária no caso de Bloc mesmo que tenha sido pensada desde o início do processo criativo.

Figura 19 – *Sculpture Habitable II* – Exterior



Fonte: (SEROUSSI, 2018)

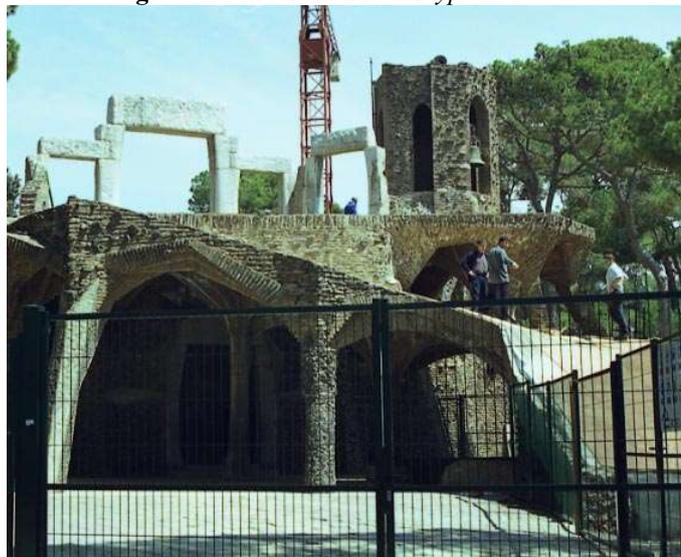
Figura 20 – *Sculpture Habitable II* – Interior



Fonte: (SEROUSSI, 2018)

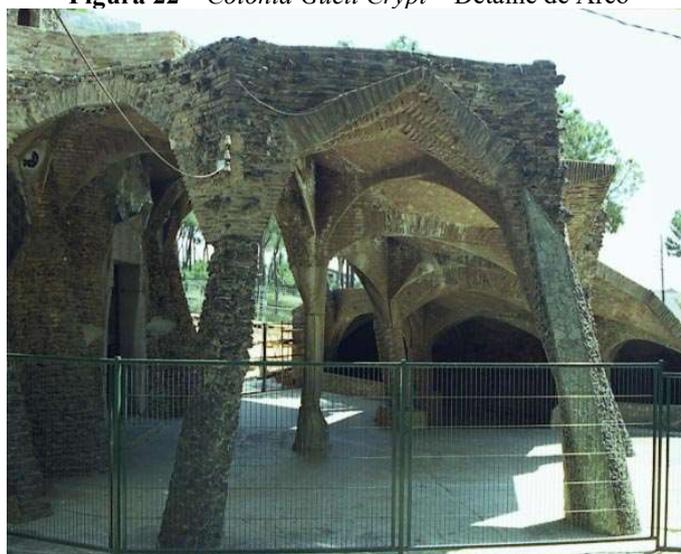
Ademais, quando aproximamos Bloc de Gaudí, por exemplo, posto que, de certa maneira, assemelham-se quanto às formas curvas e maciças, não poderia haver confusão na análise. Isto é, trata-se de obras que pertencem a categorias artísticas distintas, apesar de suas formas relativamente semelhantes. Para Scruton, seria um erro analisar Bloc pela perspectiva do trabalho arquitetônico de Gaudí mesmo que as formas do primeiro evoquem a arquitetura do segundo, pois a escultura *pode ser habitável*. A arquitetura, por sua vez, *deve ser habitável* (e, nesse sentido, o autor não considera a obra de Gaudí como escultórica) porque ela deve ter uma função evidente.

Figura 21 – Colonia Guell Crypt – Fachada



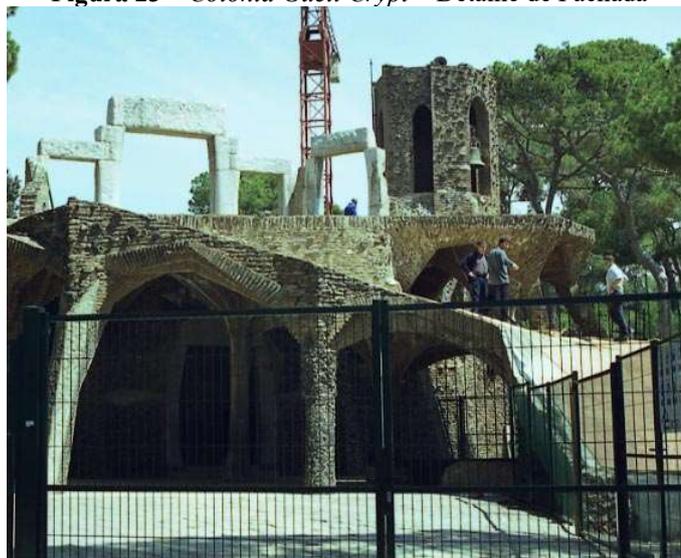
Fonte: (LOVER, 2020)

Figura 22 – Colonia Guell Crypt – Detalhe de Arco



Fonte: (LOVER, 2020)

Figura 23 – Colonia Guell Crypt – Detalhe de Fachada



Fonte: (LOVER, 2020)

5.2.1. A especificidade do local na arquitetura

Outro aspecto fundamental para a análise arquitetônica, segundo Scruton, é o fato de todo edifício ser “muito localizado” (SCRUTON, 1979, p. 19). Tal característica é preponderante para a compreensão arquitetônica do autor – e também para nós – na análise das obras murarias de Serra e Lin. A questão que colocamos ao tratar desse assunto é se a especificidade local arquitetônica seria a mesma especificidade local (*site specific*) das obras de arte em questão. De maneira geral, tais obras são bons exemplos para discutirmos a relação entre o aspecto público da arte e da arquitetura. As discussões públicas que as envolveram, em especial, a de Serra, partem do pressuposto de que se trata de esculturas criadas para um local específico e, como tal, relaciona-se com as preexistências. Contudo, uma escultura pública e um edifício se relacionam com o entorno da mesma forma?

Para Scruton, a boa arquitetura busca uma relação harmônica com o local, pois a constituição do ambiente e dos edifícios é mutualmente dependente. Um edifício tem a capacidade de transformar o meio em que se insere da mesma forma como o meio tem a capacidade de transformá-lo. Uma alteração nas adjacências de um edifício tem o poder de descaracterizá-lo transformando, assim, seu sentido inicial. Um exemplo apontado pelo autor foi a abertura da *Via Della Conciliazione*, em Roma, na frente da praça de São Pedro, de Bernini. Com a abertura da via, perdeu-se o sentido original do átrio da praça, pensado para contrastar abruptamente com o ambiente urbano que o cerca. A perspectiva gerada pela via

permitiu ao transeunte observar o espaço aberto concêntrico a uma grande distância, diminuindo de certa forma a surpresa de descobrir a praça (SCRUTON, 1979, p. 19).

Dessa maneira, os edifícios modernistas, em especial aqueles criados para a replicação, conforme o ideário de Le Corbusier, são criticados por Scruton. Edifícios criados sem a consideração do local específico não possuem o mesmo valor arquitetônico que aqueles pensados para se adaptar aos condicionantes do entorno.

Partindo das ideias de Scruton, podemos analisar a arquitetura como a arte do conjunto, do sentido de unidade e de harmonia. Entretanto, essa harmonia a que o autor se refere não pode ser confundida com estilo arquitetônico. Isto é, o sentido de unidade é possível independentemente da distinção de suas partes que se articulam em um todo harmônico através do trabalho de composição arquitetônica.

As coisas têm de se ajustar e muitas vezes a ambição do arquiteto reside não na individualidade da forma, mas antes na preservação duma ordem, que existe antes da sua própria atividade. (SCRUTON, 1979, p. 19)

Assim, é possível criar um edifício harmonioso, mesmo que suas partes possuam estilos distintos. Exemplos são facilmente encontrados em cidades milenares, como Roma, ou em edifícios milenares, como a Igreja de Santo Eustáquio, em Paris, cujas partes são feitas e refeitas em épocas distintas com estilos distintos, mantendo um caráter unitário no todo da obra (SCRUTON, 1979, p. 20).

Dessa maneira, se a arquitetura pode ser considerada como a arte dos condicionantes, o critério para a avaliação arquitetônica passa, invariavelmente, pela consideração dos seus limites – diferentemente dos critérios adotados para as demais artes. Por exemplo, a paisagem natural e urbana, os jardins, a decoração, o mobiliário da cidade, etc., assumem tanta importância para a avaliação do objeto arquitetônico quanto a análise estética de suas formas (SCRUTON, 1979, p. 20).

5.2.2. O caráter público da arquitetura

Contudo, entre todos os aspectos da arquitetura consideradas por Scruton, o mais importante é ser invariavelmente pública. Diferentemente das demais artes que, de certa maneira, podem criar um público específico, a arquitetura se impõe a todos no ambiente urbano. A pintura, a escultura e a poesia podem se dirigir a um público seletivo e *bem-educado* capaz de interiorizar a expressividade de suas formas. Esse fator explica, por exemplo, a existência de um *mundo da arte* formado por especialistas capazes de julgar uma obra. A arquitetura, por sua vez, se mostra a toda população sem mediação. A fruição de um objeto

arquitetônico, dessa maneira, é sempre pública, enquanto a expressão, nas demais artes, pode ser privada tanto a partir do artista quanto do observador. Trata-se, em sentido amplo, da mesma discussão que tivemos anteriormente sobre a dependência da subjetividade pela arte moderna. A novidade que Scruton traz é o argumento a respeito de como a arquitetura moderna não pode contar com o recurso da interpretação subjetiva do apreciador especializado. Por outro lado, precisa sempre lidar com a crítica pública (SCRUTON, 1979, p. 20).

Como podemos perceber na teoria crítica de Habermas, a conformação da esfera pública perpassa a constituição de uma opinião pública que, por sua vez, vincula-se ao surgimento de uma noção de público desvinculada do Estado. As artes representativas, de acordo com Scruton, têm a capacidade de operar à margem dessa opinião pública. A arquitetura, por outro lado, confronta-se com ela desde o momento da implantação do edifício. Assim, mesmo um edifício oficial do Estado pode ser questionado pela opinião pública.

Essa noção de arquitetura pública requer algumas considerações sobre as prerrogativas – que são tomadas como se não tivessem um propósito político – assumidas como verdadeiras pelo autor. Scruton afirma que há uma separação entre as artes ditas úteis, que ele chama de decorativas, e as artes livres de qualquer utilidade, que ele chama de representativas. Dentro das artes decorativas, ele engloba a moda, o design de interiores e de objetos e a decoração como um todo, que são aplicadas, de alguma forma, ao cotidiano das pessoas. Nesse sentido, o seu desafio, ao desenvolver sua teoria sobre a arquitetura, é tentar posicioná-la entre os dois tipos de arte, posto que ela possui propriedades das duas modalidades artísticas. Embora a arquitetura seja relacionada, por grande parte dos estudiosos da arte, às artes livres, como no Sistema das Artes de Hegel³⁰, ela possui condicionantes próprios das artes decorativas. Assim, Scruton acaba por equiparar, de alguma forma, o valor artístico das artes decorativas ao das artes livres por reconhecer nelas uma essência estética que as resguarda das consequências da expressão subjetiva.

A respeito do julgamento estético, Scruton parte da teoria kantiana que cria ferramentas conceituais propícias para a avaliação estética de qualquer objeto artístico, seja das artes aplicadas ou livres. A separação entre o belo e o bom permite um juízo estético independentemente do significado ou do conceito da forma aparente. Juízos baseados nessa premissa, segundo a crítica de Scruton, renunciam à necessidade de um ponto de referência

³⁰ Embora para Hegel a arquitetura esteja na fase simbólica e inaugural da escala da verdade da arte, sua função se apresenta como materializando uma verdade, não como cuidando dos usos que esses espaços permitem.

exterior ao observador, relegando todo o critério de percepção do belo à faculdade subjetiva do juízo estético individual. Mesmo que haja uma pretensão ao universal na ideia da faculdade de juízo estético – pretensão explícita de Kant – a crítica de arte que se baseia nesse pressuposto tende a desvincular a arte como fruto da cultura local. Sendo assim, Scruton discorda de Kant ao enxergar, na utilidade das artes decorativas – em especial a arquitetura e seu aspecto público –, uma garantia de vínculo cultural, ou seja, uma materialização do espírito do tempo. Nesse sentido, o autor pende mais para Hegel – quanto à verdade dos usos, símbolos e discursos – do que para Kant com relação à autonomia da forma.

- *Arquitetura é uma arte vernacular*

Dentro do pensamento de Scruton, outra característica preponderante para a arquitetura ser considerada uma arte pública é o fato de *o saber arquitetônico* ser acessível a todos de uma maneira específica: pela capacidade inata do ser humano de conformar, arranjar e habitar um espaço. É nesse sentido que o autor afirma a arquitetura como uma ciência vernacular, isto é, como parte do cotidiano das pessoas ativamente quando pensada como processo de arranjo espacial. Apesar de arquitetos como Gaudí e Oscar Niemayer explorarem o aspecto expressivo da arquitetura, lançando mão da ideia de gênio artístico na composição arquitetônica aproximando-a, assim, da escultura, o edifício nunca deixa de ser, de alguma maneira, vernacular em seu sentido mais público:

A arquitetura é, primordialmente, uma arte vernácula: existe primeiro e principalmente como um processo de arranjo, em que todo o homem normal pode participar e participa na verdade, na medida em que constrói, decora ou arranja as salas. Ele não pretende ter normalmente os “significados” que lhe são atribuídos pelos praticantes da *Kunstgeschichte* [história da arte], nem se apresenta a si mesma autoconscientemente como arte. É uma extensão natural das atividades humanas comuns, não obedecendo a restrições forçadas e a nenhuma carga de uma “concepção artística”, de qualquer coisa que possa corresponder à *Kunstwollen*³¹ romântica, ou à “Ideia” hegeliana (SCRUTON, 1979, p. 25).

Esse fator é determinante para o caráter público da arquitetura, pois o saber arquitetônico, ao se tornar acessível àqueles que conformam o espaço, isto é, a todo ser humano, de certa maneira, aproxima ou mesmo habilita o grande público à crítica arquitetônica.

³¹ Traduzido literalmente por “vontade da arte”, termo cunhado por Alois Riegl, para explicar a existência de estilos artísticos como fruto do espírito cultural da época. (CUNHA, 2006)

5.2.3. Reflexões sobre muro e especificidade local

Em Scruton, de maneira geral, temos uma teoria arquitetônica que reforça tanto o caráter de especificidade local quanto de publicidade do edifício. Tais requisitos são também enfatizados por Hein para definir a arte pública. Apesar de suas oposições no âmbito político, os dois autores se aproximam quando tratam do tema da arquitetura e da arte pública e seu engajamento social e político. Ambos percebem o potencial da arte como capaz de ativar o grande público ao debate. E isso nos interessa quando pensamos a respeito do muro. Tanto as análises de Hein quanto a de Scruton nos auxiliam a pensar o caráter público do muro e a sua capacidade de se tornar uma ferramenta de engajamento na discussão pública reanimando, de alguma maneira, o espaço urbano. Por meio das teorias dos autores, temos condições de apontar como o muro pode ser entendido como um elemento capaz de auxiliar na melhoria do espaço da cidade e da vida pública, mesmo cercando, isolando, segregando, etc.

Explorando um pouco mais os pontos de intersecção entre Hein e Scruton, observamos que ambos se aproximam também quando discutem o modernismo. Ambos têm uma postura negativamente crítica por se tratar, de forma geral, de uma arte formalista voltada a um público particular – enquanto que Hein a chama de arte privada, Scruton a considera como sendo uma arte sem utilidade. E como contraponto à arte modernista, cada autor desenvolve uma teoria indicando caminhos para uma obra de arte pública. Nesse sentido, Hein compreende que o conceito de *site-specificity* torna-se fundamental para o desenvolvimento de uma arte essencialmente pública. Scruton também chega ao mesmo ponto, contudo, por meio da arquitetura. A intrínseca adequação ao local pela arquitetura impede, de alguma maneira, a privatização completa do edifício, posto que, de alguma forma, mesmo aqueles edifícios isolados e, em última instância, seus muros limítrofes, relacionam-se com outros elementos urbanos ou com a natureza, como veremos adiante nas análises do memorial de Lin.

É preponderante notar a proximidade que existe entre a concepção de uma obra de arte pública para Hein e a arquitetura para Scruton. Talvez a única característica que os diferencie seja a função, uma vez que a técnica, a especificidade local e o caráter público podem, a princípio, ser aplicados aos dois. Em ambos, podemos notar a necessidade de uma técnica construtiva, visto que as obras de arte públicas, por se constituírem em um ambiente construído, necessitam de uma técnica construtiva específica. Nos casos que tratamos, por exemplo, houve uma técnica construtiva sofisticada para a implantação da obra no mesmo nível daquelas empregadas em um edifício. O memorial de Lin lançou mão da técnica de construções subterrâneas por meio de um muro de arrimo. Já o *Tilted Arc* de Serra tem a

técnica como traço marcante ao tomar partido da resistência do metal e da geometria curva do arco para manter-se de pé com apenas dois pontos de apoio no solo. É uma técnica bastante sofisticada advinda dos saberes construtivos da construção em metal.

A especificidade local das obras de arte, segundo Hein, trouxe à concepção contemporânea de arte pública – mais complexa e significativa que a noção tradicional – um significado espacial e arquitetônico em vez de um significado ocasional. Para a autora,

[...] com a dispensa de um conteúdo, a arte pública se tornou primeiramente um objeto no espaço público e então um esculpir daquele espaço como sendo objetos bastante voláteis, deixando apenas relações em seu rastro (HEIN, 2018, p. 6).

As transformações conceituais, que as obras implantadas no espaço público sofreram ao longo dos anos de experimentação artística a partir de meados do Século XX, afastaram-na daquela concepção de arte pública tradicional baseadas em “hipóteses culturais monolíticas implícitas na estatuária do fórum romano ou num tríptico de altar ou mesmo na estátua equestre típica das praças de cidades” (HEIN, 2018, p. 5). Tais hipóteses culturais são constituídas sobre pressupostos antigos de *nação*, *povo* e *cultura* nos quais a pluralidade e diversidade não tinham tanta relevância quanto hoje.

O que queremos salientar é que a nova concepção de arte pública, analisada por Hein, adquiriu propriedades típicas da arquitetura tais como a capacidade de transformação estrutural do local, de instalação em termos formais, relacionais e simbólicos. Até mesmo a relação com o público da nova arte pública se assemelha com a noção de arquitetura para Scruton. Hein evidencia que a população se adaptou a tais obras passando a enxergar novas relações espaciais e interacionais. Aquele pensamento de arte como decoração do espaço arquitetônico passa a não mais dar conta de explicar as novas relações do público com a arte e da arte com as adjacências. Assim, o público deixa de ser passivo, apenas observador, para se tornar um elemento necessário na constituição da obra, pois é por meio do seu olhar que as relações são estabelecidas. Sem um público ativo, a arte pública atual não é viável, da mesma forma que a arquitetura sem o usuário não pode ser plenamente compreendida.

Assim, temos condições de responder à questão que colocamos: como o muro poderia ser entendido como uma obra de arte pública e como arquitetura poderia ser compreendida enquanto arte pública? Se retornarmos aos exemplos das obras de Serra e de Lin aplicando sobre elas as ideias de Hein e de Scruton, podemos vislumbrar como a arte é capaz de se apropriar do muro e como o muro pode se tornar mais visível e central para a arquitetura, sendo pensada sempre como pública.

- *O muro nas obras de Lin e Serra*

Os muros de Lin e de Serra se aproximam da arquitetura por caminhos distintos. O de Lin parte do viés da harmonia com o entorno, uma vez que sua implantação acontece de forma mais sutil em um local, em princípio, sem tanta movimentação de pessoas. O gramado em que a obra de Lin foi implementada era apenas mais uma área verde em um grande parque urbano. Com a construção do memorial, aquele espaço gramado deu lugar a um ponto de atração do público. Então, de certa maneira, o memorial de Lin (re)inaugura aquele lugar que passa a existir depois de sua intervenção e começa a receber um grande fluxo de pessoas. A maneira como Lin estabelece a relação do muro com o ambiente é bastante sutil, pois o rebaixando ao solo em vez de erguê-lo. Assim, na compreensão de Scruton, estabelecer-se-ia uma adequação ao ambiente bastante harmônica, posto que as transformações espaciais são pontuais e há, de certa forma, uma manutenção da paisagem pré-estabelecida. A sensibilidade de Lin, arquiteta de formação, ao interferir minimamente nas preexistências – a impressão de um grande gramado continua após a implantação da obra – qualificá-la-ia entre os bons edifícios para Scruton, ao menos no requisito da especificidade local. Nesse sentido, a artista parece conceber sua obra por meio de um pensamento semelhante ao pensamento do arquiteto, cuja ambição “reside não na individualidade da forma, mas antes na preservação duma ordem, que existe antes da sua própria atividade” (SCRUTON, 1979, p. 20).

O *Tilted Arc*, por sua vez, aproxima-se da arquitetura antes de tudo pelo seu forte caráter público. Ao contrário do memorial de Lin, o muro de Serra na *Federal Plaza* foi implantado em um local tradicionalmente movimentado em meio a malha urbana de uma das maiores cidades do mundo. De uma forma ou de outra, a barreira instalada na praça alterou a dinâmica do lugar ressignificando-o e, mesmo sem impedir completamente a circulação dos pedestres, incomodou pela quebra das expectativas de uma praça aberta. A proposta do artista, como apresentada, era criar na praça uma obra de arte verdadeiramente pública que fosse capaz de mudar as relações das pessoas com aquele local em vez de ser mais uma escultura para embelezar um espaço arquitetônico. Havia, além disso, o claro teor crítico ao poder público, em especial, ao poder judiciário americano, o que deixa claro o viés político do artista.

Contudo, se analisarmos o debate público que a obra suscitou com as ideias de Scruton, podemos chegar à conclusão de que enquanto Serra entendia seu muro como escultura essencialmente pública, aqueles que ficaram contra a obra entendiam-na como arquitetura. Deixando de lado a disputa política entre os juízes descontentes com a crítica de Serra, o fato de a obra se constituir como um muro influenciou na opinião pública. Não é

difícil presumir que a expectativa de uma intervenção em uma praça aberta seja concebida de acordo com as ideias de Scruton para a implementação de edifício. Isto é, que a obra busque uma certa harmonia com os condicionantes do meio urbano, mantendo o caráter unitário, se submetendo de certa maneira ao entorno. Contudo, Serra não se submeteu. O artista analisou profundamente o local e decidiu intervir de forma a inverter a ordem de preponderância da arquitetura e do urbanismo sobre a escultura (pensada apenas como decorativa ou complemento do espaço arquitetônico e urbano), apresentando uma peça capaz de ressignificar o ambiente com a sua presença. Em suma, se analisado pelo viés da obra de arte pública, nos parâmetros de Hein, o muro de Serra deveria ter sido preservado e sua importância reconhecida para o ambiente público, contudo, como arquitetura, em Scruton, é compreensível o desgosto do público contrário.

5.3. CONCLUSÃO: A Capacidade Do Muro De Mudar A Compreensão De Privacidade

Por fim, concluindo nossas reflexões, vamos analisar a ideia por trás da sentença judicial que assegurou a decisão da GSA de remover o *Tilted Arc*. Desde o princípio desta parte do trabalho que pensa a arte pública, estamos analisando o muro como um elemento privado que faz a divisão com o espaço público. No caso do *Tilted Arc*, contudo, tratamos de um muro público que privatiza um espaço público, pelo menos na compreensão do juiz Pollack. Isto é, a decisão que manteve a retirada da escultura de Serra da Federal Plaza afirma que se tratava de um “fechamento por uma pessoa privada de uma parte daquilo que pertence ao grande público e que deveria ser livre e aberto à [sua] fruição” (AUTOR *apud* HEIN, 2018, p. 12). É importante ressaltar que tal ideia também teve defensores dentro do mundo da arte, em especial, Arthur Danto (1998) que descreveu o muro como um sorriso sarcástico de metal. Dessa maneira, perguntamo-nos como um objeto público, em um meio público, pode privatizar o local? Mesmo com a instalação do *Tilted Arc*, todo o espaço da praça continuou sendo público, no sentido de acessível a todos os usuários da praça. Então, como um muro público pôde privatizar um espaço público? Essa pergunta é importante para a tese deste capítulo, pois nos dá embasamento teórico para compreender como o muro é capaz de transformar o espaço público.

O primeiro argumento que podemos apresentar é justamente de Arthur Danto. Os argumentos que o autor utiliza para considerar o *Tilted Arc* privatização do espaço público

fazem parte de sua crítica ao *mundo da arte*. Para além da análise específica da obra, a visão do autor vai de encontro ao que ele entende por *curadoria*, isto é, especialistas em arte que sabem, embora o público não saiba, o que é bom ou não (DANTO, 1998, p. 181). Quando ele analisa a obra em si, seus argumentos giram em torno da ideia de uma disputa de força do mundo da arte com o público em geral. O artista, na opinião de Danto, privatizara o espaço público ao ter imposto, com aprovação da equipe de curadoria da GSA, uma peça de metal propositadamente destoante de todo entorno, desagradando boa parte do público em geral. O fato de ter sido aprovada por uma comissão de especialistas de arte não justificava a permanência da obra, pois apenas comprovava seu argumento de que a arte, e especialmente aquela alegadamente pública, deve passar pela aprovação do público, muito mais do que de um grupo de especialistas. Retirar do público a faculdade de definição do que é bom ou ruim no caso da arte constitui, na opinião de Danto, uma privatização da arte, restringindo-a aos especialistas, e no caso de uma arte instalada em espaço público, também uma privatização do espaço público (idem, p. 182). A opinião de Danto é elucidativa quando pensamos no debate público que envolveu a retirada da obra, entre os defensores da permanência do *Tilted Arc*, basicamente pertencentes ao *mundo da arte* pensando em termos institucionais, e os defensores de sua retirada, grupo composto por pessoas de fora do *mundo da arte*. Contudo, apenas essa análise não basta para entendermos como o muro e a arte podem modificar o espaço público.

Para tal, propomos uma análise mais detalhada dos argumentos que Hein utiliza para construir sua tese. Ressaltamos que nosso foco aqui não é a tese de Hein em si, isto é, que toda obra de arte é coletiva, mas a metodologia que a autora utilizou para chegar à tese. Pois, se partíssemos da ideia de que toda obra de arte é pública, uma privatização do espaço público pelo *Tilted Arc* não faria sentido, ou seja, se nos detivéssemos à ideia que Hein defende, não teríamos condições de responder à pergunta de como a arte poderia privatizar o espaço público. Por isso, nossa proposta é analisar a metodologia que a autora utiliza para construir seu argumento, que envolve a análise crítica de alguns parâmetros utilizados pelos críticos de arte para qualificar uma obra como sendo arte pública. Isso não quer dizer que não concordemos com Hein – voltaremos à sua tese no final deste capítulo –, mas precisamos nos aprofundar no que a autora critica para podermos erigir um juízo de valor de sua tese com propriedade. Assim, para traçarmos um caminho de análise semelhante ao que Hein trilhou, avaliaremos o muro de Serra pelos princípios que Hein critica a fim de compreender como ele pôde ser considerado uma obra de arte privada pelos parâmetros do próprio *mundo da arte*.

Os princípios utilizados pelos especialistas para definir uma arte pública, a que a autora se contrapõe, são: ser propriedade pública, estar localizada em um local público, constituir uma representação pública e ser do interesse público. Em resumo, podemos sintetizar tais princípios, seguindo o pensamento de Hein, de maneira mais abrangente como a origem coletiva, a coesão espiritual, a localização central e a popularidade. À primeira vista, a obra de Serra se encaixava em quase todas as condições. Por contrato, tanto o *Tilted Arc* quanto os rascunhos feitos por Serra *eram uma propriedade pública*. A obra também estava *localizada em uma propriedade pública* numa região central da cidade de Nova Iorque. Ela *constituía uma representação pública* ao sintetizar formalmente uma crítica pública ao sistema judicial americano. E *era do interesse público* tanto pela origem da sua demanda – para embelezar uma praça pública – quanto pela popularidade que, entre detratores e apreciadores, alcançou um público global.

Assim, a única condição não aplicável ao *Tilted Arc* é quanto à origem coletiva da obra. Mesmo tratando-se de uma obra de arte contemporânea, isto é, período em que se questionam a noção de gênio artístico, a criação da obra deveu-se à sensibilidade do olhar de Serra. Indo de encontro à posição de Danto que enxerga em Serra a representação do poder do mundo da arte vista como uma instituição, poder-se-ia dizer que o artista, nesse caso, não desempenhou o papel do gênio criativo, cuja subjetividade é expressa por meio de sua obra em uma estética própria, mas, sim, o papel do artista coletivo, capaz de traduzir formalmente um espírito coletivo de crítica. Serra teve uma clara intenção política ao criar o *Tilted Arc*: criticar o poder público americano, em especial, seu sistema judiciário. Essa ideia foi muito bem entendida pelo público em geral e, conforme esperado, resultou num debate público acalorado. Dessa maneira, o que se pode concluir é que a noção de privatização daquele espaço cortado por um muro se refere ao caráter pessoal (ou autoral) de uma decisão artística. Mesmo a obra de Serra, podendo ser considerada a representação artística de uma coletividade, a responsabilidade recaiu pessoalmente sobre o artista.

Mesmo o fato de Serra ter sua obra aprovada por uma comissão pública não foi capaz de proteger a obra. A decisão judicial, que estamos analisando, apesar das discussões a favor e contra, levou em conta a concepção de arte moderna que entende a obra como uma expressão de uma pessoa privada ou pelo menos de responsabilidade privada. Assim, mesmo que aquela obra de arte pertencesse ao domínio público, pelo entendimento do juiz, permaneceu privada em sua intenção originária. O próprio artista partiu desse princípio para tentar defender sua obra. Sua alegação traz para si a responsabilidade sobre ela, ao alegar a inconstitucionalidade

da remoção do *Tilted Arc* por violar a emenda que garante a liberdade de expressão. A partir desse argumento, foi elaborado o argumento contrário que embasou a sentenciamento do *Tilted Arc*:

A mudança do *Tilted Arc* também não impede Serra de comunicar suas ideias de outras maneiras. Primeiro, Serra já teve seis anos para transmitir sua mensagem através da presença da escultura na Plaza. Como a Primeira Emenda protege a liberdade de expressar seus pontos de vista, e não a liberdade de continuar falando para sempre, a realocação da escultura após um longo período de exibição inicial não prejudica significativamente o direito de Serra à liberdade de expressão. Segundo, Serra não demonstrou que a remoção da escultura cria “qualquer barreira para apresentar à mídia ou ao público, por outros meios”, qualquer que seja a mensagem que ele pretenda transmitir com *Tilted Arc*. (UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE SOUTHERN DISTRICT OF NEW YORK, 1988, Tradução nossa)³²

Para além da interpretação, em princípio, subjetiva e parcial do texto da Primeira Emenda americana, a ideia de que o muro de Serra configurou uma privatização da praça não se refere simplesmente ao fato dele ter bloqueado a visão dos usuários mas, sim, ao fato de o bloqueio ser uma ação política. Dessa maneira, a construção do *Tilted Arc* foi interpretada como uma privatização do espaço público por seu caráter político, e não simplesmente pelo fato de ser um muro que bloqueava a visão e impedia o tráfego de pedestres. Fosse esse muro a expressão de outra ideia ou tivesse um teor político de promoção do poder público, talvez ainda estivesse no local. Mesmo se o muro fosse fruto de uma criação coletiva, seria possível, mas não muito provável, que a interpretação judicial reconsiderasse a decisão da GSA, visto que os interesses políticos continuariam em debate.

5.3.1. O muro como ação política

Com isso temos condições de retomar a questão fundamental, desta Parte 2 da tese, de saber se o muro poderia ser considerado, nos parâmetros de Arendt, uma ação política. Sendo a *ação* a “única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDR, 2018, p. 9) como um objeto com matéria e forma poderia ser considerado uma ação?

³² Texto original: *Nor does relocation of "Tilted Arc" preclude Serra from communicating his ideas in other ways. First, Serra has already had six years to convey his message through the sculpture's presence in the Plaza. Since the First Amendment protects the freedom to express one's views, not the freedom to continue speaking forever, the relocation of the sculpture after a lengthy period of initial display does not significantly impair Serra's right to free speech. Second, Serra has not shown that removal of the sculpture creates "any barrier to delivering to the media, or to the public by other means," whatever message he intended to convey with "Tilted Arc."* (UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE SOUTHERN DISTRICT OF NEW YORK, 1988)

Para conseguirmos responder, primeiro precisamos considerar o argumento contrário explícito já na própria definição de *ação* e de *obra*. Se, por um lado, a *ação* acontece sem a mediação de objetos, por outro, a *obra* é a atividade correspondente aos objetos, isto é, ao mundo material construído pelo ser humano. O muro, desde os primórdios, faz referência à capacidade do ser humano de criar um mundo artificial diferente do ambiente natural. Tanto a historiografia quanto a literatura do início da história escrita indicam o muro como um objeto ancestral a partir do qual se desenvolveram os demais artefatos. Assim, sob tais conceituações, o muro, a princípio, só poderia ser considerado mais um bom exemplo de uma obra humana encerrando, desta forma, nosso questionamento. Contudo, tal interpretação restrita não alcança a complexidade do tema nem esgota os questionamentos que levantamos sobre o muro.

Apesar de Arendt ser bem específica ao definir as atividades humanas, ainda acreditamos que seria possível aproximar o muro, apesar de ser um objeto, à ação. Para tal, partimos do entendimento de que alguns conceitos, como *política* e *arte*, teriam a capacidade de flexibilizar o conceito de *ação* e *obra*, respectivamente. A política está submetida à ação por existir apenas enquanto relação entre pessoas, isto é, um ser humano não é político por si, mas se torna político por estar em contato com outros seres humanos. A política teria a capacidade de flexibilizar a ação ao envolver um *discurso*, isto é, um meio pelo qual os homens, em sua pluralidade, podem se compreender e conseguir adesão a esse discurso. Através da palavra do discurso, o mundo particular torna-se acessível a todos, isto é, torna-se público. E como o ser humano só pode compreender o mundo observando-o de seu lugar, o discurso, de certa maneira, necessita do espaço. Em outras palavras, nossa proposta de entendimento do *muro enquanto ação* fundamenta-se na ideia de que o mundo material faria parte do universo das ações, pois seria a base para a formulação do discurso político, isto é, o mundo material estaria *entre* os seres humanos, nos separando e nos unindo. (ARENDR, 1997, p. 18-19)

O conceito de *mundo* como o meio através do qual os seres humanos agem poderia ser vinculado, com certa facilidade, ao conceito de *muro* que estamos trabalhando. Como o muro é um objeto usado para definir limites e fronteiras do espaço público, ele, à semelhança de um *mundo*, também separaria e uniria pessoas. Dessa maneira, o muro, desempenhando o papel de mundo, tornar-se-ia o meio pelo qual as pessoas se comunicariam. Pelo caminho do muro entendido como um mundo, poderíamos correlacioná-lo à política. Contudo, não seria equivalente a pensar em um *muro político*. Aí entraria a arte. Da mesma maneira como a

política seria capaz de flexibilizar o conceito de *ação*, a arte seria capaz de flexibilizar o conceito de *obra*.

Antes de avançarmos em nossa hipótese, precisamos considerar o fato de que Arendt entende a arte como a quintessência das obras humanas pois, por serem inúteis, garantiriam que não fossem confundidas com trabalho. Segundo a autora, as obras de arte são as mais mundanas de todas as coisas tangíveis que criam o mundo. Por sua permanência extraordinária e por sua inutilidade, a obra de arte é capaz de dar estabilidade ao artifício humano. Em nenhuma outra obra a ânsia pela imortalidade se revela tão espetacularmente como na obra de arte transparecendo, assim, a mais profunda mundanidade humana (ARENDR, 2018, p. 208).

Contudo, se a arte não pode pertencer ao domínio do trabalho de maneira alguma, existiriam algumas condições que a aproximariam da ação como, por exemplo, as artes performáticas. A autora distingue a arte em dois tipos: os objetos de arte e as performances artísticas, buscando preencher a lacuna que existe em sua conceituação de arte como uma obra (LEITE, 2019). A pintura, por exemplo, é considerada uma obra em seu sentido pleno, pois tem como fruto um objeto visível e tangível. O teatro e a dança, entretanto, não produzem nenhum objeto tangível. Existem apenas enquanto os artistas realizam o ato, o que dificulta sua conceituação enquanto obra. Assim, Arendt cria o conceito de *performance* como capaz de transitar entre os conceitos de *ação* e *obra*. As artes performáticas são distintas dos objetos de arte por serem mais abstratas, isto é, dependem menos dos objetos para existir.

Então, em que condições poderíamos afirmar que o muro se torna uma ação política? Para responder, utilizaremos o exemplo do *Tilted Arc*, pela sua especificidade pública e política. Tal objeto foi o meio pelo qual o artista agiu politicamente. A forma como o muro foi construído – naquele local, naquele momento e naquelas circunstâncias específicas – definiu um discurso político sem o uso de palavras. O engajamento político dessa obra de arte aconteceu em níveis múltiplos e, concomitantemente, ela criou um discurso contra o sistema judiciário americano pelo simbolismo de negação que o muro possui. Criou, também, um discurso contra uma ideia de arte apenas para o embelezamento da arquitetura ao ocupar um espaço muito maior do que o previsto inicialmente. E contra uma ideia de espaço público rigidamente controlado pelo estado ao inverter a lógica de abertura daquele espaço chamando os transeuntes à interação.

Muito mais do que um objeto de arte, poderíamos assemelhar o *Tilted Arc* a um *gesto*. Propomos tal ideia com base no conceito de *gesto urbano*, utilizado em um evento que participamos como parte da pesquisa para a elaboração desta tese, denominado *Corpocidade*

5 (PPGAU/UFBA, 2017)³³. A concepção de *gesto* adotada no evento foi compreendida como *ações inesperadas no cotidiano da cidade, que dão dinâmica à vida urbana*, a partir de autores como Walter Benjamin, Georges Didi Huberman, Michel de Certeau, etc. Isto é, o *gesto* seria aquilo que estimula a descoberta de algo novo e que reanima, de alguma forma, as relações sociais, atualmente desgastadas por leituras puramente mecanicistas e funcionalistas da urbanidade (JACQUES, BRITTO, *et al.*, 2016).

No contexto de Arendt, um gesto pode ser considerado tanto uma ação quanto uma obra. A aparente imaterialidade de um gesto permite a dupla interpretação. Seria considerado uma ação se compreendemos um gesto como parte da linguagem humana complementando, de alguma maneira, o mundo das palavras. Por outro lado, seria considerado uma obra se analisado pelo prisma da arte, especificamente, daquelas artes que a autora considera como performáticas, o teatro e a dança, vinculadas, à poesia. Mas, como vincular gesto a um objeto de arte?

Para nós, seria possível vincular gesto e objeto de arte por meio do conceito de obra de arte pública de Hein e de arquitetura como arte pública de Scruton que são diferentes do entendimento modernista de arte desinteressada. A interface que existe entre os dois teóricos quando conceituam arte pública é a especificidade local e o caráter de acessibilidade do objeto ou da performance artística – acessibilidade pensada como uma relação intelectual, visual ou tácita com o observador. Em Hein e Scruton, a obra de arte pública só se completa se o observador interage. Não é como o conceito tradicional romântico com ênfase no gênio que desvincula a arte do observador/espectador, ao ponto de que poderia existir sem público, isto é, a arte por ela mesma na máxima expressão da subjetividade do gênio.

Mesmo que Arendt critique o pensamento moderno, sua interpretação de arte se baseia, de alguma forma, no conceito kantiano. Embora a autora preveja um significado para as obras, sua teoria afasta a arte do âmbito político e a aproxima da filosofia fazendo referência, de alguma maneira, à interpretação tradicional moderna:

No sentido das artes criativas, que põem em cena alguma coisa tangível e que reificam o pensamento humano a tal ponto que as coisas produzidas possuem existência própria, a política é o exato oposto de uma arte – o que não significa, aliás, que ela seja uma ciência. As instituições políticas – não importa quão bem ou mal sejam projetadas – dependem, para sua existência permanente, de homens em

³³ Corpocidade é um evento internacional realizado anualmente na cidade de Salvador - BA, vinculado ao curso de arquitetura da Universidade Federal da Bahia, com o intuito de promover o encontro de professores, pesquisadores, artistas e estudantes interessados no estudo da cidade e do corpo. O formato do evento é voltado tanto para a reflexão sobre o tema quanto para a experiência física do participante na cidade. Nesse sentido, as atividades acontecem na forma de seminários públicos e mesas redondas, bem como em incursões no espaço público da cidade. (PPGAU/UFBA, 2017)

ação, e sua conservação é obtida pelos mesmos meios que as trouxeram à existência. A existência independente identifica a obra de arte como um produto do fazer; a total dependência de atos posteriores para mantê-lo em existência caracteriza o Estado como um produto da ação (ARENDT, 2009, p. 200).

Diferentemente de Arendt, com base em Hein e Scruton, partimos do princípio de que a arte não pode ser desassociada do discurso ou desvinculada de qualquer intenção, o que a faz imbuída de política. Isto é, não poderíamos opor arte e política da maneira como Arendt o faz. O valor da obra de arte de Serra está alicerçado em sua capacidade política de articular *estética, significado e espaço*. Assim, o *Tilted Arc* nos daria condições de divergir de Arendt quanto à relação entre arte e ação. As teorias de Hein e Scruton nos permitem vislumbrar um vínculo entre obra de arte e ação política por meio do discurso. Se partimos do entendimento que a arte tem um discurso próprio – que ficou claro quando se vê que a obra de Serra pôde propiciar um debate público – poderíamos, de alguma forma, relacionar o muro ao mundo das ações.

Assim, um objeto de arte pública poderia ser considerado uma ação pelos vieses da acessibilidade pública e da relação com o local. Pelo caminho da acessibilidade, pensamos que a obra de arte pública seria, também, uma ação ao implicar um diálogo, uma interação e/ou uma relação. O artista inicia o diálogo formalizando seu gesto. No caso do *Tilted Arc*, o gesto foi a instalação do muro metálico nas suas particularidades espaciais. Contudo, o gesto inicial não poderia ser considerado uma obra de arte se o observador não interagisse de alguma maneira. Com a interação das pessoas, o diálogo se estabelece, um mundo novo se cria, e só então poderia ser considerado uma obra de arte. Assim, retomando o início deste último argumento do capítulo, concordamos com a tese principal de Hein de que a arte sempre é pública porque é/constitui um debate de interesse coletivo quando pensamos a *arte pública* como uma *ação*.

Pelo viés da especificidade local, um objeto de arte pública poderia ser considerado uma ação ao se referir o âmbito espacial. No nosso entendimento, o fato da obra de arte pública ser específica de um local faz referência ao fato de que a ação implica uma espacialidade específica. Um discurso só se estabelece se as pessoas se comunicam a partir de sua compreensão da realidade, isto é, do local que ocupam no mundo. Consideramos, assim, o *Tilted Arc* como um gesto urbano ao contrariar a expectativa que se tinha para aquele espaço, dando condições para o estabelecimento de novos vínculos com as pessoas, isto é, de novos mundos.

E, para finalizar nosso argumento, poderíamos questionar o vínculo entre a permanência da obra e sua materialidade. Arendt relaciona a estabilidade do objeto de arte

com sua forma física. Uma escultura, por ser inútil, é preservada do tempo e do uso: “O relacionamento adequado com uma obra de arte certamente não é ‘usá-la’; pelo contrário, ela tem de ser cuidadosamente resguardada de todo o contexto dos objetos de uso comuns para que possa alcançar o seu lugar adequado no mundo” (ARENDRT, 2018, p. 208). Contudo, tanto o uso quanto a permanência do *Tilted Arc* como obra de arte teriam ultrapassados sua forma. Por impedir a passagem e bloquear a visão, o muro de Serra na *Federal Plaza* supunha um relacionamento ativo com sua forma ao se sujeitar às interações. A interação definitiva, poderíamos pensar, foi a sua demolição. Contudo, o debate que aquele objeto de arte propôs ainda permanece. De alguma forma, a *Federal Plaza* foi alterada pelo *Tilted Arc* permanentemente e sua ausência material não impede que sua provocação continue viva. O muro existiu fisicamente durante um período curto, mas foi o suficiente para alterar uma compreensão de espaço e de arte pública.

Independentemente da retirada da obra de arte, o *Tilted Arc* representa um ponto importante para os estudos sobre arte, arquitetura, urbanismo, espaço público e política. No nosso entender, o artista comunicou com muita eficácia a sua ideia sobre aquele espaço e sobre sua ideia de arte engajada. E se torna relevante para o nosso estudo, pois conseguiu tudo isso por meio de um muro. Assim o *Tilted Arc* seria a prova cabal que buscávamos para poder afirmar que o muro poderia ser considerado uma ação política, nos termos de Arendt. Mais do que um artefato construído, o muro poderia se tornar uma ação política quando é utilizado pela criação artística no âmbito público. E, no caso do *Tilted Arc*, o argumento da decisão judicial apenas reforça nossa tese de que o muro pode ser considerado uma forma de expressão.

Em suma, ao relacionarmos política à arte, teríamos condições de pensar um muro político. É como se existisse uma intersecção entre os conceitos de ação e obra dentro da qual estariam os conceitos de política e arte. Se o muro fosse considerado uma obra de arte pública com viés político, ele passaria a pertencer concomitantemente ao domínio da obra e da ação. A arte engajada se relacionaria com a política quando estabelecesse em si um discurso e criasse um mundo. Desta forma, entendemos a arte como aquilo capaz de aproximar o muro ao nível das ações e os exemplos de obra de arte que analisamos neste capítulo embasam nosso argumento.

CONCLUSÃO GERAL

Encerramos agora nossa tese buscando estruturar algumas conclusões possíveis. Como o percurso se deu de forma ampla, organizaremos, nesta conclusão geral, os assuntos de acordo com os temas presentes no título da tese (MURO: Filosofia, Espaço e Arte Pública). Assim, apresentaremos as seguintes conclusões: 1) das discussões filosóficas que envolvem a questão mais ampla do limite inerente ao ser humano enquanto indivíduo e sociedade; 2) das discussões que abarcam o espaço, isto é, do papel do muro enquanto elemento estruturante dos domínios público e privado; e 3) a propósito da arte pública, que compreendem a capacidade da arte de instaurar uma discussão de interesse público envolvendo os muros e os limites da sociedade.

Primeiramente, reapresentamos o conceito de muro utilizado no trabalho que faz referência à questão que subjaz os aspectos filosóficos desta tese: o que são os muros? De acordo com o que apresentamos no capítulo introdutório, dividimos a resposta em dois sentidos: *lato* e *stricto*. O sentido *lato* do muro seria aquele pensado como equivalente ao conceito de limite, isto é, um muro conceitual, que seria sinônimo de limite, barreira, fronteira, etc. O sentido *stricto* do muro, por sua vez, remete a uma edificação vertical que é feita para barrar e é composta por sólidos geométricos, que não é parte de uma edificação, nem serve de abrigo a outras funções em seu interior e tem altura suficiente para impedir a passagem de uma pessoa. Ter clareza desses conceitos de muro é importante para as conclusões que se seguem.

Passando para a questão ética apresentada também no capítulo introdutório – se seria ético construir um muro –, poderíamos concluir que a ausência ou a diluição da noção de limite, tanto na escala do indivíduo quanto na escala da sociedade, estaria relacionada à crise da proliferação dos muros pelo mundo, em especial, no Brasil. Dessa maneira, seria ético construir um muro, ou pelo menos não seria um problema ético, na medida em que esse ato representasse um reflexo da perda da noção dos limites que regulam o processo de reconhecimento e aceitação do outro. Isto é, quanto mais relativizados fossem os limites entre si e o outro na contemporaneidade, mais se sentiria a necessidade de construir barreiras materiais capazes de regular essa relação. Portanto, hoje em dia, a construção de um muro não poderia ser condenada sem antes refletir quais as condições sociais e culturais envolvidas na definição dos limites daquele ambiente específico.

Chegamos a essa conclusão partindo das reflexões que estivemos a partir ideias de Byung-Chul Han (2015, 2019) que confirmariam, por meio de argumentos retirados da teoria imunológica, a hipótese de que os limites são inerentes à vida biológica e, conseqüentemente, à vida humana. O ponto principal, em meio às várias análises que empreendemos sobre a teoria de Han, diz respeito aos limites entendidos como negatividades que são importantes para estruturar a relação entre o interior e o exterior de um sistema, seja biológico ou social, e que os problemas decorrentes de uma realidade excessivamente positiva – doenças neuronais – seria o argumento que confirmaria essa conclusão. Nesse sentido, a nossa teoria dos muros iria ao encontro do argumento fundamental do autor: que tanto o excesso de positividade quanto a abundância de negatividades é fonte de problemas.

Apesar de discordarmos de Han quando este afirma que vivemos uma realidade inteiramente positiva, sua teoria nos auxilia a entender que a Sociedade do Desempenho precisa de limites claros. Do contrário, as doenças neuronais seriam mais graves do que qualquer pandemia viral (especialmente a atual pandemia causada pela COVID-19). Existiria, nesse caso específico, uma estreita relação entre a proliferação acelerada do vírus com a ausência de negatividades na sociedade atual. Entendemos que a necessidade do isolamento forçado decorrente da pandemia que, aliás, propicia ainda mais o aumento de doenças neuronais, não contrariaria a visão de Han mas reforçaria o aspecto relativo à necessidade de um equilíbrio entre positividade e negatividade. Nesse sentido, a proliferação do vírus poderia ser comparável à proliferação dos muros - ambos entendidos como negatividades - que se disseminam aproveitando-se da diluição dos limites e aumento dos fluxos. Assim, a tentativa de se viver sem limites, em uma realidade supostamente composta apenas por positividade, aumentaria a quantidade de negatividades que são perceptíveis na proliferação de um vírus com alta taxa de contágio ou de muros no sentido estrito.

As conclusões da nossa análise da teoria de Chantal Mouffe (2000, 2005a, 2005b), por suas vezes, poderiam ser resumidas na seguinte questão: o muro é parte de uma democracia liberal ou parte de uma democracia agonista? Pensando, agora, no conceito *lato* de muro, poderíamos concluir que o muro estaria presente nas duas formas de democracia, tanto na liberal quanto na agonista. Contudo, haveria uma diferença fundamental entre elas: enquanto a democracia liberal buscaria relativizar os limites entre os grupos, levando à perda de sua identidade, a democracia agonista buscaria deixar seus muros conceituais claros a fim de reforçar a identidade dos grupos e, com isso, a pluralidade dos discursos políticos. A autora prevê um consenso mínimo necessário para a manutenção do Estado Democrático de Direito,

o que implica uma ideia de liberdade e uma moral que regula os debates públicos, deixando o mundo privado à parte dessa regulação. Ela reforça, no entanto, a necessidade de que nunca se perca de vista que a política e o espaço público envolvem a disputa pelo poder: um caminho para se evitar a relativização dos limites. Se trazemos essa conclusão para o âmbito individual, poderíamos relacionar essa disputa pelo poder político com os interesses pessoais. Cada indivíduo, na sociedade, tem os seus interesses próprios que precisam ser limitados com o intuito de garantir que os interesses dos outros sejam respeitados. Quando os interesses entram em choque, isto é, quando o interesse próprio entra em conflito com o interesse do outro, a legislação geral entra como reguladora na intermediação do conflito. Assim, a liberdade dentro do Estado Democrático de Direito envolve a constituição de limites claros que regulam a vida privada e pública. Nesse sentido, as leis gerais dentro de uma democracia – que são entendidas, aqui, como limites – devem servir para favorecer a convivência de pessoas diferentes, protegendo os mais vulneráveis e minorias, e engendrando uma série de auxílios necessários no longo e penoso trabalho de aceitação do outro.

Assim, tal como acontece com partidos políticos ou movimentos sociais que vão perdendo sua identidade com o tempo por causa de grandes alianças (muito comum na democracia liberal) ou por motivos diversos, Mouffe condena uma hegemonia que vai minando as diferenças dentro de uma democracia. Os limites também seriam importantes para a estruturação das instituições que compõem o Estado. A relativização indevida das atribuições e deveres de cada poder dentro da Constituição levaria a uma desordem na vida pública de um país. Se as instituições democráticas não marcarem os limites que as definem, por acreditarem ser possível aqui e ali relativizá-los, a democracia como um todo se fragilizaria. Ou seja, não há, para Mouffe, democracia agonista sem limites bem definidos. E tais atributos agonistas corroboram o argumento desta tese de que o limite seria, se não essencial, muito importante para a existência humana.

Em suma, em termos mais amplos, filosoficamente falando, este trabalho se posiciona contra uma relativização generalizada presente no pensamento recém-criado da pós-modernidade que, apesar de se posicionar contra todo e qualquer totalitarismo (político, existencial, econômico, moral, científico, etc.) acaba por fomentar um contexto em que pensamentos hegemônicos prevalecem. Em nossa busca por tornar claros os limites, encontramos apoio em Han e Mouffe que, apesar de divergentes entre si em diversos pontos, tornam-se mais aliados ao nosso argumento do que oponentes. Ambos precisam defender a importância do limite para que suas teorias façam sentido.

Seguindo a linha de raciocínio construída na ideia de que a descentralização e a pulverização do poder abrem brechas de insegurança na estrutura do domínio público, apresentamos algumas conclusões quanto às reflexões de muro envolvendo a noção de espaço. De maneira geral, temos duas linhas conclusivas: que os muros poderiam se tornar mais visíveis se fossem entendidos como arquitetura, e não como um mero elemento da construção e que muro não significaria necessariamente falta de liberdade, posto que serve de auxílio para a separação dos domínios público e privado. Existiria, ainda, uma terceira conclusão: o muro poderia ser entendido enquanto ação no sentido utilizado por Hannah Arendt (1997, 2018), mas apresentaremos essa conclusão mais adiante, uma vez que a compreensão da filósofa envolve, também, a arte pública.

Tratando primeiramente da questão do papel do muro na constituição do espaço público, pensando ainda em seu sentido amplo, concluímos que uma das explicações para o problema de insegurança institucional, gerada pela desintegração dos limites em uma democracia, proviria da perda da noção daquilo que constitui as esferas pública e privada. Apesar de os textos escritos por Arendt não levarem em conta as mudanças atuais impostas pelas novas tecnologias, eles estabelecem uma base para analisarmos a atual falta de limites entre o público e o privado. Atualmente, estaríamos experimentando o quase total desaparecimento do domínio privado, algo que Arendt parece antecipar em sua tentativa de resgatar a noção grega de privado e público. Hoje, aparentemente, quase tudo se tornou público, publicável e partilhável, e essa publicização do domínio privado (e da intimidade) também teria afetado o modo como entendemos o domínio público. O sucesso de condomínios fechados que buscam criar uma versão privativa, distorcida e irreal de espaço público, seriam o retrato dessa perda do sentido de público.

A questão do condomínio fechado nos leva, também, à reflexão sobre a liberdade intramuros. Ao longo do texto traçamos um paralelo entre tais condomínios e as cidades muradas do Medievo Europeu. Refletindo um pouco sobre como se entendia a realidade no período medieval, chegamos à conclusão de que a vida dentro das muralhas medievais era entendida como uma vida livre. Estar preso, naquela época, evocava muito mais o banimento do cidadão para fora da cidade do que o seu enclausuramento. Paradoxalmente, existiria algo da percepção medieval na vida dentro dos condomínios fechados. Contudo, a confusão que existe entre os domínios privado e público hoje, somado ao ideal liberal que impulsiona a privatização dos espaços públicos, impede que o estilo de vida recluso seja assumido como algo desejável em sua integralidade. Como dissemos anteriormente, um pensamento

hegemônico, nesse caso específico, o pensamento democrata liberal, alicerça sua estrutura de domínio na dissolução de limites. Assim, são criadas estratégias para minimizar o impacto visual dos muros que cercam os empreendimentos, tais como sua substituição por grades ou vidros em locais estratégicos de forma a não colocar em risco a visibilidade do interior desse sistema e permitir que os moradores tenham a impressão de estarem integrados à malha urbana.

Aliás, a diferença entre muro, grade, mureta, etc., que utilizamos para definir o muro no sentido estrito, envolve a questão de torná-los visíveis, isto é, de retirarmos o muro de sua invisibilidade gerada pela banalização da estética urbana. E esse é o ensejo para apresentarmos as conclusões sobre as relações entre o muro e a arte pública. Ao contrário da tentativa hegemônica de se esconder os muros, concluímos, com a nossa tese, que seria melhor para a sociedade torná-los visíveis e a arte pública poderia cumprir esse papel. Evidenciar os muros significaria expor a série de problemas que assolam o ambiente citadino conforme citados acima. Isto é, o problema da proliferação dos muros reúne uma série vasta de problemas urbanos e sociais que precisamos resolver para melhorarmos as condições de vida nas cidades. Entre os problemas, estariam: 1) a dissolução do âmbito privado e, consecutivamente, a privatização e a insensibilização do cidadão em relação àquilo que constitui o domínio público; 2) a relativização dos limites que constituem um Estado Democrático de Direito; e 3) mais profundamente, a crise que experimentamos na relação entre o próprio e o outro. A arte, nesse cenário, teria como função chamar à atenção os muros e instaurar um debate público a respeito dessas questões que os envolvem.

Podemos, agora, apresentar nossa proposta de pensar o muro como uma ação, de acordo com a teoria de Arendt a propósito desta palavra. Reconhecemos que talvez esse seja o ponto mais sensível da tese, posto que o muro é um elemento relacional, isto é, um elemento que media a relação entre as pessoas. Como o conceito de ação, para Arendt, implica justamente a ausência de mediação, seria um contrassenso pensar o muro como uma ação. Contudo, insistimos nessa hipótese por acreditarmos que há uma brecha na teoria de Arendt quando a filósofa cria uma intersecção entre o conceito de política e ação. Concluímos, assim, que talvez seja possível entender o muro como uma ação – mais especificamente como uma ação política – à medida que puder ser entendido como arte pública e engajada politicamente. Essa conclusão serve para instigar ainda mais o processo de criação artística envolvendo o muro. Pensar o muro para além da barreira - talvez como um lugar, como um objeto estético ou como uma ação - poderia servir como forma de incentivar artistas e arquitetos a

incorporarem o muro ainda mais em sua atividade, o que poderia ajudar a sensibilizar o público para as questões aqui mencionadas (e outras mais que venham a surgir a partir da provocação desta tese).

Finalizando, os muros, como manifestação material dos limites, são parte da realidade urbana. As tentativas de se criar uma realidade sem muros por meio de uma ideia pré-concebida de ambiente urbano, sem levar em conta a realidade política daquela sociedade, tem se mostrado ineficaz (vide a proliferação dos muros atualmente em países como o Brasil). Portanto, sua presença nas cidades dependeria, paradoxalmente, da maneira como os limites seriam entendidos. Acreditamos que quanto mais claros forem os limites que constituem uma sociedade, sobretudo, os limites que envolvem a relação entre si e o outro e entre o domínio público e privado, menos muros físicos se perceberiam na paisagem urbana. Em realidades em que há uma noção de limite mais clara, isto é, em que o papel do Estado como garantidor da segurança pública e regulador do espaço público é mais claro e mais bem desempenhado, seria possível notar uma diversidade maior de tipos de barreira, tais como muretas, grades, paredes, etc., que não condicionam a estética da cidade a planos verticais monótonos e homogêneos.

Nesse sentido, percebemos que o muro, no sentido amplo, deveria ser reconhecido como parte da experiência do habitar. Ignorar este fato implicaria uma busca pelo enrijecimento das fronteiras e a construção de muros no sentido estrito. Assim, a arte teria o papel de evidenciar a realidade dos limites humanos e de tornar visíveis os muros materiais invisibilizados na paisagem por falta de uma preocupação estética aplicada ao ato de se construir um muro. Isto é, a realidade dos muros poderia ser transformada a partir do momento em que a arte passasse a fazer parte da construção de um muro, tanto em iniciativas intervencionistas - que questionam o muro diretamente, como no caso do projeto Muro: territórios compartilhados - quanto na criação arquitetônica, cujo propósito não é diretamente questionar o muro, mas buscar transformar sua aparência comum, homogênea e cansativa. Nos dois casos, estaria se chamando à atenção o muro e, com isso, suscitando um debate público sobre os limites inerentes ao ser humano e à sua forma de habitar coletivamente.

Fechamos o trabalho com imagens de um exemplo de muro, criado por João Filgueiras Lima, o Lelé (1932-2014), onde este se torna visível no sentido aqui defendido. Esse muro, assim como tantos outros criados por arquitetos e artistas, nos serve de inspiração para pensar nos muros e na importância dos limites para a estética das cidades.

Figura 24 – Vista frontal do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.



Fonte: (KON, 2021)

Figura 25 – Detalhe do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.



Fonte: (KON, 2021)

Figura 26 – Conjunto do Muro do Hospital Sarah Kubtischek (1994), Salvador/Ba.



Fonte: (KON, 2021)

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. R. O Fundamento da Liberdade Humana em Santo Tomás de Aquino. **Synesis**, Petrópolis, 3, 2011. 18. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/155>>.
- ANITELLI, F. Edifícios de Apartamentos Brasileiros Contemporâneos: a relação muro x (in) segurança. **apartamentos br worldpress**, 09 jul 2013. Disponível em: <<https://apartamentosbr.wordpress.com/2013/07/09/a-relacao-muro-x-inseguranca/>>.
- AO VIVO DE BRASÍLIA. Governo de Brasília Fecha Esplanada Para Fase Final do Impeachment da Dilma. **Ao Vivo de Brasília**, 29 ago 2016. Disponível em: <<https://www.aovivodebrasil.com.br/governo-de-brasil-fecha-esplanada-para-fase-final-do-impeachment-de-dilma/>>.
- AQUINO, T. **Suma Teológica**. Tradução de Aldo Vannucchi et al. São Paulo: Edições Loyola, v. 2, 2005.
- ARCHDAILY. A "segunda reconstrução" do Pavilhão Mies van der Rohe em Barcelona. **Archdaily**, 08 maio 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/601503/a-segunda-reconstrucao-do-pavilhao-mies-van-der-rohe-em-barcelona>>.
- ARENDT, H. **¿Qué Es Política?** Tradução de Rosa Sala Carbó. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.
- ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- AUGÉ, M. **Por Uma Antropologia da Mobilidade**. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- AUGÉ, M. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papius, 2012.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Macus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Stranges at Our Door**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- BENEVOLO, L.; ALBRECHT, B. **As Origens da Arquitetura**. Tradução de Margarida Periquito. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BERMAN, M. **Tudo Que É Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURRIAUD, N. **Estética Relacional**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BÜRGER, P. **Teoria da Vanguarda**. Tradução de Ernesto Sampaio. Lisboa: Vega, 1993.
- CALDEIRA, T. P. D. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. CDU debate o cercamento com grades dos prédios residenciais do Cruzeiro Novo-DF. **camara.leg.br**, 2018. Disponível em:

- <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu/noticias/cdu-debate-o-cercamento-com-grades-dos-predios-residenciais-do-cruzeiro-novo-df>>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.
- CHOAY, F. **O Urbanismo**. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CORBIN, J. Memory and Form: An Analysis of the Vietnam Veterans Memorial. **WR: Journal of the Arts & Sciences Writing Program**, Boston, 2011-2012. Disponível em: <<http://www.bu.edu/writingprogram/journal>>.
- CORBUSIER, L. **Planejamento Urbano**. Tradução de Lúcio Gomes Machado. São Paulo: PERSPECTIVA, 2004.
- COSTA, L. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. [S.l.]. 1956.
- CULTURAL, I. SITE Specific. **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**, 2020. ISSN ISBN: 978-85-7979-060-7. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5419/site-specific>>. Acesso em: 12 set 2020.
- CUNHA, C. D. R. E. Vitruvius. **Resenhas Online**, 2006. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- DANTO, A. **After The End of Art**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- DICKIE, G. Defining Art. **American Philosophical Quarterly**, Illinois, Jul 1969. 253-256. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20009315>>.
- DIXON, O. NY6566 : Hadrian's Wall National Trail and the Vallum. **Geograph: photograph every grid square!**, 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.geograph.org.uk/photo/990317>>.
- EL PAÍS. Volta ao mundo em 24 grandes muralhas. **brasil.elpais**, 01 jun 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/28/album/1559041728_758505.html#foto_gal_1>.
- ESPOSITO, R. **Immunitas: protección y negación de la vida**. Tradução de Luciano Padilla López. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2005.
- FILGUEIRAS, T. M. **Sentidos do Muro: barreira, lugar e objeto estético**. Dissertação (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo)- UnB. Brasília. 2016.
- FILHO, N. G. R. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FOLHA DE S. PAULO. Um Mundo de Muros: as barreiras que nos dividem. **Um Mundo de Muros: as barreiras que nos dividem**, 2017. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/>>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- FOUCAULT, M. Outros Espaços. In: MOTTA, M. B. D. **Ditos e Escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

- FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALLY, M. D. A. Arte Pública, Imagem e Cidade Entre Estética e Pensamento: experimentando Metabólica. **Revista Trama Interdisciplinar**, 16 ago. 2014. 70-77.
- GANZ, L.; LINKE, I. Muro Jardim. **Muros: Territórios Compartilhados**, 2011. Disponível em: <http://muros.art.br/?page_id=156>.
- GOOGLE, I. Google Maps. **Google Maps**, 26 fev 2021. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-16.7126565,-49.2007638,3a,75y,305.42h,87.56t/data=!3m6!1e1!3m4!1sE8lrsRAu34A85pL6xmHD5g!2e0!7i16384!8i8192>>.
- GSA. Richard Serra's Tilted Arc. **U.S. General Service Administration**, 2019. Disponível em: <<https://www.gsa.gov/real-estate/design-construction/art-in-architecture-fine-arts/fine-arts/fine-arts-collection-faq/richard-serras-tilted-arc>>. Acesso em: 11 Abr 2020.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAESBAERT, R. Contenção Territorial: "campos" e novos muros. **Boletín de Estudios Geográficos**, 2014.
- HAN, B.-C. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, B.-C. **O Que É Poder**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- HARDY, I. C. W.; BRIFFA, M. **Animal Contest**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HEIN, H. O que é Arte Pública: tempo, lugar e significado. **Viso: cadernos de estética aplicada**, XII, jan-jun 2018. 1-14.
- ISTOOK; MMEEE. Perto de Madri, Ávila tem Muralha Medieval Intacta. **Qualquer Viagem**, 12 abr 2017. Disponível em: <<http://www.qualviagem.com.br/perto-de-madri-avila-tem-muralha-medieval-intacta/>>.
- JACQUES, P. B. et al. Corpocidade 5. **Corpocidade 5**, 2016. Disponível em: <<http://www.corpocidade5.dan.ufba.br/>>. Acesso em: 05 maio 2020.
- KANT, I. **Crítica da Faculdade de Julgar**. Tradução de Valerio Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense, 1990 (1790/1793).
- KON, N. Hospital Sarah Kubitschek, Salvador/BA, 1994. **nelsonkon**, 01 mar 2021. Disponível em: <<https://www.nelsonkon.com.br/hospital-sarah-kubitschek-salvador/>>.
- LACLAU, E. **La Imposibilidad de la Sociedad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LEITE, T. D. C. O Domínio da Arte no Pensamento de Hannah Arendt. **Revista Philia: Filosofia, Literatura e Arte**, Porto Alegre, out. 2019. s.p.
- LIMA, S. Muro do Impeachment: o isentão da discórdia. **epoca.globo.com**, 15 abril 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/muro-do-impeachment-o-isentao-da-discordia.html>>.
- LIN, M. Vietnam Veterans Memorial. **Maya Lin Studio**, 1982. Disponível em: <www.mayalin.com>. Acesso em: 10 set 2020.

- LOVER, A. N. Colonia Guell Crypt. **Gaudi all Gaudi**, 2020. Disponível em: <<http://www.gaudiallengaudi.com/AA007.htm>>. Acesso em: 21 set 2020.
- MARQUES, M. Agefis quer demolir cerca em praça criada por moradores na Asa Norte. **g1.globo**, 05 ago 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/agefis-quer-demolir-cerca-em-praca-criada-por-moradores-na-asa-norte.ghtml>>.
- MATZINGER, P. The Four Ds of the Danger Model: distress, damage, destruction, and death. In: MARSHALL, J. C.; FRCP, J. C. **Update In Intensive Care Medicine**: immune response in the critically ill. Springer-Verlag: Springer, 1999. p. 423.
- MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MENDONÇA, D. D. Teorizando o Agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, 25, Dezembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300004>. Acesso em: 15 out. 2017.
- MOUFFE, C. **The Democratic Paradox**. New York: Verso, 2000.
- MOUFFE, C. Por um Modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p. 11-23, nov. 2005a.
- MOUFFE, C. **On The Political**. Tradução de Soledad Laclau. Londres: Routledge, 2005b.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História**. 3ª. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.
- MUNDY, J. Lost Art: Richard Serra. **TATE**, 2020. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/artists/richard-serra-1923/lost-art-richard-serra>>. Acesso em: 10 set 2020.
- PPGAU/UFBA, P. D. P.-G. E. A. E. U. D. U. F. D. B. Plataforma Corpocidade. **Plataforma Corpocidade**, 08 Dezembro 2017. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/>>.
- RJNOW. Mureta da Urca. **Rjnow**, 24 fev 2021. Disponível em: <<https://www.rjnow.com.br/mureta-da-urca>>.
- SCOTT, J. P. **The Evolution of Social Systems**. New York: Gordon and Breach Science Publishers, 1989.
- SCRUTON, R. **Estética da Arquitetura**. Tradução de Maria Amélia Belo. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- SENIE, H. F. A Polêmica em Torno de Tilted Arc: um precedente perigoso? **Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais - EBA - UFRJ**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae17_Harriet_Senie.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020. Tradução: Milton Machado.
- SEROUSSI, J. André Bloc's Living Sculptures. **Sotheby's**, 2018. Disponível em: <<https://www.sothebys.com/en/articles/andre-blocs-living-sculptures>>. Acesso em: 17 set 2020.
- SITTE, C. **A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos**. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

TOPALOV, C. et al. **A Aventura das Palavras da Cidade**: através dos tempos, das línguas e das sociedades. Tradução de Alicia Novik. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE SOUTHERN DISTRICT OF NEW YORK. Justia US Law. **Richard Serra, Plaintiff-appellant, v. United States General Services Administration; Terrence C. Golden, Administrator, General Services Administration; William F. Sullivan, Commissioner, Public Buildings Service, General Services Administration; William J.,** 1988. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/847/1045/193647/#fn1_ref>. Acesso em: 28 Abr. 2020.

WEYERGRAF-SERRA, C.; BUSKIRK, M.; SERRA. Cronologia do Urbanismo. **Cronologia do Urbanismo.** Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1392>>. Acesso em: 10 Abril 2020.